PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO TERRITÓRIO DE ESTRELA VELHA/RS

DIAGNÓSTICO DO PME (DOCUMENTO EM CONSTRUÇÃO)



PME 2026- 2036

Estrela Velha/RS, 2026.

Alexander Castilhos
Prefeito Municipal

Gilmar Stefanello
Vice-Prefeito

Christiane Raquel Ravanello Castilhos
Secretária de Educação

Comissão Gestora Municipal - CGM
Christiane Raquel Ravanello Castilhos
Mônica Olinda Seibert
Tatiana Canavezzi Mari de Alencar
Luciara Nunes Schaefer
Marlene Berlt Lasch
Lucrécia Marli Scapin Eichner

Coordenação da Comissão
Mônica Olinda Seibert

Participação e Colaboração no PME
Conselho Municipal da Educação
Equipe da SME
Fórum Municipal de Educação
Direção das Escolas Municipais e Estaduais
Conselhos Escolares
Agentes Comunitários de Saúde
Secretarias Municipais

Toda grande construção começa quando nos permitimos olhar além do presente e imaginar o futuro. O Plano Municipal de Educação nasce assim: de muitas vozes que se encontram, de olhares que se ampliam e de sonhos que se tornam caminhos. É uma obra coletiva e democrática, tecida pelo diálogo, fortalecida pela participação e construída com a certeza de que a educação que desejamos para os próximos dez anos começa com aquilo que somos capazes de sonhar e realizar juntos.

Comissão Gestora Municipal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO
1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE ESTRELA VELHA
1.1 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO
1.2 DADOS DO MUNICÍPIO
1.3 ASPECTOS HISTÓRICOS
1.3.1 História do Município
1.3.2 Origem
1.3.3 Símbolos
2. ASPECTOS CULTURAIS
2.1 Entidades e Associações Culturais
2.2 Projetos Culturais Municipais
2.3 Turismo e lazer
3. ASPECTOS DA SAÚDE
4. ASPECTOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
5. ASPECTOS EDUCACIONAIS
6. CONTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
6. 1 OBJETIVO 1 – Acesso à Educação Infantil
6.1.1 Diagnóstico
6.1.2 Metas e Estratégias
6. 2 OBJETIVO 2 – Qualidade da Educação Infantil
6.2.1 Diagnóstico
6.2.2 Metas e Estratégias
6. 3 OBJETIVO 3 – Alfabetização
6.3.1 Diagnóstico
6.3.2 Metas e Estratégias
6. 4 OBJETIVO 4 – Acesso, Trajetória e Conclusão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio
6.4.1 Diagnóstico
6.4.2 Metas e Estratégias
6. 5 OBJETIVO 5 – Aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio
6.5.1 Diagnóstico
6.5.2 Metas e Estratégias
6. 6 OBJETIVO 6 – Educação Integral em Tempo Integral
6.6.1 Diagnóstico
6.6.2 Metas e Estratégias
6. 7 OBJETIVO 7 – Conectividade, educação digital e integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) à educação
6.7.1 Diagnóstico

6.7.2 Metas e Estratégias
6.8 OBJETIVO 8 – Sustentabilidade Socioambiental na Educação
6.8.1 Diagnóstico
6.8.2 Metas e Estratégias
6. 9 OBJETIVO 9 - Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola
6.9.1 Diagnóstico
6.9.2 Metas e Estratégias
6.10 OBJETIVO 10 - Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos
6.10.1 Diagnóstico
6.10.2 Metas e Estratégias
6.11 OBJETIVO 11 - Educação de Jovens, Adultos e Idosos
6.11.1 Diagnóstico
6.11.2 Metas e Estratégias
6.12 OBJETIVO 12 - Acesso, permanência e conclusão na Educação Profissional e Tecnológica
6.12.1 Diagnóstico
6.12.2 Metas e Estratégias
6.13 OBJETIVO 13- Qualidade da Educação Profissional e Tecnológica
6.13.1 Diagnóstico
6.13.2 Metas e Estratégias
6.14 OBJETIVO 14 - Acesso, Permanência e Conclusão na Graduação; OBJETIVO 15 - Qualidade da Graduação; OBJETIVO 16 - Pós-Graduação stricto sensu
6.14.1 Diagnóstico
6.14.2 Metas e Estratégias
6.15 OBJETIVO 17 - Formação e Valorização dos Profissionais da Educação Básica
6.15.1 Diagnóstico
6.15.2 Metas e Estratégias
6.16 OBJETIVO 18 - Participação e Controle Social e Gestão Democrática na Educação Pública
6.16.1 Diagnóstico
6.16.2 Metas e Estratégias
6.17 OBJETIVO 19 - Financiamento e Infraestrutura da Educação
6.17.1 Diagnóstico
6.17.2 Metas e Estratégias
7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO
REFERÊNCIAS
ANEXOS

INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação (aprovado pela Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026) com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, vem ao encontro do cumprimento do que está disposto no art. 214 da Constituição Federal “A lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas. Coube aos Estados, o Distrito Federal e os Municípios elaborar seus correspondentes planos de educação, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE).

O Plano Municipal de Educação se constituiu de uma radiografia do território de Estrela Velha. Se organiza em três pilares principais: acesso, qualidade e equidade, considerados fundamentais para a construção de um sistema educacional mais inclusivo e eficiente. O primeiro pilar, o acesso, busca assegurar que todas as pessoas tenham a oportunidade de ingressar e permanecer na escola, independentemente de sua condição social, econômica, localização geográfica ou outras circunstâncias que possam dificultar sua trajetória educacional. O segundo pilar, a qualidade, tem como objetivo aprimorar o processo de ensino e aprendizagem por meio da valorização dos profissionais da educação, da melhoria da infraestrutura escolar, da atualização dos currículos e da adoção de práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes. Esse eixo também contempla o acompanhamento dos resultados educacionais e a implementação de ações voltadas para o aperfeiçoamento contínuo do ensino. Por fim, o pilar da equidade busca promover a igualdade, reconhecendo que diferentes grupos de estudantes enfrentam desafios distintos e necessitam de condições e apoios específicos para que todos tenham oportunidades reais de aprendizagem e possam alcançar seu pleno desenvolvimento. Nesse sentido, propõe políticas, metas e estratégias que reduzam as desigualdades educacionais, garantindo apoio específico aos alunos em situação de vulnerabilidade e assegurando que todos tenham condições de desenvolver plenamente suas capacidades e alcançar uma aprendizagem significativa.

A elaboração deste plano decenal foi conduzida pela Comissão Gestora Municipal, contando com a participação ativa do Fórum Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Educação. O processo foi pautado pelo diálogo, pela participação democrática e pela construção coletiva, envolvendo diferentes segmentos da comunidade educacional na definição das metas e estratégias e prioridades para o desenvolvimento da educação no município.

Ao encontro dessa proposta, foram realizados encontros formativos, reuniões técnicas, escuta pública e audiência pública para apresentar um panorama da educação de Estrela Velha e promover a participação da sociedade na elaboração do Plano Municipal de Educação. Esses espaços possibilitaram o acolhimento de sugestões da comunidade escolar e da sociedade civil, contribuindo para que o documento refletisse as necessidades, os desafios e as potencialidades da realidade educacional do município.

Assim, o plano consolida-se como um instrumento de planejamento de longo prazo, fundamentado na gestão democrática e na corresponsabilidade entre o poder público e a sociedade, visando à promoção de uma educação pública de qualidade, inclusiva e equitativa.

Para a elaboração da proposta, foram utilizadas como referência a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Plano Nacional de Educação, o Plano Estadual de Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os Referenciais Curriculares e as Diretrizes da Educação. Também foram considerados dados estatísticos, fundamentais para a composição do documento e para o delineamento de novos rumos para a educação de Estrela Velha.

1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE ESTRELA VELHA

1.1 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Estrela Velha, localizado na região Centro Serra e porção norte do COREDE Vale do Rio Pardo, conforme Mapa 01, possui uma área municipal de 281,613 km2, e tendo como limítrofes os municípios de Salto do Jacuí, Arroio do Tigre, Ibarama, Pinhal Grande e Júlio de Castilhos, conforme Mapa 01.

Segundo dados do último censo (2022), a população do município é de 3.070 pessoas habitantes, formada basicamente por alemães, italianos, portugueses, negros e indígenas.

Distâncias entre as sedes dos principais municípios do Estado e Estrela Velha:

Arroio do Tigre – 28,7 Km

Santa Cruz do Sul - 125 Km

Santa Maria – 160 Km

Porto Alegre - 297 km

Torres – 457 Km

Caxias do Sul – 330 Km

Gramado – 352 Km

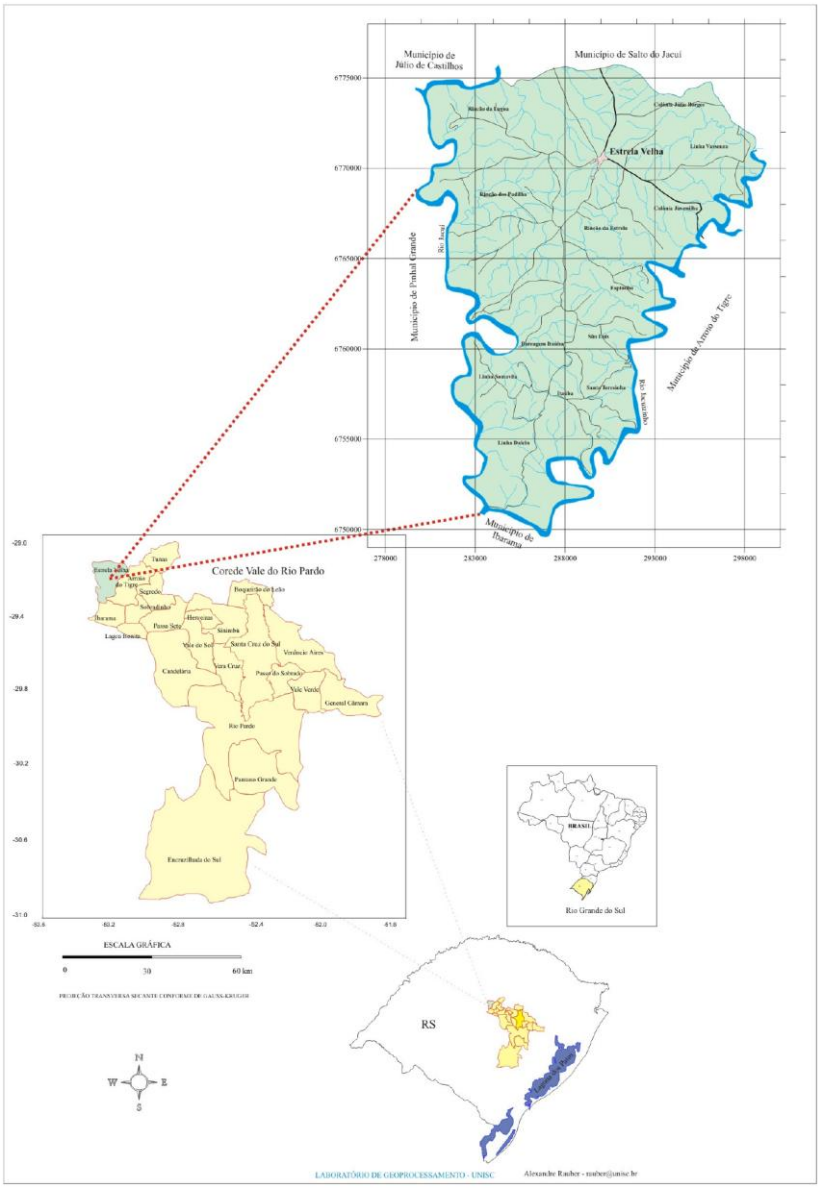
Julio de Castilhos – 69,3 Km

Ijuí – 182 Km

Santana do Livramento – 406 Km

Uruguaiana – 545 Km

Pelotas – 399 Km



Fonte: NPU – UNISC – Alexandre Rauber

Mapa 01 - Localização do município de Estrela Velha.

1.2 DADOS DO MUNICÍPIO

Nome: Estrela Velha

Município de origem: Arroio do Tigre

Lei de Criação: Nº 10.644 de 28/12/1995

Símbolos do Município: Brasão de Armas, Hino e Bandeira

Adjetivo Pátrio: Estrelavelhense

Região: Centro Serra

Associação: AMCSERRA

Rodovias de Acesso: RS 481

Divisas Municipais: Arroio do Tigre, Salto do Jacuí, Pinhal Grande, Ibarama e Júlio de Castilhos

Distritos:

Distrito Sede

Distrito de Itaúba

Distrito de Rincão da Estrela

Distrito de Rincão São Luiz

Localidades: Colonia Juvenília, Linha Vassouras, Rincão das Lagoas, Rincão dos Padilhas, Rincão dos Correas, Rincão dos Orfãos, Rincão do Espinilho, Linha das Bicas, Linha São Marcos, Linha Somavilla, Linha Dalcin, Linha Santa Terezinha, Linha Goetze, Linha Silveira, Barragem de Itaúba, Barra Formosa e Pedra Lisa.

1.3 ASPECTOS HISTÓRICOS

1.3.1 História do Município

Município situado na região Centro Serra do Estado do Rio Grande do Sul, possui terras férteis, patrimônio ecológico, e com a maior parte do povo descendente da colonização alemã e italiana.

Em 27 de abril de 1809, o Rio Grande do Sul (na época, Capitania Geral de São Pedro) foi dividido em quatro vilas: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Rio Pardo, a única do interior, englobava a maior parte do território gaúcho e quase desconhecido ainda. Essa divisão tinha como objetivo um melhor atendimento as necessidades locais, já que vários núcleos populacionais começavam a se espalhar pelo território.

A área atual do Município de Estrela Velha ficava, portanto, dentro dos Limites da Vila de Rio Pardo. Continuou sendo, mesmo após o desmembramento desta, em 1817 a 1832, com a criação das vilas de Cachoeira, Caçapava e Alegrete.

Criado em 1833, desmembrado de Rio Pardo, o município de Cruz Alta passa a ser assim constituído: primeiro distrito, Cruz Alta; segundo, São Martinho; terceiro, Botucaraí; quarto, Passo Fundo; quinto, Palmeira; sexto, São Miguel das Missões. Neste caso, a área de Estrela Velha estaria incluída no terceiro distrito, Botucaraí, que corresponderia à região de Soledade.

A Lei nº 1197, de 30 de abril de 1879, repartiu o município de Soledade em cinco distritos e só em 1891 seria acrescentada ao nome do quinto distrito a parte correspondente a Estrela Velha, ou seja, na época Rincão da Estrela.

Em dezembro de 1927 é criado o município de Jacuí, atual Sobradinho. Com isso, parte da área do atual município de Estrela Velha passa a pertencer a ele. Com a instalação do município de Espumoso, em 1955, desmembrado de Soledade, Sobradinho ganha mais uma parte das terras que formariam o município de Estrela Velha.

Em 1964, é a vez de Arroio do Tigre se emancipar englobando todo o território de Estrela Velha. São esses dois distritos, o de Itaúba e o de Estrela Velha, que com a Lei de Criação número 10.664, de 28 de dezembro de 1995, passam a constituir o novo município de Estrela Velha, funcionando administrativamente a partir de primeiro de janeiro de 1997.

1.3.2 Origem

A origem do nome Estrela Velha começou a ser definida em 1920, quando foi construída uma casa grande, sobre uma colina, a qual foi toda pintada de branco, utilizada como estabelecimento

comercial, tendo como detalhe em sua fachada um escudo em forma de estrela, o qual tinha sido encontrado durante as escavações para a construção da casa. Conta-se que o escudo foi deixado neste local por combatentes que estiveram por ali acampados durante as revoluções, visto esta área ser rodeada por água, fator que os protegia por dificultar o acesso do inimigo.

A casa branca da estrela sempre serviu de estabelecimento comercial, tornando-se assim, ponto de referência para moradores dos arredores e viajantes que cruzavam estas paragens, uma vez que estava localizada à beira de uma estrada geral. Então, a região passou a ser conhecida como Estrela Velha, que originou o nome do Município. Hoje, a área onde se localizava a casa branca fica no centro da cidade.

1.3.3 Símbolos

Brasão



Descrição detalhada

O sol representa o nascimento, a vida e a riqueza. As coxilhas, em verde, representam as lavouras plantadas de trigo, soja, feijão e fumo, culturas principais do município. O trator representa a força do trabalho na agricultura e a tecnologia na produção primária. A torre de transmissão é uma alusão à Usina Hidrelétrica existente nas proximidades da sede, gerando energia para o desenvolvimento regional. A linha ondulada em azul, representa as fontes e rios que banham as terras férteis da região, e divisas dos municípios. O trigo, no formato de duas mãos é a união das comunidades em favor do progresso do município; enlaçados por um listel nas cores da Bandeira do Rio Grande do Sul, com a data 20 de setembro de 1835.

O chapéu que representa o tradicionalismo, homenageando de forma acentuada o homem rural que por excelência é um cultuador das tradições do Rio Grande. A estrela, da qual originou-se o nome do município, é uma alusão histórica quando da construção de um bolicho de campanha foi encontrado nas suas escavações uma estrela estampada, em forma de um escudo á qual foi fixada na fachada da casa branca originando assim o nome da localidade de Estrela Velha. As bandeiras, nas cores vermelha, verde, azul e amarela; estas duas últimas escondidas atrás do brasão, representam as cores do Rio Grande. As lanças em riste, como mastros das bandeiras, representam o espírito guerreiro dos antepassados que aqui viveram.

O fumo e o grão representam culturas de suma importância para a pujança econômica do município que, de formas arranjadas ao lado das bandeiras e enlaçados pelo listel, formam destaque de

primeira grandeza como suportes do escudo. A Bíblia representa a cultura e a fé, elementos estes que deram o grande incentivo para a luta de criação e emancipação do município de ESTRELA VELHA. A coroa murada, com suas três torres, representa a terceira grandeza. Seus três portais representam os poderes constituídos, executivo, legislativo e judiciário.

Descrição heráldica das Cores

Jalne (amarelo) - Representa a riqueza e o trabalho.

Blau (azul) - Representa a sabedoria.

Argenta (prata) - Representa a justiça e a fé.

Sinopla (verde) - Representa a vida, a natureza e a esperança.

Goles (vermelha) - Representa a justiça e o poder.

Sable (preta) - Representa a prudência e proteção.

Bandeira



A bandeira do município, no formato de 14 módulos por 20 módulos, divide suas cores em faixas horizontais, de cima para baixo: vermelha, verde, azul e amarela, ocupando cada faixa três módulos e meio de altura por vinte módulos de comprimento.

Ao centro, uma estrela de cinco pontas, na cor branca, encimada pelo brasão de armas do município, que ocupará o espaço máximo, de impressão ou bordado, de um terço da altura da bandeira, ou seja, 4,7 módulos de altura.

Do uso das bandeiras:

a) Nos gabinetes: à esquerda da bandeira do Brasil;

b) Externamente: em mastros, mesma formação;

c) Condução: do Brasil, na frente; a do Estado, um passo atrás; a do Município, dois passos atrás e à esquerda da bandeira do Estado.

Hino

Estrela Velha, Terra Querida
Da antiga Fazenda Estrela
Surgiste com esplendor
Tornaste morada de um povo
Ordeiro e trabalhador

Minha estrela, minha estrela
Teu nome no céu vai brilhar
A cada dia que passar
Tua gente vai iluminar

Minha estrela, minha estrela
Teu nome no céu vai brilhar
A cada dia que passar
Tua gente vai iluminar

Saudamos a nossa terra
A ela carinho devemos
Lutando por um ideal
Unidos sempre crescemos

A nossa terra querida
cantamos com o coração
Teus filhos te exaltam o orgulho
Traduzido em uma canção

Minha estrela, minha estrela
Teu nome no céu vai brilhar
A cada dia que passar
Tua gente vai iluminar

Letra: Lucimare Silveira Pereira
Música: Tiago Santana de Lima

2. ASPECTOS CULTURAIS

2.1 Entidades e Associações Culturais

►CTG ESTRELA DO PAGO: O CTG Estrela do Pago, fundado em 19 de julho de 1964, é uma importante entidade dedicada à preservação, valorização e promoção das tradições gaúchas no município. Ao longo de sua trajetória, mantém intercâmbio e parceria com diversas entidades tradicionalistas da região, fortalecendo os laços culturais e incentivando a integração entre comunidades.

Suas atividades ganham destaque especialmente durante a Semana Farroupilha, período em que promove e participa de ações voltadas à valorização da história, dos costumes e da identidade do povo gaúcho. Além disso, o CTG realiza bailes, rodeios, encontros e demais atividades tradicionalistas, proporcionando momentos de confraternização e contribuindo para manter vivas as tradições e transmiti-las às novas gerações.

Com mais de seis décadas de história, o CTG Estrela do Pago permanece como referência na preservação da cultura tradicionalista e na valorização das raízes gaúchas.

►CTG Fioravante Ceolin: Fundado em 14 de setembro de 2005, com sede no distrito de Rincão da Estrela. Trabalha com o objetivo de promover, preservar e divulgar a cultura gaúcha, através de

atividades campeiras, sociais, culturais e recreativas, levando o nome de Estrela Velha pelos recantos deste estado.

►AJUREV – Associação dos Jovens Rurais: Conta atualmente com aproximadamente 400 associados, distribuídos em 6 grupos, localizados tanto no interior quanto na sede do município. Apesar de sua origem estar ligada à juventude rural, atualmente a Associação reúne e envolve pessoas de diferentes faixas etárias, promovendo a integração entre as comunidades. Entre suas principais atividades, destacam-se a realização de Olimpíadas, torneios de integração, encontros e atividades de confraternização, fortalecendo os vínculos comunitários e incentivando a participação, o esporte, o lazer e a convivência entre os associados.

►Artesãs de Estrela Velha: O grupo de artesãs de Estrela Velha foi fundado em 2004, com o objetivo de valorizar o artesanato, a criatividade e os saberes da comunidade. Em 2011, inaugurou sua primeira sede na casa da artesã Onira, in memoriam, fortalecendo a união e a divulgação do trabalho artesanal. Ao longo dos anos, as artesãs participaram de exposições e eventos, representando a cultura e a identidade do município. Em 2026, a associação foi reativada e ganhou uma nova sede junto à Feira Clóvis Pinto, denominada Ateliê Tia Onira, em homenagem à sua trajetória e contribuição. O espaço representa a continuidade dessa história, promovendo a união, a criatividade e a valorização do artesanato local.

►Associação das Trabalhadoras Rurais de Estrela Velha: Fundada em 4 de junho de 1997, a Associação reúne atualmente cerca de 200 mulheres, organizadas em grupos de diferentes localidades do município. A entidade tem como propósito fortalecer a participação e a valorização da mulher, especialmente no meio rural, promovendo a integração, a troca de experiências, a convivência e a aquisição de novos conhecimentos.

Por meio de encontros, atividades e ações coletivas, a Associação incentiva o desenvolvimento social, cultural e pessoal de suas associadas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, o fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares e o protagonismo feminino. Também estimula a organização dos grupos e a união entre as mulheres, mantendo viva a participação comunitária nas diferentes localidades de Estrela Velha.

►O Museu “José Fontoura Ferreira”: Foi criado pela Lei Municipal nº 780 de 29 de agosto de 2008 e inaugurado em 4 de maio de 2009, para resgatar a memória histórica do município, oportunizando às pessoas conhecer e vivenciar diversas culturas, criando sua história. O acervo do museu conta com 535 peças históricas e 41 documentos do século passado, incluindo uma certidão de nascimento em alemão de 1919. Também conta com 04 medalhas doadas pela família de José Fontoura Ferreira, Ex-Combatente da FEB.

►A Biblioteca Pública Municipal “Mário Quintana” constitui um importante espaço de acesso à cultura, à informação e ao conhecimento no município. Conta com um acervo diversificado de 10.000 obras literárias, contemplando diferentes gêneros, autores e áreas do conhecimento, atendendo leitores de todas as idades.

Além do empréstimo e da consulta de livros, a Biblioteca disponibiliza computadores com acesso para pesquisas e atividades educacionais, oferecendo suporte a estudantes e à comunidade em geral. O

espaço também é utilizado por grupos de estudos, especialmente por estudantes de cursos de graduação, proporcionando um ambiente adequado para leitura, pesquisa, realização de trabalhos acadêmicos e troca de conhecimentos.

A Biblioteca também recebe visitas das escolas e EMEIs do município, promovendo momentos de leitura, contação de histórias e contato com o universo literário, incentivando desde a infância o hábito da leitura e contribuindo para o desenvolvimento educacional e cultural das crianças e estudantes.

2.2 Projetos Culturais Municipais

A Administração Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Cultura e Turismo, desenvolve e mantém projetos culturais permanentes voltados à valorização da cultura, da música, da dança, das tradições e da participação da comunidade. Essas iniciativas possibilitam o acesso da população às atividades culturais, incentivam a descoberta e o desenvolvimento de talentos e fortalecem a identidade cultural de Estrela Velha.

►Grupo de Danças Estrela da Tradição: O Grupo de Danças é um projeto cultural mantido pelo Município e voltado à valorização da dança, da cultura e das tradições gaúchas. Atualmente, o projeto conta com três invernadas: Pré-Mirim, Mirim e Juvenil, possibilitando a participação de crianças e adolescentes em diferentes faixas etárias.

Por meio dos ensaios, apresentações e participação em eventos municipais e regionais, o projeto proporciona aos integrantes aprendizado, convivência, disciplina, integração e contato com as manifestações culturais tradicionalistas. Além de preservar e transmitir costumes às novas gerações, o Grupo de Danças representa o Município em diferentes atividades culturais.

► Banda Municipal e Corpo Coreográfico: A Banda Municipal e o Corpo Coreográfico constituem importantes projetos culturais desenvolvidos pelo Município, proporcionando especialmente às crianças e aos adolescentes o contato com a música, a expressão corporal e as atividades artísticas.

O projeto promove o aprendizado musical e coreográfico, a disciplina, o trabalho em equipe, a responsabilidade e a integração entre os participantes. A Banda e o Corpo Coreográfico participam de desfiles cívicos, eventos municipais, encontros e apresentações dentro e fora do município, contribuindo para a formação cultural dos integrantes e representando Estrela Velha em diferentes ocasiões.

► Coral Municipal “Estrelas em Canto”: O Coral Municipal é um projeto voltado à promoção da música e do canto coletivo, proporcionando à comunidade um espaço de convivência, aprendizado, expressão artística e valorização cultural.

Por meio de ensaios regulares e apresentações em eventos culturais, comunitários, comemorativos e encontros de corais, o grupo contribui para a difusão da música, para o fortalecimento dos vínculos entre seus integrantes e para o intercâmbio cultural com outros municípios. O Coral também representa Estrela Velha em eventos regionais, divulgando e fortalecendo a identidade cultural do município.

Os projetos culturais mantidos pela Secretaria Municipal de Administração, Cultura e Turismo possuem importante papel na formação cultural e cidadã da população. Além de proporcionar espaços de aprendizagem e convivência, contribuem para aproximar cultura e educação, estimular a participação

de crianças, adolescentes, jovens e adultos e assegurar a continuidade e a transmissão das manifestações culturais às futuras gerações.

2.3 Turismo e Lazer

Um dos grandes destaques de Estrela Velha é o turismo gastronômico e de eventos, fortalecido pelas nove entidades que integram o Circuito Gastronômico do município, responsáveis pela realização de diversas programações ao longo do ano. O calendário contempla cafés coloniais e jantares com influência das culturas alemã e italiana, Festival da Laranja, Festival das Massas, Festival do Frango Caipira, tradicionais galinhadas no panelão e almoços promovidos pelos CTGs, entre outras festividades que preservam costumes, receitas e sabores característicos da comunidade estrela velhense.

O município também promove e recebe importantes eventos de integração, cultura e valorização das tradições locais, como a Festa do Colono e Motorista, a Feira do Agronegócio e os rodeios promovidos pelos dois CTGs do município, que movimentam a comunidade, recebem visitantes e fortalecem a cultura tradicionalista, o meio rural e a economia local.

Estrela Velha também se destaca por suas belezas naturais e paisagens rurais. Entre os principais atrativos está o Lago da Barragem de Itaúba, cercado por natureza e belas paisagens, constituindo um dos cenários mais marcantes do município. O território conta ainda com diversas cascatas e quedas d'água, áreas de mata nativa, paisagens do interior e o encontro das águas de dois rios, elementos que compõem o patrimônio natural e ampliam as possibilidades de contemplação e contato com a natureza.

Outro espaço de destaque é o Parque Municipal de Eventos Oscar Leite de Moraes, um ambiente amplo, bonito e acolhedor, que recebe importantes atividades do calendário municipal. O local é palco de rodeios, festas tradicionais, encontros, apresentações culturais, eventos comunitários e outras programações que reúnem moradores e visitantes, consolidando-se como um importante espaço de lazer, cultura e integração.

Dessa forma, o turismo em Estrela Velha está fundamentado na valorização das suas paisagens, da gastronomia, das tradições, da cultura e da hospitalidade de sua população, proporcionando experiências que representam a história, os costumes e a identidade do município.

3. ASPECTOS DA SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde de Estrela Velha é responsável pela gestão, organização e execução das ações e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) no município, buscando garantir acesso universal, integral e contínuo à saúde da população. Sua atuação envolve a assistência, a promoção e prevenção da saúde, a vigilância, a regulação dos serviços e a articulação da Rede de Atenção à Saúde.

Na Atenção Básica, a Secretaria coordena os serviços das unidades de saúde e das equipes responsáveis pelo atendimento da população, acompanhando as diferentes necessidades e ciclos de vida. Também realiza a regulação de consultas, exames e encaminhamentos para serviços

especializados e hospitalares, além da organização da assistência farmacêutica e da distribuição de medicamentos.

A Vigilância em Saúde contempla ações de vigilância sanitária e epidemiológica, incluindo fiscalização, prevenção e controle de doenças e agravos, vacinação e demais medidas de proteção da saúde coletiva. Nos atendimentos de urgência e emergência, são organizados os serviços e os encaminhamentos necessários, incluindo o transporte de pacientes e a articulação com hospitais de referência da região.

A Secretaria desenvolve ações voltadas à promoção, prevenção, proteção e educação em saúde, por meio de uma abordagem multidisciplinar e integrada. Entre os serviços e programas desenvolvidos estão a atenção à saúde da pessoa idosa, o trabalho do Núcleo de Apoio à Atenção Básica (NAAB), as oficinas terapêuticas, o acompanhamento psicológico, a avaliação e o acompanhamento nutricional, a saúde bucal, saúde do idoso e os atendimentos de fisioterapia, atualmente com caráter predominantemente clínico.

Também são realizados atendimentos preventivos e de acompanhamento de pessoas com hipertensão e diabetes, além da manutenção do grupo de gestantes, com orientações e acompanhamento durante o período gestacional.

Na atenção às crianças e aos adolescentes, busca-se fortalecer ações de promoção, prevenção e cuidado integral, ampliando o acesso aos serviços e criando estratégias que favoreçam a participação, o vínculo, a confiança e a continuidade do acompanhamento. Considerando as especificidades e vulnerabilidades dessa faixa etária, a atuação preventiva e a articulação com a rede de proteção são fundamentais para o cuidado integral.

Nesse processo, a Secretaria Municipal de Saúde mantém articulação com outras políticas públicas, especialmente com as Secretarias Municipais de Educação e de Assistência Social, Cultura e Turismo, fortalecendo o trabalho intersetorial e a construção de ações integradas de cuidado e proteção.

Assim, a política municipal de saúde busca conciliar assistência e acompanhamento com ações de promoção, prevenção e vigilância, fortalecendo o cuidado integral e contínuo e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

4. ASPECTOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Secretaria Municipal de Assistência Social desenvolve as suas atividades através do Centro de Referência da Assistência Social Estrela Guia - CRAS, criado em 17/11/2010, como uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social, com objetivo de atuar como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social do município.

Os principais serviços ofertados no CRAS são o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

O PAIF consiste em um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos que participam e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de

Vínculos (SCFV), que consiste na oferta de atividades de convivência e socialização, nas diversas faixas etárias, com intervenções no contexto de vulnerabilidades sociais, de modo a fortalecer vínculos e prevenir situações de exclusão e risco social.

O SCFV é um trabalho realizado com crianças e adolescentes e idosos através de grupos e oficinas que tem por objetivo promover a convivência social e observar vulnerabilidades que deverão ser trabalhadas individualmente ou no âmbito das famílias a fim de superar as dificuldades e proporcionar aos indivíduos uma boa relação social e qualidade de vida. Os projetos voltados a crianças e adolescentes realizam atividades preventivas, acompanhamento familiar, visitas domiciliares, palestras, oficinas de artesanato e culinária, atividades esportivas, visando a recreação, o desenvolvimento de habilidades, coordenação motora, relacionamento em grupo e relações familiares, respeito, comunicação, disciplina, valores, autoestima.

A equipe técnica do CRAS (psicóloga e assistentes sociais) realiza o acompanhamento das famílias principalmente do PAIF através de Visitas Domiciliares e faz um trabalho de orientação através dos grupos e oficinas.

O CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) é a unidade que atende Média Alta Complexidade nos municípios que possuem mais de 20 mil habitantes, portanto Estrela Velha não possui este serviço, mas as ações e acompanhamentos de situações em que já houve violação de direitos são atendidos pela equipe do CRAS. Os casos que geralmente são acolhidos com este perfil são violência doméstica, casos de abuso sexual, perda de poder familiar e cumprimento de medidas socioeducativas. As maiores dificuldades do município neste âmbito são a falta de entidades e recursos para o amparo nas situações de risco. Por este motivo mantemos convênio com Casa de Acolhimento no município de Arroio do Tigre que atende casos de acolhimento de crianças e adolescentes.

Atualmente contamos com um grupo de crianças e adolescentes com a modalidade esportiva Vôlei e um grupo com a modalidade esportiva Futebol na sede do município assim como as mesmas oficinas uma vez na semana em Itaúba. Estas atividades são em parceria com a Secretaria de Educação.

Em relação ao PAIF, atualmente existem 8 grupos em funcionamento, cada um em uma localidade do município com o objetivo de facilitar a participação das pessoas do interior pela dificuldade de acesso. Existem dois grupos Espaço Mulher em Itaúba e os grupos Harmonizar São Luiz, Rincão da Estrela, Espinilho, Juvenilha, Vassouras e Sede. Nestes a totalidade de participantes são mulheres e através delas, quando necessário, é realizado o trabalho de acompanhamento da sua família.

A Equipe técnica do CRAS também atende situações de emergência, oferece Benefícios Eventuais (Auxílio Natalidade, Auxílio Funeral e cestas básicas) diante de parecer técnico, realiza confecção de carteiras de estacionamento, encaminhamento de Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e acompanhamento de demandas judiciárias e do MP. O CRAS possui nas suas dependências o setor de Cadastro Único e Família Gaúcha.

5. ASPECTOS EDUCACIONAIS

Em 2026, o município possui 06 (seis) escolas distribuídas em seu território, atendendo às diferentes etapas e modalidades da Educação Básica ofertadas pela Rede Municipal e Estadual. Ao longo dos últimos anos, a organização da rede passou por um processo de nucleação escolar, motivado principalmente pela redução do número de estudantes, decorrente das mudanças demográficas observadas no município. Essa reorganização possibilitou concentrar o atendimento em unidades com melhor estrutura física e pedagógica, favorecendo a oferta de ensino com mais qualidade e melhores condições de aprendizagem.

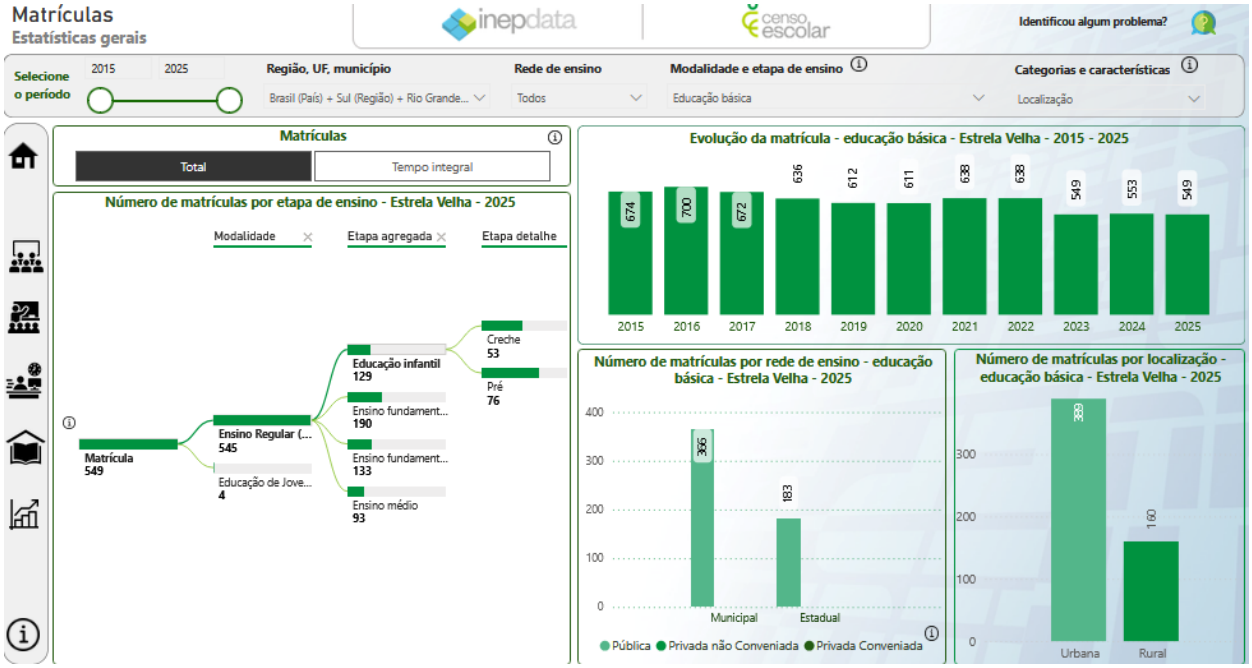
A nucleação contribuiu para otimizar a gestão dos recursos públicos, o planejamento das equipes e a organização dos serviços educacionais. Paralelamente, o município mantém um sistema de transporte escolar totalmente próprio, planejado para garantir o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas, especialmente daqueles residentes nas comunidades do interior. Nesse contexto, são considerados aspectos como a definição das rotas, as distâncias percorridas e as condições de segurança, assegurando o deslocamento adequado dos alunos e o direito à educação. A tabela abaixo apresenta a distribuição das escolas no município.

Estabelecimentos de Ensino, por Dependência Administrativa, segundo a etapa/modalidade				
Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Privada
Educação Infantil – Creche	1	1* + 1	-	-
Educação Infantil – Pré-Escola	1	1* + 1	1*	-
Ensino Fundamental	4	2	2	
Ensino Médio	1	-	1	
Ensino Superior	-	-	-	1 extensão de polo

Fonte: Secretaria Municipal da Educação, 2026.

*Educação Infantil funcionando em escolas do ensino fundamental.

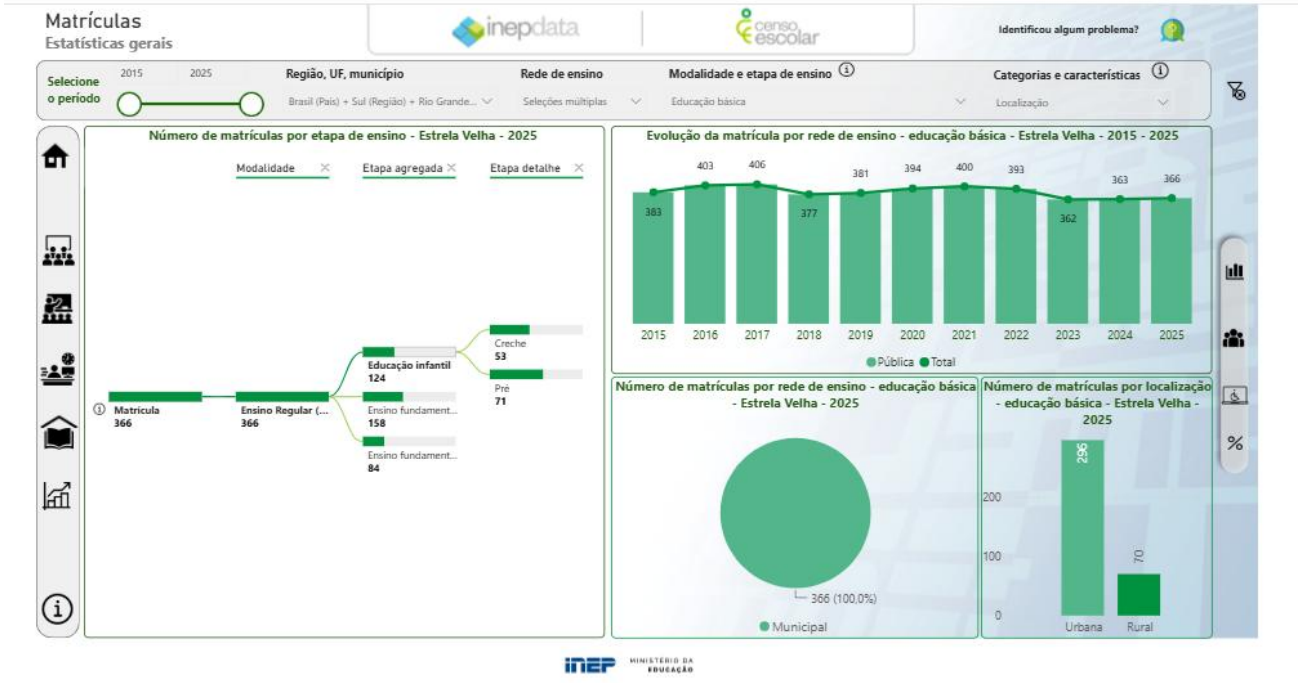
Conforme o Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar, os indicadores da Educação Básica do município de Estrela Velha apresentam informações sobre as matrículas escolares, possibilitando a análise da evolução do número de estudantes ao longo dos anos, da distribuição das matrículas por etapa de ensino, da rede de ensino responsável pela oferta e da localização das escolas entre as áreas urbana e rural. Esses indicadores fornecem um panorama da realidade educacional do município, constituindo importante instrumento para o acompanhamento, o planejamento e a tomada de decisões na gestão da educação.



Fonte: Censo Escolar, 2025.

Em 2025, a Educação Básica do município de Estrela Velha contabilizou 549 matrículas, distribuídas entre as diferentes etapas de ensino. A maior concentração esteve no Ensino Fundamental, com 190 matrículas nos anos iniciais e 133 nos anos finais, seguido pela Educação Infantil, com 129 matrículas. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) registrou 04 matrículas, enquanto o Ensino Médio possuía 93 estudantes.

A rede municipal de ensino apresentou os seguintes resultados na última década:



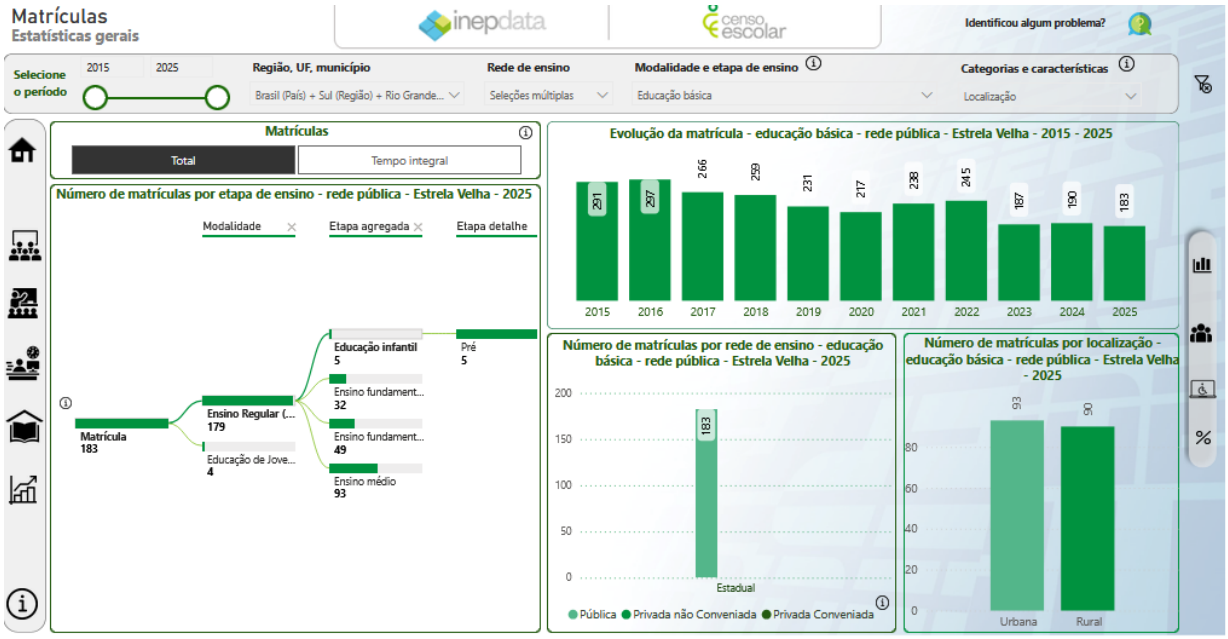
Fonte: Censo Escolar, 2025.

Em 2025, o município de Estrela Velha registrou 366 matrículas na educação básica da rede municipal. Quanto às etapas de ensino, observa-se que a maior concentração de alunos está no Ensino Fundamental, com 158 matrículas no Anos Iniciais do Ensino Fundamental, correspondendo à etapa com maior demanda no município. A Educação Infantil contabiliza 124 matrículas, distribuídas entre 71 alunos na Pré-escola e 53 na Creche. Além disso, há 84 matrículas nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Em relação à localização das escolas, a maior parte dos estudantes está matriculada na área urbana, com 296 matrículas, enquanto a zona rural concentra 70 matrículas, evidenciando que aproximadamente 81% dos alunos estudam em escolas urbanas e 19% em escolas rurais.

A análise da evolução das matrículas entre 2015 e 2025 demonstra relativa estabilidade ao longo do período. O número de matrículas variou entre 362 e 406 alunos, atingindo o maior quantitativo em 2017 (406 matrículas). Após pequenas oscilações, o município registrou 366 matrículas em 2025, indicando uma redução em relação aos anos de maior demanda, mas mantendo um patamar estável nos últimos anos.

Já a rede estadual apresentou a seguinte trajetória:



Fonte: Censo Escolar, 2025.

Em 2015, a rede estadual registrava 291 matrículas, número que permaneceu relativamente estável em 2016. A partir de 2017, observa-se uma redução gradual, chegando a 217 matrículas em 2020. Em 2021 e 2022 houve uma retomada, alcançando 245 matrículas em 2022. Considerando todo o período, houve uma redução de 68 matrículas entre 2015 e 2025, equivalente a aproximadamente 27%.

Em relação às etapas de ensino, das 183 matrículas registradas em 2025, destacam-se o Ensino Médio, com 93 matrículas, e o Ensino Fundamental, com 81, sendo 32 nos Anos Iniciais e 49 nos Anos Finais. A Educação Infantil apresenta 5 matrículas, enquanto a EJA possui 4 estudantes.

Outro aspecto relevante é a distribuição territorial das matrículas. Em 2025, foram registradas 93 matrículas na área urbana e 90 na área rural, demonstrando uma distribuição bastante equilibrada entre os dois espaços. Cabe observar, entretanto, que os estudantes atendidos na área urbana são, predominantemente, do Ensino Médio, enquanto, na área rural, o atendimento abrange a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Esse contexto evidencia a importância de políticas educacionais que considerem as especificidades territoriais, as etapas de ensino ofertadas e as necessidades dos estudantes, contemplando tanto a área urbana quanto as comunidades rurais e indígenas.

De modo geral, os dados revelam que a redes atendem integralmente os estudantes da educação básica no município, com predominância de matrículas no Ensino Fundamental. Os dados observados ao longo da série histórica podem subsidiar o planejamento educacional, permitindo adequar a oferta de vagas, os recursos humanos e a infraestrutura às necessidades da população escolar.

A educação do território de Estrela Velha é constituída por um conjunto de programas, políticas públicas e projetos pedagógicos que, de forma articulada, contribuem para a garantia do direito à aprendizagem, à inclusão e ao desenvolvimento integral dos estudantes. Essas iniciativas abrangem desde a Educação Infantil, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, contemplando ações voltadas à infância, à alfabetização, à educação em tempo integral, à recomposição das aprendizagens, à permanência dos estudantes na escola, à inclusão, à participação da família e da comunidade e à formação cidadã.

Entre ações desenvolvidas, destacam-se a implementação da Política de Alfabetização, por meio do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) e do Programa Estadual Alfabetiza Tchê, além da utilização de plataformas de avaliação e acompanhamento das aprendizagens, que permitem monitorar o desenvolvimento dos estudantes e subsidiar intervenções pedagógicas mais efetivas.

Outro eixo importante refere-se às ações de prevenção da evasão, da infrequência e de incentivo à assiduidade, desenvolvidas em parceria com as famílias e demais órgãos da rede intersetorial, buscando assegurar o acesso, a permanência e a trajetória escolar dos estudantes.

O Grupo da Rede Intersetorialidade do município de Estrela Velha funciona a vários anos no município e colabora significativamente na resolução de demandas das escolas. Educação, Saúde, Assistência Social e Conselho Tutelar compartilham responsabilidades e competências, para oferecer serviços de forma integrada, considerando as crianças e adolescentes, em sua totalidade. São casos de vulnerabilidade social, famílias desprotegidas, situação de risco e que tiveram seus direitos violados. Ações estas que colaboram na qualidade de vida e bem-estar, na garantia de direitos e busca de soluções conjuntas, dando mais agilidade nos processos.

No campo da inclusão e da equidade, o município mantém a universalização da oferta educacional, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a oferta de estudos domiciliares quando necessários e ações permanentes de fortalecimento da relação entre família, escola e comunidade, assegurando atendimento às diferentes necessidades dos estudantes e promovendo uma educação mais inclusiva. O município também oferece atendimento especializado, na APAE de Arroio do Tigre, por meio de termo de fomento, garantindo também o transporte. A instituição desenvolve ações de estimulação precoce, reabilitação, educação especial, promoção da saúde, assistência social e apoio às

famílias, realizando avaliações mediante encaminhamento médico, escolar ou solicitação familiar. Esse trabalho articulado busca garantir que as crianças tenham acesso, em tempo oportuno, aos serviços especializados e aos apoios necessários ao seu desenvolvimento, favorecendo sua aprendizagem, participação e permanência na escola, bem como assegurando o atendimento educacional adequado às suas necessidades.

Os projetos intersetoriais desenvolvidos pelo município de Estrela Velha constituem importante estratégia para promover a formação integral dos estudantes, articulando ações entre diferentes políticas públicas e instituições parceiras. Desde 2021, são ofertadas oficinas de futebol de campo e patinação, ampliando as oportunidades de desenvolvimento esportivo, social e cultural.

Na área da saúde, destacam-se a adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE), que integra as políticas de Educação e Saúde por meio de ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, e ao Programa Imuniza Escola RS, implantado em 2025, que fortalece a articulação entre as secretarias de Saúde e Educação para ampliar a cobertura vacinal e incentivar a vacinação no ambiente escolar.

Além desses, há projetos desenvolvidos em parceria com as Secretarias Municipais da Saúde, Assistência Social e Agricultura, a Emater, o Conselho Tutelar, a Brigada Militar e outras instituições, promovendo ações de educação ambiental, sustentabilidade, proteção social, cidadania, promoção da saúde e acompanhamento das famílias. Essa atuação integrada amplia as oportunidades de aprendizagem, fortalece a rede de proteção e contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a qualidade da educação no município.

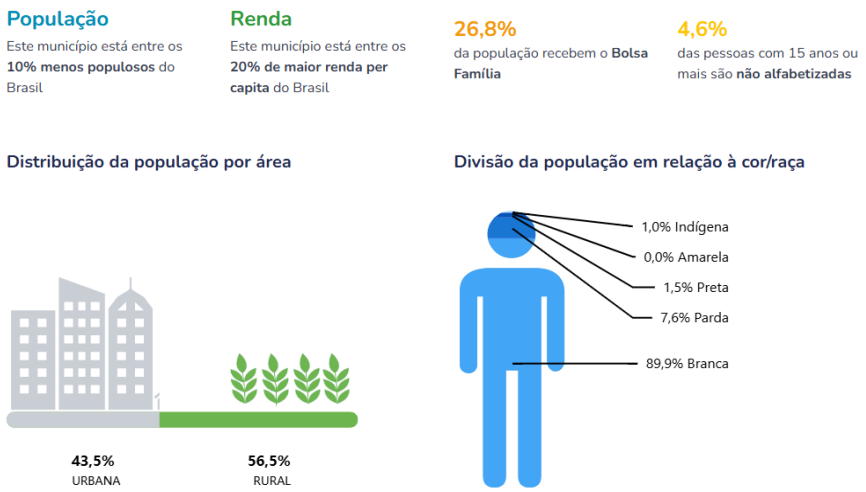
A educação da rede municipal é igualmente fortalecida por projetos que promovem valores cooperativos, protagonismo estudantil e cidadania, como o Programa A União Faz a Vida, o projeto Estrela Velha: Comunidade Leitora: Gente que Lê Cresce, o projeto de Educação Financeira Cooperação na Ponta do Lápis, a Cooperativa Escolar de Estrela Velha (COOPEEV) e as ações de Educação Fiscal, que estimulam a participação, a responsabilidade social e a formação de cidadãos conscientes.

Também se investe na ampliação das oportunidades educacionais por meio da oferta de escolas com turmas em tempo integral, da participação no Programa Escola das Adolescências, das ações de recomposição das aprendizagens e do Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, Ações Municipais de Reforço Escolar, Recomposição de Aprendizagem e Estudos Intensivos nos 2º, 5º e 9º ano e Ensino Estruturado, fortalecendo metas e estratégias para reduzir defasagens educacionais e garantir o sucesso escolar.

Complementam esse conjunto de iniciativas a utilização da Plataforma Elefante Letrado, voltada ao desenvolvimento da leitura, e os projetos intersetoriais desenvolvidos em parceria com diferentes políticas públicas, ampliando as oportunidades de aprendizagem e contribuindo para a formação integral dos estudantes.

Esses programas e ações conferem consistência à política educacional de Estrela Velha, evidenciando o compromisso do município com a melhoria da qualidade da educação, a equidade, a inovação pedagógica e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, para a elaboração do diagnóstico da escola, buscou-se dados e informações seguras para que se pudesse realizar um levantamento real e embasado sobre a instituição. Um deles, foi a plataforma QEdu, um portal de dados educacionais do Brasil, que reúne os principais indicadores da Educação Básica e possibilita um debate qualificado sobre a educação. Conforme dados apontados, o Município de Estrela Velha apresenta o seguinte panorama:



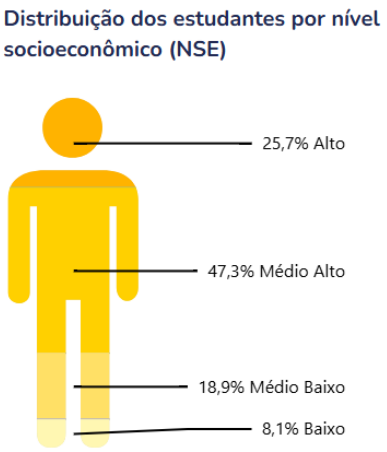
Dados: QEdu/Censo Demográfico 2022 (IBGE)

A maioria da população do município ainda está distribuída na zona rural (56,5 %) e a divisão da população em relação à cor/raça se declarou branca, parta, preta e indígena, conforme os percentuais acima.

Quanto ao atendimento de estudantes matriculados na escola, os dados do Censo Escolar 2025 (https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acessado em: 27/08/2026) Em relação ao território, os dados mostram uma composição étnico-racial bastante concentrada na categoria branca, com 466 matrículas. A categoria preta/parda registra 67 estudantes, enquanto a indígena corresponde a 15 e uma matrícula não declarada. Essa distribuição reflete o perfil étnico-racial da comunidade atendida pela escola e contribui para compreender melhor o contexto local. Os dados de autodeclaração evidenciam que essa composição étnico-racial reflete o contexto histórico e sociocultural da região, marcada predominantemente pela colonização alemã e, em menor proporção, italiana. Essa herança cultural permanece viva no cotidiano da comunidade em que a escola está inserida, influenciando tradições, modos de vida e identidade.

Com base no INSE (Indicador de Nível Socioeconômico) do território, elaborado a partir das respostas dos estudantes ao questionário socioeconômico do Saeb que considera itens de posse de bens e serviços, além da escolaridade dos pais, é possível distribuir os estudantes em oito níveis, sendo o nível I o mais baixo e o nível VIII o mais elevado. As escolas públicas de Estrela Velha são classificadas com NSE 5. Neste nível, considera-se que a maioria dos estudantes, a mãe/responsável tem o ensino médio completo ou ensino superior completo, o pai/responsável tem do ensino fundamental

completo até o ensino superior completo. A maioria possui uma geladeira, um ou dois quartos, um banheiro, wi-fi, máquina de lavar roupas, freezer, um carro, garagem, forno de micro-ondas. Parte dos estudantes deste nível passa a ter também dois banheiros (Fontes: Censo Escolar 2024 e INSE 2021 – INEP).



Fontes: QEdu Censo Escolar 2024 e INSE 2021 - INEP

Ainda assim, é importante destacar que, embora a comunidade mantenha essas características, a escola recebe crianças provenientes de diferentes localidades, o que amplia a diversidade e enriquece as experiências. Nesse cenário, a instituição educacional assume um papel essencial: valorizar a identidade cultural local sem deixar de promover o respeito, a inclusão e o diálogo entre diferentes origens e trajetórias. Desse modo, compreender o perfil étnico-racial dos estudantes permite reconhecer a singularidade do território e, ao mesmo tempo, reforçar o compromisso da escola com uma educação democrática, que acolha cada criança em sua pluralidade e favoreça a construção de uma convivência cidadã, sensível às diferenças e aberta ao mundo.

Compreender essa diversidade também implica reconhecer que a educação brasileira é resultado de uma trajetória histórica marcada por avanços, desafios e pela ampliação progressiva do direito à educação. A seguir, a linha do tempo da história da educação no Brasil permite compreender esses principais marcos e as transformações que contribuíram para a configuração da escola brasileira contemporânea.



Fonte: MEC, 2026. (SME/Elaboração Própria)

6. CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Municipal de Educação constitui um marco educacional, por representar um processo de sensibilização e mobilização da comunidade educativa, desenvolvido de forma articulada e democrática. Nele, foram discutidas as diferentes etapas e modalidades da educação, da básica ao ensino superior, em consonância com os marcos legais, como a Constituição Federal de 1988, o Plano Nacional de Educação, o Plano Estadual de Educação (PEE-RS) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), entre outros.

Nesse sentido, o documento contribui para o debate e a construção de uma política educacional integrada entre União, Estado e Município, reafirmando a efetivação do direito social à educação com qualidade para todos. Para isso, considera a análise de indicadores, reflexões e apontamentos sobre diretrizes, objetivos, metas e estratégias, à luz do PNE e dos diagnósticos realizados, os quais subsidiaram a definição de ações de curto, médio e longo prazo para o alcance das metas estabelecidas.

O PNE (2026-2036) tem como diretrizes:

I - a centralidade do direito à educação, da qualidade, da equidade, da inclusão e da aprendizagem, respeitadas as especificidades e necessidades educacionais dos estudantes, como orientações para a formulação e a implementação das políticas educacionais;

II - o respeito à liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a ciência, a arte e o saber, com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

III - a promoção dos direitos humanos, da dignidade da pessoa humana, do respeito à diversidade, da sustentabilidade socioambiental e do exercício pleno da cidadania;

IV - a garantia de ambiente de aprendizado plural e do debate crítico de diferentes perspectivas;

V - a garantia do direito humano à liberdade religiosa, incluindo a proteção à liberdade de consciência e de crença, e de convicção filosófica ou política;

VI - o reconhecimento da importância da articulação entre família e escola para o processo educacional;

VII - a promoção da cultura da paz e da prevenção à violência no ambiente escolar;

VIII - a visão sistêmica do planejamento da política educacional e a sua relação com outras áreas do desenvolvimento local, regional e nacional;

IX - a intersetorialidade e a interseccionalidade como abordagens para o enfrentamento dos problemas da educação no contexto de cada território;

X - a promoção do desenvolvimento socioambiental, cultural, tecnológico e econômico;

XI - o equilíbrio entre as responsabilidades federativas e o fluxo adequado, equitativo e sustentável de recursos para a educação pública, de acordo com os objetivos e as metas deste PNE;

XII - a pactuação na coordenação e na implementação das metas e estratégias dos planos decenais de educação, realizada no âmbito das subcomissões vinculadas às instâncias colegiadas do Sistema Nacional de Educação, referidas no § 9º do art. 7º desta Lei, no contexto do regime de colaboração e de participação social como princípios do planejamento educacional, consideradas as especificidades culturais e territoriais;

XIII - a integração do monitoramento e da avaliação contínuos aos processos de planejamento e de implementação das políticas educacionais;

XIV - a consideração de múltiplas fontes de dados oficiais, incluindo informações demográficas, educacionais, sociais, econômicas e territoriais, para subsidiar o planejamento, a implementação e a avaliação das políticas educacionais;

XV - a democratização dos processos de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais com participação e controle social;

XVI - a análise dos processos e dos resultados educacionais e o uso das evidências decorrentes dessas análises na formulação das políticas educacionais;

XVII - a identificação, a valorização e a disseminação das boas práticas e experiências exitosas nacionais e internacionais, respeitadas as diversidades regionais, com vistas à melhoria dos processos de aprendizagem e da qualidade da educação.

O Novo Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 2026 a 2036, reforça a instituição do Sistema Nacional de Educação, estabelecendo normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com o objetivo de garantir o alcance das metas e estratégias educacionais. Elaborado a partir de conferências e debates nacionais, o documento fundamenta-se no compromisso com a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade da educação em todo o país.

O plano está estruturado em 19 objetivos, que definem prioridades voltadas à promoção da equidade no acesso e na permanência escolar, buscando reduzir desigualdades entre diferentes grupos sociais. Esses objetivos se desdobram em 8 temáticas centrais, que abrangem a Educação Infantil, Alfabetização, Ensino Fundamental e Médio, Educação Integral, Diversidade e Inclusão, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Superior e a Estrutura e Funcionamento da Educação Básica.

Para viabilizar sua implementação, o PNE estabelece 73 metas, que expressam de forma quantitativa e qualitativa as ações planejadas, além de 372 Metas e Estratégias, que orientam políticas, programas e iniciativas articuladas entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, podendo ser complementadas nos planos estaduais e municipais. Entre suas inovações, destacam-se a busca pela qualidade do ensino, a promoção da aprendizagem com equidade, a valorização da educação indígena, do campo e quilombola, a ampliação da educação integral, o fortalecimento da infraestrutura escolar por meio de programas nacionais e o reforço das estruturas de governança e dos planos decenais.

Abaixo estão elencados os dezenove objetivos considerados prioritárias:



Fonte: MEC, 2026. (SME/Elaboração Própria)

O presente plano, embora esteja alinhado às diretrizes do Novo Plano Nacional de Educação (PNE), será adaptado à realidade local do município, considerando suas especificidades, necessidades e potencialidades. Para isso, serão observadas as condições de viabilidade técnica, administrativa e financeira, de modo a garantir a efetividade das ações propostas. Dessa forma, busca-se assegurar que as metas e estratégias estabelecidas sejam exequíveis e coerentes com o contexto educacional municipal, promovendo avanços progressivos na qualidade da educação e no atendimento das demandas da comunidade escolar.

Adiante, apresentam-se realidade do município, objetivos, metas e estratégias viáveis:

6.1 OBJETIVO 1 – Acesso à Educação Infantil

Ampliar a oferta de matrículas em creche e universalizar a pré-escola.

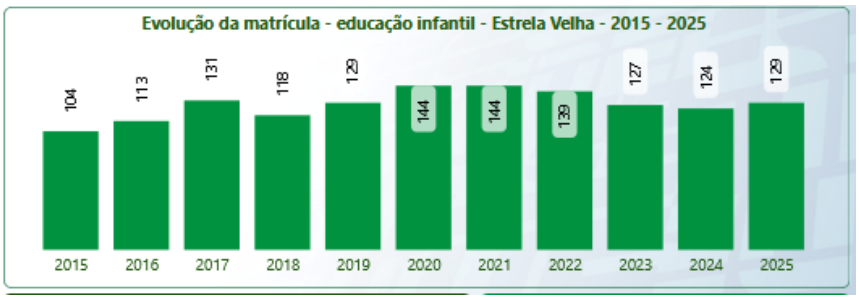
6.1.1 DIAGNÓSTICO:

PROBLEMA

Ampliar a oferta de vagas em creches e assegurar a manutenção da universalização da pré-escola, garantindo o acesso e a permanência das crianças na Educação Infantil.

ANÁLISE DESCRITIVA

No município de Estrela Velha, a oferta dessa etapa foi sendo ampliada ao longo dos anos, acompanhando as mudanças na legislação educacional e as demandas da população. Em 1991, iniciaram-se as turmas de Pré-Escola vinculadas à EMEF Álvaro Rodrigues Leitão, atendendo inicialmente crianças de cinco anos. No ano de 2001, também foi implantada uma turma de pré-escola na EMEF Rui Barbosa, localizada na Linha das Bicas. Em 2007, a EMEF 25 de Julho (Linha São Marcos) passou a oferecer atendimento à Educação Infantil no turno da tarde, acolhendo crianças que anteriormente eram atendidas na EEEF Itaúba. Já 2014, a Educação Infantil da escola da área urbana passou a ser atendida em espaço próprio, com a criação da EMEI Alzira Nunes Ceolin -Vó Alzira, fortalecendo a organização da rede municipal para essa etapa de ensino.



Fonte: Censo Escolar, 2025

A evolução das matrículas na Educação Infantil demonstra crescimento ao longo da última década, passando de 104 matrículas em 2015 para 129 em 2025. Apesar de pequenas oscilações no período, observa-se a manutenção da oferta e o fortalecimento do atendimento às crianças da Educação Infantil no município.

Atualmente (2026), a Educação Infantil no município é ofertada em três instituições, garantindo atendimento às crianças da creche e da pré-escola. A EMEI Alzira Nunes Ceolin atende 78 crianças, sendo 43 na creche e 35 na pré-escola. A EMEF 25 de Julho mantém uma turma de creche com 9 crianças de três anos e também oferta atendimento à pré-escola, totalizando 27 crianças de quatro e cinco anos. O município ainda conta com turma de Educação Infantil na Escola Indígena EEEF Karaí Tataendy Vera Claudio Acosta, assegurando o atendimento às especificidades da comunidade indígena e ampliando o acesso à educação na primeira infância.

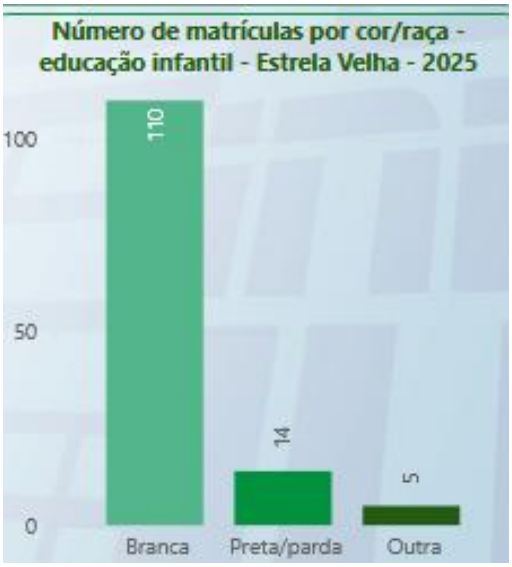
Em atendimento aos princípios da publicidade e da transparência previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como às normas de acesso à informação, a Secretaria Municipal de Educação de Estrela Velha tem informado periodicamente (https://estrelavelha.rs.gov.br/portal/lista-de-espera-aguardando-vaga-em-creches/), que não há lista de espera para vagas na Educação Infantil (creche) na Rede Municipal de Ensino. Todas as crianças regularmente inscritas estão sendo atendidas, inexistindo demanda reprimida por vagas.

Conforme o monitoramento das metas do Plano Municipal de Educação (PME 2014-2025), no que se refere ao percentual da população de 0 a 3 anos atendida na Educação Infantil (Creche), observa-se que o município apresenta evolução na taxa de atendimento. De acordo com os dados do IBGE/SIDRA (2022), o percentual de crianças dessa faixa etária frequentando a creche era de 24,23%. Já os dados levantados pela Secretaria Municipal de Educação em 2026 (Recibo do Fechamento do Censo Escolar, 2026) indicam uma taxa de atendimento de 39,4%, demonstrando ampliação do acesso à Educação Infantil. Embora o município tenha avançado no atendimento dessa etapa, a meta estabelecida pelo PME, de alcançar 50% de atendimento da população de 0 a 3 anos, permanece como objetivo a ser alcançado, com a continuidade de ações voltadas à ampliação da oferta de vagas e à garantia do direito à educação na primeira infância.

Quanto a matrícula de 4(quatro) e 5 (cinco) anos, a obrigatoriedade é estabelecida pela Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009: "Art. 208 - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria". Em relação à população dessa faixa etária, cuja meta de atendimento (PNE 2014-2025) já era de 100%, os dados oficiais do SIDRA/IBGE (2022) indicam uma taxa de 93,22%, sugerindo que, naquele período, o município ainda não havia alcançado a universalização do atendimento. No entanto, o monitoramento realizado pela Secretaria Municipal de Educação (SME), em 2026, registra 100% de atendimento, evidenciando o alcance da meta estabelecida.

A divergência entre os dados oficiais e os dados municipais pode ser explicada por características específicas da realidade local. Algumas crianças residentes em municípios vizinhos realiza o acompanhamento vacinal no município de Estrela Velha e, em alguns levantamentos, acaba sendo contabilizada como pertencente à população local, ocasionando distorções nos dados oficiais. Além disso, por se tratar de um município de pequeno porte, a cobertura dos Agentes Comunitários de Saúde é de 100%, permitindo o acompanhamento sistemático das famílias e conferindo maior precisão ao cadastro e ao monitoramento da população em idade escolar. Dessa forma, os dados municipais refletem com maior fidelidade a realidade do atendimento educacional no município.

A classificação por cor/raça apresentada a seguir considera a autodeclaração realizada pelos pais ou responsáveis no ato da matrícula. Essas informações são registradas pelas unidades escolares e utilizadas na alimentação dos dados do Censo Escolar, permitindo o acompanhamento do perfil dos estudantes e subsidiando o planejamento de políticas educacionais voltadas à equidade e à inclusão.



Fonte: Censo Escolar 2025.

Em 2025, as matrículas da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Estrela Velha apresentam predominância de crianças autodeclaradas brancas, totalizando 110 matrículas. As crianças autodeclaradas pretas ou pardas somam 14 matrículas, enquanto a indígena registra 5 matrículas. Esses dados refletem o perfil demográfico da população atendida pelo município e reforçam a importância de manter políticas educacionais pautadas na inclusão, no respeito à diversidade e na promoção da equidade, assegurando que todas as crianças tenham acesso, permanência e oportunidades de aprendizagem.

A Educação Infantil em Estrela Velha conta com oferta de Educação Integral na EMEI Alzira Nunes Ceolin, onde todas as turmas são atendidas em Tempo Integral. Na EMEF 25 de Julho e na Escola Indígena EEIEF Karaí Tataendy Vera Cláudio Acosta, o atendimento ocorre em regime parcial.



Fonte: Censo Escolar 2025.

Entre 2015 e 2025, as matrículas em Tempo Integral na Educação Infantil apresentaram crescimento, passando de 32 para 85 estudantes, demonstrando o fortalecimento gradual dessa modalidade de atendimento. Além disso, todos os docentes da Educação Infantil (rede municipal) possuem formação em nível superior, assegurando a qualificação profissional para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que integram o cuidar e o educar. O atendimento as crianças são reforçados pelo trabalho de oito Auxiliares de Atendimento Educacional e quatro estagiárias do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), contribuindo para uma educação de qualidade e inclusiva.

No que diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), as redes asseguram sua oferta a todas as crianças que dele necessitam, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios da educação inclusiva.

Observa-se, em alguns casos, as crianças ingressam na Educação Infantil sem diagnóstico conclusivo relacionado a deficiência, transtorno do espectro autista, outros transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Nesses casos, a equipe escolar realiza o acompanhamento do desenvolvimento da criança, mantém diálogo permanente com a família e aciona a rede intersetorial, envolvendo os setores da educação, da saúde e da assistência social, com o objetivo de viabilizar as avaliações e os encaminhamentos necessários.

A elaboração do Plano de Expansão de Matrículas na Educação Infantil do município de Estrela Velha, no âmbito do Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil (Conaquei), instituído pelo Ministério da Educação (MEC), constitui um importante instrumento de planejamento e gestão educacional. O processo envolveu diagnóstico da demanda, planejamento, financiamento e monitoramento, possibilitando identificar as necessidades do território e organizar, de forma transparente e planejada, a ampliação da oferta de creche e a manutenção da universalização do acesso à pré-escola. Nesse contexto, o Plano de Expansão contribui diretamente para o fortalecimento das políticas públicas de Educação Infantil e para o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas no Plano Municipal de Educação (PME), subsidiando a tomada de decisões e orientando ações que assegurem o direito à educação, a equidade e a qualidade do atendimento às crianças do município.

Além da ampliação do acesso, o município tem investido na qualificação da oferta da Educação Infantil. Nesse sentido, são promovidos cursos, seminários e ações de formação continuada, visando ao desenvolvimento profissional dos educadores e à atualização permanente das práticas pedagógicas, contribuindo para a melhoria da qualidade do atendimento às crianças.

ANÁLISE CAUSAL

Vale retomar que o município de Estrela Velha apresenta uma característica demográfica que influencia diretamente a organização da oferta da Educação Infantil. Segundo os dados populacionais, 43,45% da população (1.334 pessoas) reside na área urbana, enquanto 56,55% (1.736 pessoas) vive na área rural, configurando um município com predominância de população rural.

Tabela 9923 - População residente, por situação do domicílio		
Variável - População residente (Pessoas)		
Ano - 2022		
Brasil e Município	Situação do domicílio	
	Urbana	Rural
Estrela Velha (RS)	43,45	56,55
Estrela Velha (RS)	1.334	1.736

SIDRA/IBGE, 2022.

Nesse contexto, a ampliação do atendimento às crianças de 0 a 3 anos constitui um desafio significativo. A dispersão geográfica das famílias no meio rural implica maiores distâncias entre as residências e as instituições de ensino, assim como a complexidade da oferta do transporte escolar para essa faixa etária, que demanda cuidados específicos e condições adequadas de deslocamento.

Outro aspecto relevante refere-se às características socioculturais da comunidade. É comum que as famílias optem por manter as crianças pequenas no ambiente familiar durante os primeiros anos de vida, especialmente quando contam com uma rede de apoio formada por pais, avós ou outros familiares responsáveis pelos cuidados diários. Assim, a procura por vagas em creche nem sempre corresponde à totalidade da demanda potencial, uma vez que muitas famílias exercem o direito de adiar o ingresso da criança na instituição de Educação Infantil.

Dessa forma, o município busca conciliar a ampliação gradual da oferta de vagas com o respeito ao direito de escolha das famílias, garantindo atendimento àquelas que manifestam interesse pela matrícula, sem desconsiderar as especificidades territoriais, sociais e culturais da população local. O planejamento da expansão da Educação Infantil, portanto, considera tanto a necessidade de assegurar o acesso às crianças que demandam o serviço quanto a realidade de um município predominantemente rural, em que fatores geográficos e culturais influenciam diretamente os indicadores de atendimento.

CAUSAS CRÍTICAS

- A concentração do público-alvo da Educação Infantil (creche) na área rural dificulta o acesso às unidades de ensino em razão da dispersão geográfica e das limitações de transporte.
- A opção de parte das famílias pelo cuidado domiciliar reduz a demanda pela matrícula na Educação Infantil (creche).

6.2 OBJETIVO 2 - Qualidade da Educação Infantil

Garantir a qualidade da oferta de educação infantil.

6.2.1 DIAGNÓSTICO:

PROBLEMA

Assegurar a continuidade das condições de qualidade já alcançadas na Educação Infantil, diante das demandas de expansão, formação profissional e melhoria permanente.

ANÁLISE DESCRITIVA

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças, exigindo um olhar atento para as condições que garantam um atendimento de qualidade, inclusivo e equitativo. Nesse contexto, o diagnóstico da Educação Infantil do município de Estrela Velha buscou analisar a realidade da rede municipal e estadual considerando os princípios estabelecidos pelas Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade

e Equidade para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 1/2024). Para tanto, foram observadas as cinco dimensões propostas pela normativa: gestão democrática, identidade e formação profissional, proposta pedagógica, avaliação e infraestrutura, edificações e materiais, possibilitando reconhecer os avanços consolidados, identificar os desafios existentes e subsidiar o planejamento de ações voltadas ao fortalecimento da qualidade da oferta educacional, respeitando as características e as necessidades do contexto municipal.

Conforme já destacado, a oferta da Educação Infantil no município consolidou-se em período relativamente recente. Inicialmente, essa etapa era atendida em espaços das escolas de Ensino Fundamental. Em 2014, a Educação Infantil da área urbana passou a contar com sede própria Escola Municipal de Educação Infantil Alzira Nunes Ceolin. Solicitada pelo município através do PAR (Programa de Ações Articuladas), do Ministério da Educação (MEC), com apoio financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a iniciativa contribuiu para a melhoria da infraestrutura e para a oferta de melhores condições ao desenvolvimento das atividades pedagógicas e à qualificação do processo de ensino e aprendizagem.

Na área rural, a infraestrutura também passou por importantes transformações. Em 2016, foi inaugurada a nova sede da Escola Municipal de Ensino Fundamental 25 de Julho, também construída por meio do PAR. Vale ressaltar que os investimentos representaram um importante avanço para a infraestrutura da rede municipal, qualificando os espaços escolares e proporcionando ambientes mais seguros, acessíveis e adequados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Com a transferência das crianças para o novo prédio, a antiga escola seria reformada e adaptada para atender, com exclusividade, a Educação Infantil. Entretanto, em 2017, a antiga edificação foi atingida por um forte temporal que provocou danos estruturais severos, inviabilizando sua recuperação e tornando necessária sua demolição. Diante dessa situação, as crianças da Educação Infantil permaneceram no novo prédio da escola, onde foram realizadas as adaptações necessárias para atender às especificidades dessa etapa.

O município também busca assegurar a acessibilidade na Educação Infantil por meio da adequação dos espaços físicos, da eliminação de barreiras arquitetônicas e da oferta de recursos que favorecem a participação e a aprendizagem de todas as crianças. As instituições de ensino contam com infraestrutura acessível, contemplando recursos de acessibilidade que favorecem a mobilidade, a autonomia e a participação de todos os estudantes..

A rede municipal de ensino de Estrela Velha apresenta condições adequadas de infraestrutura para o atendimento das crianças (QEdu, 2025). Todas as unidades escolares dispõem de prédio escolar, energia elétrica da rede pública, banheiros, rede de esgoto, cozinha, alimentação escolar, coleta de lixo, acessibilidade, acesso à internet e biblioteca e/ou sala de leitura. Em relação ao abastecimento de água, 50% das escolas são atendidas pela rede pública, enquanto a escola localizada na área rural utiliza água proveniente de poço artesiano.

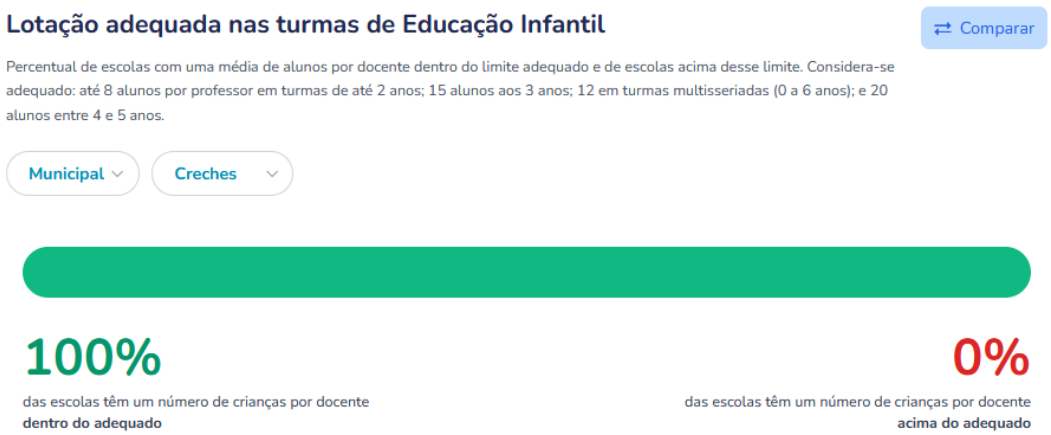
Quanto às condições sanitárias e de segurança, todas as unidades escolares do município mantêm Alvará Sanitário vigente, renovado anualmente, atendendo às exigências legais e garantindo condições adequadas para o funcionamento das instituições de ensino.

É importante salientar, nesse contexto, que o Conselho Municipal de Educação exerce papel fundamental no acompanhamento, na regulamentação e na garantia da qualidade da oferta educacional no Sistema Municipal de Ensino de Estrela Velha. Entre suas atribuições, destaca-se o credenciamento, o recredenciamento e a autorização de funcionamento das instituições de ensino, realizados de forma criteriosa e sistemática, conforme a legislação vigente. Para esses procedimentos, o cumprimento dos requisitos legais e estruturais é indispensável, destacando-se a apresentação do Alvará do Corpo de Bombeiros, documento obrigatório que atesta as condições de segurança e prevenção contra incêndios das instituições. O atendimento a essas exigências contribui para assegurar ambientes escolares seguros e adequados, fortalecendo o acompanhamento das instituições e promovendo a qualificação contínua da educação ofertada no município.

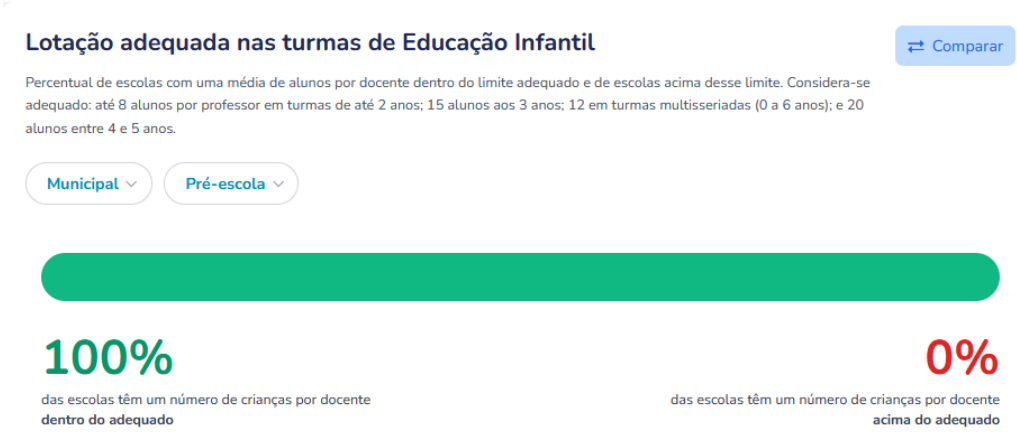
Outro aspecto relevante é a elaboração e o acompanhamento do Relatório de Busca Ativa Escolar, instrumento que fortalece as ações de acesso, permanência e monitoramento da frequência das crianças, contribuindo para a garantia do direito à educação. Além do comprometimento da Secretaria Municipal de Educação com esse processo, o Conselho Municipal de Educação desempenha papel fundamental no acompanhamento e na orientação dessas ações, fortalecendo a articulação entre os órgãos do Sistema Municipal de Ensino e contribuindo para a efetivação de políticas que assegurem o acesso, a permanência e o desenvolvimento educacional das crianças.

Como avanço normativo, destaca-se a publicação da Resolução nº 13/2025, que instituiu as Diretrizes Operacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Estrela Velha, em consonância com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2024). A normativa estabelece critérios para a organização das instituições, orientando aspectos como o dimensionamento das turmas e a proporção de profissionais por criança, de acordo com as características de cada grupo etário, atualizando a Resolução CME/EV nº 04/2019, que já tratava sobre o espaço físico e a faixa etária, observada a relação numérica entre crianças e profissionais da educação. Essas diretrizes representam um importante marco para o fortalecimento da qualidade do atendimento, assegurando melhores condições para o desenvolvimento integral das crianças e para a oferta de uma Educação Infantil mais equitativa.

Educação Infantil - Creche



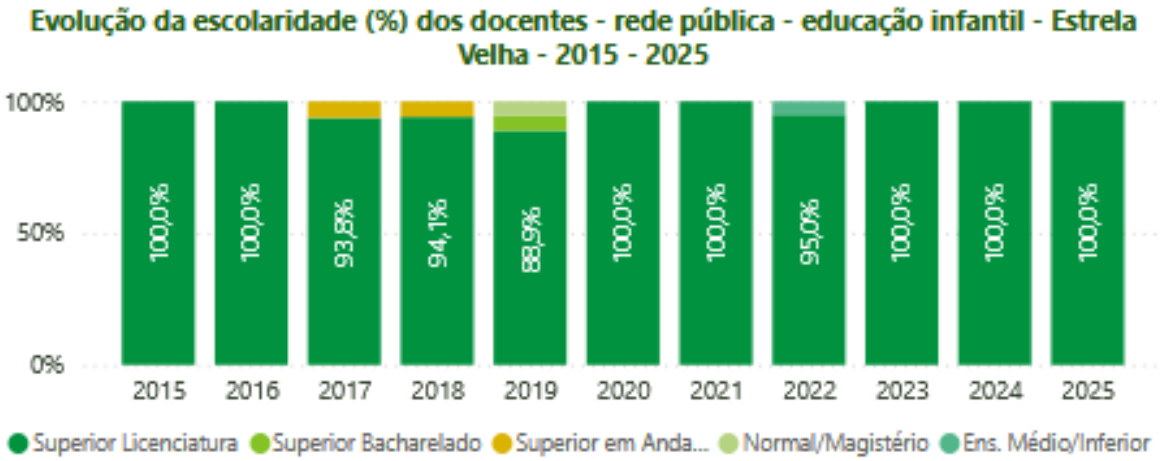
Educação Infantil – Pré-Escola



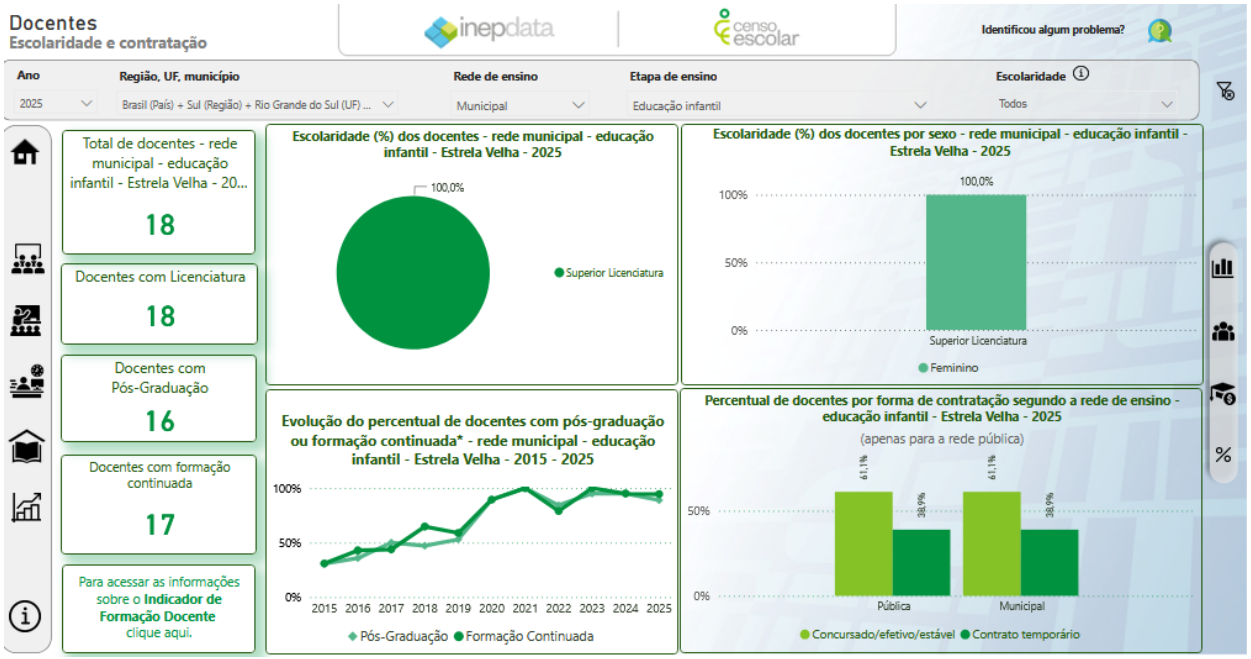
(QEdu, 2025. Fonte: Censo Escolar, 2025)

Os dados apresentados evidenciam que 100% das turmas da Educação Infantil, tanto na Pré-escola quanto nas Creches, encontram-se com número de crianças por docente dentro do parâmetro considerado adequado, demonstrando que o município atende aos critérios de lotação estabelecidos para essa etapa de ensino, favorecendo a qualidade do atendimento, o acompanhamento individualizado das crianças e melhores condições para o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

A valorização dos profissionais que atuam na Educação Infantil constitui um dos pilares para a garantia da qualidade da educação. Nesse contexto, os dados apresentados a seguir reúnem informações sobre a formação inicial e continuada, a carreira e a experiência profissional dos docentes que atuam nessa etapa de ensino, permitindo analisar as condições de qualificação e valorização desses profissionais na rede educacional.



Fonte: Censo Escolar, 2025.



Fonte: Censo Escolar, 2025.

Os dados evidenciam que a rede municipal de ensino contava em 2025 com 18 docentes atuando na Educação Infantil, sendo 100% com formação em nível superior (Licenciatura). Desses, 16 possuem pós-graduação, representando um elevado nível de qualificação acadêmica, e 17 participaram de ações de formação continuada (com carga horária de mais de 80 horas), demonstrando o compromisso da Secretaria Municipal de Educação com o aperfeiçoamento permanente dos profissionais.

A rede municipal reforça o atendimento às crianças da Educação Infantil por meio da atuação de oito Auxiliares de Atendimento Educacional e quatro estagiárias do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), ampliando o suporte às práticas pedagógicas e favorecendo a inclusão, o cuidado e o desenvolvimento integral das crianças.

Quanto à valorização dos profissionais da educação, o município investe na formação inicial e continuada, reconhecendo que a qualificação docente é um elemento essencial para a qualidade do atendimento às crianças. Entretanto, identifica-se como desafio a atualização do Plano de Carreira do Magistério Municipal, de modo a fortalecer a valorização profissional, contemplando aspectos relacionados à progressão na carreira, às condições de trabalho e à remuneração, em consonância com a legislação vigente e com as demandas atuais da educação.

Para o acesso ao cargo de diretor escolar na rede municipal o município adota critérios técnicos de mérito e desempenho para provimento da função de Diretor, destinado a servidores efetivos. Entre os requisitos para o exercício da função estão a formação em gestão escolar, a participação em formação continuada e a qualificação específica para a área. Destaca-se que todos os gestores da rede municipal possuem pós-graduação, evidenciando o compromisso do município com a qualificação da gestão escolar e com a melhoria da qualidade da educação.

Políticas para a Educação Infantil no município

Situação das políticas de Educação Infantil no município

Tem plano de carreira para os professores da Educação Infantil

Tem programa de formação de professores da Educação Infantil

Tem currículo municipal específico para a Educação Infantil

Veja todas as políticas educacionais →

Fonte: INEP. Questionário de Secretários do Saeb (2023)

Políticas para a Educação Infantil no município

Situação das políticas de Educação Infantil no município

Há política/estratégia para identificar demanda por vagas na Educação Infantil	Sim
Há política/estratégia de supervisão para Educação Infantil	Sim
Há política/estratégia de formação para professores da Educação Infantil	Sim
Há política/estratégia de busca ativa para pré-escola	Sim
Há política/estratégia de transporte escolar para Educação Infantil	Sim
Há metas de matrículas para Educação Infantil no Plano Municipal de Educação	Sim
Há currículo específico para Educação Infantil	Sim
Há plano de carreira específico para professores da Educação Infantil	Sim
Há política/estratégia de articulação intersetorial para Educação Infantil	Não
Há parceria/convênio com instituições privadas para creches	Não
Há parceria/convênio com instituições privadas para pré-escola	Não

Retirado: https://qedu.org.br/educacao-infantil/4307815-estrela-velha

Os dados do Questionário do Secretário Municipal de Educação do Saeb (2023) evidenciam que o município apresenta uma estrutura consistente de políticas voltadas à Educação Infantil. Observa-se a existência de estratégias para identificação da demanda por vagas, supervisão pedagógica, formação continuada de professores, busca ativa para a pré-escola, transporte escolar, metas específicas no Plano Municipal de Educação, currículo próprio e plano de carreira para os docentes da etapa.

Além da realização da busca ativa para a pré-escola, especialmente diante da chegada de novas famílias ao município, as escolas desempenham papel fundamental no acompanhamento sistemático das matrículas: na identificação dessas novas crianças de pré-escola e no desenvolvimento de estratégias de busca ativa para a creche. Também realizam o monitoramento da frequência escolar, buscando identificar situações de ausência e atuar preventivamente junto às famílias.

O município reconhece a importância da elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) como instrumento de planejamento intersetorial para a promoção e garantia dos direitos das crianças de zero a seis anos de idade, conforme estabelece o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016). Embora o PMPI ainda não tenha sido elaborado, a gestão municipal está mobilizando os diferentes setores envolvidos para iniciar sua construção de forma participativa e integrada, fortalecendo a articulação entre as políticas de Educação, Saúde, Assistência Social e demais áreas que atuam na Primeira Infância, com vistas à garantia dos direitos das crianças e ao desenvolvimento de ações articuladas no município.

Quanto à inexistência de parcerias ou convênios com instituições privadas para a oferta de vagas em creches e pré-escolas, esse resultado decorre do fato de que a rede pública municipal atende integralmente à demanda existente, não havendo necessidade de complementação da oferta por meio de instituições conveniadas.

O currículo da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Estrela Velha é compreendido como um conjunto de práticas pedagógicas que articulam as experiências, os saberes e as vivências das crianças aos conhecimentos pertencentes ao patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, promovendo o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos, conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009).

Foi construído a partir do Documento do Território de Estrela Velha, elaborado em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Referencial Curricular Gaúcho (RCG), considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Sua organização envolve a articulação entre direitos de aprendizagem, campos de experiências e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, elementos que orientam o planejamento e a prática pedagógica dos profissionais da educação.

As propostas curriculares desenvolvidas nas instituições de Educação Infantil consideram os princípios éticos, políticos e estéticos previstos nas DCNEI (2009), valorizando a autonomia, a convivência, o respeito às diferenças, a participação, a criticidade, a criatividade, a ludicidade e as múltiplas formas de expressão das crianças. Dessa forma, os tempos, espaços, materiais e experiências são organizados de maneira a favorecer a exploração, a investigação, a interação e a construção de conhecimentos.

A rede municipal também contempla ações voltadas à valorização da diversidade cultural e ao cumprimento da Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Na Educação Infantil, essa abordagem contribui para a construção da identidade das crianças, o reconhecimento das diferentes culturas e o desenvolvimento de atitudes de respeito e valorização das singularidades. Para isso, são considerados materiais pedagógicos diversificados, literatura infantil e práticas que promovem a educação para as relações étnico-raciais.

As práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil têm como eixo central as interações e as brincadeiras, compreendendo a criança como sujeito ativo, que aprende e se desenvolve nas relações com seus pares, com os adultos e com o ambiente. O brincar é reconhecido como um direito fundamental da infância e como elemento essencial para o desenvolvimento da autonomia, da criatividade, da imaginação, da linguagem, da resolução de conflitos e da construção de significados.

O cotidiano escolar é planejado a partir da observação, da escuta sensível e dos registros das aprendizagens das crianças, possibilitando aos professores organizar experiências significativas, considerando os diferentes ritmos, interesses e necessidades de cada grupo. A organização dos ambientes, dos materiais, dos projetos de investigação e das propostas lúdicas busca garantir os direitos de aprendizagem e promover o desenvolvimento integral das crianças.

Nesse contexto, o professor assume papel fundamental como mediador das aprendizagens, planejando contextos educativos que valorizam a curiosidade, a participação e as múltiplas linguagens da infância. As ações desenvolvidas na rede municipal evidenciam o compromisso com uma Educação Infantil de qualidade, pautada no respeito às especificidades das crianças e na garantia de experiências educativas significativas.

No município de Estrela Velha, a avaliação na Educação Infantil é compreendida como um processo contínuo, qualitativo e formativo, voltado ao acompanhamento das aprendizagens e do desenvolvimento integral das crianças. Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, com o Referencial Curricular Gaúcho (RCG) e com o Documento do Território Municipal, a avaliação ocorre por meio da observação cotidiana das interações, das brincadeiras e das diferentes experiências vivenciadas pelas crianças nos espaços educativos.

Os registros desse acompanhamento são realizados por meio de pareceres descritivos, narrativas pedagógicas, histórias de aprendizagem, mini histórias, portfólios e outros instrumentos de documentação pedagógica que evidenciam os processos de desenvolvimento e aprendizagem de cada criança. Esses registros são socializados com as famílias, semestralmente, fortalecendo o diálogo entre escola e comunidade e possibilitando o acompanhamento do percurso de desenvolvimento infantil.

A avaliação na Educação Infantil da rede municipal tem como finalidade subsidiar o planejamento pedagógico, orientar as intervenções dos professores e assegurar que as experiências ofertadas atendam às necessidades, aos interesses e às potencialidades das crianças.

Conforme preconiza o Referencial Curricular Gaúcho (RCG, 2018), a avaliação deve ser compreendida em duas dimensões complementares: a avaliação na Educação Infantil, que acompanha e documenta os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando seus ritmos,

singularidades e contextos; e a avaliação da Educação Infantil, voltada à análise da qualidade das práticas pedagógicas, dos ambientes, das interações e das condições institucionais que garantem os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Nessa perspectiva, a avaliação configura-se como um instrumento permanente de reflexão, qualificação das práticas educativas e promoção da melhoria contínua da oferta da Educação Infantil no município.

A relação entre família, escola e comunidade constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento integral das crianças na Educação Infantil. Desde a infância, a criança transita entre diferentes espaços de convivência, levando consigo experiências, conhecimentos e aprendizagens construídas tanto no ambiente familiar quanto no escolar. Nesse processo, a escola se configura como um espaço de interação, socialização e construção de identidade, no qual as crianças vivenciam a diversidade e ampliam suas possibilidades de aprendizagem.

A parceria entre família e escola é essencial, pois ambas compartilham o compromisso de promover o desenvolvimento e a formação das crianças. Quando a família participa da vida escolar, a criança sente-se acolhida, fortalecida e segura, estabelecendo vínculos que favorecem sua aprendizagem, autonomia e convivência social.

Conforme o Referencial Curricular Gaúcho (RCG, 2018), para ampliar as experiências cotidianas das crianças, é necessário planejar ações e projetos que promovam a integração e a participação das famílias nas instituições de Educação Infantil. Essa aproximação fortalece vínculos, favorece um ambiente de respeito, confiança e cooperação, aspectos fundamentais para o desenvolvimento e o sucesso educativo das crianças.

Nesse sentido, a Rede Municipal de Ensino promove momentos de participação e diálogo com as famílias, possibilitando que conheçam as vivências, as propostas pedagógicas e as aprendizagens desenvolvidas pelas crianças no cotidiano escolar. Essa aproximação contribui para que a família compreenda a importância da Educação Infantil como espaço de descobertas, interações e experiências significativas.

A comunidade também desempenha papel importante nesse processo educativo, uma vez que o contexto social influencia a formação das crianças. Por isso, as instituições de ensino incentivam a participação da comunidade escolar em diferentes momentos, fortalecendo os vínculos entre escola, família e sociedade e promovendo uma educação pautada na cooperação, no respeito e na construção coletiva de uma infância mais significativa.

A alimentação escolar na Educação Infantil constitui um elemento fundamental para o crescimento, o desenvolvimento integral e a aprendizagem das crianças. Além de contribuir para a oferta de refeições equilibradas e adequadas às necessidades nutricionais de cada faixa etária, favorece a formação de hábitos alimentares saudáveis desde os primeiros anos de vida. Nesse contexto, o município busca assegurar uma alimentação de qualidade, observando as orientações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e valorizando a alimentação como parte do cuidado, da educação e da promoção da saúde no ambiente escolar.

Na Rede Municipal de Ensino de Estrela Velha, os espaços da Educação Infantil são organizados de forma a favorecer a autonomia, a exploração, as interações e as descobertas das

crianças. As salas de referência são planejadas com materiais acessíveis, diversificados e organizados esteticamente, possibilitando que as crianças façam escolhas, desenvolvam investigações e construam aprendizagens significativas.

Além da organização das salas referências, as instituições de Educação Infantil buscam garantir ambientes adequados às necessidades das crianças, com mobiliários compatíveis com a faixa etária, banheiros adaptados, materiais ao alcance das crianças, espaços de alimentação que favoreçam a autonomia e áreas externas seguras e organizadas para exploração e brincadeiras.

A organização dos espaços considera que a criança aprende por meio das experiências, das interações e da exploração do ambiente. Dessa forma, são asseguradas condições que promovam segurança, bem-estar, autonomia e confiança, respeitando os tempos e as singularidades de cada criança.

Quanto ao brincar heurístico e os projetos de investigação constituem práticas pedagógicas que valorizam a observação, a escuta sensível, a participação e o protagonismo infantil. Essas propostas possibilitam que as crianças explorem, formulem hipóteses, construam conhecimentos e desenvolvam diferentes competências por meio de experiências significativas.

Nessas propostas, o professor atua como organizador do ambiente, observador e mediador das aprendizagens, realizando registros que possibilitam acompanhar os processos investigativos das crianças e planejar novas experiências.

Assim, a organização dos espaços, materiais e propostas pedagógicas da Educação Infantil da Rede Municipal de Estrela Velha reafirma o compromisso com uma prática educativa baseada nas interações, nas brincadeiras, na investigação e no respeito às especificidades da infância.

A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é um momento significativo na trajetória escolar da criança, exigindo continuidade entre as experiências vivenciadas nas duas etapas. Nesse sentido, as escolas desenvolvem ações e estratégias para tornar essa passagem mais acolhedora e gradual, repensando os espaços, a organização e a mobilidade das salas que recebem as crianças no 1º ano do ensino fundamental. Busca-se, assim, favorecer a autonomia, a adaptação, o bem-estar e o apoio afetivo e socioemocional, garantindo uma transição segura e significativa.

Esse compromisso estende-se ao atendimento das crianças indígenas, matriculadas na rede estadual, reconhecendo a diversidade cultural presente no município e o direito de todas as crianças a uma educação de qualidade, que respeite suas identidades, saberes e formas de aprender.

Nesse contexto, a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Karai Tataendy Vera Cláudio Acosta, localizada na Linha Somavilla, no município de Estrela Velha, atende crianças da educação infantil da comunidade Guarani, assegurando o acesso à Educação Infantil em um ambiente que busca respeitar e valorizar sua identidade cultural. De acordo com o Censo Escolar de 2025, a escola registrava cinco matrículas na Educação Infantil. A oferta dessa etapa foi implantada em 2015, com a criação da primeira turma de pré-escola.

A gestão administrativa da escola está vinculada à 24ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE). Ao longo de sua trajetória, a condução da escola esteve sob a liderança de um professor pertencente a aldeia Guarani, fortalecendo o protagonismo da comunidade e a valorização de sua

cultura e de seus saberes. Em 2026, a docência passou a ser exercida por uma professora que não pertence a comunidade indígena, o que evidencia a necessidade de manter um diálogo permanente com a comunidade, garantindo que as práticas pedagógicas estejam alinhadas à organização social, à língua, à cultura e aos conhecimentos tradicionais do povo Guarani.

Em relação à infraestrutura, a escola dispõe de alimentação escolar, abastecimento de água proveniente de cacimba, considerada potável para consumo, energia elétrica da rede pública, sistema de esgotamento sanitário por fossa séptica e coleta periódica de resíduos sólidos. Possui ainda cozinha e banheiro em funcionamento, oferecendo condições adequadas para o atendimento dos estudantes. No campo da tecnologia, conta com acesso à internet, recurso que amplia as possibilidades pedagógicas e de comunicação, embora ainda haja necessidade de ampliar a disponibilidade de equipamentos tecnológicos e fortalecer sua utilização de forma contextualizada e alinhada às especificidades da educação escolar indígena (QEdu, 2026).

Apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas no reconhecimento dos direitos do povo guarani à educação escolar indígena, permanecem desafios significativos para a consolidação de uma educação verdadeiramente específica, diferenciada, intercultural, bilíngue e comunitária. O fortalecimento da participação da comunidade nas decisões escolares, a valorização da língua materna, dos saberes tradicionais e da história do povo guarani, bem como a formação de profissionais comprometidos com essa realidade e qualificação na área, constituem aspectos fundamentais para assegurar uma educação que contribua para a preservação da identidade cultural e para a construção de um futuro com mais equidade, autonomia e qualidade de vida para a comunidade.

ANÁLISE CAUSAL

A análise da Educação Infantil no município evidencia avanços importantes na garantia do atendimento às crianças, porém também revela fragilidades que merecem atenção no planejamento das políticas públicas. Entre elas, destaca-se a rotatividade de docentes, decorrente, em parte, da necessidade de contratação de professores temporários para suprir demandas da rede. Essa situação pode comprometer a continuidade do trabalho pedagógico, o fortalecimento dos vínculos entre professores, crianças e famílias, bem como a implementação de propostas educativas de longo prazo. A estabilidade do corpo docente constitui um fator relevante para assegurar a qualidade das práticas pedagógicas e favorecer o desenvolvimento integral das crianças.

Outro aspecto que requer fortalecimento é a articulação intersetorial entre as políticas de Educação, Saúde, Assistência Social e demais áreas que atuam na Primeira Infância. Embora o município desenvolva ações integradas entre os diferentes setores, ainda não possui instituído o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), instrumento previsto no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016). A elaboração do PMPI representa uma oportunidade para organizar, integrar e qualificar as ações voltadas às crianças de zero a seis anos, estabelecendo objetivos, metas e responsabilidades compartilhadas entre os diversos órgãos da administração pública. Nesse sentido, o município já reconhece essa necessidade e vem se mobilizando para iniciar a construção do plano, fortalecendo a governança intersetorial e a garantia dos direitos da Primeira Infância.

CAUSAS CRÍTICAS

- A contratação de professores temporários pode gerar descontinuidade no trabalho pedagógico, dificultando a criação de vínculos e a continuidade das práticas educativas.
- Ausência de formalização do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), dificultando a articulação e o planejamento integrado das políticas públicas destinadas às crianças de 0 a 6 anos.

6.3 OBJETIVO 3 – Alfabetização

Assegurar a alfabetização e o nível adequado de aprendizagem em matemática, ao final do segundo ano do ensino fundamental, a todas as crianças, em todas as modalidades educacionais, com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.

6.3.1 Diagnóstico:

PROBLEMA

Crianças do 2º ano do ensino fundamental que não se alfabetizam, comprometendo o desenvolvimento dos estudantes nos anos subsequentes de escolarização e a trajetória regular, havendo persistentes desigualdades entre as populações de baixo nível socioeconômico, em situação de vulnerabilidade social, como crianças declaradas negras, pardas, indígenas ou com deficiência.

ANÁLISE DESCRITIVA

A educação pública brasileira ainda enfrenta desafios significativos relacionados à qualidade do ensino, à infraestrutura escolar, à formação e valorização dos profissionais da educação e ao engajamento dos estudantes no processo de aprendizagem.

Embora a educação seja, atualmente, um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988, com acesso obrigatório e gratuito à educação básica, esse marco é relativamente recente na história do país. Desde então, diversas políticas públicas vêm sendo implementadas com o propósito de ampliar o acesso à educação, promover a permanência dos estudantes na escola e elevar a qualidade do ensino.

No campo da alfabetização, os avanços tornaram-se mais expressivos a partir das últimas décadas, especialmente com a criação de programas e estratégias voltados à alfabetização na idade certa, ao fortalecimento da formação continuada dos professores, ao monitoramento dos resultados educacionais e ao aprimoramento das práticas pedagógicas. Essas iniciativas reafirmam o compromisso com a garantia do direito de todas as crianças à alfabetização, reconhecendo essa etapa como essencial para o desenvolvimento das aprendizagens e para a continuidade da trajetória escolar na Educação Básica.

Em 2000, o Brasil começou a participar do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que

avalia o desempenho de estudantes de 15 anos nas áreas de Leitura, Matemática e Ciências. Em 2001, foi aprovado, por meio da Lei nº 10.172, o Plano Nacional de Educação (PNE 2001–2010), que estabeleceu, entre suas metas, a implantação do Ensino Fundamental de nove anos.

Em 2005, o Ministério da Educação (MEC) lançou o Programa Pró-Letramento: Mobilização pela Qualidade da Educação, uma política de formação continuada destinada aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. O programa tinha como foco o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas relacionadas à alfabetização, leitura, escrita e matemática.

Em 2007, por meio da Portaria Normativa nº 10, de 24 de abril, foi instituída a Provinha Brasil, avaliação diagnóstica destinada aos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, com o objetivo de acompanhar o processo de alfabetização e subsidiar o planejamento pedagógico das redes de ensino.

Em 2012, por meio da Portaria nº 867, de 4 de julho, foi criado o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), uma importante política pública voltada à garantia da alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental. O programa contemplava ações de formação continuada para professores alfabetizadores, materiais didáticos, avaliações sistemáticas e apoio técnico aos estados e municípios.

Como parte das ações do PNAIC, em 2013 foi aplicada, pela primeira vez, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), conduzida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A avaliação passou a medir, em âmbito nacional, os níveis de alfabetização e letramento dos estudantes.

Em 2014 foi aprovado o novo Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), acompanhado dos Planos Estaduais e Municipais de Educação. Uma política de Estado voltada à ampliação do acesso à educação, à universalização da alfabetização, à redução das desigualdades educacionais, à valorização da diversidade e à melhoria da qualidade do ensino.

Entre suas metas destacava-se: Meta 2: universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que, no mínimo, 95% dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada; Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental. Essas metas impulsionaram a implementação de ações e estratégias voltadas ao fortalecimento da alfabetização em todo o país.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), Referencial Curricular Gaúcho (RCG, 2018) e Documento do Território Municipal de Estrela Velha (2019) também foram fundamental para a Política de Alfabetização, pois orientou o desenvolvimento das aprendizagens essenciais, assegurando que todas as crianças tivessem acesso ao processo de alfabetização de forma equitativa, com foco na aquisição da leitura, da escrita e do letramento nos anos iniciais da Educação Básica.

No mesmo ano (2019) foi instituída a Política Nacional de Alfabetização (PNA), por meio do Decreto nº 9.765, de 11 de abril. No mesmo período, o Ministério da Educação lançou o Programa Tempo de Aprender, com o objetivo de enfrentar as principais dificuldades relacionadas à alfabetização, oferecendo formação continuada, materiais pedagógicos e apoio às redes de ensino.

Neste sentido, o município de Estrela Velha acompanhou e vem implementando as políticas educacionais voltadas à alfabetização, alinhando suas ações às diretrizes nacionais e estaduais, com o

objetivo de fortalecer o processo de ensino e aprendizagem e garantir o direito à alfabetização de todas as crianças. Em 2022, foi aderido ao Programa Estadual de Apoio à Alfabetização Alfabetiza Tchê, instituído pelo Decreto Estadual nº 56.674/2022 e posteriormente consolidado pela Lei Estadual nº 16.048, de 30 de novembro de 2023. O programa (em vigência) tem como objetivo assegurar que todos os estudantes da Rede Pública Gaúcha estejam alfabetizados até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

O Alfabetiza Tchê está estruturado em cinco eixos:

- fortalecimento da aprendizagem;
- fortalecimento da gestão municipal e escolar;
- formação continuada de professores;
- avaliação externa, acompanhamento e monitoramento dos indicadores;
- cooperação, articulação e incentivo entre Estado e municípios.

Uma das principais ferramentas do programa é a Avaliação de Fluência Leitora, realizada por meio da Plataforma PARC (Programa de Avaliação e Acompanhamento das Aprendizagens e da Fluência em Leitura), desenvolvida hoje pelo CAEd/UFJF em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

A avaliação mede velocidade (palavras por minuto), precisão, prosódia (ritmo e entonação) e compreensão leitora, permitindo classificar os estudantes em perfis como pré-leitor, leitor iniciante e leitor fluente. Os resultados subsidiam o planejamento pedagógico das escolas e das redes de ensino. A avaliação é aplicada aos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental em duas etapas anuais: diagnóstica (geralmente em março) e somativa (geralmente em novembro).

Em 2023, por meio do Decreto nº 11.556, de 12 de junho, foi instituído o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), fortalecendo a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Essa política veio ao encontro do Programa Alfabetiza Tchê, reforçando as ações já desenvolvidas no Rio Grande do Sul para garantir a alfabetização das crianças na idade certa. Entre as diretrizes do Compromisso destacam-se:

- reconhecimento do protagonismo dos municípios na alfabetização;
- promoção da equidade educacional;
- enfrentamento das desigualdades regionais, socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero;
- centralidade dos processos de ensino e aprendizagem;
- fortalecimento da formação de professores, técnicos e gestores educacionais.

Seus principais objetivos são garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental e promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes que não atingiram os níveis esperados de alfabetização.

Como parte dessa política, a rede municipal aderiu à Plataforma Criança Alfabetizada, que, a partir de 2024, passou a disponibilizar avaliações contínuas aplicadas em três ciclos anuais (I, II e III), contemplando as áreas de Leitura, Escrita e Matemática. Além da aplicação das avaliações, a plataforma

oferece acompanhamento dos resultados e subsídios para o planejamento pedagógico dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

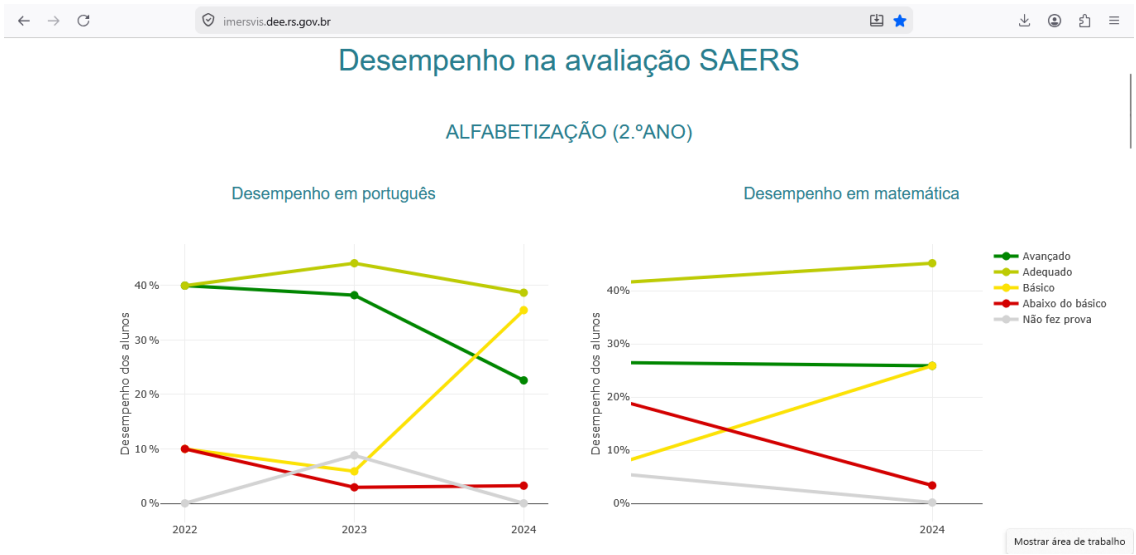
Embora a alfabetização sempre tenha ocupado espaço nas discussões educacionais brasileiras, a preocupação com a garantia da aprendizagem de todas as crianças, acompanhada por políticas públicas estruturadas, metas nacionais e mecanismos sistemáticos de monitoramento e avaliação, é relativamente recente. Desde então, sucessivos programas e políticas públicas têm buscado assegurar o direito de todas as crianças à alfabetização na idade adequada, consolidando um movimento contínuo de aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e da gestão educacional.

A apropriação dos dados obtidos por meio das avaliações permitiu as redes realizar um planejamento consistente e implementar ações mais precisas e qualificadas para o fortalecimento do processo de alfabetização.

Nesse sentido, em dezembro de 2023, a Pesquisa realizada pelo Inep/MEC, definiu o ponto de corte para caracterizar uma criança alfabetizada e estabeleceu metas nacionais anuais para que todas as crianças brasileiras estejam alfabetizadas até 2030. Segundo o Inep, considera-se alfabetizada a criança que alcança 743 pontos na escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), demonstrando habilidades como ler palavras, frases e textos curtos, localizar informações explícitas, realizar inferências em textos verbais e não verbais, escrever palavras com regularidades ortográficas e produzir pequenos textos do cotidiano.

No município de Estrela Velha, o índice de estudantes alfabetizados alcançou 96,8%, superando significativamente a meta nacional estabelecida para o período, de 80%. Esse resultado tem demostrado o compromisso da rede municipal com a qualidade da alfabetização e reflete um conjunto de ações articuladas, entre elas a adesão aos programas federais e estaduais, as parcerias, a implantação da Escola em Tempo Integral, formação continuada dos profissionais da educação e os investimentos em infraestrutura escolar.

Ao encontro disso, desde 2022, por meio do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o Inep firmou acordos de cooperação com os estados para incorporar itens de leitura e escrita às avaliações estaduais, como o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS), do qual a rede municipal também participa, fortalecendo o monitoramento da aprendizagem e o planejamento de ações voltadas à melhoria da alfabetização.



Fonte: VUNESP/SAERS, 2024.

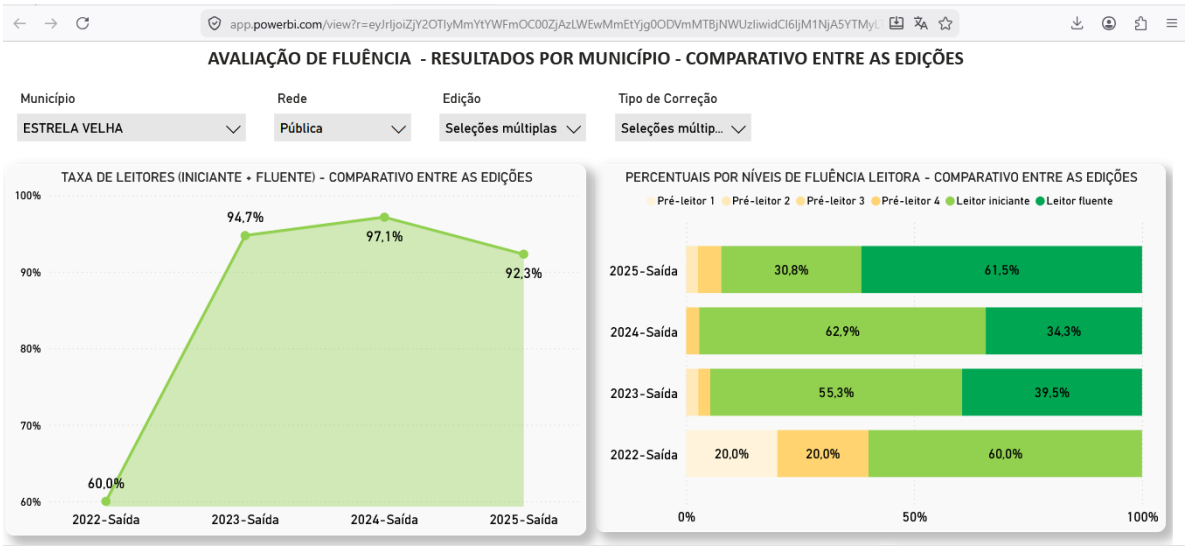
Os resultados da avaliação SAERS evidenciam aspectos positivos no processo de aprendizagem dos estudantes. Em Português, observa-se que a maior parte dos alunos permanece concentrada nos níveis Adequado e Avançado, demonstrando uma base consistente de alfabetização. Embora tenha ocorrido uma redistribuição entre os níveis em 2024, o percentual de estudantes Abaixo do Básico manteve-se bastante reduzido, indicando que menos alunos apresentam dificuldades significativas.

Em Matemática, os resultados mostram avanços importantes. Houve uma expressiva redução no número de estudantes classificados Abaixo do Básico, acompanhada de um aumento no nível Básico, o que sugere que muitos alunos progrediram em relação às aprendizagens essenciais. Além disso, os percentuais nos níveis Adequado e Avançado permaneceram estáveis e elevados, evidenciando a consolidação das habilidades matemáticas para uma parcela significativa da turma.

Em 2024, o município participou do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização 2024. A iniciativa, desenvolvida dentro do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), do Ministério da Educação (MEC), reconhece secretarias de educação estaduais, municipais e distrital com boas práticas no âmbito da política. Estrela Velha conquistou “Ouro” no Selo Nacional de Compromisso com a Alfabetização, após atingir a nota máxima nos critérios estabelecidos. Entre os critérios avaliados estão a colaboração entre os entes federativos, a implementação de políticas públicas voltadas para a alfabetização, a formação de professores e gestores, além da distribuição de materiais didáticos adequados para o desenvolvimento das crianças.

O Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização foi avaliado por uma comissão técnica para analisar as práticas submetidas pelas redes sendo a categoria Ouro a mais alta, concedida às redes de ensino que comprovaram o desenvolvimento de políticas educacionais e práticas pedagógicas efetivas em prol da alfabetização.

No que diz respeito ao histórico dos resultados da Avaliação de Fluência Leitora (Alfabetiza Tchê) podem-se perceber o seguinte:



https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZjY2OTIyMmYtYWFmOC00ZjAzLWEwMmEtYjg0ODVmMTBjNWUzIiwidCI6IjM1NjA5YTMyLTIwMGEtNDhlMy05MDFkLWU3Y2I1ZTZmYTY5ZCJ9. Retirado em: 31/08/2026

Evidenciam avanços significativos na Rede Municipal de Estrela Velha ao longo das avaliações. Após um crescimento expressivo da taxa de leitores entre 2022 (60,0%), 2023 (94,7%) e 2024 (97,1%), o município manteve um excelente desempenho em 2025, alcançando 92,3% de estudantes leitores, percentual que demonstra a consolidação das ações de alfabetização desenvolvidas pela rede.

Observa-se também uma evolução qualitativa dos níveis de fluência. Em 2025, 61,5% dos estudantes já se encontram no nível de Leitor Fluente, representando um avanço importante em relação aos anos anteriores. Além disso, 30,8% estão classificados como Leitor Iniciante, indicando que a grande maioria dos estudantes já domina o processo de leitura e está em trajetória de desenvolvimento da fluência.

Em 2025, Estrela Velha alcançou 91% das crianças alfabetizadas na idade certa (ICA/Indicador Criança Alfabetizada), superando a meta municipal de 80% e também a meta nacional prevista para 2030, que é de 80%. O resultado evidencia o compromisso do município com a qualidade da educação e o trabalho desenvolvido por professores, equipes escolares, gestores e famílias, garantindo que as crianças adquiram as habilidades essenciais de alfabetização no momento adequado, fortalecendo as bases para todo o seu percurso escolar.

Alunos Alfabetizados – 2º Ano do Ensino Fundamental



https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZjY2OTIyMmYtYWFmOC00ZjAzLWEwMmEtYjg0ODVmMTBjNWUzIiwidCI6IjM1NjA5YTMyLTIwMGEtNDhlMy05MDFkLWU3Y2I1ZTZmYTY5ZCJ9. Retirado em: 31/08/2026

O resultado também se destaca no cenário estadual e nacional, com o município ocupando a 25ª posição entre os 463 municípios do Rio Grande do Sul e a 879ª posição entre os 5.524 municípios brasileiros. Dos 35 estudantes matriculados, estima-se que 32 estejam alfabetizados, evidenciando um excelente desempenho e reforçando o trabalho conjunto de professores, gestores, famílias e comunidade escolar na promoção de uma educação de qualidade. Os dados reforçam que os investimentos em capacitação e desenvolvimento profissional docente, acompanhamento pedagógico, recomposição, reforço escolar e ações voltadas à alfabetização têm produzido resultados consistentes. Apesar de oscilações no percurso os índices permanecem elevados, evidenciando a manutenção da qualidade do processo de alfabetização e apontando para o desafio de promover a progressão dos leitores iniciantes para o nível de leitores fluentes. Essa análise demonstra que a rede municipal apresenta um cenário bastante positivo.

ANÁLISE CAUSAL

Análise causal da alfabetização das crianças ouvintes

Os dados indicam que tanto o indicador socioeconômico quanto a cor/raça apresentam associação com os níveis de fluência leitora.



https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZjY2OTIyMmYtYWFmOC00ZjAzLWEwMmEtYjg0ODVmMTBjNWUzIiwidCI6IjM1NjA5YTMyLTIwMGEtNDhlMy05MDFkLWU3Y2I1ZTZmYTY5ZCJ9. Retirado em: 31/08/2026

Os estudantes pertencentes ao Nível Socioeconômico VI e os estudantes brancos apresentam maior percentual de Leitores Fluentes. Por outro lado, os estudantes do Nível V e os estudantes pardos concentram maiores percentuais nos níveis iniciais de leitura.

Os resultados evidenciaram que as desigualdades entre estudantes da rede pública, especialmente as relacionadas ao nível socioeconômico, continuam influenciando suas trajetórias escolares e o acesso às oportunidades de aprendizagem. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas que enfrentem essas diferenças de forma articulada, assegurando a equidade. Nesse contexto, a recomposição das aprendizagens, já implementada no município, consolidou-se como uma estratégia essencial que deve ser mantida, por meio de planejamento, acompanhamento sistemático e intervenções pedagógicas qualificadas, visando minimizar as desigualdades e garantir o desenvolvimento das competências leitoras e o direito de todos os estudantes à aprendizagem.

Também, um dos grandes desafios do município de Estrela Velha é fortalecer e preparar a rede municipal de ensino para atender, de forma efetiva, às diferentes especificidades dos estudantes com deficiência.

No caso da criança com deficiência, linguagens, recursos e estratégias apropriados às diferentes condições podem evitar a exclusão desse público. Para atender às demandas de alfabetização do estudante que é público da educação especial, consideram-se os educandos como sujeitos do seu processo de aprendizagem, em relação aos seus saberes e experiências de vida, incluída a condição de deficiência. Essa perspectiva dialoga com as concepções interacionistas, ao entender o desenvolvimento humano de forma ampla, como processo que segue as mesmas linhas gerais para todas as pessoas. As diferenças encontram-se nas formas e modalidades de acesso, nas linguagens, línguas e códigos, nos

estilos e ritmos de aprendizagem e nas formas particulares de construção das funções de percepção, atenção e memória, as quais dependem das práticas proporcionadas pelo ambiente, em interação com as condições de cada pessoa (MEC, 2025)

Ainda é necessário avançar na qualificação das práticas pedagógicas inclusivas, na formação continuada dos profissionais da educação, na oferta de recursos e materiais acessíveis e na articulação entre escola, família, Atendimento Educacional Especializado e rede de apoio.

Outro ponto a ser observado é que a infrequência pode provocar descontinuidade nas experiências de aprendizagem, dificultar a consolidação das habilidades de leitura e escrita e ampliar as desigualdades no processo de alfabetização. Fortalecer uma cultura de frequência e acompanhamento permanente, com ações de sensibilização das famílias, monitoramento sistemático da presença e estratégias de intervenção precoce, contribuindo para a permanência, a aprendizagem e a alfabetização na idade adequada.

Essas fragilidades impactam diretamente o processo de alfabetização, exigindo ações estruturadas que garantam estratégias de ensino adequadas, acompanhamento individualizado e condições reais para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, assegurando uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos os estudantes.

Análise causal da alfabetização de crianças surdas

A efetivação da alfabetização bilíngue de crianças surdas, tendo a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa escrita como segunda, depende do acesso precoce à língua de sinais, condição essencial para o desenvolvimento linguístico, cognitivo e social. Entretanto, a maioria das crianças surdas nasce em famílias ouvintes, que, muitas vezes, desconhecem a importância da Libras ou recebem orientações fundamentadas exclusivamente na perspectiva clínica da surdez, compreendida apenas como uma deficiência. Como consequência, essas crianças chegam à escola com significativo atraso na aquisição da linguagem, comprometendo seu processo de alfabetização e aprendizagem.

Esse cenário evidencia a necessidade de uma rede de apoio articulada e comprometida, envolvendo profissionais da saúde, educação, assistência social e demais serviços de atendimento à infância, além das famílias. Desde o momento do diagnóstico, é fundamental que médicos, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais e demais profissionais estejam preparados para orientar as famílias sobre a importância da aquisição precoce da Libras, do contato com a comunidade surda e das possibilidades da educação bilíngue. Essa atuação integrada contribui para reduzir o capacitismo, fortalecer a identidade linguística e cultural da criança surda e garantir o exercício pleno de seus direitos.

Além disso, persistem desafios relacionados à consolidação de uma política pública de alfabetização bilíngue, como a insuficiência de escolas bilíngues, infraestrutura inadequada, limitações no transporte escolar, ausência de diretrizes curriculares consolidadas, escassez de materiais didáticos específicos, fragilidades nos processos de avaliação da aprendizagem e baixa oferta de formação inicial e continuada para professores bilíngues. Soma-se a isso o fato de que muitas redes de ensino ainda adotam práticas pedagógicas centradas na oralidade, desconsiderando as especificidades linguísticas, culturais e identitárias dos estudantes surdos.

Outro aspecto essencial é reconhecer que as crianças surdas chegam à escola com diferentes níveis de proficiência em Libras. Enquanto algumas tiveram acesso à língua desde os primeiros anos de vida, outras iniciam sua trajetória escolar sem uma língua plenamente constituída. Essa diversidade exige propostas pedagógicas flexíveis, avaliações adequadas e acompanhamento individualizado, respeitando o percurso linguístico de cada estudante.

Dessa forma, promover a alfabetização bilíngue vai além da oferta de vagas em escolas especializadas. Requer uma atuação intersetorial permanente, com políticas públicas integradas, investimento na formação de profissionais, fortalecimento das famílias e organização de uma rede de apoio capaz de acompanhar a criança desde o diagnóstico até sua plena inclusão educacional. Somente com o engajamento conjunto de diferentes profissionais, gestores públicos, instituições de ensino, comunidade surda e familiares será possível garantir o acesso à Libras na primeira infância, assegurar uma alfabetização de qualidade e promover o desenvolvimento integral das crianças surdas, com equidade, autonomia e respeito à sua identidade linguística e cultural. (MEC, Documento Diagnóstico da Educação Nacional, 2025).

O município de Estrela Velha, embora ainda não haja registro de estudantes surdos que tenham demandado atendimento educacional bilíngue, identifica-se a necessidade de preparação da rede de ensino para essa realidade. A ausência de experiências anteriores não diminui a necessidade de investir na formação dos profissionais da rede, na organização de práticas pedagógicas adequadas, na disponibilidade de recursos e na articulação com uma rede de apoio especializada, garantindo que a escola esteja preparada para assegurar o direito à alfabetização bilíngue e ao desenvolvimento integral das crianças surdas, caso essa demanda venha a ocorrer.

CAUSAS CRÍTICAS

Causas críticas na alfabetização das crianças ouvintes

• Fragilidades nas ações de alfabetização na idade certa, envolvendo escola, família e demais políticas públicas, associadas às desigualdades socioeconômicas e situações de vulnerabilidade social, especialmente entre crianças de famílias de baixa renda, negras, pardas, indígenas e com deficiência, comprometem o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

Causas críticas na alfabetização de crianças surdas

• Ausência de profissionais com formação específica em educação bilíngue de surdos e falta de preparação da rede de ensino para atender às necessidades linguísticas, pedagógicas e comunicacionais das crianças surdas, comprometendo a oferta de práticas inclusivas e adequadas de alfabetização em Libras e Língua Portuguesa escrita.

6. 4 OBJETIVO 4 – Acesso, Trajetória e Conclusão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio

Assegurar que crianças, adolescentes e jovens em idade escolar obrigatória concluam o ensino fundamental e o ensino médio na idade regular, em todas as modalidades educacionais, com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.

6.4.1 Diagnóstico

PROBLEMA

Crianças, adolescentes e jovens em idade escolar obrigatória possuem trajetórias escolares irregulares e não concluem os ensinos fundamental e médio na idade adequada, número que se torna maior entre as populações em situação de vulnerabilidade social.

ANÁLISE DESCRITIVA

Com base nos dados do Painel de Indicadores da Educação Gaúcha - SEDUC/RS (https://indicadores.educacao.rs.gov.br/?view=acesso, acessado em 22/07/2026), referentes ao Censo Escolar 2025, observa-se que as matrículas de Estrela Velha mantêm uma distribuição equilibrada ao longo do Ensino Fundamental, e a continuidade dos estudos no Ensino Médio, ofertado pela rede estadual. Os dados evidenciam a organização da oferta educacional no município e permitem identificar os principais pontos de atenção para o planejamento das políticas educacionais.

No Ensino Fundamental, em 2025, o município contabilizou 323 matrículas, distribuídas entre os nove anos de escolaridade. Os maiores quantitativos concentram-se no 5º ano (44 matrículas) e no 2º ano (40 matrículas), enquanto o menor número ocorre no 6º ano (27 matrículas).

No Ensino Médio (2025), foram registradas 93 matrículas, distribuídas entre a 1ª série (28 estudantes), 2ª série (34 estudantes) e 3ª série (31 estudantes). A distribuição relativamente uniforme demonstra boa permanência dos estudantes ao longo dessa etapa, sem quedas acentuadas entre os anos.

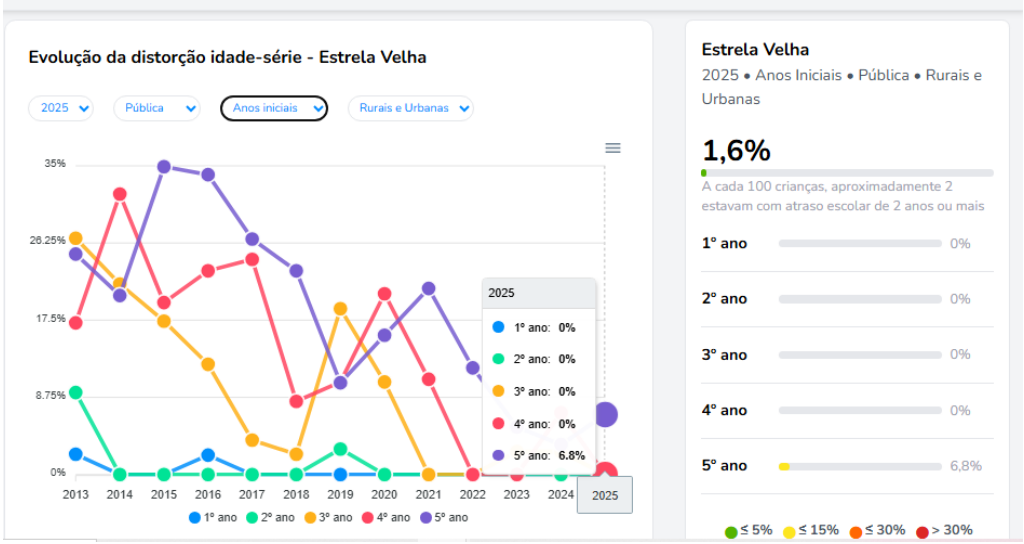
De forma geral, os dados indicam que o município consegue assegurar o acesso e a continuidade da escolarização obrigatória, resultado do acompanhamento sistemático das matrículas, das estratégias de busca ativa escolar, do monitoramento da frequência e da articulação entre as redes municipal e estadual para garantir o percurso educacional dos estudantes. Essas ações contribuem para minimizar situações de abandono e evasão escolar, fortalecendo o direito à educação. Além disso, observa-se que a maior parte dos estudantes permanece matriculada nas escolas do próprio município ao longo da Educação Básica. Essa permanência evidencia a confiança das famílias na rede local de ensino e reflete os investimentos realizados na qualificação das práticas pedagógicas, na infraestrutura, no transporte escolar, na formação dos profissionais e nas políticas de acompanhamento da aprendizagem, fatores que contribuem para a reconhecida qualidade da educação ofertada em Estrela Velha.

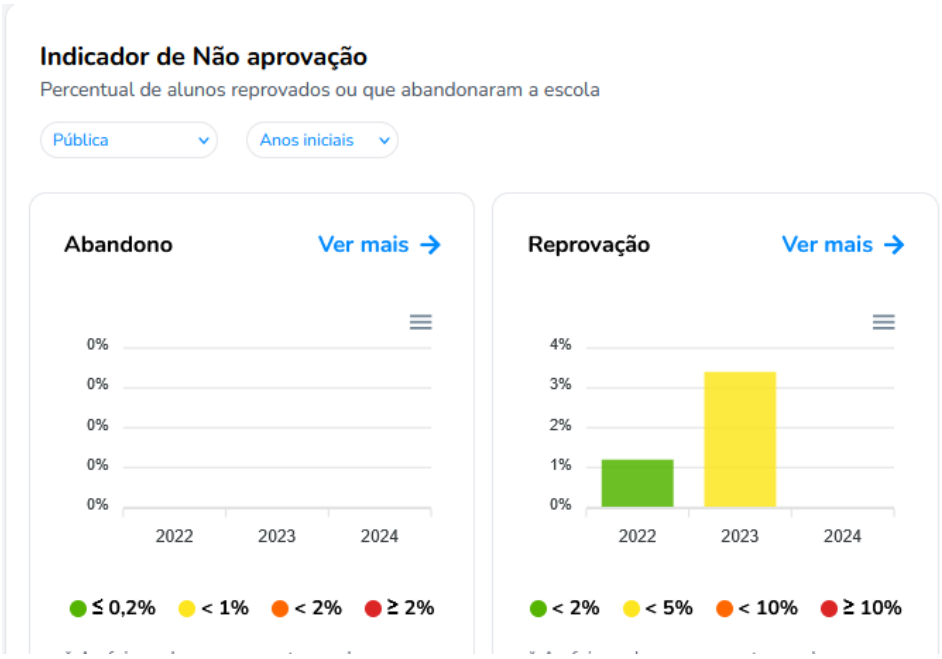
Embora o número de matrículas seja compatível com o porte populacional do município, o desafio para o próximo decênio consiste em manter os estudantes na escola, reduzir as desigualdades de aprendizagem e fortalecer políticas de permanência, especialmente na transição para os anos finais

do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Nesse contexto, a recomposição das aprendizagens, o acompanhamento individualizado dos estudantes e a atuação intersetorial continuam sendo estratégias essenciais para assegurar trajetórias escolares contínuas e exitosas.

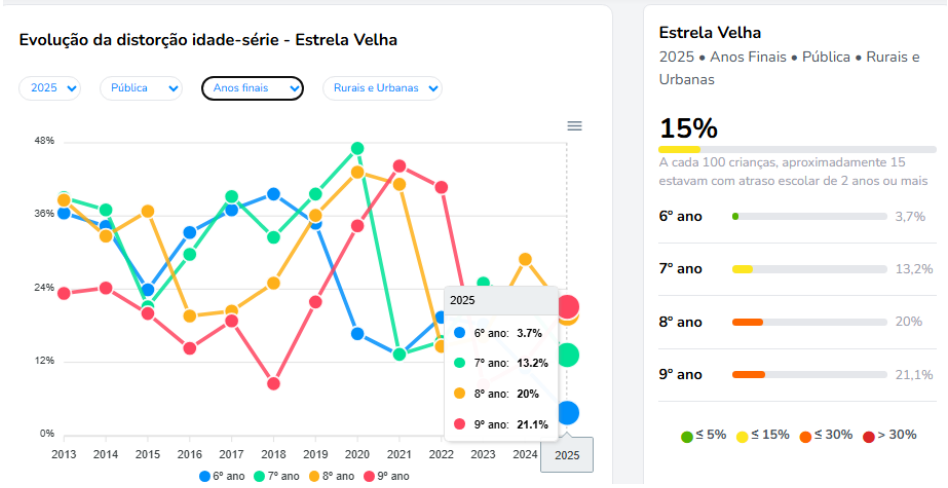
A distorção idade-série é um indicador educacional que representa o percentual de estudantes com dois anos ou mais de atraso escolar em relação à idade esperada para o ano de escolarização que frequentam. Esse indicador está diretamente relacionado às trajetórias escolares marcadas por reprovações, abandono, evasão e ingresso tardio na escola, refletindo desafios para a garantia do direito à aprendizagem.

Anos Iniciais - Pública





Anos Finais - Pública





O panorama histórico de Estrela Velha evidencia que a distorção idade-série apresentou oscilações ao longo dos últimos anos, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental. Em 2025, o município registra 15% de estudantes em situação de distorção idade-série, com maior incidência no 9º ano (21,1%), seguido do 8º ano (20%), 7º ano (13,2%) e 6º ano (3,7%). Esses dados indicam que o desafio se concentra nas etapas finais da escolarização, onde se acumulam defasagens de aprendizagem e dificuldades de permanência.

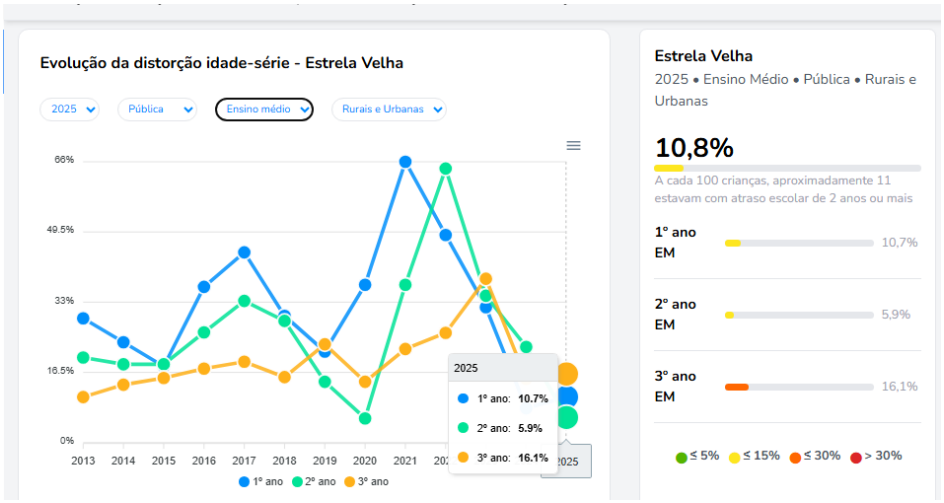
Apesar desse cenário, observa-se um movimento de melhoria decorrente das ações implementadas pela rede municipal para garantir a aprendizagem e reduzir a retenção escolar. Entre essas ações destacam-se a recomposição das aprendizagens, intensificada após os impactos da pandemia, a oferta de reforço e acompanhamento pedagógico, o monitoramento sistemático do desempenho dos estudantes e o planejamento pedagógico voltado às habilidades essenciais.

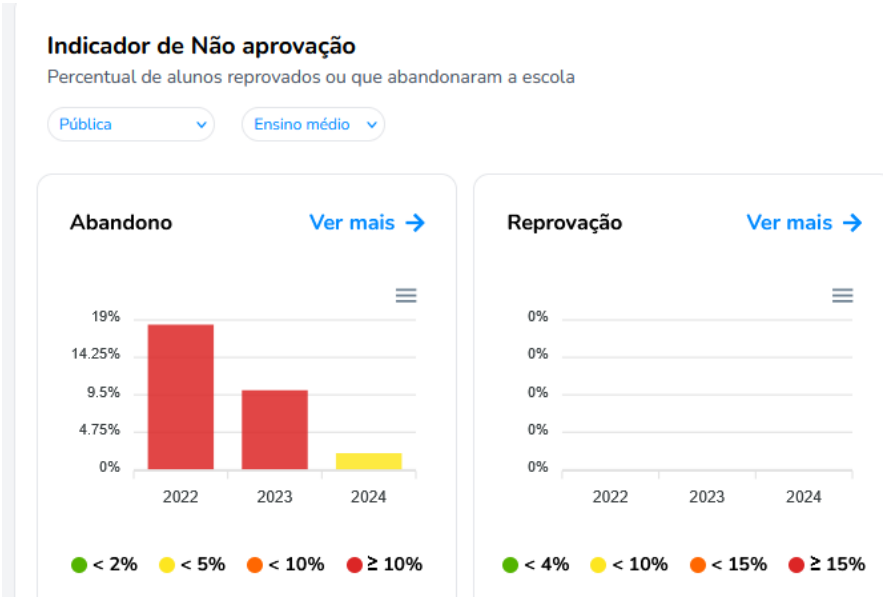
Outro fator relevante para a redução da distorção idade-série é o fortalecimento das estratégias de busca ativa escolar, realizadas em parceria com as escolas e a rede de proteção, visando prevenir a evasão, acompanhar estudantes com baixa frequência e assegurar sua permanência na escola. Essas iniciativas contribuem para diminuir o abandono escolar e evitar que novos casos de defasagem sejam

incorporados ao sistema. Além disso, a adoção de práticas pedagógicas mais inclusivas, avaliações diagnósticas e intervenções pedagógicas oportunas tem favorecido a redução das reprovações, permitindo que um número maior de estudantes avance em sua trajetória escolar com melhores condições de aprendizagem.

Assim, embora a distorção idade-série ainda represente um desafio, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental, os resultados demonstram avanços decorrentes das políticas de recomposição das aprendizagens, do reforço escolar, da prevenção da evasão e do acompanhamento contínuo dos estudantes. A continuidade dessas ações é fundamental para reduzir progressivamente esse indicador e assegurar trajetórias escolares mais exitosas e equitativas.

Ensino Médio - Pública





De forma geral, os dados indicam que a rede estadual consegue assegurar o acesso e a continuidade da escolarização obrigatória, resultado do acompanhamento sistemático das matrículas, das estratégias de busca ativa escolar, do monitoramento da frequência e da articulação entre as redes municipal e estadual para garantir o percurso educacional dos estudantes. Essas ações contribuem para

minimizar situações de abandono e evasão escolar, fortalecendo o direito à educação. Além disso, observa-se que a maior parte dos estudantes permanece matriculada nas escolas do próprio município ao longo da Educação Básica. Essa permanência evidencia a confiança das famílias na rede local de ensino e reflete os investimentos realizados na qualificação das práticas pedagógicas, no transporte escolar, na formação dos profissionais e nas políticas de acompanhamento da aprendizagem, fatores que contribuem para a reconhecida qualidade da educação ofertada em Estrela Velha.

Neste contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é fundamental para garantir a inclusão, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes público da Educação Especial, contribuindo para a redução das desigualdades e para a garantia do direito à educação. Na Rede Municipal e Estadual de Ensino de Estrela Velha, o AEE é ofertado aos estudantes do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e 1º ao 3º ano do Ensino Médio, de forma complementar ou suplementar ao ensino da classe comum, considerando as necessidades e potencialidades de cada estudante.

A atuação do educador especial é essencial para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas, em articulação com os professores, equipe escolar e famílias. O atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais não se caracteriza como reforço escolar, mas como apoio especializado para eliminar ou minimizar barreiras à aprendizagem e à participação, favorecendo o desenvolvimento, a autonomia e a trajetória escolar dos estudantes, com vistas à conclusão do Ensino Fundamental na idade regular.

Assegurar que crianças, adolescentes e jovens em idade escolar obrigatória concluam o Ensino Fundamental e o Ensino Médio na idade regular, em todas as modalidades educacionais, requer o fortalecimento de estratégias de inclusão e equidade. Nesse contexto, a oferta de reforço escolar e recomposição das aprendizagens é essencial para apoiar os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem, ampliar as oportunidades de recuperação e consolidação dos conhecimentos, oferta de Profissional de Apoio Escolar para quem necessitar e contribuir para a redução das desigualdades educacionais, promovendo avanços significativos em suas trajetórias escolares e visando à superação das defasagens de aprendizagem.

A Semana da Escuta das Adolescências, realizada nas redes Municipal e Estadual de Estrela Velha/RS, integra uma mobilização nacional promovida pelo Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de ouvir os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental sobre suas percepções acerca da aprendizagem, da convivência e do ambiente escolar. Esse movimento constituiu-se em uma importante oportunidade de diálogo e reflexão sobre as trajetórias escolares, os anseios, desafios e expectativas dos adolescentes, garantindo-lhes voz e participação na construção de soluções que fortaleçam a aprendizagem, a permanência e o vínculo com a escola, contribuindo para que todos possam avançar em sua trajetória educacional e concluir a Educação Básica na idade adequada.

Os dados dos relatórios indicam que as escolas são percebidas, de modo geral, como um espaço de acolhimento e pertencimento, com índices positivos de concordância entre os estudantes do 6º e 7º anos e do 8º e 9º anos. Os resultados também apontam aspectos positivos relacionados ao envolvimento dos estudantes e à percepção sobre suas aprendizagens, evidenciando a importância de

fortalecer a escuta, o diálogo e a participação dos adolescentes na construção de uma educação cada vez mais significativa. (https://semanadaescuta.org.br/resultados/. Acessado em: 23/07/2026)

As informações levantadas evidenciam que os estudantes do 6º e 7º ano da rede municipal (estudantes da EMEF Álvaro Rodrigues Leitão) valorizam, principalmente, metodologias mais interativas e participativas. A maior preferência aparece em trocas e debates (32%), seguida de projetos e resolução de problemas (24%) e interação além da escola (23%), evidenciando a importância do diálogo, do trabalho coletivo e da conexão com a realidade. O estudo individual (23%) também se mostra relevante, enquanto a exposição de conteúdo (15%) e a comunicação e conectividade (14%) apresentam menor destaque.

Na análise detalhada, destacam-se: Interesse por trabalhos em grupo (41%) e atividades culturais (39%); Valorização de visitas e experiências fora da escola (36%); Preferência por leituras (27%) como estratégia individual. Resumindo, os estudantes declaram que aprendem melhor por meio de práticas ativas, colaborativas e contextualizadas, indicando a necessidade de fortalecer metodologias que promovam participação, diálogo e experiências significativas.

Os resultados da rede estadual (EEEF Itaúba) apontam que os estudantes do 6º e 7º ano demonstram preferência por metodologias de aprendizagem práticas, participativas e colaborativas. Destacam-se projetos e resolução de problemas (27%), seguidos pela exposição de conteúdos e trocas e debates (25% cada). O estudo individual (20%) também se apresenta como estratégia relevante, enquanto a interação para além do espaço escolar (15%) e a comunicação e conectividade (3%) aparecem com menor indicação. Os dados detalhados reforçam o interesse por projetos práticos, desafios, trabalhos em grupo, atividades culturais e leituras, além da valorização de aulas de reforço para superar dificuldades de aprendizagem. A análise realizada demonstra a importância de diversificar as estratégias pedagógicas, fortalecendo a cooperação, a recuperação das aprendizagens e o protagonismo dos estudantes, bem como ampliar o uso pedagógico e intencional das tecnologias digitais.

Já os estudantes do 8º e 9º ano da rede municipal valorizam fortemente práticas de aprendizagem ativas e contextualizadas, com destaque para interação além da escola, especialmente por meio de visitas, passeios e experiências externas (40%). Também se evidenciam como importantes as trocas e debates, com ênfase em rodas de conversa (32%) e trabalhos em grupo (30%), reforçando o papel do diálogo e da construção coletiva do conhecimento. Nos projetos e resolução de problemas, destacam-se as produções culturais (23%) e atividades práticas, indicando interesse por metodologias que envolvam criação e protagonismo. O estudo individual aparece de forma equilibrada (21% em leituras e 21% em exercícios), enquanto a comunicação e conectividade apresenta menor adesão (entre 7% e 9%). Assim, conclui-se que essa faixa etária de estudantes demonstra preferência por aprendizagens que ultrapassam a sala de aula, valorizando experiências práticas, interação social e protagonismo, o que reforça a importância de metodologias dinâmicas e conectadas com a realidade.

Os resultados dos estudantes da rede estadual (8º e 9º ano) mostram preferência por estratégias de aprendizagem que favorecem a participação, a interação e a colaboração. As trocas e debates (36%) aparecem como a principal forma de aprender, seguidas pela interação para além da escola (28%),

evidenciando a valorização do diálogo, da convivência e de experiências que ultrapassam o espaço escolar. Também se destacam projetos e resolução de problemas (18%) e o estudo individual (16%), enquanto a exposição de conteúdo (15%) e a comunicação e conectividade (6%) apresentam menor preferência.

Nos dados detalhados, destacam-se as visitas, passeios e trabalhos fora da escola (52%), os trabalhos em grupo (48%) e a participação em projetos práticos e desafios (29%), reforçando o interesse por experiências concretas, coletivas e diversificadas. Os resultados apontam, portanto, para a importância de fortalecer metodologias ativas, atividades colaborativas, projetos, debates e experiências fora do ambiente escolar, ampliando as oportunidades de protagonismo e participação dos estudantes. Também se evidencia a possibilidade de qualificar o uso pedagógico das tecnologias digitais, aproximando a comunicação e a conectividade dos processos de aprendizagem.

Tanto os estudantes do 6º e 7º ano quanto os do 8º e 9º ano valorizam metodologias de aprendizagem ativas, participativas e contextualizadas, que favorecem o diálogo, a interação, o trabalho coletivo e o protagonismo estudantil. Os resultados evidenciam o interesse por trocas e debates, trabalhos em grupo, projetos, resolução de problemas e experiências para além da sala de aula, demonstrando que os adolescentes aprendem melhor quando podem participar ativamente e relacionar os conhecimentos com situações concretas e com a realidade em que vivem. Nesse sentido, os dados reforçam a importância de diversificar as práticas pedagógicas e ampliar oportunidades de aprendizagem significativa, fortalecendo também o uso pedagógico das tecnologias digitais.

Assim, a qualidade da aprendizagem resulta da articulação de diferentes fatores que, em conjunto, criam as condições necessárias ao desenvolvimento integral dos estudantes. A oferta de uma alimentação escolar saudável, adequada às necessidades nutricionais e às diferentes faixas etárias, o transporte escolar seguro e acessível, a atenção às condições sociais e econômicas que podem interferir na trajetória educacional, a qualidade do currículo e das práticas pedagógicas, bem como a existência de infraestrutura escolar adequada, são elementos essenciais para assegurar o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem. Nesse sentido, reconhecer as diferentes realidades dos estudantes e enfrentar as barreiras que comprometem suas oportunidades de aprender constitui um compromisso com a equidade e a qualidade da educação. Esses aspectos reforçam a importância de um planejamento educacional integrado, orientado pelas necessidades identificadas no diagnóstico e voltado à construção de políticas públicas que garantam condições efetivas para que todos os estudantes aprendam, desenvolvam suas potencialidades e avancem em suas trajetórias escolares.

ANÁLISE CAUSAL

No território de Estrela Velha, a não conclusão do Ensino Fundamental e/ou do Ensino Médio na idade adequada resultam de um conjunto de fatores pedagógicos, sociais, econômicos, culturais e relacionados às transformações próprias da adolescência. Embora o município desenvolva ações voltadas ao acompanhamento dos estudantes, ainda existem desafios para garantir a continuidade das aprendizagens e prevenir situações de desmotivação, baixo rendimento, reprovação, abandono e distorção idade-série, especialmente entre estudantes em contextos de maior vulnerabilidade social.

Entre os fatores pedagógicos, destaca-se a necessidade de aprimorar as estratégias de recomposição das aprendizagens, especialmente das habilidades essenciais em Língua Portuguesa e Matemática. As lacunas acumuladas ao longo da trajetória escolar podem comprometer o desenvolvimento de novas aprendizagens, gerar dificuldades de acompanhamento dos conteúdos e contribuir para a queda no rendimento e para a desmotivação dos estudantes. Nesse sentido, torna-se fundamental fortalecer o acompanhamento pedagógico, a avaliação diagnóstica e as intervenções individualizadas, incluindo ações de reforço escolar no contraturno, de modo a garantir oportunidades efetivas de recuperação e consolidação das aprendizagens.

Outro fator que merece atenção refere-se às transições entre etapas de ensino, especialmente do 5º para o 6º ano do Ensino Fundamental e do 9º ano para o 1º ano do Ensino Médio. Essas mudanças envolvem novas formas de organização escolar, mobilização de gestores e professores, criação de estratégias e mobilização para que evite a insegurança, dificuldades de adaptação e dificuldade de criação de vínculo com a nova escola. No contexto de Estrela Velha, considerando a organização das redes Municipal e Estadual, torna-se essencial fortalecer a articulação entre as instituições de ensino, garantindo continuidade no acompanhamento dos estudantes, compartilhamento de informações pedagógicas e ações de acolhimento que favoreçam transições mais planejadas e seguras.

As adolescências constituem um período marcado por intensas transformações cognitivas, físicas, intelectuais, emocionais e sociais. Essas mudanças não ocorrem de forma isolada, mas são permeadas e atravessadas pelos contextos socioeconômicos e culturais em que os adolescentes vivem, pelas relações familiares, pelos grupos de convivência, pelas experiências escolares e pelas perspectivas que constroem para o futuro. Nesse processo, situações de vulnerabilidade, dificuldades de aprendizagem, fragilização dos vínculos, falta de pertencimento, mudanças emocionais e sociais e a percepção de pouca conexão entre a escola e seus projetos de vida podem contribuir para a desmotivação e para a queda no rendimento escolar.

Diante dessa realidade, a prevenção exige uma atuação articulada e contínua, que considere o estudante em sua integralidade. É necessário investir na recomposição das aprendizagens essenciais, fortalecer as estratégias de apoio pedagógico e reforço escolar, qualificar as transições entre as etapas de ensino e ampliar a escuta e a participação dos adolescentes. A adoção de práticas pedagógicas mais significativas, acolhedoras e conectadas aos interesses, às experiências e aos projetos de vida dos estudantes, aliada ao acompanhamento sistemático de sua frequência, aprendizagem e desenvolvimento, pode contribuir para enfrentar a desmotivação, melhorar o rendimento e fortalecer a permanência escolar.

Tudo isso requer o compromisso conjunto das redes Municipal e Estadual, das famílias e dos diferentes setores da comunidade, com ações preventivas e intersetoriais capazes de identificar precocemente as dificuldades, reduzir desigualdades e assegurar que crianças, adolescentes e jovens tenham condições de permanecer na escola, aprender e concluir o Ensino Fundamental e o Ensino Médio na idade adequada.

CAUSAS CRÍTICAS

- Lacunas de aprendizagem acumuladas ao longo da trajetória escolar, especialmente em Língua Portuguesa e Matemática, contribuindo para a queda no rendimento, a desmotivação, a reprovação e a distorção idade-série.
- Fragilidades nas transições entre as etapas de ensino, podendo provocar dificuldades de adaptação e descontinuidade no acompanhamento da trajetória dos estudantes.
- Desmotivação relacionados às transformações cognitivas, físicas, intelectuais, emocionais e sociais próprias da adolescência, atravessadas pelos contextos socioeconômicos e culturais em que vivem, pode contribuir para a queda no rendimento, o afastamento e o risco de abandono escolar.
- Entrada dos jovens no mercado de trabalho, muitas vezes motivada pela necessidade de contribuir para a renda familiar, às vezes, com incompatibilidade entre a jornada de trabalho e a escolarização, redução da frequência, cansaço, queda no rendimento, aumentando o risco de abandono e de não conclusão do Ensino Médio na idade adequada.

6. 5 OBJETIVO 5 – Aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio

Garantir a aprendizagem dos estudantes no ensino fundamental e no ensino médio, em todas as modalidades educacionais, com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.

6.5.1 Diagnóstico

PROBLEMA

Estudantes do ensino fundamental e do ensino médio não alcançam o nível adequado de aprendizado em relação ao seu ano de estudo, havendo persistentes desigualdades entre as populações de baixo nível socioeconômico e as em situação de vulnerabilidade social.

ANÁLISE DESCRITIVA

Os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da rede pública de Estrela Velha, indicador que considera o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, aferido pelo Saeb, e o fluxo escolar, expresso pela taxa de aprovação, permitem analisar a qualidade da educação ofertada e subsidiam ações voltadas ao objetivo de garantir a aprendizagem dos estudantes no ensino fundamental e no ensino médio, em todas as modalidades educacionais, com inclusão e redução das desigualdades, visando à sua superação.

Assim, apresentam-se, a seguir, alguns dados oficiais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da rede pública de Estrela Velha, que possibilitam analisar os resultados de aprendizagem e o fluxo escolar, contribuindo para a compreensão dos avanços e desafios do município na garantia da aprendizagem, na inclusão e na redução das desigualdades educacionais.

Em 2023, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede pública de Estrela Velha, a média de proficiência foi de 224,94 pontos em Língua Portuguesa e 238,2 pontos em Matemática. Esses

resultados permitem acompanhar o desempenho dos estudantes nessas áreas do conhecimento e contribuem para a identificação de avanços e desafios, orientando o planejamento de estratégias pedagógicas voltadas ao fortalecimento das aprendizagens. (Fonte: QEdu. Disponível em: https://qedu.org.br/municipio/4307815-estrela-velha/ideb. Acesso em: 16 jun. 2026)

IDEB 2023/Anos Iniciais - Rede Pública



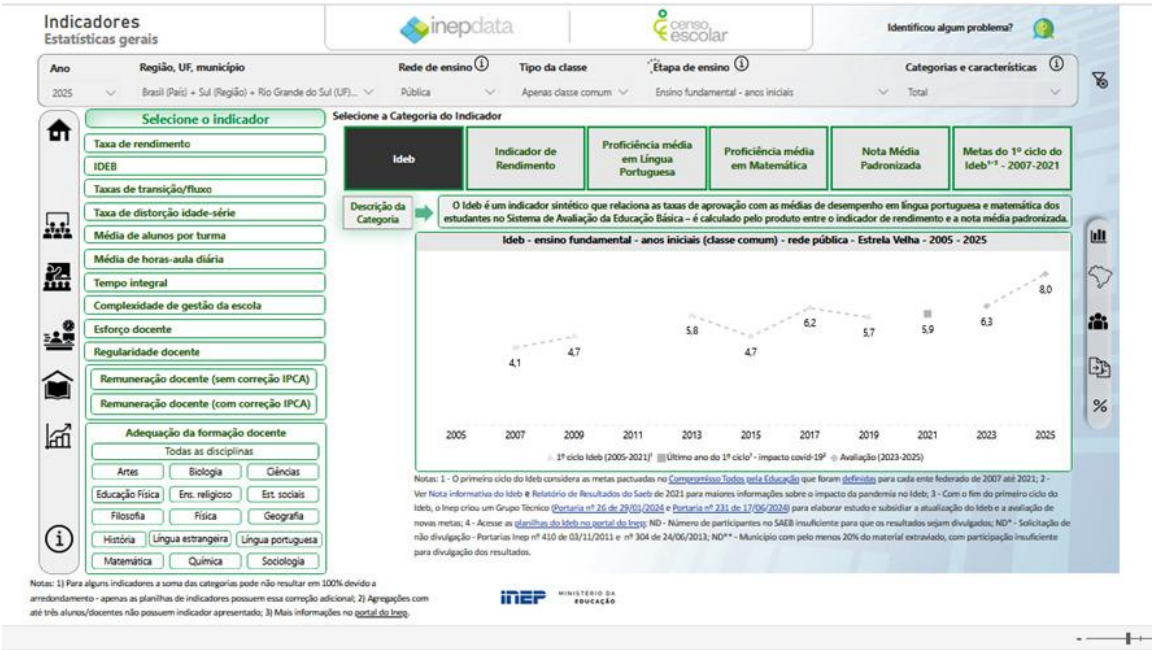
Ano	2005		2007		2009		2011		2013		2015		2017		2019		2021		2023	
Dependência	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta
Municipal	-	-	4,2	-	4,9	4,4	5,1	4,8	6,0	5,0	4,7	5,3	6,3	5,6	5,7	5,8	5,9	6,1	6,3	-
Pública	-	-	4,1	-	4,7	4,3	-	4,6	5,8	4,9	4,7	5,2	6,2	5,4	5,7	5,7	5,9	6,0	6,3	-

https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGVjMzIwZWQtM2IzZS00NmE0LTkwNjUtZjI1YjMyNTVhZGY0IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acessado: 16/06/2026

Os dados das avaliações externas dos anos iniciais do Ensino Fundamental) evidenciam uma trajetória positiva da aprendizagem na rede pública de Estrela Velha. O IDEB apresentou evolução significativa ao longo do período analisado, passando de 4,1, em 2007, para 6,3, em 2023, resultado que demonstra avanços na aprendizagem e na trajetória escolar dos estudantes, refletindo a evolução da educação municipal.

Em agosto de 2026, foram divulgados os resultados do IDEB 2025, que evidenciaram um avanço expressivo no desempenho dos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, conforme demonstra o gráfico a seguir.

IDEB 2025/Anos Iniciais - Rede Pública



https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGVjMzIwZWQtM2IzZS00NmE0LTkwNjUtZjI1YjMyNTVhZGY0IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acessado: 12/08/2026

IDEB 2025 – Aprendizagem e Fluxo Escolar nos Anos Iniciais



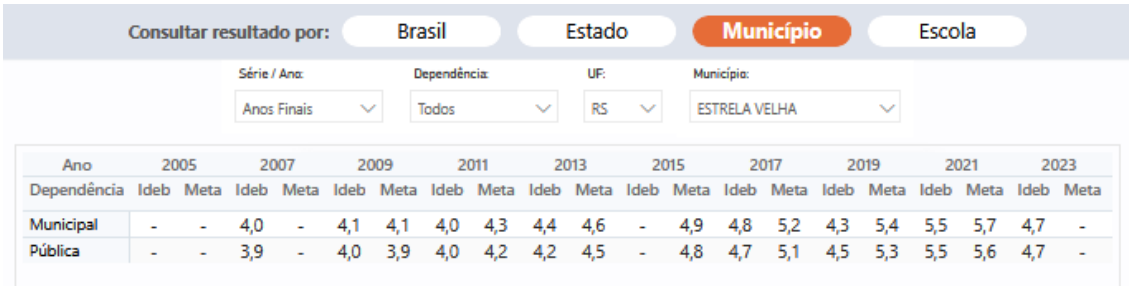
https://qedu.org.br/municipio/4307815-estrela-velha/ideb. Acessado em: 08/09/2026

Os dados apresentam evidenciam avanços significativos e consistentes no desempenho dos estudantes, especialmente quando observamos a evolução das médias nas diferentes áreas avaliadas. O cenário demonstra uma trajetória positiva de aprendizagem, indicando que as ações pedagógicas desenvolvidas vêm contribuindo para a melhoria dos resultados.

Destaca-se o desempenho superior em todas as notas, o que sinaliza não apenas crescimento pontual, mas uma melhora global da aprendizagem. Em Língua Portuguesa, a proficiência média foi 257 e na Matemática atingindo 279,93. Na perspectiva do Ideb, observa-se também uma evolução importante: a combinação entre o desempenho nas avaliações e o fluxo escolar resultou em Ideb 8, um indicador bastante expressivo e revelador da qualidade do trabalho desenvolvido pela escola.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede pública de Estrela Velha, em 2023, a média de proficiência foi de 265,82 pontos em Língua Portuguesa e 240,49 pontos em Matemática. Esses resultados contribuem para a análise do desempenho dos estudantes e para a identificação de aspectos que necessitam de atenção, orientando o planejamento de ações pedagógicas voltadas à consolidação e ao aprofundamento das aprendizagens nessa etapa de ensino. (Fonte: QEdu. Disponível em: https://qedu.org.br/municipio/4307815-estrela-velha/ideb. Acesso em: 16 jun. 2026)

IDEB 2023/Anos Finais - Rede Pública



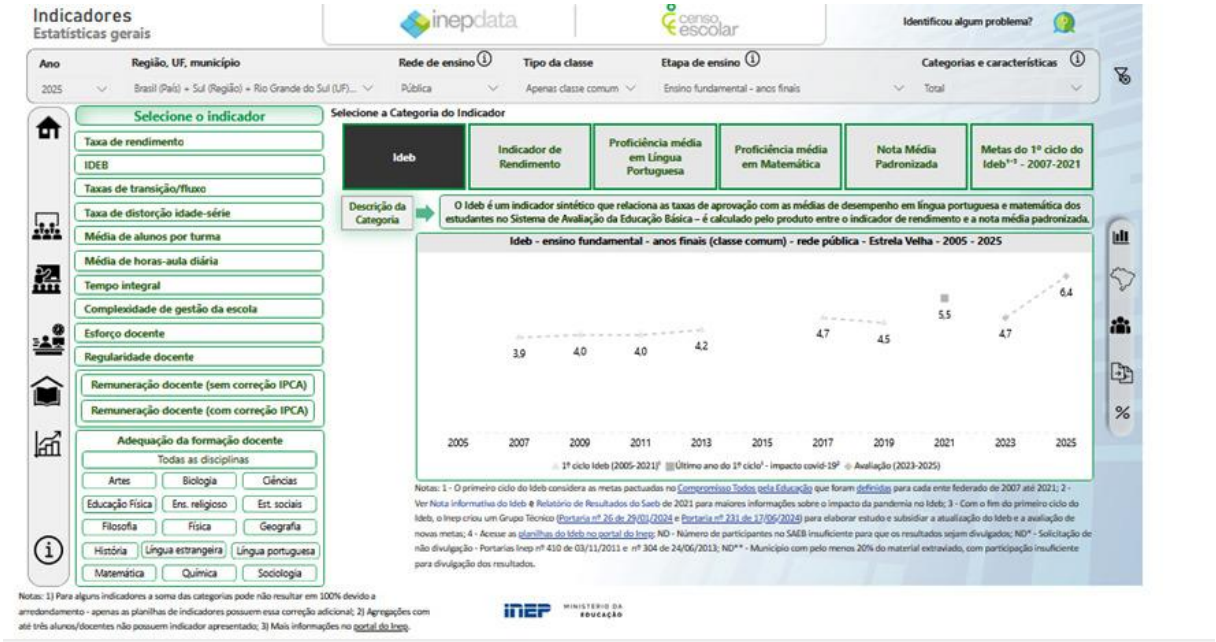
Ano	2005		2007		2009		2011		2013		2015		2017		2019		2021		2023	
Dependência	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta
Municipal	-	-	4,0	-	4,1	4,1	4,0	4,3	4,4	4,6	-	4,9	4,8	5,2	4,3	5,4	5,5	5,7	4,7	-
Pública	-	-	3,9	-	4,0	3,9	4,0	4,2	4,2	4,5	-	4,8	4,7	5,1	4,5	5,3	5,5	5,6	4,7	-

https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGVjMzIwZWQtM2IzZS00NmE0LTkwNjUtZjI1YjMyNTVhZGY0IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acessado: 16/06/2026

Nos anos finais do Ensino Fundamental, o município de Estrela Velha apresentou uma evolução significativa no IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental entre 2007 e 2021, passando de 4,0 para 5,5. Contudo, a redução para 4,7 em 2023, tornou evidente uma queda nos índices que necessitou ser investigado. A prioridade foi compreender as causas dessa queda e desenvolver ações para recuperar a aprendizagem e assegurar a continuidade dos avanços educacionais.

Em 2025, os resultados do IDEB foram:

IDEB 2025/Anos Finais - Rede Pública



https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGVjMzIwZWQtM2IzZS00NmE0LTkwNjUtZjI1YjMyNTVhZGY0IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acessado: 12/08/2026

IDEB 2025 – Aprendizagem e Fluxo Escolar nos Anos Finais



https://qedu.org.br/municipio/4307815-estrela-velha/ideb. Acessado em: 08/09/2026

É visível uma evolução significativa do IDEB dos estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede pública de Estrela Velha, alcançando 6,4 em 2025, o maior resultado observado na série apresentada. Para a composição desse resultado, participaram estudantes das redes municipal e

estadual, considerando-se, portanto, o desempenho dos estudantes atendidos pela rede pública do município.

Em 2025, o IDEB foi composto por dois importantes indicadores: 6,5 no indicador de aprendizado e 0,99 no indicador de fluxo. O resultado demonstra uma combinação bastante positiva entre aprendizagem dos estudantes e permanência/conclusão escolar, uma vez que o índice de fluxo se aproxima de 1,0, indicando elevada taxa de aprovação.

Os resultados de proficiência dos estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede pública de Estrela Velha evidenciaram uma evolução positiva nas aprendizagens. A média em Língua Portuguesa alcançou 291,21 pontos, enquanto Matemática atingiu 298,49 pontos, demonstrando avanços em relação a 2023. Essa evolução representa um resultado importante para o município e reforça a relevância das ações pedagógicas desenvolvidas, do acompanhamento contínuo das aprendizagens e do investimento em estratégias que contribuam para a melhoria da qualidade da educação.

Assim, o IDEB alcançado em 2025, nos Anos Finais do Ensino Fundamental representa um importante marco para a educação de Estrela Velha, demonstrando avanços tanto na aprendizagem quanto no fluxo escolar e reforçando a necessidade de manter e ampliar as estratégias que vêm contribuindo para a melhoria da qualidade da educação pública no município.

IDEB 2023/Ensino Médio - Rede Pública

Consultar resultado por: Brasil | Estado | Município | Escola

Série / Ano: Ensino Médio | Dependência: Todos | UF: RS | Município: ESTRELA VELHA

Ano	2005		2007		2009		2011		2013		2015		2017		2019		2021		2023	
Dependência	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta
Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,4	-	4,6	4,6	-	4,8	-	-
Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,4	-	4,6	4,6	-	4,8	-	-

Fonte:https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGVjMzIwZWQtM2IzZS00NmE0LTkwNjUtZjI1YjMyNTVhZGY0IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acessado em: 10/06/2026.

Conforme nota informativa do IDEB 2023, as escolas de ensino médio que não tiveram Ideb 2023 divulgado em razão do critério de taxa de participação inferior a 80%. https://download.inep.gov.br/ideb/nota_informativa_ideb_2023.pdf

Os resultados da escola mostram evolução no desempenho dos estudantes ao longo das edições do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), alcançando, em 2019, média de proficiência de 283,71 pontos em Língua Portuguesa e 293,17 pontos em Matemática, correspondendo à nota padronizada de 5,05. Esses resultados demonstram a continuidade do processo de melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes em relação às avaliações anteriores.

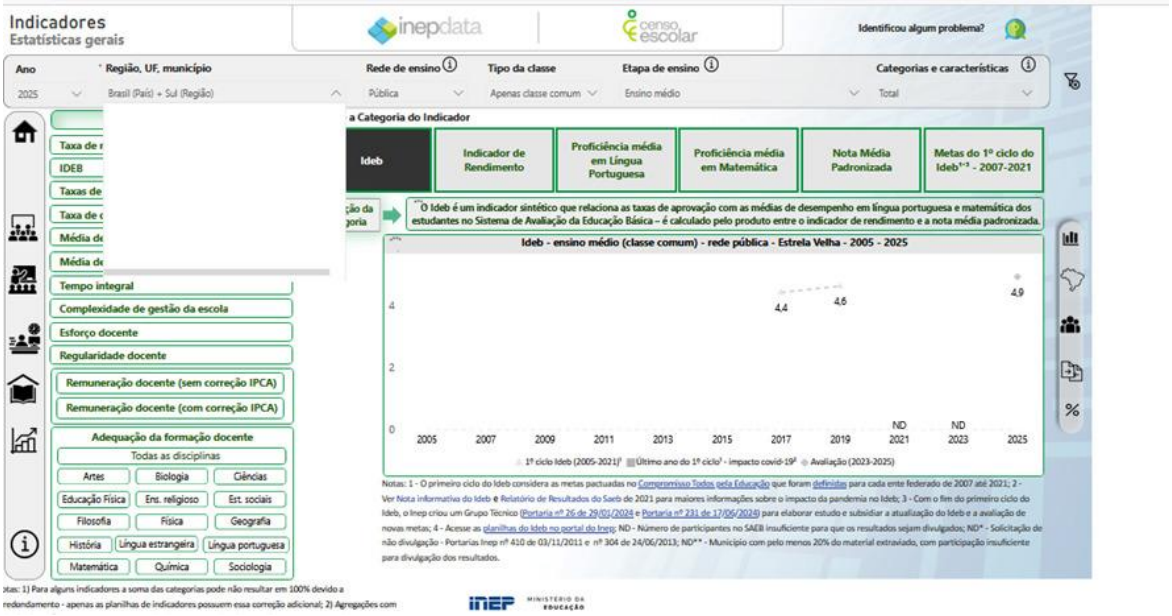
Entretanto, embora a escola possua resultados de desempenho no Saeb 2023, o Ideb 2023 não foi divulgado. Conforme a Nota Informativa do Ideb 2023, publicada pelo Inep, as escolas de ensino

médio que não atingiram taxa mínima de participação de 80% dos estudantes elegíveis na aplicação do Saeb tiveram o cálculo do Ideb suprimido para fins de divulgação pública. Nesses casos, o desempenho obtido na avaliação é divulgado, porém o índice do Ideb não é calculado e/ou publicado, em atendimento aos critérios metodológicos estabelecidos pelo Inep.

Dessa forma, a ausência de divulgação do Ideb 2023 não está relacionada à qualidade do desempenho da escola, mas ao não atendimento do critério técnico de participação mínima na avaliação. Assim, os resultados do Saeb permanecem válidos e constituem importante referência para a análise da aprendizagem dos estudantes e para o planejamento das ações pedagógicas da instituição.

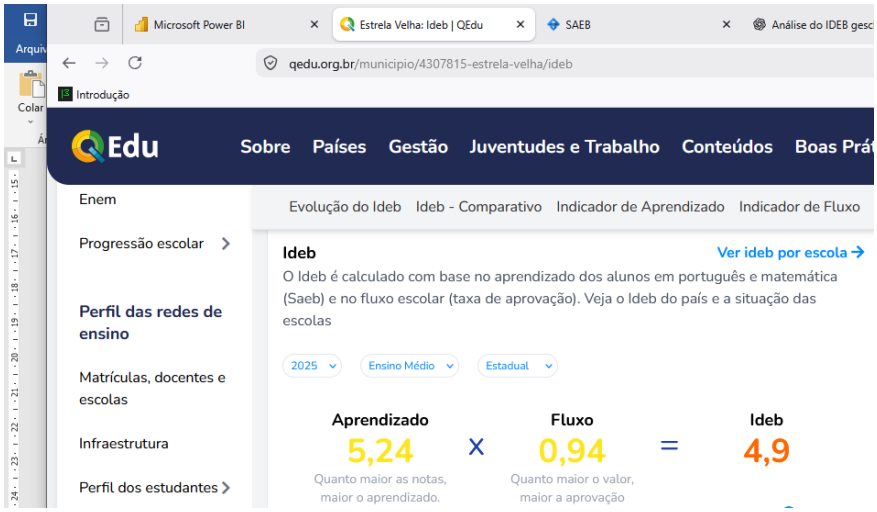
A seguir, está apontado o IDEB 2025 do Ensino Médio:

IDEB 2025/Ensino Médio - Rede Pública



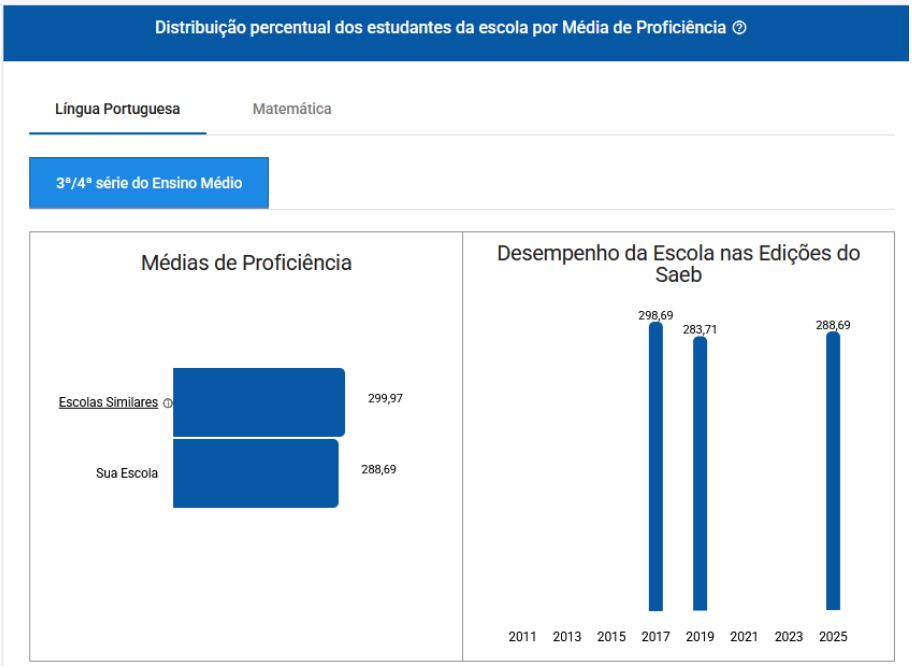
https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGVjMzIwZWQtM2IzZS00NmE0LTkwNjUtZjI1YjMyNTVhZGY0IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acessado: 12/08/2026

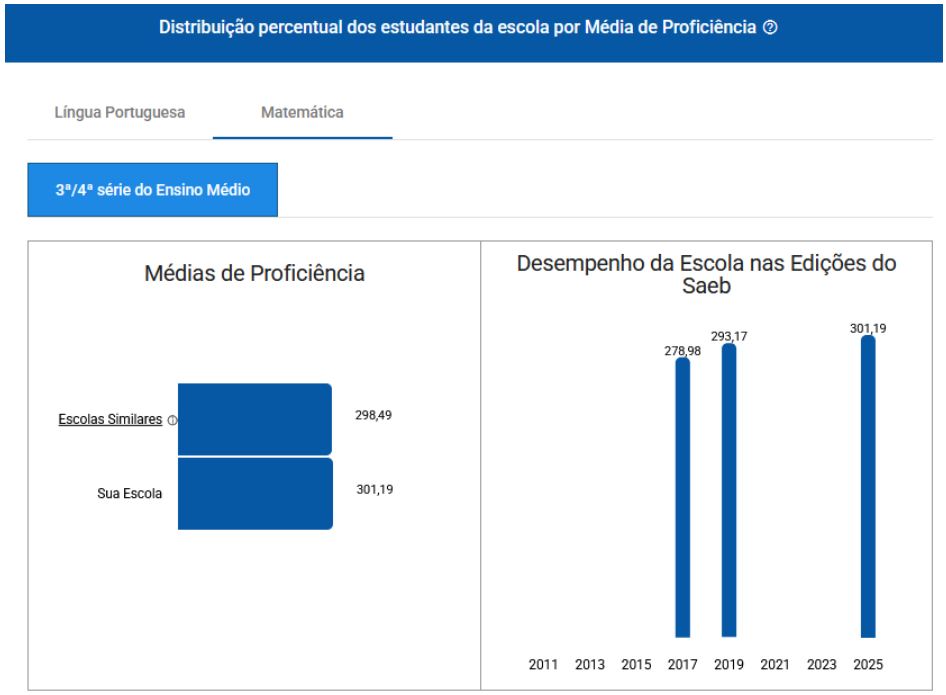
IDEB 2025 – Aprendizagem e Fluxo Escolar no Ensino Médio



https://qedu.org.br/municipio/4307815-estrela-velha/ideb. Acessado em: 08/09/2026.

Boletim SAEB 2025





https://saeb.inep.gov.br/saeb/resultado-final-externo/boletim?anoProjeto=2025&coEscola=43210775. Acessado em: 08/09/2026.

Em 2025, o Ensino Médio da rede estadual de Estrela Velha alcançou IDEB de 4,9, resultado composto por 5,24 no indicador de aprendizado e 0,94 no indicador de fluxo. Os dados revelam um cenário que merece ser acompanhado de forma sistemática, especialmente no que se refere ao fortalecimento das aprendizagens e à consolidação dos resultados educacionais.

No componente de aprendizagem, a proficiência média em Língua Portuguesa foi de 288,69 pontos, enquanto em Matemática atingiu 301,19 pontos. Embora Matemática apresente resultado superior, os dados das duas áreas indicam a necessidade de manter e ampliar estratégias pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento das competências e habilidades avaliadas, considerando as aprendizagens essenciais previstas para o Ensino Médio.

O indicador de fluxo de 0,94 demonstra um resultado favorável em relação à aprovação e à continuidade da trajetória escolar, mas também sinaliza a importância de acompanhar individualmente os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem ou risco de reprovação e abandono, fortalecendo ações preventivas e de acompanhamento pedagógico.

Nesse sentido, o resultado de 4,9 no IDEB pode ser utilizado como referência para o planejamento de estratégias de melhoria, articulando avaliação, acompanhamento da aprendizagem e intervenção pedagógica. Entre as possibilidades, destacam-se o monitoramento periódico dos resultados de aprendizagem, a identificação das habilidades com maior dificuldade, o desenvolvimento de ações de recomposição e reforço das aprendizagens, o trabalho integrado entre professores, a utilização dos resultados das avaliações para replanejamento das práticas pedagógicas e o acompanhamento mais próximo dos estudantes.

Os estudantes do território também participam anualmente do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS). Uma avaliação estadual para medir o aprendizado

dos estudantes da rede pública do estado. Ele avalia os estudantes do 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, com o objetivo de subsidiar políticas públicas, ajudar professores e gestores a identificar dificuldades e planejar ações pedagógicas. A avaliação também inclui questionários contextuais para estudantes, famílias, professores e equipes diretivas. A partir das respostas aos questionários socioeconômico e contextual aplicados aos estudantes no SAERS 2025, foram elaborados indicadores que permitem caracterizar aspectos do contexto escolar e dos alunos. A definição desses indicadores e a metodologia de sua construção encontram-se no relatório Indicadores Baseados nos Questionários Contextuais - SAERS 2025. Os dados estão disponíveis em: https://portalsaers.vunesp.com.br/fatores-associados/2025 (Acessados em 27/07/2026), apresentam panorama de oito indicadores das redes (municipal e estadual) a partir do 5º ano.

Rede Municipal

Rede municipal | 5º ano Ensino Fundamental | 24ª CRE - CACHOEIRA DO SUL | Estrela Velha

INDICADOR	RESULTADOS			OBSERVAÇÃO
	MUNICÍPIO	REGIONAL	REDE	
NSE – Nível Socioeconômico Porcentagem de estudantes em nível médio ou superior.	73,33 %	47,54 %	51,03 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
REP – Porcentagem de Estudantes Reprovados	6,67 %	17,87 %	18,48 %	Quanto mais próximo de 0%, maior é o impacto no desempenho da escola
NAP – Nível de Apoio dos Pais Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	100,00 %	79,51 %	76,80 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NEA – Nível de Esforço do Estudante	90,00 %	82,49 %	78,99 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NAA – Nível de Autonomia na Aprendizagem Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	30,00 %	19,03 %	20,59 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NBPP – Nível de Uso de Boas Práticas Pedagógicas Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	100,00 %	84,67 %	84,09 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NCE – Nível de Clima Escolar Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	100,00 %	85,65 %	85,63 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NPV – Nível de Percepção de Violência Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	*	17,39 %	22,30 %	Quanto mais próximo de 0% maior é o impacto no desempenho da escola

Os indicadores contextuais do SAERS 2025 permitem observar aspectos sociais, familiares e escolares que contribuem para compreender o contexto educacional dos estudantes da rede municipal de Estrela Velha. No 5º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal, destaca-se os resultados superiores aos referenciais regional e da rede os indicadores de Apoio dos Pais (100%), Nível de Esforço do Estudante (90%), Autonomia na Aprendizagem (30%), Uso de Boas Práticas Pedagógicas (100%) e Clima Escolar (100%). A porcentagem de estudantes reprovados (6,67%) é inferior à observada na região (17,87%) e na rede (18,48%), indicando um resultado positivo nesse aspecto. O indicador de Percepção de Violência não apresentou resultado municipal devido à insuficiência de dados para o cálculo.

Rede municipal | 9º ano Ensino Fundamental

24ª CRE - CACHOEIRA DO SUL | Estrela Velha

INDICADOR	RESULTADOS			OBSERVAÇÃO
	MUNICÍPIO	REGIONAL	REDE	
NSE – Nível Socioeconômico Porcentagem de estudantes em nível médio ou superior.	57,89 %	47,43 %	53,58 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
REP – Porcentagem de Estudantes Reprovados	21,05 %	19,01 %	20,47 %	Quanto mais próximo de 0%, maior é o impacto no desempenho da escola
NAP – Nível de Apoio dos Pais Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	94,74 %	69,73 %	67,59 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NEA – Nível de Esforço do Estudante	89,47 %	71,28 %	64,65 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NAA – Nível de Autonomia na Aprendizagem Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	26,32 %	15,70 %	14,78 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NBPP – Nível de Uso de Boas Práticas Pedagógicas Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	94,74 %	75,10 %	71,02 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NCE – Nível de Clima Escolar Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	94,74 %	73,86 %	70,02 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NPV – Nível de Percepção de Violência Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	15,79 %	14,16 %	18,27 %	Quanto mais próximo de 0% maior é o impacto no desempenho da escola

** não foram coletados dados suficientes para cálculo do resultado.*

No 9º ano do Ensino Fundamental, os resultados também revelam aspectos positivos, embora alguns indicadores apresentem diferenças em relação ao 5º ano. O Apoio dos Pais (94,74%), o Nível de Esforço do Estudante (89,47%), o Uso de Boas Práticas Pedagógicas (94,74%) e o Clima Escolar (94,74%) também apresentam índices superiores aos referenciais regionais e da rede. A Percepção de Violência (15,79%), embora próxima do resultado regional (14,16%), é inferior ao índice da rede (18,27%), aspecto que merece acompanhamento e ações preventivas. Por outro lado, a reprovação (21,05%) apresenta percentual superior aos resultados regional (19,01%) e da rede (20,47%), configurando-se como um ponto de atenção para as políticas de acompanhamento das trajetórias escolares.

De modo geral, os dados indicam que a rede municipal apresenta condições contextuais favoráveis, especialmente relacionadas ao apoio familiar, esforço dos estudantes, práticas pedagógicas e clima escolar, com resultados frequentemente superiores aos referenciais regional e da rede. Esses fatores constituem potencialidades que podem ser fortalecidas para apoiar a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes. Ao mesmo tempo, os resultados apontam a necessidade de atenção à reprovação no 9º ano, à autonomia dos estudantes em seus processos de aprendizagem e à percepção de violência, reforçando a importância de ações de acompanhamento pedagógico, fortalecimento da convivência escolar e articulação com as famílias e a rede de proteção.

Rede Estadual

Rede estadual | 5º ano Ensino Fundamental

24ª CRE - CACHOEIRA DO SUL | Estrela Velha

INDICADOR	RESULTADOS		OBSERVAÇÃO
	REGIONAL	REDE	
NSE – Nível Socioeconômico Porcentagem de estudantes em nível médio ou superior.	51,87 %	53,24 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
REP – Porcentagem de Estudantes Reprovados	20,54 %	16,80 %	Quanto mais próximo de 0%, maior é o impacto no desempenho da escola
NAP – Nível de Apoio dos Pais Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	75,73 %	75,53 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NEA – Nível de Esforço do Estudante	82,18 %	78,53 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NAA – Nível de Autonomia na Aprendizagem Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	23,24 %	21,27 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NBPP – Nível de Uso de Boas Práticas Pedagógicas Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	85,69 %	82,57 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NCE – Nível de Clima Escolar Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	85,35 %	84,07 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NPV – Nível de Percepção de Violência Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	23,31 %	23,42 %	Quanto mais próximo de 0% maior é o impacto no desempenho da escola

** não foram coletados dados suficientes para cálculo do resultado.*

Os indicadores contextuais do SAERS 2025 da rede estadual (regional 24º CRE) mostram que no 5º ano do Ensino Fundamental, os dados indicam: Apoio dos Pais (75,73%), o Esforço do Estudante (82,18%), a Autonomia na Aprendizagem (23,24%), o Uso de Boas Práticas Pedagógicas (85,69%) e o Clima Escolar (85,35%) apresentam resultados próximos ou superiores aos índices de toda rede estadual, com destaque para o esforço dos estudantes e o clima escolar. A taxa de reprovação de 20,54%, entretanto, supera o percentual da rede estadual, de 16,80%, configurando-se como um ponto de atenção. A Percepção de Violência (23,31%) também se apresenta praticamente no mesmo patamar da rede estadual (23,42%), indicando a necessidade de ações permanentes de prevenção e promoção de uma convivência escolar segura.

Rede estadual | 9º ano Ensino Fundamental

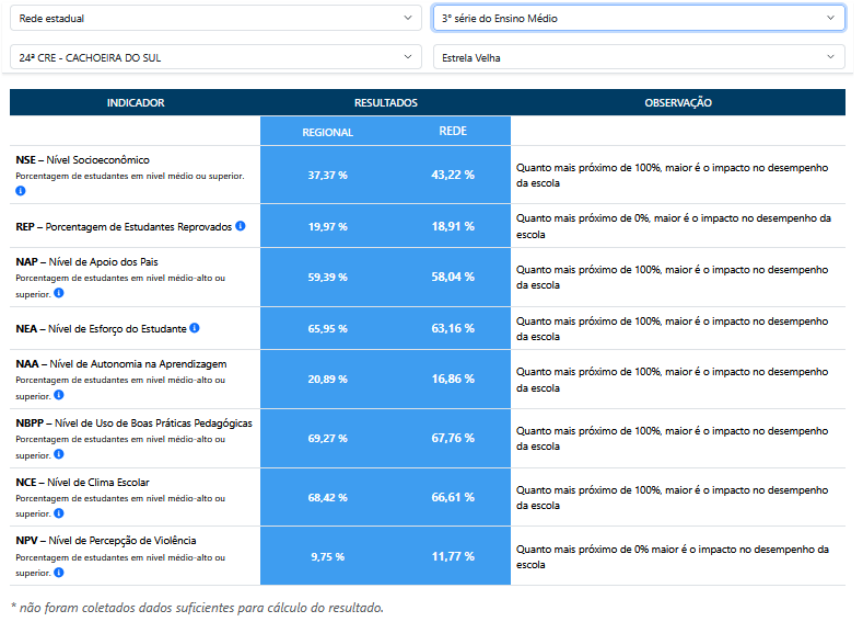
24ª CRE - CACHOEIRA DO SUL | Estrela Velha

INDICADOR	RESULTADOS		OBSERVAÇÃO
	REGIONAL	REDE	
NSE – Nível Socioeconômico Porcentagem de estudantes em nível médio ou superior.	53,86 %	51,38 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
REP – Porcentagem de Estudantes Reprovados	19,05 %	20,73 %	Quanto mais próximo de 0%, maior é o impacto no desempenho da escola
NAP – Nível de Apoio dos Pais Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	65,72 %	63,82 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NEA – Nível de Esforço do Estudante	66,04 %	62,70 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NAA – Nível de Autonomia na Aprendizagem Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	15,99 %	16,11 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NBPP – Nível de Uso de Boas Práticas Pedagógicas Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	70,34 %	68,04 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NCE – Nível de Clima Escolar Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	67,47 %	65,21 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NPV – Nível de Percepção de Violência Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	17,29 %	20,77 %	Quanto mais próximo de 0% maior é o impacto no desempenho da escola

** não foram coletados dados suficientes para cálculo do resultado.*

No 9º ano do Ensino Fundamental da rede estadual, observa-se um cenário que merece atenção em relação às trajetórias escolares. A reprovação alcança 19,05%, percentual inferior ao de toda rede estadual (20,73%), representando um aspecto positivo. O Apoio dos Pais (65,72%), o Esforço dos

Estudantes (66,04%), a Autonomia na Aprendizagem (15,99%), o Uso de Boas Práticas Pedagógicas (70,34%) e o Clima Escolar (67,47%) apresentam resultados superiores aos respectivos índices da rede estadual. A Percepção de Violência (17,29%) também é inferior ao resultado da rede (20,77%), sinalizando uma condição relativamente mais favorável nesse aspecto. Ainda assim, os índices de autonomia e esforço dos estudantes indicam a importância de fortalecer práticas que desenvolvam o protagonismo, a autorregulação e o envolvimento dos adolescentes com a própria aprendizagem.



Rede estadual | 3ª série do Ensino Médio

24ª CRE - CACHOEIRA DO SUL | Estrela Velha

INDICADOR	RESULTADOS		OBSERVAÇÃO
	REGIONAL	REDE	
NSE – Nível Socioeconômico Porcentagem de estudantes em nível médio ou superior.	37,37 %	43,22 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
REP – Porcentagem de Estudantes Reprovados	19,97 %	18,91 %	Quanto mais próximo de 0%, maior é o impacto no desempenho da escola
NAP – Nível de Apoio dos Pais Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	59,39 %	58,04 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NEA – Nível de Esforço do Estudante	65,95 %	63,16 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NAA – Nível de Autonomia na Aprendizagem Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	20,89 %	16,86 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NBPP – Nível de Uso de Boas Práticas Pedagógicas Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	69,27 %	67,76 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NCE – Nível de Clima Escolar Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	68,42 %	66,61 %	Quanto mais próximo de 100%, maior é o impacto no desempenho da escola
NPV – Nível de Percepção de Violência Porcentagem de estudantes em nível médio-alto ou superior.	9,75 %	11,77 %	Quanto mais próximo de 0% maior é o impacto no desempenho da escola

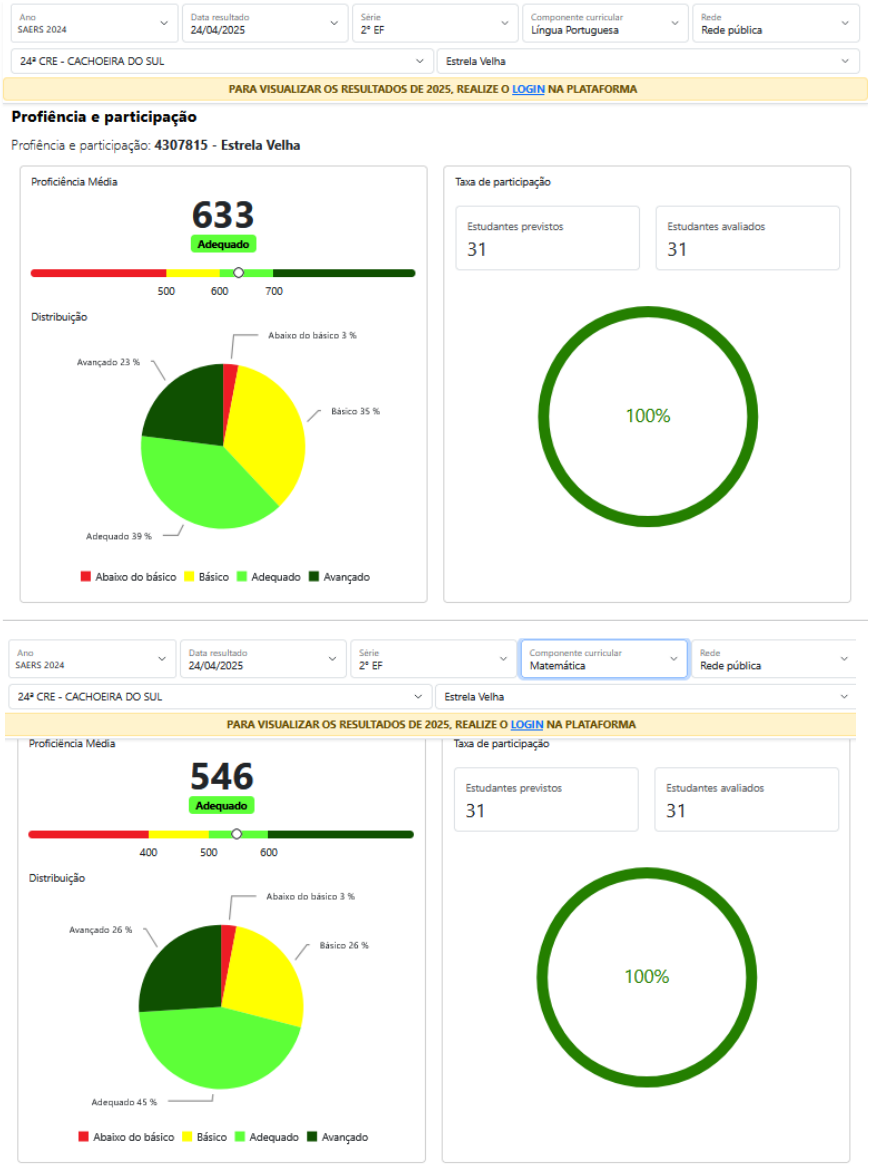
** não foram coletados dados suficientes para cálculo do resultado.*

Na 3º ano do Ensino Médio, os resultados mostram que a reprovação (19,97%) é superior à registrada na rede (18,91%), constituindo um ponto de atenção. Em contrapartida, o Apoio dos Pais (59,39%), o Esforço dos Estudantes (65,95%) e a Autonomia na Aprendizagem (20,89%) apresentam resultados superiores aos da rede estadual, assim como a Percepção de Violência (9,75%), inferior ao índice da rede (11,77%). Já o Uso de Boas Práticas Pedagógicas (69,27%) e o Clima Escolar (68,42%) apresentam resultados inferiores aos da rede estadual, indicando a necessidade de fortalecer estratégias pedagógicas e ações voltadas à melhoria do ambiente escolar e do engajamento dos estudantes.

De forma geral, os dados da rede estadual em Estrela Velha evidenciam diferentes potencialidades e desafios ao longo da trajetória escolar. Entre os aspectos positivos, destacam-se os indicadores relacionados ao apoio familiar, esforço dos estudantes, autonomia na aprendizagem e percepção de violência, que, em diferentes etapas, apresentam resultados favoráveis. Por outro lado, a reprovação, bem como os indicadores de autonomia, práticas pedagógicas e clima escolar em determinadas etapas, demandam atenção e acompanhamento. Os resultados reforçam a importância de ações articuladas entre escola, família e rede de proteção, com estratégias de acompanhamento das trajetórias escolares, prevenção da reprovação e do abandono, fortalecimento das práticas pedagógicas e promoção do protagonismo estudantil. A leitura desses indicadores deve ser realizada em conjunto com os resultados de aprendizagem, uma vez que os questionários contextuais contribuem para compreender fatores associados ao desempenho e orientar políticas e práticas educacionais.

Quanto à proficiência e à participação dos estudantes da rede pública no SAERS 2024, os resultados permitem analisar o desempenho alcançado nas avaliações de Língua Portuguesa e Matemática, bem como o nível de participação dos estudantes. Esses dados contribuem para identificar avanços e desafios na aprendizagem e orientar o planejamento de ações pedagógicas e de gestão. O gráfico a seguir apresenta os resultados de proficiência e participação no SAERS 2024 (https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados. Acessado em: 29/07/2026).

2º ano – Rede Pública



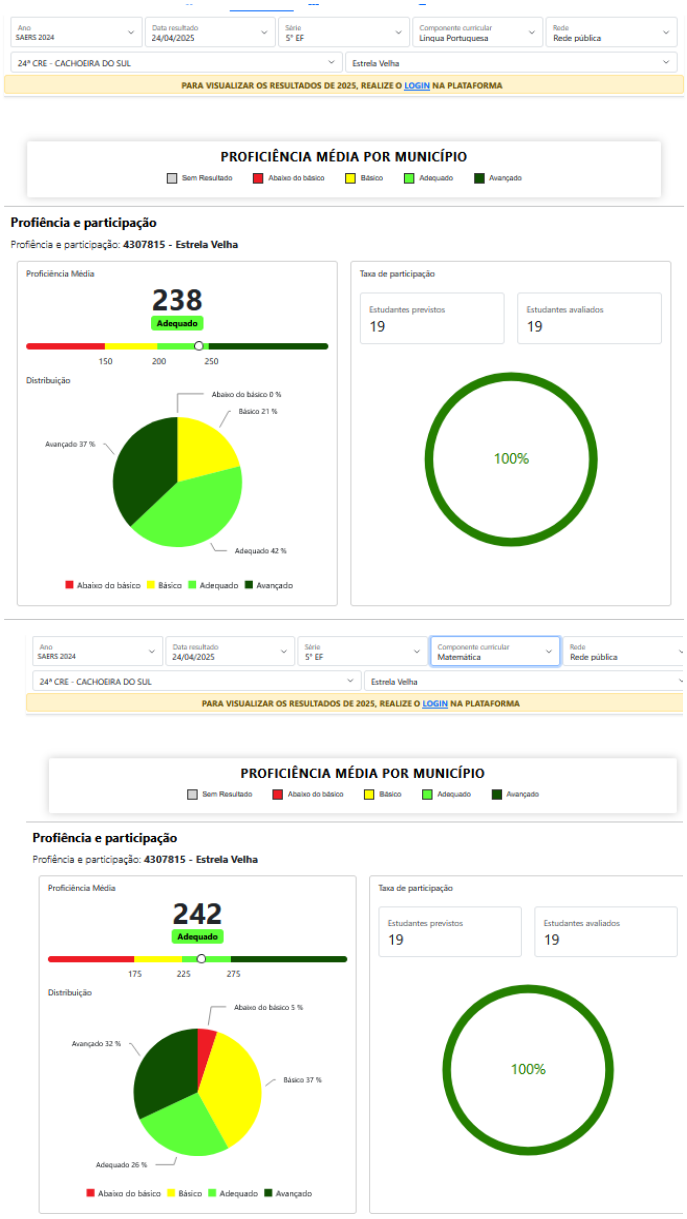
Os resultados do SAERS 2024 referentes aos estudantes do 2º ano das escolas públicas (rede estadual e municipal) da 24ª CRE/Cachoeira do Sul, no município de Estrela Velha, evidenciam um desempenho satisfatório e ampla participação na avaliação.

Em Língua Portuguesa, a proficiência média foi de 633 pontos, classificando-se no nível Adequado. A participação foi de 100%, com os 31 estudantes previstos realizando a avaliação. Em relação à distribuição dos níveis de desempenho, 39% dos estudantes encontram-se no nível Adequado,

35% no Básico, 23% no Avançado e apenas 3% no nível Abaixo do Básico, indicando um bom domínio das habilidades esperadas para a etapa de escolaridade.

Em Matemática, a proficiência média foi de 546 pontos, também classificada no nível Adequado. Assim como em Língua Portuguesa, a participação foi de 100%, com os 31 estudantes avaliados. A distribuição dos resultados mostra 45% dos estudantes no nível Adequado, 26% no Básico, 26% no Avançado e 3% no nível Abaixo do Básico.

5º ano – Rede Pública



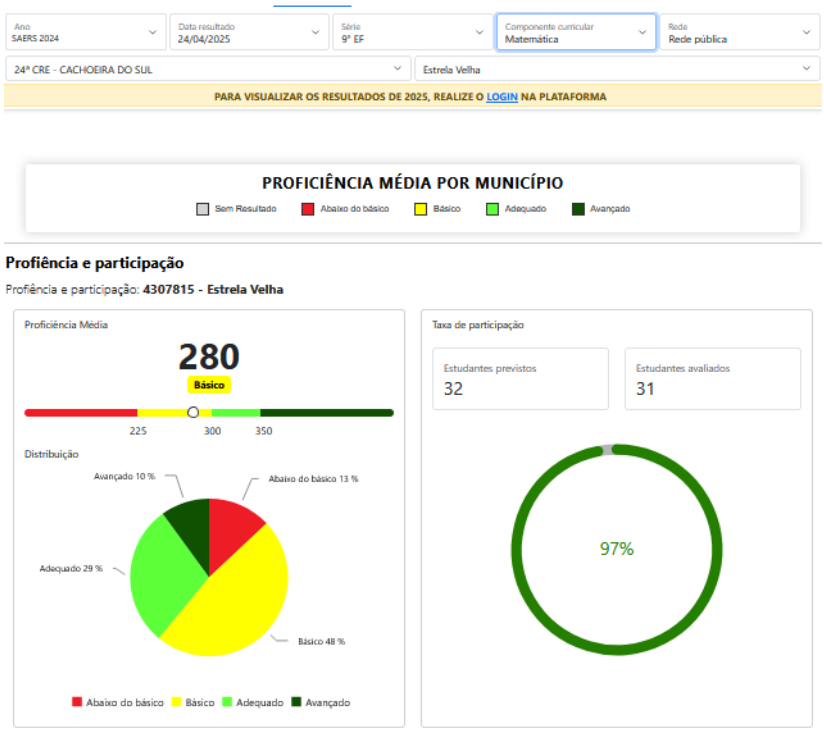
Os resultados do SAERS 2024 dos estudantes do 5º ano das escolas públicas (rede estadual e municipal) da 24ª CRE/ Cachoeira do Sul, no município de Estrela Velha, demonstram desempenho positivo e 100% de participação, com os 19 estudantes previstos realizando a avaliação.

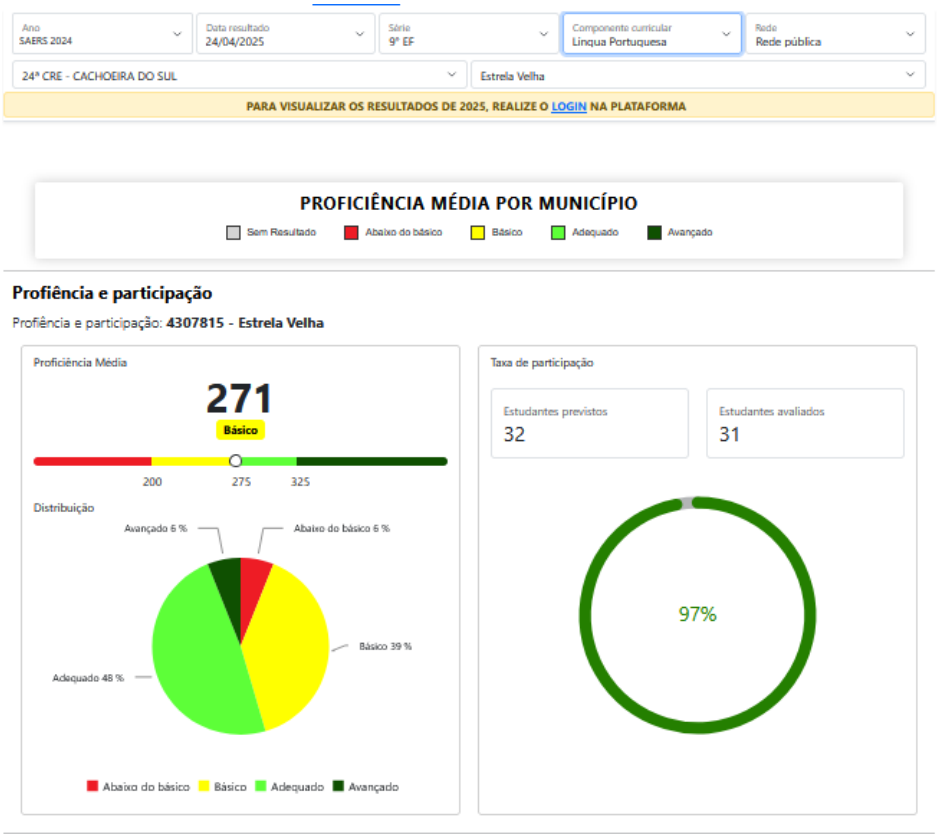
A proficiência média foi de 238 pontos em Língua Portuguesa, classificada no nível Adequado. Na distribuição dos níveis de desempenho, 42% dos estudantes estão no Adequado, 37% no Avançado

e 21% no Básico, sem estudantes no nível Abaixo do Básico. Os resultados indicam que a maioria dos estudantes atingiu ou superou o nível esperado de aprendizagem.

Já em matemática, a proficiência média foi de 242 pontos, classificada no nível Adequado. Na distribuição dos níveis de desempenho, 32% no Avançado, 26% dos estudantes estão no Adequado, 37% no Básico, e Abaixo do Básico, 5%. Os resultados mostram que a maioria dos estudantes consolidou as habilidades previstas para essa etapa de ensino, embora ainda haja alguns estudantes que demanda acompanhamento pedagógico para consolidar as habilidades essenciais e avançar em seu desempenho.

9º ano – Rede Pública





As turmas de 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública de Estrela Velha revelaram um cenário de expressivo engajamento dos estudantes, alcançando uma taxa de participação de 97% (31 alunos avaliados de um total de 32 previstos) tanto na avaliação de Língua Portuguesa quanto na de Matemática.

Em relação à proficiência média, ambas as disciplinas se situam no nível Básico, com Matemática registrando 280 pontos e Língua Portuguesa 271 pontos. Contudo, ao analisar a distribuição dos estudantes pelos níveis de desempenho.

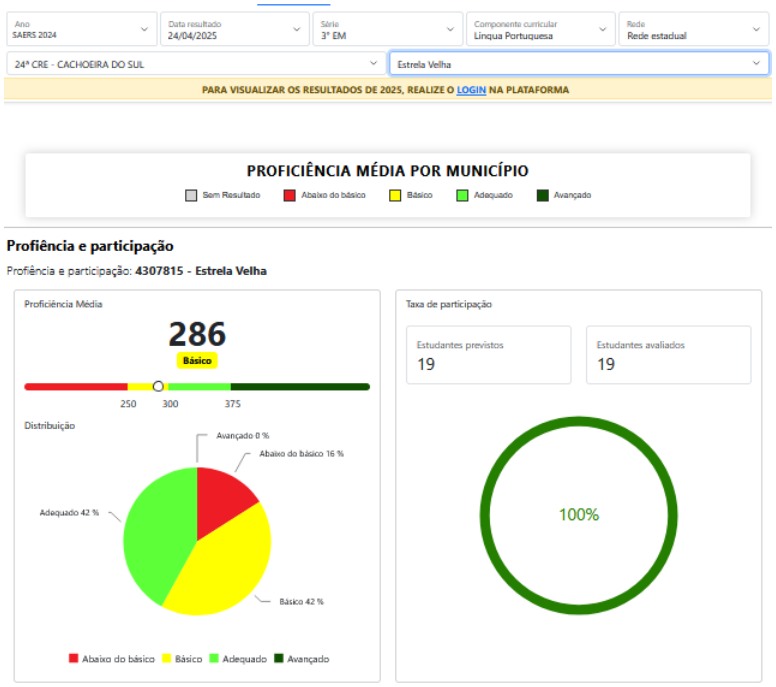
Em Língua Portuguesa, apresenta uma consolidação mais positiva nas faixas de aprendizagem esperadas. A maioria dos estudantes (54%) encontra-se nos níveis desejáveis (Adequado com 48% e avançado com 6%). Além disso, a proporção de alunos no nível crítico (Abaixo do básico) é reduzida, representando apenas 6% da turma, enquanto 39% permanecem no nível Básico.

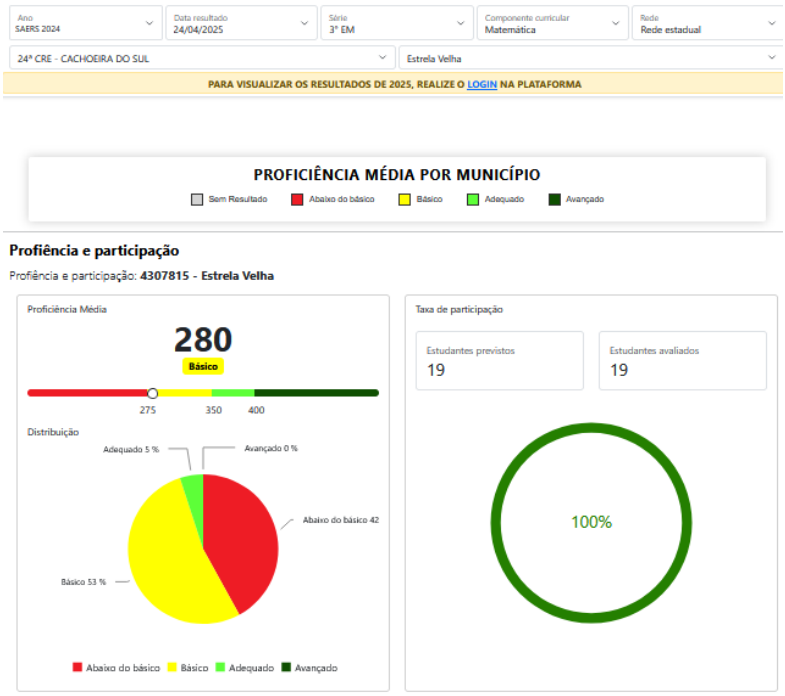
Em Matemática, embora apresente uma parcela maior de alunos no nível mais alto (Avançado, com 10%), a disciplina demonstra maior concentração nas faixas intermediárias e de atenção. Quase metade da turma (48%) está no nível Básico, e a porcentagem de estudantes no nível crítico (Abaixo do básico) atinge 13% (mais do que o dobro do registrado em Língua Portuguesa). O nível Adequado alcançou 29%.

Os dados indicam que, enquanto Língua Portuguesa apresenta um avanço mais uniforme rumo aos níveis adequados de aprendizagem, Matemática demanda intervenções pedagógicas focadas na recuperação continuada. O principal desafio da rede para os próximos ciclos consiste em criar

estratégias para migrar os alunos do nível Básico para o Adequado, além de prestar suporte intensivo aos 13% de estudantes que ainda se encontram abaixo do básico em Matemática.

3º ano/Ensino Médio – Rede Pública





A avaliação do SAERS 2024 no 3ª ano do Ensino Médio em Estrela Velha atingiu 100% dos estudantes (19 alunos avaliados), revelando um cenário em que ambas as disciplinas se mantêm na faixa média Básica (286 pontos em Língua Portuguesa e 280 em Matemática), mas com uma

disparidade crítica na distribuição do aprendizado. Enquanto em Língua Portuguesa 42% dos estudantes alcançaram o nível Adequado (sem nenhum no Avançado e 16% Abaixo do básico), a disciplina de Matemática apresenta um quadro mais preocupante: 42% dos alunos estão no nível Abaixo do básico, 53% no nível Básico e apenas 5% no nível Adequado, sem registros no Avançado. Esse contraste evidencia que, embora o engajamento da turma seja pleno, Matemática exige uma intervenção pedagógica urgente de recomposição de aprendizagens.

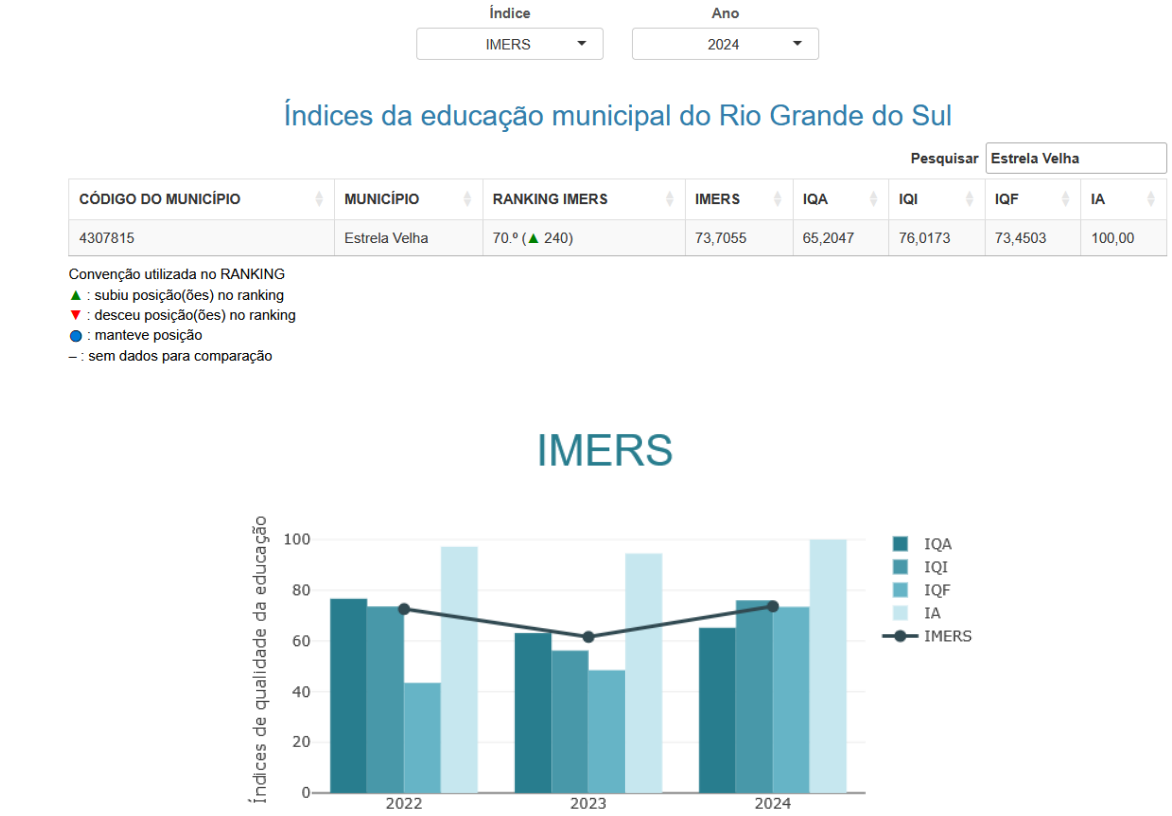
Apesar dos desafios apontados pelo SAERS 2024 no Ensino Médio, especialmente em Matemática, a Escola Estadual de Ensino Médio Estrela Velha (EEEMEV) demonstrou forte poder de superação ao conquistar o 1º lugar na 24ª CRE e o 14º lugar no RS no Enem 2025. Esse resultado de destaque estadual evidencia o elevado potencial da escola. O resultado representa um importante reconhecimento ao trabalho desenvolvido, fruto do comprometimento dos estudantes, da dedicação dos professores e servidores, do apoio das famílias e do trabalho coletivo realizado por toda a comunidade escolar.



https://microdados.evolucional.com.br/microdados/ranking-enem-atual?redacao=sim . Acessado em 29/07/2026.

Já o Índice da Educação Municipal do Rio Grande do Sul (IMERS) tem como objetivo avaliar o desempenho e o avanço educacional de cada município para definir o repasse financeiro da Cota-Parte da Educação no ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços). O indicador considera as taxas de aprovação e as notas das provas do SAERS (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do RS) aplicadas aos alunos do 2º, 5º e 9º anos das escolas municipais

Em 2024, o (IMERS) de Estrela Velha atingiu o ranking 70º, entre os 497 municípios do Estado. Uma grande conquista pelo empenho, investimento e ações já realizadas.

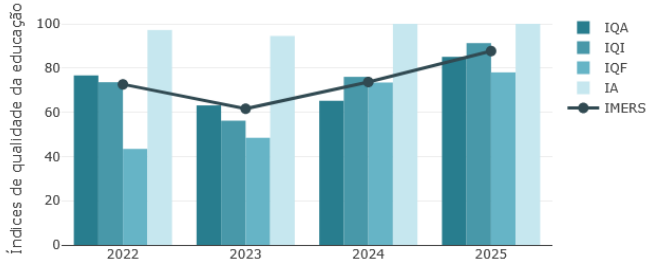


Fonte: https://imersvis.dee.rs.gov.br/. Retirado: 25/09/2026

O Resultado do IMERS é composto por subíndices: Índice de Qualidade da Alfabetização (IQA, 2º ano); Índice dos Anos Iniciais (IQI, 5º ano); Índice dos Anos Finais (IQF, 9º ano) e (IA) Índice de Aprovação. Em 2022, atingimos o Índice da Educação Municipal do Rio Grande do Sul de 72,66; no ano de 2023 de 61,63 e em 2024 o índice de 73,70.

Em 2025, Estrela Velha alcançou a 4ª posição no ranking do Índice de Educação Municipal do Rio Grande do Sul (IMERS), entre os 497 municípios gaúchos, com índice de 87,6805.





Fonte: https://imersvis.dee.rs.gov.br/. Retirado: 25/09/2026

Esse resultado representa uma importante conquista para o município e evidencia o compromisso contínuo com a qualidade da educação pública, refletindo o trabalho conjunto desenvolvido ao longo dos anos. Os avanços são resultado do empenho dos profissionais da educação, dos investimentos realizados e das ações e políticas educacionais implementadas pela rede municipal.

A conquista reforça a importância de manter o planejamento, o acompanhamento dos indicadores e o desenvolvimento de iniciativas que contribuam para a aprendizagem, a equidade e a melhoria contínua da educação em Estrela Velha.

A articulação entre as etapas da Educação Básica exige a compreensão do desenvolvimento humano em sua totalidade, respeitando as especificidades de cada faixa etária. Na transição para o Ensino Fundamental, torna-se fundamental integrar as experiências do desenvolvimento infantil ao cotidiano escolar. Como ressaltam as Diretrizes Curriculares Nacionais:

> Na perspectiva da continuidade do processo educativo proporcionada pelo alargamento da Educação Básica, o Ensino Fundamental terá muito a ganhar se absorver da Educação Infantil a necessidade de recuperar o caráter lúdico da aprendizagem, particularmente entre as crianças de 6 (seis) a 10 (dez) anos que frequentam as suas classes, tornando as aulas menos repetitivas, mais prazerosas e desafiadoras e levando à participação ativa dos alunos. A escola deve adotar formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade às crianças na sala de aula, explorar com elas mais intensamente as diversas linguagens artísticas, a começar pela literatura, utilizar mais materiais que proporcionem aos alunos oportunidade de raciocinar manuseando-os, explorando as suas características e propriedades, ao mesmo tempo em que passa a sistematizar mais os conhecimentos escolares" (BRASIL, 2010b, p. 21).

Essa continuidade reforça que a dimensão do cuidado, do brincar e das experiências significativas deve permanecer presente ao longo dos anos iniciais, especialmente no período de transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Nesse processo, é fundamental que as práticas pedagógicas respeitem o ritmo, os interesses e as características próprias das crianças, evitando a antecipação de exigências e conteúdos que possam desconsiderar sua condição de sujeitos em desenvolvimento. A incorporação de propostas lúdicas, interativas e desafiadoras contribui para tornar a aprendizagem mais significativa, favorecendo a curiosidade, a criatividade, a autonomia e a participação ativa dos estudantes. Dessa forma, o Ensino Fundamental pode assegurar a continuidade das experiências vivenciadas na etapa anterior, ao mesmo tempo em que amplia gradativamente a

sistematização dos conhecimentos e o desenvolvimento das diferentes habilidades. Segundo Kramer (2007, p. 20):

> Educação infantil e ensino fundamental são indissociáveis: ambos envolvem conhecimentos e afetos; saberes e valores, cuidados e atenção; seriedade e riso. [...] É preciso garantir que as crianças sejam atendidas nas suas necessidades (a de aprender e a de brincar) [...] e que lidem com as crianças como crianças e não apenas como estudantes. A inclusão da criança de seis anos no ensino fundamental requer diálogo entre educação infantil e ensino fundamental.

Essa concepção amplia a compreensão sobre o papel da escola e orienta para práticas pedagógicas que valorizem a criança como protagonista de seu processo de aprendizagem e como sujeito ativo na construção de conhecimentos e culturas. Assim, a organização do Ensino Fundamental deve contemplar experiências que articulem aprendizagem, brincadeira, interação, movimento, investigação, expressão e convivência, garantindo condições para que cada criança desenvolva suas potencialidades de forma integral. Nesse sentido, reconhecer o estudante requer tomar como referência a própria definição legal de criança, compreendida como:

> Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura" (BRASIL, 2009, art. 4º).

A continuidade entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, portanto, não significa a simples reprodução de práticas de uma etapa na outra, mas a construção de uma trajetória educativa articulada, que preserve os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e, ao mesmo tempo, amplie progressivamente os conhecimentos, as experiências e a autonomia das crianças.

Avançando para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, a escola passa a lidar com as especificidades da adolescência: um período singular do desenvolvimento marcado por intensa plasticidade cerebral, conforme destaca Steinberg (2005). Essas descobertas reforçam a necessidade de promover oportunidades educativas estruturadas que considerem a complexidade dessa fase, reconhecendo e estimulando o potencial de aprendizagem e transformação dos estudantes. Ademais, é preciso considerar a pluralidade desse público:

> Vale destacar que falar em “adolescências”, no plural, é reconhecer que existem formas variadas de vivenciar esse período em diferentes contextos e processos de amadurecimento. Todas as transformações que envolvem aspectos cognitivos, físicos, intelectuais, emocionais e sociais nas adolescências estão permeadas e atravessadas por contextos socioeconômicos e culturais diversos e por marcadores sociais (...) Raça, gênero, deficiência, sexualidade, classe social e regionalidade são alguns dos marcadores sociais que atravessam a experiência dos(as) adolescentes, impactando o acesso a diferentes oportunidades e, também, as questões de identidade e pertencimento" (MEC, 2025, p. 22).

Historicamente, a análise temporal da última década demonstra um avanço progressivo no fluxo escolar e na gestão das aprendizagens na rede. Destaca-se que nos anos de 2020 e 2021 as taxas de

aprovação atingiram 100% devido às orientações da União dos Conselhos Municipais de Educação no contexto da pandemia da Covid-19, período em que os conteúdos foram repactuados, vedando reprovações e exigindo a reorganização dos currículos para mitigar as perdas pedagógicas.

Para além do período pandêmico, a rede municipal buscou consolidar ações focadas no nivelamento da aprendizagem, tais como:

- Promoção de um ambiente escolar estimulante e acolhedor;
- Oferta de reforço escolar do 1º ao 9º ano e suporte individualizado aos estudantes com dificuldades;
- Elaboração de materiais personalizados e realização de ensino estruturado e intensivo no contraturno para os anos avaliados (2º, 5º e 9º anos);
- Monitoramento periódico do desempenho e da frequência escolar, fortalecendo a cultura de assiduidade;
- Aplicação de simulados e revisões prévias às avaliações externas;
- Formação continuada focado no aprimoramento das práticas docentes.

Apesar desse esforço de gestão e das estratégias contínuas para manter o fluxo e amenizar impactos externos (que hoje englobam também os eventos climáticos extremos, como as ondas de calor e tempestades intensas que afetam a infraestrutura e o bem-estar escolar), a análise detalhada dos indicadores evidencia uma barreira persistente. Embora fatores socioeconômicos, familiares e ambientais condicionem o aprendizado, a intervenção pedagógica precisa enfrentar o desafio educacional da rede: estudantes do ensino fundamental e do ensino médio não alcançam o nível adequado de aprendizado em relação ao seu ano de estudo, havendo persistentes desigualdades entre as populações de baixo nível socioeconômico e as em situação de vulnerabilidade social.

ANÁLISE CAUSAL

Os níveis de aprendizagem adequada constituem um desafio que envolve múltiplos fatores e não se restringe exclusivamente ao desempenho em avaliações externas. As dificuldades de aprendizagem podem estar relacionadas a lacunas acumuladas ao longo da trajetória escolar, defasagens decorrentes da pandemia, diferentes ritmos e necessidades de aprendizagem, frequência irregular, transições entre etapas de ensino e práticas pedagógicas que nem sempre contemplam as especificidades de cada faixa etária. Soma-se a isso a influência de fatores socioeconômicos, familiares, culturais e ambientais, que podem ampliar as desigualdades educacionais e afetar as condições de aprendizagem e permanência dos estudantes.

Na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, torna-se fundamental fortalecer a articulação entre as etapas, garantindo uma transição acolhedora e respeitando a criança em sua integralidade, de modo que brincar, interagir, explorar e aprender estejam presentes no cotidiano escolar. A adoção de práticas mais lúdicas, significativas, diversificadas e desafiadoras pode favorecer o desenvolvimento das diferentes linguagens e a consolidação das aprendizagens essenciais.

Nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, as causas relacionadas aos níveis insuficientes de aprendizagem também podem estar associadas à desmotivação, à dificuldade de

pertencimento, à falta de conexão entre os conteúdos escolares e a realidade dos adolescentes, às mudanças próprias dessa etapa do desenvolvimento e às diferentes condições sociais e culturais vivenciadas pelos estudantes. Nesse sentido, reconhecer a existência de diferentes adolescências é essencial para que a escola desenvolva estratégias que considerem as singularidades, os interesses e as necessidades dos estudantes, fortalecendo o vínculo com a escola e o protagonismo juvenil.

Outro fator relevante refere-se aos impactos de eventos externos sobre a continuidade do processo educativo, como a pandemia da Covid-19 e eventos climáticos extremos, incluindo enchentes, tempestades e períodos de calor intenso. Essas situações podem provocar interrupções das aulas, prejuízos à infraestrutura, perdas de materiais, alterações na rotina das famílias e dificuldades de concentração e bem-estar, contribuindo para o aprofundamento de lacunas de aprendizagem.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de uma atuação pedagógica sistemática e articulada, com avaliação diagnóstica contínua, acompanhamento individualizado, busca ativa dos estudantes com baixa frequência, reforço e recuperação das aprendizagens, intervenções pedagógicas no contraturno, uso de materiais personalizados, monitoramento periódico dos resultados e formação continuada dos profissionais da educação. A análise dos dados deve orientar decisões pedagógicas e permitir a identificação precoce das dificuldades, evitando que as defasagens se acumulem ao longo da trajetória escolar.

Assim, a elevação dos níveis de aprendizagem adequada depende da capacidade da escola de identificar as causas das dificuldades, intervir de forma oportuna e acompanhar sistematicamente a evolução de cada estudante, garantindo uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Mais do que elevar os resultados das avaliações externas, é necessário assegurar que todos os estudantes desenvolvam as competências e habilidades essenciais para avançar em sua trajetória escolar, respeitando seus diferentes tempos, contextos e modos de aprender.

CAUSAS CRÍTICAS

- Lacunas e defasagens de aprendizagem acumuladas ao longo da trajetória escolar, agravadas pelos impactos da pandemia da Covid-19.
- Dificuldade de consolidação das aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática, especialmente nas habilidades essenciais para o avanço escolar.
- Fragilidades no desenvolvimento de práticas pedagógicas significativas, inclusivas e contextualizadas, considerando os diferentes níveis de aprendizagem e as necessidades dos estudantes, com vistas a promover avanços na aprendizagem e nos resultados educacionais.
- Fragilidades na articulação entre etapas e redes de ensino, comprometendo a continuidade das aprendizagens e a transição dos estudantes ao longo da trajetória escolar.

6. 6 OBJETIVO 6 – Educação Integral em Tempo Integral

Ampliar a oferta de educação integral em tempo integral para a rede pública, assegurando sua qualidade e a intencionalidade pedagógica das atividades.

6.6.1 DIAGNÓSTICO

PROBLEMA

A expansão da educação integral em tempo integral ainda representa um desafio para o município, exigindo a estruturação de espaços físicos adequados, ampliação e qualificação das equipes profissionais, além de recursos financeiros que garantam a efetivação dessa política com qualidade.

ANÁLISE DESCRITIVA

A trajetória da Educação Integral em Tempo Integral no município de Estrela Velha teve início em 2015, com a implantação da primeira turma em turno integral na rede municipal de Educação Infantil. A iniciativa representou um importante desafio para o município, que assumiu o compromisso de ampliar o tempo de permanência das crianças na escola sem abrir mão da qualidade do atendimento e da garantia de experiências educativas significativas e adequadas às especificidades da infância.

A oferta deu-se a partir de uma turma de Creche II, nas novas instalações do Projeto Proinfância/FNDE, constituindo um marco importante para a expansão da Educação Infantil em tempo integral no município. Paralelamente à ampliação da oferta, buscou-se investir na qualificação das práticas pedagógicas e na formação dos profissionais. Nesse processo, a parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), através do Proinfância/FNDE, possibilitou a realização de formações pedagógicas que contribuíram de maneira significativa para o aprimoramento das práticas desenvolvidas no cotidiano escolar.

Também foram fortalecidas as ações de formação continuada dos profissionais da Educação Infantil por meio de parcerias com o Programa A União Faz a Vida (PUFV), iniciativa que permanece contribuindo, até os dias atuais, para o desenvolvimento profissional das equipes e para a qualificação dos processos educativos. A formação continuada passou, assim, a constituir uma estratégia fundamental para acompanhar a expansão da jornada escolar e assegurar que a ampliação do tempo estivesse efetivamente vinculada à qualidade das experiências de aprendizagem e desenvolvimento oferecidas às crianças.

Em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) e com a elaboração e implementação do Plano Municipal de Educação (PME), a oferta de Educação Integral em Tempo Integral foi sendo ampliada gradativamente, alcançando novas turmas, matrículas e unidades escolares. Esse processo exigiu, igualmente, investimentos na organização dos recursos humanos, estruturação das equipes escolares, espaços e organização de rotinas e alimentação escolar.

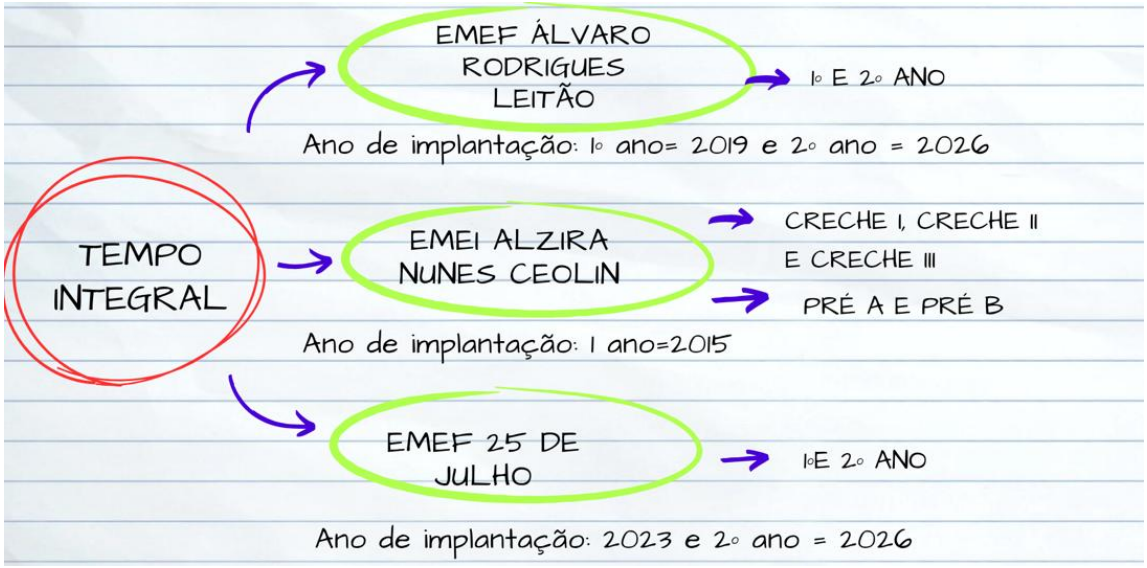
Com o objetivo de otimizar e qualificar o atendimento, o cargo de monitor, inicialmente com jornada de 20 horas semanais, foi reorganizado para a função de Auxiliar de Atendimento Educacional, com jornada de 40 horas, além da contratação de novos profissionais e da celebração de convênios e parcerias destinados à formação e à capacitação das equipes.

Na sequência, a Educação em Tempo Integral foi estendida ao Ensino Fundamental. Em 2019, a EMEF Álvaro Rodrigues Leitão iniciou a oferta em Tempo Integral para o 1º ano. Posteriormente, em 2026, essa oferta foi ampliada para o 2º ano, representando a continuidade do processo de expansão da jornada escolar nos anos iniciais.

Em 2023, a EMEF 25 de Julho iniciou a oferta de Educação em Tempo Integral para o 1º ano do Ensino Fundamental. Em 2026, a oferta teve continuidade, sendo ampliada para o 2º ano, com a expansão da jornada escolar.

Assim, a evolução da Educação em Tempo Integral no município evidencia um processo gradual de expansão da política, que teve como ponto de partida a Educação Infantil, em 2015, e avançou posteriormente para o Ensino Fundamental, com novas unidades e anos escolares incorporados ao longo do período.

Esse percurso demonstra o compromisso do município com a ampliação progressiva da jornada escolar, buscando assegurar aos estudantes maiores oportunidades de aprendizagem, desenvolvimento integral e participação em experiências educativas diversificadas, em consonância com as diretrizes da política de Educação Integral em Tempo Integral.



Dados retirados do recibo do Censo Escolar das Escolas do Território, 2026.

Mais recentemente, o município avançou na consolidação de sua Política de Educação Integral em Tempo Integral, em consonância com as diretrizes nacionais estabelecidas pelo Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei Federal nº 14.640/2023 e regulamentado pelas Portarias nº 1.495/2023 e nº 2.036/2023. No âmbito municipal, essa política foi inicialmente instituída pelo Decreto Municipal nº 2.473, de 6 de outubro de 2023, posteriormente atualizado e substituído pelo Decreto Municipal nº 2.899, de 22 de outubro de 2026, elaborado em conformidade com a legislação vigente. O novo instrumento normativo revoga o decreto anterior e atualiza as disposições que orientam a implementação e o desenvolvimento da Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Estrela Velha. A iniciativa representa um importante avanço na organização da política educacional do município, fortalecendo a perspectiva de ampliação das oportunidades de aprendizagem

e de desenvolvimento integral das crianças e estudantes. A Secretaria Municipal de Educação realizou e vem realizando a pactuação de matrículas no âmbito do programa, fortalecendo a institucionalização da política e ampliando gradativamente a oferta de educação em tempo integral na rede municipal.

Os dados do território municipal de Estrela Velha relativos à oferta da Educação Integral em Tempo Integral, apontados abaixo, contemplam a evolução histórica das matrículas nos últimos anos, a distribuição das matrículas por etapa da Educação Básica e a identificação das unidades escolares que atualmente ofertam essa modalidade. As informações apresentadas possibilitam uma análise da realidade educacional do município, contribuindo para o diagnóstico da oferta existente e para o planejamento e a definição de estratégias voltadas à ampliação e ao fortalecimento da Educação Integral em Tempo Integral.

A Educação Infantil, primeira etapa implantada no município, é um exemplo de evolução positiva das matrículas:



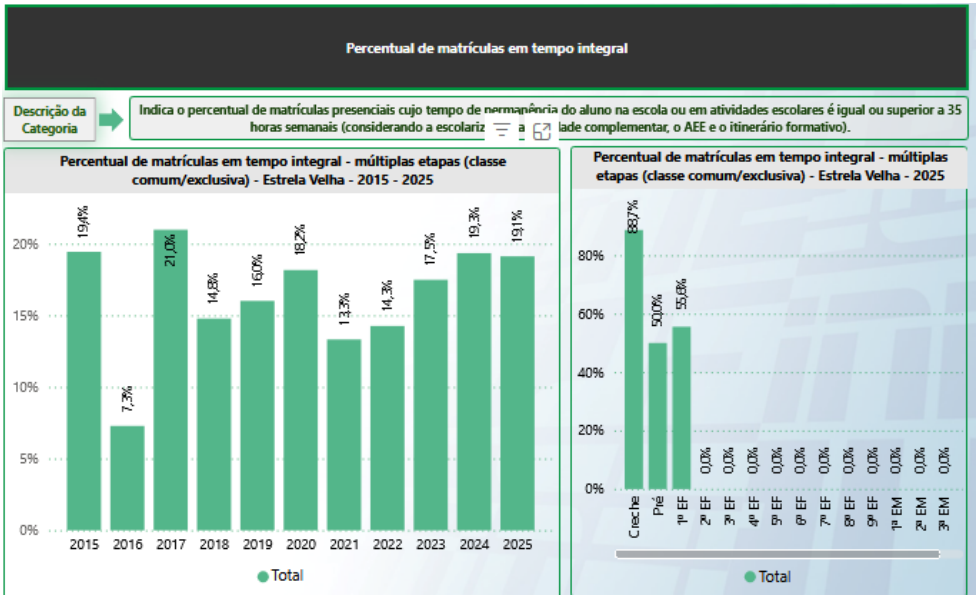
Fonte: Censo Escolar 2025.

Entre 2015 e 2025, as matrículas em Tempo Integral apresentaram crescimento, passando de 32 para 85 crianças na Educação Infantil, demonstrando o fortalecimento gradual dessa modalidade de atendimento. Ao comparar o ano de início e o ano final, verifica-se um acréscimo de 53 matrículas, correspondente a aproximadamente 166% de crescimento. Os dados evidenciam, portanto, a ampliação da oferta de Educação Infantil em Tempo Integral no município, ainda que marcada por oscilações ao longo do período, indicando a necessidade de continuidade do planejamento e do acompanhamento da demanda para assegurar a expansão sustentável e a qualidade do atendimento.

A partir de 2019, passaram a ser agregadas ao levantamento as matrículas do 1º ano do Ensino Fundamental da EMEF Álvaro Rodrigues Leitão. Em 2023, também foram incorporadas as matrículas do 1º ano da EMEF 25 de Julho, o que deve ser considerado na análise da evolução dos dados e na comparação entre os diferentes períodos.

No caso da Educação Infantil, especialmente da etapa de Creche, observa-se oscilação no número de matrículas ao longo dos anos. Essa variação está relacionada, entre outros fatores, ao fato de a frequência nessa etapa não possuir caráter obrigatório, permitindo maior influência da escolha das famílias sobre o ingresso e a permanência das crianças. Outro fator que interfere na variação das matrículas é a própria dinâmica demográfica do município. O número de nascimentos não se mantém uniforme ao longo dos anos, havendo períodos com maior e menor quantidade de nascimentos. Essa

variação repercute diretamente no número de crianças em idade de ingresso na Educação Infantil e, posteriormente, no Ensino Fundamental, influenciando os percentuais e a evolução das matrículas observados no período analisado.



Fonte: Dados Estatísticos do Censo Escolar 2025.

https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9

As oscilações quanto ao número de matrícula durante o período de 10 anos podem ser reflexos também de que haviam metas de ampliação de matrículas, no entanto não havia uma política de Educação Integral em Tempo Integral. Após a adesão ao Programa Escola em Tempo Integral do MEC, pelo município, é perceptível a manutenção do percentual de matrículas em tempo integral.

Até 2025 mantinha-se turmas de Creche, Pré-Escola e 1º ano em tempo integral. Como a implantação em 2026 no 2º ano, em duas escolas houve um grande avanço na rede.

Os dados apontados no Recibo do Fechamento do Censo Escolar 2026 evidenciam avanços na implementação da educação em tempo integral no município de Estrela Velha/RS. No Indicador 6A, referente ao percentual de oferta de tempo integral nas escolas públicas, a meta de 50% estabelecida pelo PME 2014-2025 foi superada, alcançando-se 66,66%.

No Indicador 6B, relativo ao percentual de atendimento das crianças e estudantes da Educação Básica em tempo integral, o resultado do território é de 30,72%, superando a meta de 25% estabelecida pelo PME 2014-2025. Quando analisado por rede de ensino, verifica-se que a rede estadual atinge 16,21% das matrículas em tempo integral, enquanto a rede municipal alcança 38,35%.

Identificação das unidades escolares que atualmente ofertam essa modalidade e número de matrículas

Escola	Nº de matrículas	Matrículas Integral	Matrículas AEE
EMEI Alzira Nunes Ceolin	78	78	6
EMEF 25 de Julho	67	16	2
EMEF Álvaro Rodrigues	207	41	6

Leitão			
EEEF Itaúba	77		11
EE Ensino Médio Estrela Velha	102	30	10
EEIEF Karai Tataendy Vera Cláudio Acosta	6	-	-
Total	537	165	44

Distribuição territorial das escolas com oferta de tempo integral e percentual de matrículas

Rede Municipal		
Escola	**% de matrículas em tempo integral**	**Localização**
EMEI Alzira Nunes Ceolin	100%	Urbana
EMEF 25 de Julho	23,88%	Rural
EMEF Álvaro Rodrigues Leitão	19,80%	Urbana
Rede Estadual		
Escola	**% de matrículas em tempo integral**	**Localização**
EEEF Itaúba	0%	Rural
EE Ensino Médio Estrela Velha	29,41%	Urbana
EEIEF Karai Tataendy Vera Cláudio Acosta	0%	Rural

Distribuição territorial das matrículas e percentual por rede

Rede Municipal	**Rede Estadual**
352 estudantes	185 estudantes
135 matrículas em TI	30 matrículas em TI
38,35% de matrículas em TI	16,21% de matrículas em TI

Fonte: Dados do Recibo do Fechamento Censo Escolar 2026. **Elaboração:** SME Estrela Velha, 2026.

Conforme levantamento realizado, não há, no momento, demanda reprimida por vagas em Educação Integral em Tempo Integral no município de Estrela Velha. Ressalta-se, entretanto, a importância da continuidade do acompanhamento sistemático dos indicadores educacionais, o planejamento e a avaliação da oferta.

Nesse contexto, é importante considerar as metas estabelecidas pelo PNE 2026–2036, que “prevê a garantia da oferta de matrículas em tempo integral, na perspectiva da educação integral, com jornada mínima de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, preferencialmente em turno único, em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 35% (trinta e cinco por cento) das crianças e estudantes da educação básica até o quinto ano de vigência deste PNE, e em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) das crianças e estudantes da educação básica até o final da vigência deste PNE”.

A expansão da Educação Integral em Tempo Integral no município constitui um desafio que envolve não apenas a ampliação da jornada escolar, mas a necessidade de garantir condições estruturais, pedagógicas e humanas adequadas para que essa política seja implementada com qualidade e equidade. A ampliação da oferta exige a qualificação dos espaços físicos das escolas, assegurando ambientes acessíveis, seguros, acolhedores e adequados às diferentes experiências educativas.

Outro fator está relacionado à estrutura e à qualificação dos recursos humanos, a necessidade de equipes técnicas e de apoio (suficientes e preparadas) para atender às demandas da jornada ampliada. Soma-se a isso a importância de fortalecer os processos formativos, promovendo formação continuada e planejamento colaborativo entre professores e coordenadores, de modo a qualificar as práticas pedagógicas e garantir maior articulação entre os diferentes tempos, espaços e experiências de aprendizagem.

A consolidação da política também depende do fortalecimento da Proposta Pedagógica, garantindo que a ampliação do tempo escolar esteja efetivamente vinculada à formação integral das crianças e estudantes e não apenas ao aumento da permanência na escola. Nesse sentido, torna-se fundamental desenvolver ações que promovam a inclusão e a equidade educacional, reconhecendo as diferentes necessidades, potencialidades e contextos das crianças e estudantes.

A participação progressiva das crianças e estudantes e das famílias constitui igualmente um elemento essencial para a efetivação da política, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a corresponsabilidade pela educação. Da mesma forma, a valorização e o reconhecimento das boas práticas desenvolvidas pelas escolas e pelos profissionais podem contribuir para disseminar experiências exitosas e fortalecer a cultura de inovação e colaboração.

Torna-se necessário estabelecer processos contínuos de monitoramento e avaliação, articulados ao planejamento colaborativo entre equipes gestoras, professores e coordenadores, garantindo que as decisões sejam orientadas pelas evidências e pelas necessidades reais das crianças e estudantes. Dessa forma, pensar a Educação em Tempo Integral exige cautela, planejamento e comprometimento.

Atualmente, um dos grandes desafios do município está relacionado à ampliação e adequação dos recursos humanos necessários à expansão da Educação em Tempo Integral, considerando a necessidade de profissionais em quantidade e com perfil compatível com a jornada ampliada, bem como os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

No Novo PAR, realizado em 2025, foram estabelecidos resultados esperados para a ampliação da Educação Integral em Tempo Integral no município. Os dados mais recentes demonstram que a oferta já supera a projeção inicialmente estabelecida, uma vez que, conforme o Recibo de Fechamento do Censo Escolar 2026, o município alcançou 30,72% de matrículas em tempo integral.

Síntese do Plano
Estrela Velha · RS

Situação: Planejamento finalizado

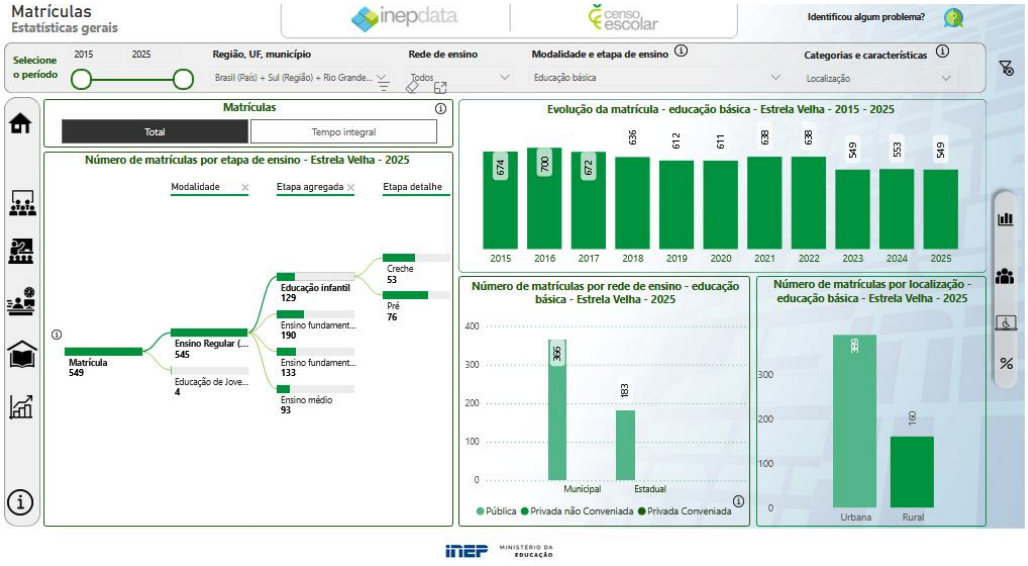
Objetivos de Resultados

Situação	Objetivos e Ações	Indicador	Resultado Atual	Resultados Esperados			
				2025	2026	2027	2028
Parâmetro Indefinido	Aumentar as matrículas de Educação Integral? do 1º ao 5º ano da rede de ensino	Taxa de matrículas de educação integral em relação às matrículas da rede de 1º ao 5º	16,35%	16,35%	18%	19%	20%

Fonte: Novo PAR, 2025.

Qualificar e sustentar a expansão das matrículas em tempo integral constitui um desafio que requer planejamento, continuidade e condições adequadas para sua efetivação. Nesse sentido, o avanço da educação em tempo integral deve ocorrer de forma progressiva, planejada e com qualidade, considerando as necessidades e possibilidades da rede municipal, de modo que as metas assumidas possam ser efetivamente cumpridas e sustentadas ao longo do tempo.

Quanto ao perfil das crianças e estudantes e equidade, o território de Estrela Velha apresentou os seguintes resultados na última década:



Fonte: Censo Escolar, 2025.

Reiterando os dados educacionais do município, em 2025, a Educação Básica pública de Estrela Velha registrou 549 matrículas. Quanto às etapas de ensino, destacam-se os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com 190 matrículas, seguidos dos Anos Finais, com 133, da Educação Infantil, com 129 (76 na Pré-escola e 53 na Creche), e do Ensino Médio, com 93 matrículas.

Em relação à localização, 389 estudantes (70,86%) estão vinculados às escolas da área urbana e 160 (29,14%) às da área rural. Essa distribuição deve ser analisada considerando que o município possui 56,5% de sua população residente na zona rural, característica que influencia a organização da

oferta educacional, especialmente na Creche, em razão da dispersão geográfica das famílias, das condições de transporte e da opção de parte delas pelo cuidado domiciliar.

Para compreender o perfil dos estudantes e as questões relacionadas à equidade, foram consultados dados do Censo Escolar 2025 e da plataforma QEdu, que reúne indicadores educacionais. Quanto à composição étnico-racial, predominam estudantes autodeclarados brancos (466 matrículas), seguidos de pretos e pardos (67) e indígenas (15). Esse perfil está relacionado ao contexto histórico e sociocultural do município, marcado principalmente pela colonização alemã e, em menor proporção, italiana, sem desconsiderar a diversidade de origens e trajetórias das famílias atendidas.

Outro indicador relevante é o INSE (Indicador de Nível Socioeconômico), construído a partir das respostas dos estudantes aos questionários do Saeb, considerando aspectos como escolaridade dos pais e acesso a bens e serviços. Sua classificação compreende oito níveis, do I (mais baixo) ao VIII (mais elevado), permitindo conhecer melhor as condições socioeconômicas dos estudantes.

Compreender essas características é fundamental para o planejamento de políticas educacionais que considerem as especificidades do território, valorizem a identidade cultural local e assegurem o respeito à diversidade, a inclusão e a igualdade de oportunidades, reconhecendo cada criança e estudante em suas particularidades.

De modo geral, as unidades escolares que ofertam Educação em Tempo Integral apresentam boas condições de infraestrutura e espaços educativos para o atendimento atualmente realizado, possibilitando o desenvolvimento de atividades pedagógicas, esportivas, culturais, de convivência e de cuidado.

Condições atualmente observadas:

- salas de aula disponíveis e com capacidade compatível com o atendimento realizado;
- boas condições de bibliotecas e/ou salas de leitura;
- boas condições de laboratórios de informática, ciências e outros espaços destinados à investigação e aprendizagem;
- espaços qualificados de convivência, pátios, áreas externas, áreas verdes e hortas escolares;
- espaços destinados ao descanso, considerando as características e a faixa etária das crianças e estudantes;
- condições adequadas de refeitórios, cozinhas, depósitos e demais ambientes relacionados à alimentação escolar;
- boas condições gerais de acessibilidade física.

Para assegurar a ampliação sustentável e de qualidade da oferta de Educação em Tempo Integral, é necessário considerar as condições de infraestrutura e dos espaços educativos de cada unidade escolar, bem como as adequações e investimentos que poderão ser requeridos de forma gradual, conforme a expansão das matrículas e das turmas. Nesse sentido, destacam-se como prioridades:

- melhorar as condições da quadra, dos espaços esportivos e das áreas destinadas às práticas corporais, incluindo o fechamento da quadra coberta na EMEF 25 de Julho;
- ampliar espaços destinados ao desenvolvimento de atividades artísticas e culturais;

- investir continuamente em internet, equipamentos tecnológicos e conectividade;
- incorporar soluções sustentáveis, como energia solar, reaproveitamento da água, arborização e hortas escolares;
- reformas, ampliações, adequações e/ou construção de novos espaços, de acordo com a evolução da oferta nas três escolas municipais;
- aprimorar, de forma contínua, as condições de acessibilidade física e comunicacional.

Conforme diagnóstico realizado nas escolas da rede municipal observa-se que a organização da Educação em Tempo Integral contempla as condições necessárias para o atendimento das crianças e estudantes ao longo da jornada ampliada, envolvendo alimentação, higiene, descanso e transporte escolar. Esses aspectos são fundamentais para garantir o bem-estar, a permanência e as condições adequadas de aprendizagem das crianças e estudantes durante todo o período de atendimento.

Em relação à alimentação escolar, a rede apresenta capacidade de atendimento durante a jornada ampliada, com oferta de refeições ao longo do período escolar. Os cardápios levam em consideração as necessidades nutricionais das crianças e estudantes, as diferentes faixas etárias e as especificidades de cada etapa de ensino. Também são avaliadas as condições dos espaços destinados à preparação, ao armazenamento e ao consumo dos alimentos, bem como a organização dos horários das refeições de acordo com a realidade e a rotina de cada unidade, pela nutricionista responsável pela Alimentação Escolar.

Quanto à higiene e ao bem-estar, é realizado acompanhamento contínuo das condições disponibilizadas para a higiene pessoal das crianças e estudantes, considerando as necessidades decorrentes da permanência por período ampliado na escola. Da mesma forma, são observadas as condições e a organização de espaços e rotinas destinados ao descanso.

No que se refere ao transporte escolar, os estudantes atendidos em tempo integral utilizam veículos em condições de segurança e conservação, com organização de rotas e horários compatíveis com o funcionamento das unidades escolares. A definição das rotas e dos horários considera, sempre que possível, a faixa etária das crianças e estudantes, os tempos de deslocamento e as especificidades das comunidades atendidas, buscando assegurar condições adequadas de acesso e permanência na Educação em Tempo Integral.

De forma contínua, esses aspectos demandam acompanhamento e avaliação, especialmente diante de eventual ampliação da oferta, para que o crescimento das matrículas seja acompanhado pela manutenção das condições de alimentação, higiene, descanso e transporte, assegurando qualidade e segurança durante toda a jornada escolar.

O município prima pelo planejamento responsável e pela aplicação eficiente dos recursos públicos destinados à Educação, buscando assegurar que a expansão da Educação Integral em Tempo Integral ocorra de forma compatível com a capacidade orçamentária municipal.

Nesse sentido, o planejamento financeiro deve/deverá considerar os recursos disponíveis e aqueles provenientes do Fundeb destinados à ampliação das matrículas em tempo integral, bem como outras fontes de financiamento que possam apoiar a política. Sabe-se da relevância em projetar os investimentos em infraestrutura, equipamentos, materiais e recursos humanos, estabelecendo previsão

orçamentária para a expansão da oferta e articulando-a ao PPA, à LDO e à LOA do Município. A aplicação dos recursos deverá estar alinhada às prioridades identificadas no diagnóstico, de modo a garantir que a ampliação das matrículas seja acompanhada das condições necessárias para a manutenção da qualidade do atendimento.

O município dispõe de uma equipe de profissionais que assegura o funcionamento e o desenvolvimento das atividades da Educação em Tempo Integral. Todos os docentes da rede municipal possuem formação em nível superior, contribuindo para a qualificação das práticas pedagógicas e para a articulação entre o cuidar, o educar e as diferentes dimensões da aprendizagem. A organização das equipes considera as especificidades de cada etapa de ensino e as necessidades das unidades escolares, contando com profissionais docentes, de apoio pedagógico, administrativo, alimentação, limpeza, manutenção e suporte especializado.

Organização dos profissionais docentes:

Na Educação Infantil, a organização contempla professor titular em cada turno e professor destinado à hora-atividade em cada turno, garantindo a realização de planejamento, estudos, avaliação e demais atividades pedagógicas a todos os professores.

No Ensino Fundamental, a composição contempla professor de currículo, professor para a parte diversificada, professor de hora-atividade em cada turno, professor de Computação, professor de Educação Física e, no 2º ano, professor de Língua Inglesa. Essa organização garante o Horário de Trabalho Pedagógico aos docentes, a ampliação das experiências educativas e a diversificação das práticas desenvolvidas ao longo da jornada.

O atendimento aos estudantes é ainda fortalecido pela atuação de oito Auxiliares de Atendimento Educacional e quatro estagiárias do CIEE, que contribuem para o acompanhamento das crianças e estudantes e para a construção de uma educação inclusiva e de qualidade.

As equipes das unidades escolares são constituídas por:

- equipe de gestão administrativa;
- coordenação pedagógica;
- professores habilitados para atuação na Educação Infantil e/ou no Ensino Fundamental, conforme a etapa de ensino;
- professor de Educação Especial para atuação no Atendimento Educacional Especializado (AEE), quando houver demanda e necessidade;
- profissionais de apoio escolar, conforme as necessidades identificadas;
- profissionais não docentes, incluindo servidores, estagiários e outros profissionais que atuam no suporte às atividades administrativas e de funcionamento das unidades escolares;
- nutricionista vinculado à Secretaria Municipal de Educação, responsável pelas ações relacionadas à alimentação escolar, conforme suas atribuições e as necessidades da rede;
- profissionais da Rede de Apoio, incluindo psicólogo vinculado a SME (iniciado este ano 2026) e outros profissionais, conforme as necessidades identificadas e a organização dos serviços municipais.

A composição das equipes não docentes também envolve profissionais responsáveis pela alimentação escolar, limpeza e higienização, segurança, recepção, apoio administrativo e técnico, que são fundamentais para o funcionamento das escolas durante toda a jornada ampliada.

Um dos aspectos identificados refere-se à rotatividade de professores, cuja redução deverá ser favorecida pela realização do concurso público previsto para 2026, contribuindo para maior estabilidade das equipes e continuidade do trabalho pedagógico nas unidades escolares.

De forma contínua, a ampliação e qualificação da Educação em Tempo Integral demandará o acompanhamento da necessidade de professores, monitores, profissionais de apoio, cuidadores e demais profissionais, considerando o número de estudantes, a organização das turmas e as características da jornada ampliada. Também será necessário avaliar a adequação da carga horária dos profissionais às demandas do atendimento, bem como fortalecer as ações de formação continuada.

Nesse processo, constitui uma oportunidade importante valorizar, compartilhar e sistematizar as experiências e boas práticas já desenvolvidas pelos profissionais da rede, favorecendo a troca de conhecimentos entre as equipes e o aprimoramento das práticas pedagógicas.

No processo de consolidação da Educação Integral em Tempo Integral, o município também avançou na construção de uma matriz curricular adaptada às necessidades das crianças e estudantes, às características e potencialidades do território. A proposta curricular busca compreender a ampliação da jornada escolar não apenas como maior tempo de permanência na escola, mas como uma oportunidade de ampliar e diversificar as experiências educativas, articulando os conhecimentos escolares às vivências das crianças e estudantes, à realidade local e às diferentes dimensões do desenvolvimento humano.

Em Estrela Velha o currículo da Educação Infantil foi construído de acordo com o Documento do Território de Estrela Velha, elaborado a partir a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Referencial Curricular Gaúcho (RCG), que determinam os direitos de aprendizagem das crianças e adolescentes da Educação Básica. Elaborado pelos profissionais de educação e precisa ser pensado e materializado no conjunto da tríade: direitos de aprendizagem, campos de experiências e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Está fundamentado nas interações e nas brincadeiras como eixos estruturantes das aprendizagens e do desenvolvimento das crianças. Nessa perspectiva, organiza-se a partir de experiências significativas, nas quais as crianças são reconhecidas como sujeitos integrais, ativos e protagonistas de suas aprendizagens. O brincar heurístico e os projetos de investigação possibilitam explorar, levantar hipóteses, realizar descobertas e compartilhar conhecimentos a partir dos interesses e das curiosidades infantis.

Nessa abordagem, o espaço é compreendido como um terceiro educador, planejado intencionalmente para favorecer a autonomia, a curiosidade, a interação e a construção de aprendizagens. Os ambientes são organizados com materiais acessíveis, diversificados e esteticamente dispostos, permitindo que as crianças façam escolhas, explorem e produzam significados. Entre os espaços, destacam-se o jogo simbólico, que possibilita expressar e ressignificar experiências vivenciadas; a literatura, que estimula a leitura e a imaginação; o grafismo, voltado às linguagens gráficas e artísticas; a investigação, que parte das curiosidades infantis para a formulação de hipóteses e

descobertas; os espaços de animais e coleções, que ampliam conhecimentos, cuidados, organização e exploração; a música, que favorece diferentes linguagens e habilidades; o espaço de construção, que estimula a criatividade, a autonomia e a resolução de problemas; e o espaço de descanso ou privacidade, que respeita a individualidade e as necessidades de cada criança.

Da mesma forma, as rotinas possuem papel fundamental na Educação Infantil, pois organizam o cotidiano e proporcionam segurança, previsibilidade e estabilidade emocional às crianças. Ao mesmo tempo em que estruturam os tempos e as experiências, as rotinas devem ser flexíveis e respeitar os diferentes ritmos e necessidades infantis, contemplando momentos de acolhimento, alimentação, higiene, descanso, brincadeira, exploração, interação e aprendizagem. Assim, espaços e rotinas são planejados de forma integrada, garantindo bem-estar, autonomia, participação e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em uma abordagem educacional que reconhece e respeita cada criança em sua integralidade.

A matriz curricular dos anos iniciais do Ensino Fundamental contempla atividades práticas, investigativas e contextualizadas, favorecendo a participação ativa das crianças e estudantes e a construção de aprendizagens significativas, em consonância com os objetivos, conteúdos e práticas pedagógicas previstos nos Planos de Estudos da Educação em Tempo Integral. Entre as propostas desenvolvidas, destacam-se o Aprofundamento da Aprendizagem em Alfabetização Matemática e o Aprofundamento da Aprendizagem em Alfabetização em Língua Portuguesa, voltados à consolidação e ampliação das aprendizagens essenciais; as Trilhas Educativas e Expedições Investigativas, que possibilitam explorar o território e estabelecer relações entre os conhecimentos e a realidade; as Práticas Experimentais e Oficina Maker, que estimulam a criatividade, a investigação, a resolução de problemas e o protagonismo das crianças e estudantes; o Laboratório de Mediadores de Leitura, que fortalece a formação de leitores e o desenvolvimento da competência leitora; a Educação Emocional, que contribui para o autoconhecimento, a convivência e o desenvolvimento das habilidades socioemocionais; a Educação para o Cuidado Integral, voltada à promoção do cuidado consigo, com o outro e com o ambiente; e a Educação e Movimento, que favorece o desenvolvimento corporal, a expressão, a saúde e a qualidade de vida.

Nas escolas da área rural, a proposta curricular também valoriza as especificidades do território e os conhecimentos relacionados ao contexto em que os estudantes estão inseridos, contemplando, entre outras experiências, Práticas Agroecológicas, Educação Musical, Educação para o Cuidado Integral, Educação Corporal e Movimento e Práticas Esportivas, além do aprofundamento das aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática. Essas atividades possibilitam estabelecer conexões entre os conhecimentos escolares, a cultura local, o meio ambiente, a sustentabilidade e as formas de vida presentes no campo, fortalecendo o vínculo das crianças e estudantes com sua comunidade e seu território.

A organização da jornada escolar considera, ainda, as diferentes realidades das unidades educacionais. Nas escolas da área rural, a oferta de Educação Integral em Tempo Integral corresponde a 35 horas semanais, enquanto, na escola da área urbana, a jornada ampliada é de 40 horas semanais. Embora organizadas de acordo com as características de cada contexto, ambas as propostas têm como

princípio a ampliação das oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, garantindo aos estudantes experiências educativas diversificadas e articuladas às suas necessidades e realidades.

Conforme levantamento realizado, as escolas que desenvolvem a Educação em Tempo Integral já apresentam um conjunto de práticas pedagógicas, materiais e recursos que favorecem a ampliação e diversificação das experiências de aprendizagem. São desenvolvidos projetos interdisciplinares e experiências exitosas e inovadoras pelas escolas, articulando diferentes áreas do conhecimento e possibilitando práticas pedagógicas diversificadas ao longo da jornada ampliada.

No desenvolvimento curricular, também são trabalhados conteúdos que valorizam as histórias, culturas e saberes dos povos indígenas, negros e das comunidades tradicionais, favorecendo o reconhecimento da diversidade cultural e a valorização dos diferentes conhecimentos e modos de vida.

As unidades escolares também dispõem de materiais didáticos, paradidáticos e recursos pedagógicos, incluindo materiais inclusivos e recursos de tecnologia assistiva, que se encontram disponíveis e são atualizados de acordo com as necessidades identificadas. Esses recursos contribuem para atender à diversidade das crianças e estudantes e ampliar as possibilidades de participação e aprendizagem.

As práticas pedagógicas contam ainda com orientações específicas para a Educação Integral em Tempo Integral, que contribuem para a organização das atividades e para a articulação entre os diferentes tempos, espaços e experiências educativas. As escolas também desenvolvem experiências exitosas e práticas inovadoras, que podem ser compartilhadas e sistematizadas como forma de fortalecer o trabalho da rede.

De modo geral, há disponibilidade de materiais, equipamentos e recursos pedagógicos para o desenvolvimento das atividades, constituindo uma base importante para a continuidade e o aprimoramento da Educação em Tempo Integral.

A aprendizagem das crianças e estudantes e os resultados educacionais constituem elementos fundamentais para o acompanhamento e o planejamento das ações da rede municipal de ensino. Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Educação, em parceria com as unidades escolares, realiza o acompanhamento sistemático dos indicadores de aprendizagem e do percurso escolar das crianças e estudantes, buscando compreender avanços, desafios e necessidades identificadas nos diferentes contextos educacionais.

A análise considera os resultados de aprendizagem e o percurso escolar das crianças e estudantes, buscando compreender não apenas os dados quantitativos, mas também os fatores que podem influenciar o desempenho das crianças e estudantes.

Nesse processo, são analisados os indicadores de aprendizagem e do percurso escolar das crianças e estudantes, considerando os objetivos de aprendizagem, as habilidades e as especificidades de cada etapa e faixa etária. No Ensino Fundamental, são acompanhados dados de aprovação, reprovação, abandono, frequência escolar e distorção idade/ano, bem como os resultados das avaliações internas e externas, quando aplicáveis. Na Educação Infantil, o acompanhamento ocorre por meio do acompanhamento e registro da assiduidade, desenvolvimento e das aprendizagens das crianças, considerando os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos para cada faixa

etária, sem caráter de avaliação classificatória. Esse acompanhamento conjunto possibilita identificar avanços, necessidades de aprendizagem e desenvolvimento e diferentes situações que demandem atenção pedagógica, considerando as especificidades das unidades escolares e dos diferentes contextos territoriais do município.

A partir do acompanhamento do Ensino Fundamental, são identificados os estudantes que necessitam de recuperação ou recomposição das aprendizagens, subsidiando, junto às escolas, a definição de estratégias pedagógicas e ações de acompanhamento compatíveis com as necessidades identificadas. Hoje há turmas de reforço/recomposição do 1º ao 9º ano, na rede municipal.

Também se busca acompanhar os possíveis efeitos da Educação Integral em Tempo Integral na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças e estudantes. Esse acompanhamento contribui para avaliar a adequação das ações desenvolvidas e subsidiar ajustes no planejamento da política, considerando as necessidades e os interesses da comunidade escolar.

A Educação Integral em Tempo Integral pressupõe uma relação mais ampla entre a escola, as políticas públicas e o território em que os estudantes vivem, reconhecendo que diferentes espaços, serviços, instituições e saberes da comunidade podem contribuir para os processos educativos. Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Educação, em articulação com as unidades escolares e com a rede intersetorial, busca identificar e integrar recursos existentes no município, fortalecendo ações voltadas ao desenvolvimento integral das crianças e estudantes.

Nesse processo, são identificados no território os espaços públicos e comunitários que possam ser utilizados como ambientes educativos. No município, destacam-se ruas, praças, parques, campos de futebol, espaços comunitários, Grupo de Dança, Biblioteca Pública, Museu, igrejas, Posto de Saúde, Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Centro de Tradições Gaúchas (CTG). Nas áreas rurais, também podem ser considerados os centros comunitários, salões das comunidades, rios, riachos, matas, aldeia indígena e propriedades rurais, respeitando suas especificidades e os contextos das comunidades.

A integração com o território também envolve o reconhecimento de organizações sociais, instituições culturais, esportivas e comunitárias, bem como de pessoas que possuem conhecimentos, experiências e práticas significativas para a comunidade. Pessoas idosas, lideranças comunitárias, jovens, trabalhadores rurais, representantes de grupos e movimentos, entre outros sujeitos do território, podem contribuir para ampliar as experiências educativas e aproximar os conhecimentos escolares dos saberes locais.

Essa perspectiva favorece a integração dos espaços, conhecimentos e potencialidades do território ao planejamento pedagógico, ampliando as oportunidades de aprendizagem para além dos espaços físicos da escola. Ao mesmo tempo, busca-se fortalecer a articulação entre escola, famílias e comunidade, promovendo ações que valorizem a participação social e o conhecimento da realidade local.

A articulação intersetorial constitui, ainda, importante estratégia para o acompanhamento das diferentes necessidades das crianças e estudantes e de suas famílias. Por meio da rede intersetorial, podem ser estabelecidos fluxos de diálogo e encaminhamento entre a educação, a saúde, a assistência

social, o Conselho Tutelar e demais serviços e políticas públicas, favorecendo uma atuação integrada diante das situações que demandem acompanhamento.

Dessa forma, o território é compreendido não apenas como o espaço onde a escola está inserida, mas como um conjunto de espaços, serviços, instituições, relações e saberes que podem contribuir para a formação integral das crianças e estudantes, fortalecendo a corresponsabilidade entre escola, família, comunidade e poder público na construção de experiências educativas contextualizadas e significativas.

A participação da comunidade escolar constitui elemento fundamental para o planejamento, acompanhamento e aprimoramento da oferta da Educação Integral em Tempo Integral, considerando que as decisões relacionadas à ampliação da jornada escolar devem estar às características da comunidade. Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Educação mantém o diálogo permanente com as unidades escolares e realiza consulta às famílias sobre a oferta da Educação Integral, como parte do processo de acompanhamento da política.

A participação também envolve a escuta das crianças e estudantes, considerando suas necessidades, interesses, experiências e percepções em relação à jornada ampliada, bem como a criação de espaços para ouvir professores e demais profissionais da educação sobre as condições de oferta, organização do trabalho pedagógico e aspectos que interferem na rotina escolar. Nesse processo, o acompanhamento do clima escolar e os resultados da avaliação institucional constituem importantes instrumentos para conhecer as percepções da comunidade escolar e identificar aspectos que podem ser aprimorados.

Destaca-se, ainda, como importante avanço para a participação democrática, a criação e o fortalecimento dos Conselhos Escolares, ampliando os espaços de participação e contribuindo para uma atuação mais ativa da comunidade nos processos de acompanhamento e discussão das ações desenvolvidas pelas unidades escolares.

Dessa forma, a participação da comunidade escolar é compreendida como um processo contínuo de escuta, diálogo, acompanhamento e construção coletiva, fortalecendo a gestão democrática e contribuindo para que a expansão da Educação Integral em Tempo Integral.

Em se tratando da articulação com o Plano Municipal de Educação (PME) e metas estabelecidas a nível de território, vale pontuar que a rede estadual de ensino, o município de Estrela Velha iniciou, em 2026, a implantação da Educação em Tempo Integral, ampliando as oportunidades formativas das crianças e estudantes e fortalecendo a política de educação integral no território. A iniciativa integra o movimento de expansão da jornada escolar promovido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Embora a rede estadual mantenha instituições de Ensino Fundamental com jornada ampliada em alguns municípios do RS, o foco mais recente da política de expansão do Estado está concentrado no Ensino Médio em Tempo Integral, visando ampliar a jornada escolar e promover uma formação mais completa, articulada à continuidade dos estudos, ao desenvolvimento integral e à preparação dos jovens para o mundo do trabalho.



Dados retirados do recibo do Censo Escolar das Escolas do Território, 2026.

A implantação, em 2026, do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), integrado ao Curso Técnico em Administração, na Escola Estadual de Ensino Médio Estrela Velha, representa um importante avanço para a educação do município e para a ampliação das oportunidades formativas dos estudantes. A iniciativa está alinhada às políticas de expansão da educação em tempo integral e às diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente no que se refere à ampliação da jornada escolar e à garantia de uma formação integral, inclusiva e de qualidade.

A proposta busca articular a formação geral básica à formação técnica e profissional, proporcionando aos estudantes uma trajetória educacional mais ampla, diversificada e conectada às demandas contemporâneas e ao mundo do trabalho. Com jornada escolar ampliada (com carga horária de 35 horas semanais), acompanhamento pedagógico mais próximo, atividades diversificadas, projetos práticos, mentoria, clubes juvenis e iniciação científica, a oferta possibilita o desenvolvimento de competências acadêmicas, profissionais, sociais e pessoais.

O Curso Técnico em Administração constitui uma oportunidade de qualificação profissional ainda durante a Educação Básica, contribuindo para ampliar as possibilidades de inserção dos jovens no mundo do trabalho e, simultaneamente, fortalecer sua preparação para a continuidade dos estudos e para o ingresso no Ensino Superior. A oferta de alimentação escolar durante a jornada ampliada e de mecanismos de incentivo à permanência também contribui para assegurar melhores condições de participação e aproveitamento dos estudantes.

Nesse sentido, a implantação do Ensino Médio em Tempo Integral em Estrela Velha é um compromisso com a ampliação do acesso, da permanência e da qualidade da educação, promovendo uma formação que considera o estudante em sua integralidade e que articula conhecimentos, cidadania, protagonismo juvenil e qualificação profissional. A iniciativa representa uma importante estratégia para fortalecer a trajetória escolar dos jovens do município e ampliar suas oportunidades para a vida, para o prosseguimento dos estudos e para o mundo do trabalho, em consonância com os objetivos e metas estabelecidos para a educação nacional.

ANÁLISE CAUSAL

A expansão da Educação Integral em Tempo Integral no município constitui um desafio que envolve não apenas a ampliação da jornada escolar, mas a necessidade de garantir condições estruturais, pedagógicas e humanas adequadas para que essa política seja implementada com qualidade e equidade. A ampliação da oferta exige a qualificação dos espaços físicos das escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, assegurando ambientes acessíveis, seguros, acolhedores e adequados às diferentes experiências educativas.

Outro fator está relacionado à estrutura e à qualificação dos recursos humanos, considerando a necessidade de equipes técnicas e de apoio (suficientes e preparadas) para atender às demandas da jornada ampliada. Soma-se a isso a importância de fortalecer os processos formativos, promovendo formação continuada e planejamento colaborativo entre professores e coordenadores, de modo a qualificar as práticas pedagógicas e garantir maior articulação entre os diferentes tempos, espaços e experiências de aprendizagem.

A consolidação da política também depende do fortalecimento da Proposta Pedagógica, garantindo que a ampliação do tempo escolar esteja efetivamente vinculada à formação integral dos estudantes e não apenas ao aumento da permanência na escola. Nesse sentido, torna-se fundamental desenvolver ações que promovam a inclusão e a equidade educacional, reconhecendo as diferentes necessidades, potencialidades e contextos dos estudantes.

A participação progressiva dos estudantes e das famílias constitui igualmente um elemento essencial para a efetivação da política, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a corresponsabilidade pela educação. Da mesma forma, a valorização e o reconhecimento das boas práticas desenvolvidas pelas escolas e pelos profissionais podem contribuir para disseminar experiências exitosas e fortalecer a cultura de inovação e colaboração.

Torna-se necessário estabelecer processos contínuos de monitoramento e avaliação, articulados ao planejamento colaborativo entre equipes gestoras, professores e coordenadores, garantindo que as decisões sejam orientadas pelas evidências e pelas necessidades reais e demandas.

Dessa forma, pensar a Educação em Tempo Integral exige cautela, planejamento e comprometimento, garantindo que a ampliação da jornada seja acompanhada de condições adequadas de infraestrutura, profissionais qualificados e propostas pedagógicas significativas, para que mais tempo na escola represente, de fato, mais oportunidades de aprendizagem, desenvolvimento, inclusão e equidade para todos os estudantes.

CAUSAS CRÍTICAS

- Limitações na infraestrutura escolar para acompanhar a expansão da oferta de Educação Integral em Tempo Integral, garantindo espaços adequados, acessíveis, inclusivos e equitativos.
- Limitações na ampliação e adequação dos recursos humanos, considerando os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

- Necessidade de capacitação dos profissionais para atuação nas especificidades da Educação Integral em Tempo Integral.

6. 7 OBJETIVO 7 – Conectividade, educação digital e integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) à educação

Promover a educação digital com a garantia de conectividade de alta velocidade para fins pedagógicos, inclusive com redes internas wi-fi, e dos conteúdos das 3(três) dimensões estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - pensamento computacional, mundo digital e cultura digital -, para aprendizagem das suas competências e habilidades de forma segura, responsável, ética, crítica e criativa, e a integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) à educação, para melhoria da aprendizagem, equidade e inclusão.

6.7.1 DIAGNÓSTICO

PROBLEMA

Embora o município disponha de recursos tecnológicos e conectividade, a oscilação da internet nas escolas e a necessidade de fortalecer a formação continuada dos professores para o uso pedagógico, crítico e transdisciplinar das tecnologias digitais permanecem como desafios para a inovação pedagógica e a promoção da cidadania digital.

ANÁLISE DESCRITIVA

O Ministério da Educação (MEC) disponibilizou a ferramenta de Autodiagnóstico de Saberes Digitais Docentes, um questionário on-line e autodeclaratório desenvolvido para apoiar professores da Educação Básica (atuantes no Ensino Fundamental e no Ensino Médio) na identificação e no aprimoramento de suas competências digitais. A iniciativa permite que os educadores reconheçam seus pontos fortes e mapeiem áreas de melhoria, favorecendo a integração consciente e eficaz das tecnologias digitais aos processos de ensino e aprendizagem.

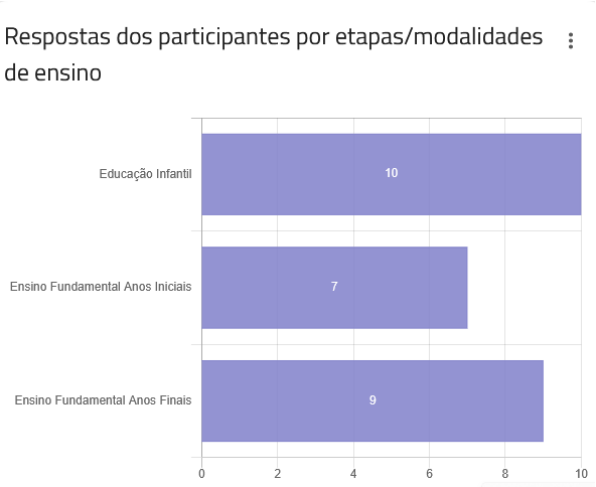
No município de Estrela Velha, os dados do autodiagnóstico revelam a adesão inicial da rede à iniciativa. Ao todo, foram registradas 22 respostas enviadas, correspondendo integralmente a docentes da rede municipal (22 professores), sem registros de participação da rede estadual ou de outros segmentos até o momento. A mobilização desse contingente de educadores representa um passo importante para subsidiar o planejamento de formações continuadas e o fortalecimento de práticas pedagógicas alinhadas às demandas da cultura digital.

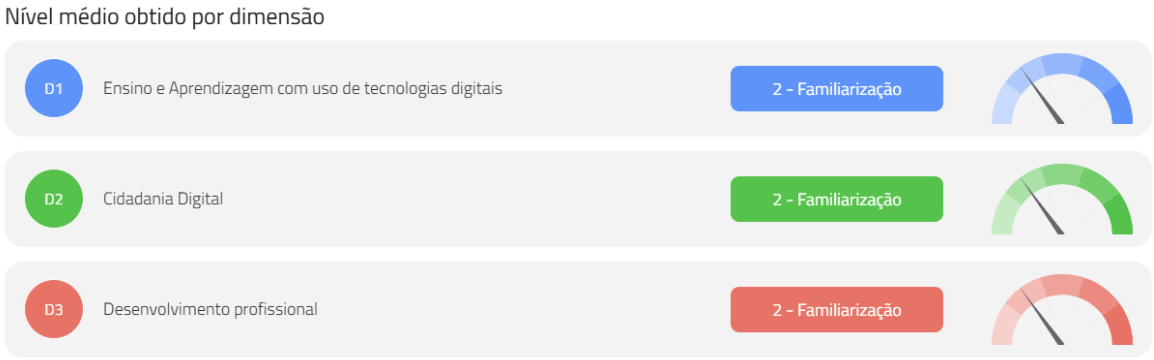


https://avamec.mec.gov.br/#/autodiagnostico/resultados . Acessado em: 29/07/2026

Incentivada pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e realizada em 2024, a aplicação do autodiagnóstico contou com a participação de docentes distribuídos entre as diferentes etapas da Educação Básica: 10 respostas na Educação Infantil, 7 respostas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 9 respostas nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Cabe ressaltar que o total de respostas registradas por etapas e modalidades (26 registros) supera o número absoluto de docentes participantes (22 professores). Essa divergência ocorre em razão da organização da jornada de trabalho da rede municipal, na qual há profissionais cumprindo carga horária de 22 horas semanais vinculados a mais de uma etapa de ensino. É o caso de professores que atuam conjuntamente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais, ou que dividem sua carga horária entre os Anos Iniciais e os Anos Finais. (Professores com carga horária de 44 horas)

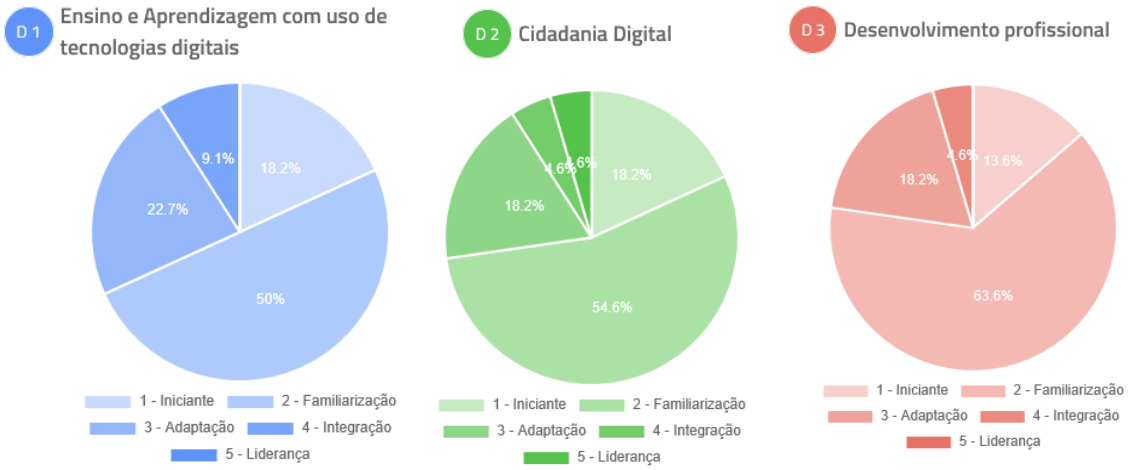




https://avamec.mec.gov.br/#/autodiagnostico/resultados . Acessado em: 29/07/2026

O autodiagnóstico classifica o desenvolvimento dos educadores em cinco níveis progressivos (Iniciante, Familiarização, Adaptação, Integração e Liderança). No município, o resultado geral obtido em todas as três dimensões avaliadas situou-se no Nível 2: Familiarização.

Neste estágio, o docente "reconhece o potencial das tecnologias digitais e começa a explorar o uso da tecnologia em suas práticas pedagógicas, desenvolvendo um entendimento inicial sobre as possibilidades que a tecnologia oferece para os processos de ensino e de aprendizagem."



https://avamec.mec.gov.br/#/autodiagnostico/resultados . Acessado em: 29/07/2026

A análise detalhada de cada dimensão revela o perfil e a distribuição dos professores da rede municipal:

- Dimensão 1: Ensino e Aprendizagem com uso de tecnologias digitais (Nível Médio: 2 - Familiarização)

A metade dos docentes (50%) encontra-se no Nível 2 (Familiarização), enquanto 22,7% já atingiram o Nível 3 (Adaptação) e 9,1% alcançaram o Nível 4 (Integração). Por outro lado, 18,2% ainda figuram no Nível 1 (Iniciante). Análise: A maioria da rede reconhece a relevância das ferramentas digitais no processo de ensino, existindo um grupo expressivo (mais de 30%) que já avança para o uso adaptado e integrado no cotidiano escolar.

- Dimensão 2: Cidadania Digital (Nível Médio: 2 - Familiarização)

A maioria absoluta (54,6%) está posicionada no Nível 2 (Familiarização).O Nível 1 (Iniciante) e o Nível 3 (Adaptação) registram a mesma proporção, com 18,2% cada. Os níveis mais avançados, Nível 4 (Integração) e Nível 5 (Liderança), contam com 4,6% dos participantes cada. Análise: Observa-se a presença de experiências pontuais de liderança e integração plena em questões de segurança, ética e uso responsável da rede, embora o predomínio continue focado no uso básico e na conscientização inicial sobre a cidadania digital.

- Dimensão 3: Desenvolvimento Profissional (Nível Médio: 2 - Familiarização)

Apresenta a maior concentração no estágio intermediário, com 63,6% dos professores no Nível 2 (Familiarização). O Nível 3 (Adaptação) reúne 18,2% da rede, ao passo que o Nível 1 (Iniciante) soma 13,6% e o Nível 4 (Integração) registra 4,6%. Análise: A expressiva concentração no Nível 2 indica que os docentes começam a utilizar recursos tecnológicos para sua própria formação, comunicação e planejamento, identificando o valor da tecnologia para seu aprimoramento profissional contínuo.

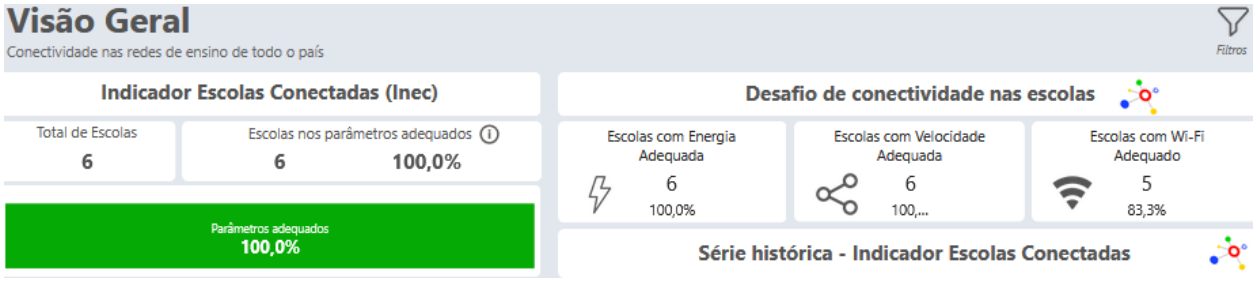
O consenso no nível de estágio (Familiarização) em todas as dimensões indica que a rede municipal de Estrela Velha possui uma base sólida e percepção positiva quanto ao uso das tecnologias. O grande desafio e oportunidade para a gestão municipal consiste em estruturar ações de formação continuada que permitam a transição gradativa dos educadores do nível de Familiarização (Nível 2) para os níveis de Adaptação (Nível 3) e Integração (Nível 4), consolidando a cultura digital nas salas de aula.

A Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Enec) consolidou uma metodologia de referência para orientar todas as políticas sob sua coordenação. Essa metodologia oferece uma visão mais precisa da qualidade da conectividade nas escolas. A partir dela, foi possível evoluir na complexidade do acompanhamento, cruzando múltiplas bases de dados e estabelecendo parâmetros mais exigentes, justamente para garantir que a conexão possa ser efetivamente usada para fins pedagógicos.

O painel apresenta os resultados do Indicador Escolas Conectadas (Inec), que combina três elementos fundamentais: Energia Elétrica: Infraestrutura de energia elétrica dimensionada para a conexão desejada; Velocidade de internet: Velocidade mínima monitorada compatível com necessidades das escolas; Wi-Fi: Rede de Wi-Fi estável e bem distribuído por toda a escola, que permita acessos simultâneos.

Segue os dados extraídos do Painel do ENEC:

Cód INEP	Escola	UF	Cód Município	Município	Dependência	Energia	Internet	Wi-Fi	INEC	Diligência
43007350	EMEI ALZIRA NUNES CEOLIN	RS	4307815	Estrela Velha	Municipal	Energia adequada	Velocidade adequada	Wi-Fi adequado	Nível 5	-
43016537	EMEF ALVARO RODRIGUES LEITAO	RS	4307815	Estrela Velha	Municipal	Energia adequada	Velocidade adequada	Wi-Fi adequado	Nível 5	-
43016871	EMEF VINTE E CINCO DE JULHO	RS	4307815	Estrela Velha	Municipal	Energia adequada	Velocidade adequada	Wi-Fi adequado	Nível 5	-
43016928	ESC EST ENS FUN ITAUBA	RS	4307815	Estrela Velha	Estadual	Energia adequada	Velocidade adequada	Wi-Fi adequado	Nível 5	-
43207871	E E IND ENS FUN KARAI TATAENDY VERA CLAUDIO ACOSTA	RS	4307815	Estrela Velha	Estadual	Energia adequada	Velocidade adequada	Wi-Fi adequado	Nível 5	-
43210775	ESC EST ENS MED ESTRELA VELHA	RS	4307815	Estrela Velha	Estadual	Energia adequada	Velocidade adequada	Wi-Fi insuficiente	Nível 4	-



https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzljMmM1NTQtZjZkYS00NDdlLWI1YjktMmUxM2NkMTVlYTIwIiwidCI6ImI4YzI1OTMyLTVlNzYtNGIyYi05YzUzLWQ0MTc0NWU5YzkyZCJ9. Acessado em: em 29/07/2026

A Classificação do Nível de Conectividade Escolar a baseia-se em critérios de qualidade do sinal e capacidade de distribuição, dividindo as instituições em seis níveis de maturidade (de 0 a 5), agrupados entre parâmetros adequados e inadequados:

- Fora dos Parâmetros Adequados

Nível 0: Escola sem conexão à internet ou sem fornecimento de energia elétrica adequada.

Nível 1: Escola com velocidade de internet inadequada e sem rede Wi-Fi disponível.

Nível 2: Escola com velocidade de conexão e rede Wi-Fi ambas inadequadas.

Nível 3: Escola com velocidade de internet adequada, porém sem rede Wi-Fi.

- Parâmetros Adequados

Nível 4: Escola com velocidade de internet adequada, mas com infraestrutura de rede Wi-Fi ainda insuficiente para a demanda.

Nível 5: Escola com velocidade de conexão e cobertura de rede Wi-Fi plenamente adequadas às necessidades pedagógicas e administrativas.

Apesar de os dados indicarem formalmente a presença de internet na rede, a prática cotidiana evidencia uma forte oscilação na qualidade do sinal. Essa instabilidade contínua faz com que, na aplicação prática, a conectividade não suporte o uso concomitante por alunos e professores. Como consequência, a oscilação do sinal atua como um desafio real para a efetivação das aulas digitais, reforçando que a simples contratação do serviço não garante, por si só, uma conectividade plenamente adequada para a inovação pedagógica.

Quanto à oferta de conectividade no Ensino Fundamental, a rede municipal de ensino destaca-se ao atingir 100% de cobertura com internet banda larga em suas unidades. Em 2026, a Secretaria Municipal de Educação, realizou a entrega de novos equipamentos tecnológicos para uma escola municipal. Foram adquiridos 26 chromebooks e um gabinete de recarga e armazenamento, destinados ao uso de estudantes e professores da rede municipal de ensino.

Já a rede estadual conta na escola de Ensino Médio com 80 chromebooks para os estudantes, 18 chromebooks para os professores e 12 computadores para o Curso de Administração. Já a EEEF Itaúba possui 43 dispositivos para os discentes e 08 chromebooks para os docentes. (Dados do recibo de fechamento do Censo Escolar, 2026)

No que tange à infraestrutura física e de apoio pedagógico, dados do portal QEdu (acesso em 29/07/2026) apontam que duas escolas municipais e duas escolas estaduais contam com laboratório de

informática em suas instalações, evidenciando o compromisso de ambas as esferas administrativamente responsáveis na disponibilização de espaços voltados ao aprendizado digital. (https://qedu.org.br/municipio/4307815-estrela-velha/busca), acessado em 29 de julho de 2026.

Além da conectividade, o acesso a outros recursos tecnológicos também difere conforme a rede de ensino. Desse modo, ainda que os dados do Censo Escolar (2025) apontem que as unidades municipais e estaduais possuem uma estrutura inicial instalada, a análise detalhada da infraestrutura demonstra a importância de investimentos contínuos voltados à sua ampliação e modernização.

Para que a tecnologia cumpra seu papel transformador no processo pedagógico, é fundamental superar o uso estritamente administrativo e garantir que a conectividade e os dispositivos alcancem diretamente a rotina das salas de aula.

A ampliação de recursos nas redes municipal e estadual alinha-se diretamente aos objetivos mapeados no Autodiagnóstico de Saberes Digitais Docentes. Para que os professores possam evoluir do nível de Familiarização (Nível 2) para níveis mais avançados de Adaptação e Integração das mídias digitais, é indispensável que encontrem nas escolas uma infraestrutura robusta, acessível e funcional.

Dessa forma, o investimento em conectividade pedagógica de alta velocidade e em dispositivos para os alunos configura-se como condição essencial para promover a equidade, reduzir as desigualdades no acesso à tecnologia e consolidar uma educação pública de qualidade alinhada às exigências da sociedade contemporânea.

Essa necessidade torna-se ainda mais relevante diante da implementação do complemento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na área de Computação, aprovado e homologado em 2022, por meio do Parecer CNE/CEB nº 2/2022, em fevereiro, e da Resolução CNE/CEB nº 1/2022, em outubro. Nesse contexto, a garantia de infraestrutura tecnológica adequada constitui um elemento fundamental para que as diretrizes estabelecidas para o ensino de Computação possam ser efetivamente incorporadas às práticas pedagógicas, assegurando que todos os estudantes tenham condições de desenvolver as competências digitais necessárias para sua formação.

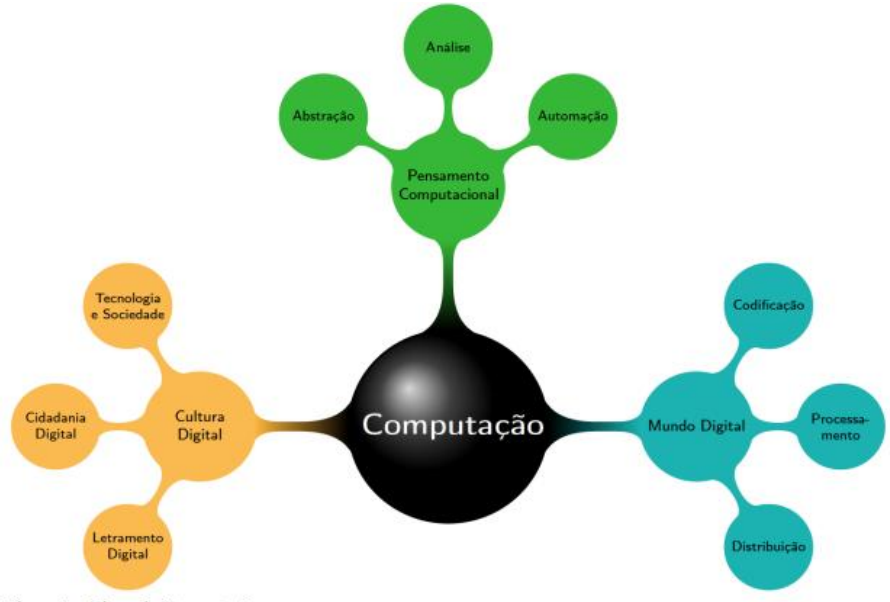


Figura 2 – Eixos da Computação

O ensino da Computação na Educação Básica articula-se em três eixos fundamentais: Pensamento Computacional, que envolve a abstração, a análise e a automação para a resolução estruturada de problemas; Mundo Digital, voltado à compreensão da codificação, do processamento e da distribuição das informações nos sistemas computacionais; e Cultura Digital, que abrange o letramento digital, a cidadania e os impactos da tecnologia na sociedade.

A abordagem desses eixos evolui de forma progressiva ao longo de toda a trajetória escolar. Na Educação Infantil, o foco está na aprendizagem lúdica e desplugada, promovendo o reconhecimento de padrões, a ordenação e a criação de algoritmos simples por meio de brincadeiras corporais e da manipulação de objetos concretos. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, introduz-se a lógica de programação em blocos e a decomposição de problemas em etapas, estimulando o primeiro contato com a arquitetura dos computadores e o uso ético da rede. Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, o trabalho se aprofunda com algoritmos mais complexos, compreensão de redes e processamento de dados, além de debates críticos sobre privacidade, segurança e o impacto social das mídias. Por fim, no Ensino Médio, consolidam-se a aplicação prática e a autonomia, com foco na programação, na automação de processos, na análise crítica de tecnologias emergentes (como a Inteligência Artificial) e na preparação do estudante para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho na era digital.

Em Estrela Velha, a rede municipal realizou uma mobilização intensa para que “Computação: Complemento à BNCC” fosse formalmente inserida no Documento do Território Municipal (DTMEV) e efetivamente integradas à prática pedagógica.

Esse processo de reorganização curricular, discutido e reorganizado no final de 2022, foi normatizado pelo Parecer CME/CE nº 001/2023 (Processo nº 007/2023), aprovado em 14 de fevereiro de 2023, que autorizou a alteração do DTMEV em decorrência de mudanças na matriz curricular, prevendo a implementação do ensino de Computação na Educação Básica e da Língua Inglesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Desde 2023, as unidades escolares da rede municipal vêm desenvolvendo essas áreas tanto de maneira interdisciplinar nas práticas cotidianas da educação infantil, quanto como componente curricular do 1º ao 9º ano.

Fortalecendo esse movimento local, o Referencial Curricular Gaúcho (RCG) para a Computação foi aprovado em 18 de dezembro de 2025, tornando obrigatória a abordagem interdisciplinar desse tema no Estado do Rio Grande do Sul. Organizado a partir dos eixos Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital, o RCG assegura uma progressão pedagógica alinhada às diferentes etapas da Educação Básica.

A implementação do RCG Computação na rede estadual de ensino teve início em 2026, de forma interdisciplinar, representando um importante avanço na consolidação das políticas educacionais voltadas à inserção da Computação na formação dos estudantes. Com isso, o RCG Computação consolida-se como um instrumento estratégico para a garantia dos direitos de aprendizagem, a promoção da equidade e inclusão digital, e o desenvolvimento de cidadãos críticos, criativos e éticos em uma sociedade crescentemente mediada pelas tecnologias digitais (RCG, 2025).

ANÁLISE CAUSAL

A análise do cenário educacional do município revela um contraste relevante entre a disponibilidade de infraestrutura e a sua efetiva transposição para as práticas pedagógicas do cotidiano de forma interdisciplinar. Embora a rede pública municipal disponha de recursos tecnológicos e conectividade em suas unidades, a inovação pedagógica e a promoção da cidadania digital ainda enfrentam desafios significativos. A origem desses desafios estrutura-se em dois fatores causais interligados: a oscilação da infraestrutura técnica e a necessidade de aprofundamento na formação continuada do corpo docente.

Do ponto de vista da infraestrutura, a oscilação e a instabilidade no sinal de internet nas escolas atuam como um desestimulador direto para os professores. A incerteza quanto ao funcionamento contínuo da rede no momento da regência faz com que o planejamento pedagógico busque evitar o uso de recursos digitais em tempo real, restringindo a tecnologia a momentos pontuais ou a tarefas de apoio administrativo. Assim, a fragilidade técnica da conectividade compromete a previsibilidade das aulas e impede que a tecnologia seja incorporada de forma orgânica e fluida na rotina escolar.

Paralelamente, identifica-se a dimensão pedagógica como segunda causa. A plena fruição dos recursos digitais exige um corpo docente preparado para mediar o conhecimento de forma crítica, transdisciplinar e inovadora. Contudo, como os professores ainda se encontram predominantemente em estágios iniciais de familiarização com essas mídias, o uso dos equipamentos muitas vezes permanece limitado à substituição de suportes tradicionais, sem alterar a dinâmica de ensino e aprendizagem. A ausência de formações continuadas que extrapolem o domínio operacional das ferramentas dificulta a evolução para práticas integradas que estimulem a autonomia, o pensamento crítico e a cidadania digital dos estudantes.

A análise da infraestrutura tecnológica da rede pública revela uma significativa disparidade na distribuição e na oferta de recursos entre as unidades escolares, o que compromete a equidade do processo de ensino-aprendizagem. Enquanto algumas escolas dispõem de laboratórios de informática equipados com computadores de mesa, os quais demandam atualização constante de hardware e software, outras enfrentam a ausência desses espaços. A televisão é utilizada como recurso pedagógico em algumas escolas, conectada ao notebook por meio de cabo HDMI para a projeção de conteúdos digitais e materiais didáticos. Entretanto, essa realidade não se estende a todas as instituições de ensino, evidenciando a necessidade de ampliar a disponibilidade desses recursos tecnológicos na rede escolar.

Somam-se a essa fragilidade os recursos de exibição: embora o projetor multimídia seja uma ferramenta amplamente difundida, sua utilização ainda requer manutenção contínua e expansão para atender a totalidade das turmas; já a lousa digital, por seu alto valor pedagógico e interativo, não é utilizada. Para superação desse cenário, é urgente promover um ajuste no planejamento e na alocação de investimentos, garantindo a padronização, a manutenção preventiva e a expansão equitativa desses equipamentos, de modo que todas as escolas alcancem um padrão mínimo e funcional de tecnologia educacional.

No contexto atual, a conectividade, a educação digital e o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) constituem dimensões fundamentais para a garantia do direito à aprendizagem, mas ainda convivem com desigualdades significativas de acesso. Há estudantes que possuem internet e equipamentos adequados, enquanto outros dependem exclusivamente do celular ou não dispõem de qualquer recurso tecnológico em suas residências, situação que pode ampliar as desigualdades educacionais. Nesse cenário, a escola assume papel estratégico na promoção da equidade digital, garantindo oportunidades de acesso aos estudantes por meio da disponibilização de equipamentos, internet e espaços tecnológicos, inclusive com a abertura da sala de informática no contraturno para pesquisas, atividades pedagógicas e desenvolvimento de competências digitais.

Além disso, é fundamental fortalecer a parceria com as famílias, orientando-as sobre o uso responsável, seguro e educativo das tecnologias e sobre o acompanhamento do tempo e dos conteúdos acessados. Assim, a inclusão digital deve ser compreendida para além da simples disponibilização de internet ou dispositivos, assegurando que nenhum estudante seja prejudicado em seu processo de aprendizagem por não possuir recursos tecnológicos em casa, garantindo condições mais justas para o desenvolvimento da autonomia, da participação e da cidadania digital.

Em suma, superar os desafios da inovação e da cidadania digital exige, portanto, uma ação conjunta: assegurar a estabilidade e a qualidade da conexão nas escolas e fortalecer as ações de formação docente, busca da equidade e acesso à todos, investimentos e atualização constante (hardware e software), capacitando os educadores para transpor o nível de familiarização rumo à integração crítica e criativa das tecnologias no currículo.

CAUSAS CRÍTICAS

- A oscilação frequente do sinal de internet impede o uso simultâneo por alunos e professores, gerando insegurança no planejamento e limitando a tecnologia a tarefas administrativas ou pontuais.
- A prevalência do estágio inicial de familiarização dos educadores com as tecnologias digitais evidencia a necessidade de expandir a formação continuada em metodologias ativas e práticas transdisciplinares, viabilizando a integração efetiva e transformadora das mídias digitais no cotidiano escolar.
- A necessidade de consolidar um fluxo contínuo de atualização pedagógica e tecnológica (hardware/software), aliada à distribuição heterogênea de equipamentos, como lousas digitais, projetores e dispositivos móveis, sinaliza a oportunidade de aprimorar a equidade no acesso e expandir o alcance da aprendizagem digital entre as unidades escolares.
- Desigualdade no acesso à conectividade e aos recursos tecnológicos de estudantes/famílias, limitando as oportunidades de aprendizagem e participação digital.

6.8 OBJETIVO 8 – Sustentabilidade Socioambiental na Educação

Promover a educação ambiental e o enfrentamento das mudanças climáticas em todos os estabelecimentos de ensino.

6.8.1 DIAGNÓSTICO

PROBLEMA

A abordagem da educação ambiental e das mudanças do clima nos estabelecimentos de ensino ainda ocorre de forma descontínua, isolada e restrita a datas comemorativas ou disciplinas específicas, resultando na ausência de uma prática pedagógica contínua, crítica e integrada à rotina escolar.

ANÁLISE DESCRITIVA

A realidade do município de Estrela Velha demonstra que o enfrentamento das mudanças do clima deixou de ser uma discussão teórica e se tornou uma urgência prática no cotidiano da gestão pública. O histórico recente das redes evidencia a vulnerabilidade das escolas diante de intempéries severas, a começar por 2017, quando um forte temporal causou danos irreversíveis na estrutura de uma escola municipal, resultando na demolição do prédio e em danos estruturais em outras escolas.

Essa fragilidade atingiu seu ponto mais crítico em maio de 2024, quando o estado do Rio Grande do Sul enfrentou o maior desastre climático de sua história. As chuvas intensas e sem precedentes provocaram alagamentos, destruição de vias de acesso, pontes e bueiros no município, exigindo a decretação de situação de emergência pelo Decreto Municipal nº 2.559/2024 e a consequente suspensão das atividades escolares pelo Decreto nº 2.560/2024, o que impôs uma complexa reestruturação do calendário para assegurar o cumprimento dos 200 dias letivos regulamentares.

Somando-se às enchentes, a ocorrência de ondas de calor atípicas e extremas, como as registradas em fevereiro de 2025, passou a comprometer a permanência em sala de aula, acelerando a desidratação, reduzindo a concentração dos alunos e expondo a saúde da comunidade escolar a riscos severos.

Essas interrupções recorrentes ultrapassam os danos materiais e atuam como desafios profundos para o desenvolvimento pedagógico e a equidade educacional. A perda de materiais didáticos e o afastamento da rotina de estudos impactam diretamente o ritmo de aprendizagem, com prejuízos expressivos nos processos de alfabetização dos anos iniciais. Paralelamente, o cenário de incertezas gera um desgaste socioemocional significativo em estudantes e profissionais da educação, exigindo ações contínuas de acolhimento psicopedagógico e suporte humano. Como resposta imediata a essa conjuntura, as gestões tem investido na adequação da infraestrutura física, visando à criação de ambientes mais arejados e climatizados, além de promover a formação continuada das equipes escolares para a atuação em situações de emergência e gestão de riscos.

Para além das respostas estruturais e garantir a efetivação das ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), em especial, do Objetivo 8, que busca promover a educação ambiental e o enfrentamento das mudanças do clima em todos os estabelecimentos de ensino, as redes vêm

incorporando a sustentabilidade e a redução de riscos de maneira transversal e diária em seu currículo, com suporte nas diretrizes da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Essa transformação pedagógica se materializa por meio de metodologias ativas e projetos integrados, que passaram a associar a literatura a temas essenciais como consumo consciente, preservação ambiental e cidadania. Dessa forma, a rede avança ao conectar a teoria à realidade local e ao fortalecer o protagonismo estudantil. No entanto, reconhece-se que ainda há um caminho significativo a percorrer para consolidação desse processo, sendo necessário aprofundar as ações pedagógicas para efetivamente formar cidadãos conscientes, críticos e plenamente preparados para compreender e enfrentar os desafios socioambientais e climáticos contemporâneos.

O município de Estrela Velha, por meio do trabalho desenvolvido pela Engenheira Florestal do Departamento Municipal de Meio Ambiente, realizou, em 2026, o primeiro Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), documento técnico que identifica e quantifica os gases emitidos pelas atividades da administração municipal ao longo de 2025. O diagnóstico constitui importante instrumento para o planejamento de ações voltadas à redução dos impactos ambientais, ao enfrentamento das mudanças climáticas e ao fortalecimento das políticas públicas de sustentabilidade.

A partir das informações levantadas, foram identificadas alternativas para a redução das emissões, entre elas a diminuição do consumo de combustíveis, o aumento da eficiência energética, a redução do uso de energia elétrica, a adoção de fontes renováveis de energia, o tratamento de efluentes e o aperfeiçoamento da gestão de resíduos.

Como parte das propostas, foi elaborado um projeto de compensação ambiental, com estimativa de aproximadamente 6.700 mudas de espécies florestais nativas, distribuídas em uma área de cerca de quatro hectares. A primeira etapa prevê o plantio de aproximadamente 2.000 mudas em uma área verde municipal, dando início à implantação de uma floresta urbana, com potencial para contribuir com a remoção de carbono da atmosfera, a ampliação da cobertura vegetal, a conservação da biodiversidade, a melhoria da qualidade do ar e a redução dos efeitos das ilhas de calor.



Projeção da Compensação. Fonte: Prefeitura Municipal de Estrela Velha, 2026.

Nesse processo, as escolas também foram envolvidas por meio da apresentação do relatório e foco na temática: “Sustentabilidade no Município: Relatório de Emissões de Gases de Efeito Estufa, Educação Ambiental e Responsabilidade Coletiva”, socializado com os profissionais da educação.

Profissionais e estudantes participarão das ações de compensação ambiental, envolvendo-se no processo de plantio e nas atividades de educação ambiental relacionadas à iniciativa. A participação dos estudantes permitirá aproximar o conhecimento desenvolvido nas escolas das ações concretas realizadas pelo município, fortalecendo o sentimento de pertencimento, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade coletiva. As ações de compensação ambiental representam, assim, uma oportunidade de transformar essa sensibilização em experiências práticas, fortalecendo a educação ambiental, a sustentabilidade e o compromisso da comunidade escolar com as ações de enfrentamento às mudanças climáticas.

Vale ressaltar que a elaboração do inventário aproxima Estrela Velha das diretrizes do ProClima 2050 e dialoga com o Roadmap Climático do Rio Grande do Sul, especialmente nos eixos de governança, inventários de gases de efeito estufa, educação para a sustentabilidade, análise de riscos e vulnerabilidades e desenvolvimento de projetos.

ProClima 2050 é o conjunto de ações e projetos da Política Estadual para Mudanças Climáticas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Roadmap Climático, é uma plataforma criada para auxiliar e engajar os municípios ao enfrentamento das mudanças climáticas no RS.

As informações produzidas poderão ainda subsidiar futuros planos municipais de ação climática, projetos de eficiência energética, programas de arborização urbana, ações de educação ambiental, recuperação de áreas degradadas e iniciativas de adaptação aos eventos meteorológicos extremos.

Assim, a iniciativa representa um avanço para Estrela Velha na construção de uma política ambiental baseada em diagnóstico, planejamento e responsabilidade coletiva, fortalecendo a participação das escolas na promoção da sustentabilidade e na formação de uma cultura de cuidado com o meio ambiente.

ANÁLISE CAUSAL

A análise dos eventos recentes na Rede Municipal de Ensino de Estrela Velha evidencia que os prejuízos pedagógicos, sociais e estruturais vivenciados pela comunidade escolar estão relacionados a uma complexa cadeia de fatores socioambientais, entre os quais se destaca o avanço da crise climática. O aumento da frequência e da intensidade de eventos extremos, como tempestades, enchentes e ondas de calor, amplia a vulnerabilidade da infraestrutura escolar, podendo comprometer a segurança da comunidade, a continuidade das aulas e as condições adequadas para a aprendizagem. Esse contexto reforça a necessidade de ações de prevenção, adaptação e fortalecimento da resiliência das unidades escolares diante dos riscos climáticos.

Nesse cenário, a educação ambiental assume papel estratégico, não apenas como instrumento de sensibilização, mas como elemento estruturante para a construção de conhecimentos, atitudes e práticas capazes de contribuir para o enfrentamento das mudanças climáticas e dos desafios socioambientais. Entretanto, sua abordagem nos estabelecimentos de ensino ainda ocorre, em parte, de forma descontínua e pontual, o que evidencia a necessidade de fortalecer sua integração ao currículo, ao planejamento pedagógico e às práticas cotidianas das escolas.

A gestão e a destinação dos resíduos sólidos constituem outra dimensão que precisa ser fortalecida no cotidiano escolar, especialmente quanto à redução da geração de resíduos, separação adequada, reutilização, reaproveitamento, reciclagem, compostagem e destinação ambientalmente adequada dos rejeitos. A partir dos dados apontados pelo Censo Escolar 2025, identifica-se a necessidade de avançar na organização e sistematização dessas práticas nas unidades escolares. Embora existam iniciativas relacionadas à educação ambiental, elas ainda precisam ser consolidadas de forma contínua e integrada, envolvendo gestores, profissionais da educação, estudantes e comunidade. Assim, a gestão dos resíduos representa não apenas uma questão operacional, mas uma oportunidade concreta de transformar princípios de sustentabilidade em práticas educativas permanentes.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de fortalecer a educação ambiental e climática, ampliando práticas pedagógicas que favoreçam a compreensão das mudanças do clima, a sustentabilidade, a prevenção de riscos e a responsabilidade coletiva. A superação de ações isoladas ou restritas a datas comemorativas requer maior articulação entre diferentes componentes curriculares, projetos, espaços educativos e ações desenvolvidas no território, possibilitando que os estudantes compreendam os problemas socioambientais e participem ativamente da construção de soluções.

Nesse processo, o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), realizado pelo município em 2026, representa um importante avanço para qualificar o diagnóstico e orientar a tomada de decisões. Ao identificar e quantificar as emissões relacionadas às atividades da administração municipal, o inventário possibilita compreender de forma mais objetiva a contribuição local para as mudanças climáticas e estabelecer estratégias para sua redução, incluindo medidas relacionadas à eficiência energética, ao consumo de combustíveis, ao uso de fontes renováveis, à gestão de resíduos e ao tratamento de efluentes.

A articulação entre o Inventário de Emissões de GEE, as ações de compensação ambiental e o trabalho desenvolvido pelas escolas amplia o potencial educativo e transformador dessas iniciativas. A participação dos estudantes e das escolas nas ações de plantio e compensação ambiental possibilita aproximar o conhecimento produzido sobre o território das práticas concretas de sustentabilidade, fortalecendo o protagonismo estudantil, o sentimento de pertencimento e a responsabilidade coletiva pelo cuidado com o meio ambiente.

O enfrentamento dessas causas requer ações articuladas de prevenção, adaptação, sustentabilidade e formação, capazes de integrar políticas ambientais, gestão escolar, currículo e participação da comunidade. Assim, o principal desafio consiste em consolidar uma cultura escolar de prevenção, sustentabilidade e corresponsabilidade, na qual a educação ambiental e climática esteja presente de forma contínua, crítica e integrada à rotina escolar. A articulação entre os dados do Censo Escolar 2025, o Inventário de Emissões de GEE, as ações de compensação ambiental e as políticas municipais e estaduais de enfrentamento às mudanças climáticas constitui um caminho para que as escolas avancem de iniciativas pontuais para uma atuação sistemática, integrada e transformadora, preparando os estudantes e toda a comunidade escolar para os desafios ambientais presentes e futuros.

CAUSAS CRÍTICAS

- Vulnerabilidade da infraestrutura escolar aos eventos climáticos extremos, com impactos na segurança, na continuidade das aulas e nas condições de aprendizagem.
- Fragilidade na gestão e destinação dos resíduos sólidos, evidenciada pela ausência de práticas sistemáticas de separação, reaproveitamento, reciclagem e compostagem.
- Necessidade de fortalecer a educação ambiental e climática, ampliando práticas pedagógicas voltadas à sustentabilidade, à prevenção de riscos e à formação de cidadãos conscientes e responsáveis.

6. 9 OBJETIVO 9 - Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola

Garantir o acesso, a oferta e a permanência em todos os níveis, as etapas e as modalidades na educação escolar indígena, na educação do campo e na educação escolar quilombola, observados os padrões nacionais de qualidade, com redução das desigualdades regionais.

6.9.1 DIAGNÓSTICO

PROBLEMA

Apesar da garantia da oferta da educação do campo e indígena no território, permanece a necessidade de consolidar a cooperação entre as redes para promover a diversidade étnico-cultural, estimulando a valorização dos saberes e da identidade cultural.

ANÁLISE DESCRITIVA

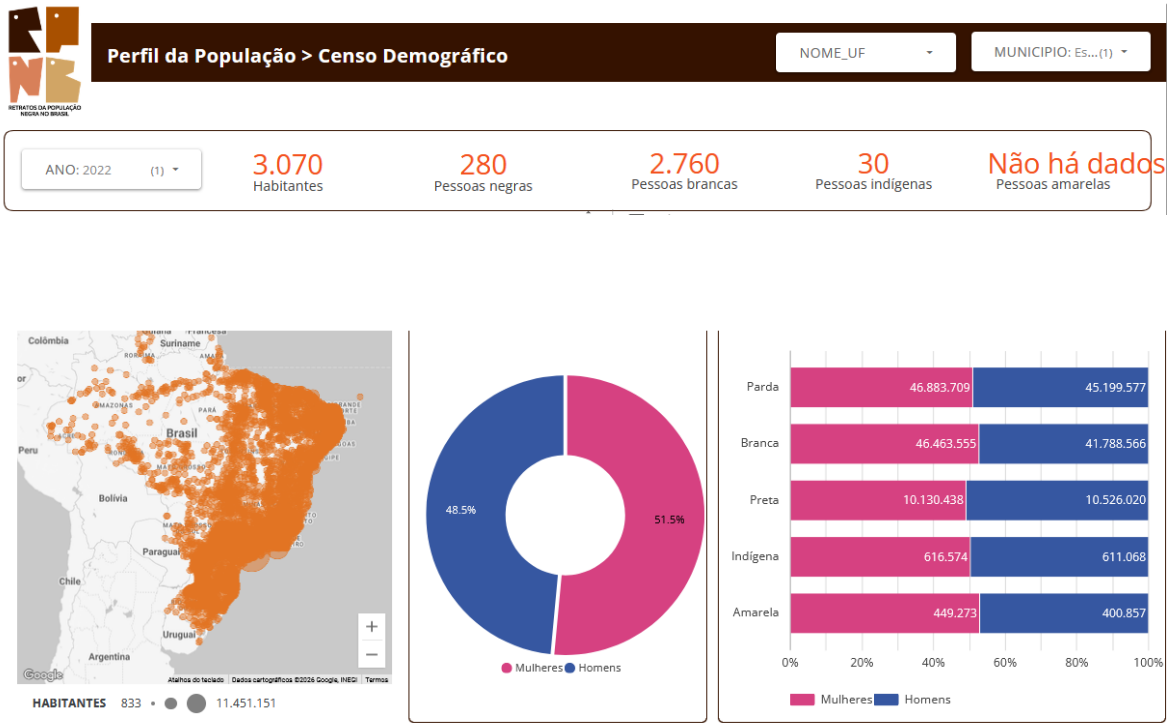
O município de Estrela Velha, localizado na região Centro Serra do Rio Grande do Sul, caracteriza-se por ser um território de pequeno porte populacional e com forte presença rural. Com população reduzida e distribuída em uma área extensa, o município apresenta desafios logísticos para a garantia do acesso e da permanência escolar, especialmente nas áreas mais afastadas.

Para assegurar maior precisão na análise, foram utilizados dados demográficos e educacionais provenientes do IBGE, do Censo Escolar, da plataforma QEdu e do Painel de Dados do Diagnóstico de Equidade. A partir dessa realidade, é importante reiterar que distribuição territorial da população é de aproximadamente 56,5% dos habitantes vivem na zona rural, enquanto 43,5% residem na área urbana. Essa predominância rural gera, de certa forma, barreiras adicionais ao acesso à educação, como deslocamento e infraestrutura escolar, impactando diretamente a equidade educacional.

Com base nos dados do Censo Demográfico 2022, apresentados no painel publicado em https://almapreta.com.br/dados/retratos/populacao-por-raca-cor-e-sexo-agrupadas-por-estado-e-municipio-segundo-o-censo/ (Acessado em: 07/07/2026), que traz o perfil racial da população por raça/cor e sexo, o município de Estrela Velha (RS) que possui uma população de 3.070 habitantes, caracterizando-se por uma composição racial predominantemente branca (2.760 pessoas, cerca de 90%). A população negra (pretos e pardos) corresponde a 280 habitantes (aproximadamente 9,1%), enquanto a população indígena é de 30 pessoas (cerca de 1%). Não há registro de pessoas autodeclaradas amarelas. Em relação ao sexo, observa-se um equilíbrio entre homens e mulheres, com

leve predominância masculina (51,1% homens e 48,9% mulheres). Entre a população negra e parda, há 148 homens e 132 mulheres, e entre a população branca, 1.409 homens e 1.351 mulheres. Já a população indígena corresponde a 13 homens e 17 mulheres.

Esses dados evidenciam que, embora a população negra e indígena represente uma parcela menor da população do município, é fundamental que as políticas públicas, especialmente na área da educação, promovam a valorização da diversidade étnico-racial, o combate ao racismo e a garantia da equidade, assegurando o respeito e a inclusão de todos os grupos que compõem a comunidade local.



https://almapreta.com.br/dados/retratos/populacao-por-raca-cor-e-sexo-agrupadas-por-estado-e-municipio-segundo-o-censo/. Acessado em: 07/07/2026

Ainda que esses grupos representem uma parcela menor da população, é fundamental considerar que historicamente estão mais expostos a desigualdades educacionais e sociais, o que exige atenção específica nas políticas públicas, conforme orienta o PNEERQ.

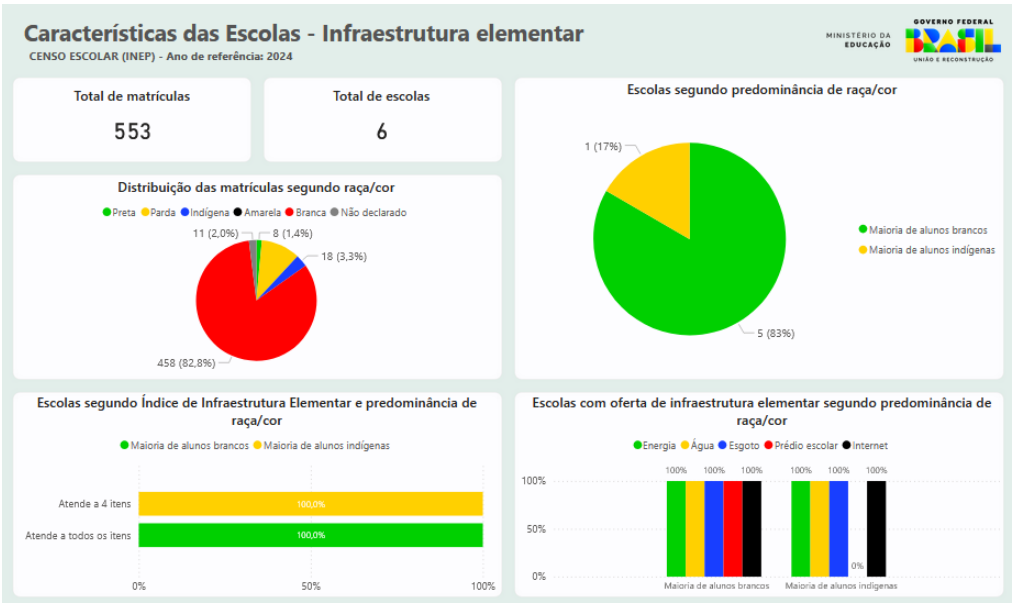
De acordo com a plataforma QEdu (Retirado em: 28/08/2026), o município está entre os 10% menos populosos do Brasil, o que impacta na organização da rede de ensino. Em relação às condições socioeconômicas, Estrela Velha encontra-se entre os 20% de maior renda per capita do país, porém esse dado contrasta com indicadores de vulnerabilidade social: 26,8% da população é beneficiária do Bolsa Família, evidenciando a existência de desigualdades internas significativas.

A formulação de políticas públicas eficazes requer um diagnóstico consistente e contextualizado da realidade local. Nesse sentido, o município de Estrela Velha utilizou o painel de dados do Diagnóstico

de Equidade na Educação (MEC) como ferramenta para sistematizar informações e qualificar a análise do seu contexto educacional.

O Diagnóstico evidencia que as desigualdades não se expressam apenas em termos econômicos, mas também territoriais e raciais. Ainda que numericamente menos expressivos, esses grupos demandam atenção específica, uma vez que as desigualdades raciais no Brasil são estruturais e podem se manifestar também no contexto local, seja no acesso, na permanência ou no desempenho escolar. Esses elementos reforçam a importância da implementação de políticas educacionais orientadas pela equidade, com foco na redução das desigualdades e na garantia do direito à educação de qualidade para todos os estudantes, conforme preconizado pelo PNEERQ.

Com base nos dados do Diagnóstico de Equidade na Educação (2024), o município de Estrela Velha apresenta uma rede territorial de pequeno porte (estado e município), composta por 6 escolas que atendem um total de 553 matrículas na educação básica. A análise da distribuição das matrículas por raça/cor evidencia predominância de estudantes brancos (458 matrículas, cerca de 82,8%), seguida por estudantes pardos (8,3%), pretos (2,0%) e indígenas (1,4%). No que se refere ao perfil das unidades escolares, cinco escolas possui predominância de estudantes autodeclarados brancos, enquanto uma apresenta predominância indígena. Em relação à infraestrutura, os dados indicam que as escolas com estudantes brancos/pretos/pardos contam, de forma geral, com atendimento completo aos itens básicos (como água, energia, esgoto, internet e instalações adequadas), enquanto nas escolas com predominância indígena ainda se observam limitações, especialmente no acesso à internet. Esses elementos reforçam a existência de desigualdades, evidenciando a necessidade de políticas educacionais orientadas pela equidade, com atenção especial às diferenças étnico-raciais e às condições de oferta entre as escolas do município, conforme destacado pelo próprio diagnóstico do MEC, que orienta a formulação de ações para redução das desigualdades educacionais.



Painel de dados do Diagnóstico Equidade do MEC

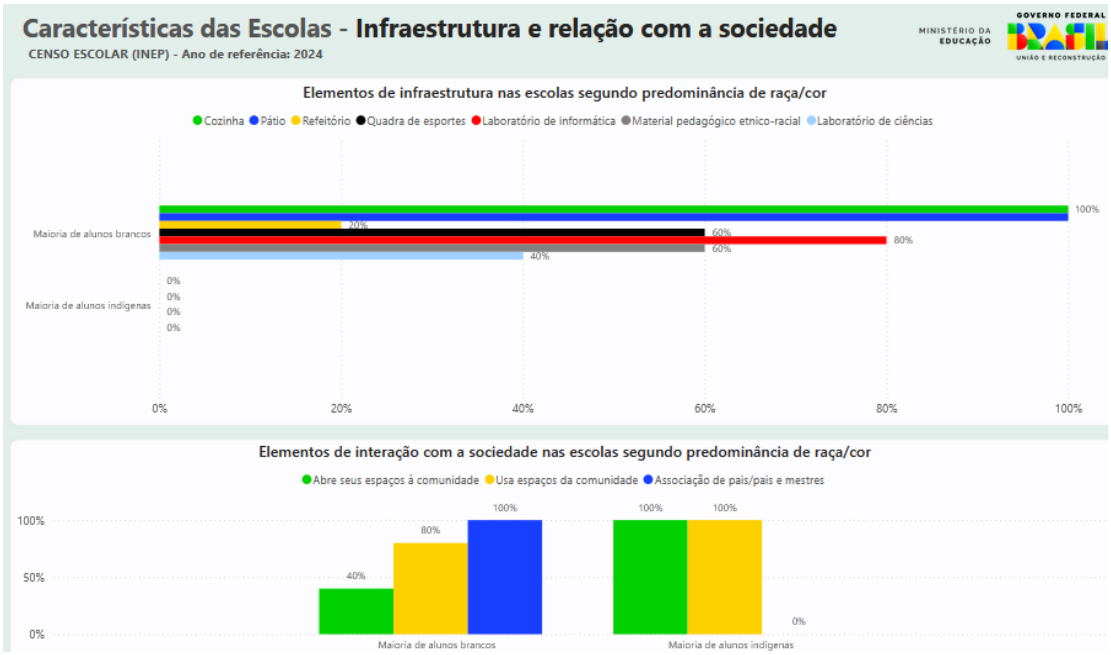
Retirado:https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYWQyYzQ2NzYtYjc1Ni00ODc3LWEyYWUtYjY3NzMxN2I4ZGFmIiwidCI6ImI4YzI1OTMyLTVlNzYtNGIyYi05YzUzLWQ0MTc0NWU5YzkyZCJ9. .Acessado em: 07/07/2026

Observa-se que escolas com maioria de estudantes brancos/pretos/pardos apresentam maiores percentuais de acesso a elementos essenciais, como cozinha, pátio, refeitório e quadra de esportes, além de melhores condições em recursos pedagógicos e laboratoriais. Por outro lado, nas escolas com maioria de alunos indígenas, os percentuais desses recursos são significativamente menores ou inexistentes em alguns casos, revelando um cenário de desigualdade estrutural. De acordo com a Lei nº 15.360, de 25 de março de 2026, que altera a LDB 9.394/1996, dispõe das condições mínimas das escolas públicas de educação básica:

> Art. 25-A. É dever do poder público assegurar que todas as escolas públicas de educação básica, respeitadas as especificidades de cada etapa e modalidade, contenham número adequado de educandos por turma, bem como biblioteca, laboratórios de ciências e de informática devidamente equipados, acesso à internet, quadra poliesportiva coberta, cozinha, refeitório, banheiros, instalações com adequadas condições de acessibilidade, acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos.

Dessa forma, a referida legislação reforça a importância de garantir condições estruturais adequadas nas escolas públicas, entendidas como elemento essencial para a promoção de uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva, assegurando não apenas o acesso, mas também a permanência e o pleno desenvolvimento dos estudantes.

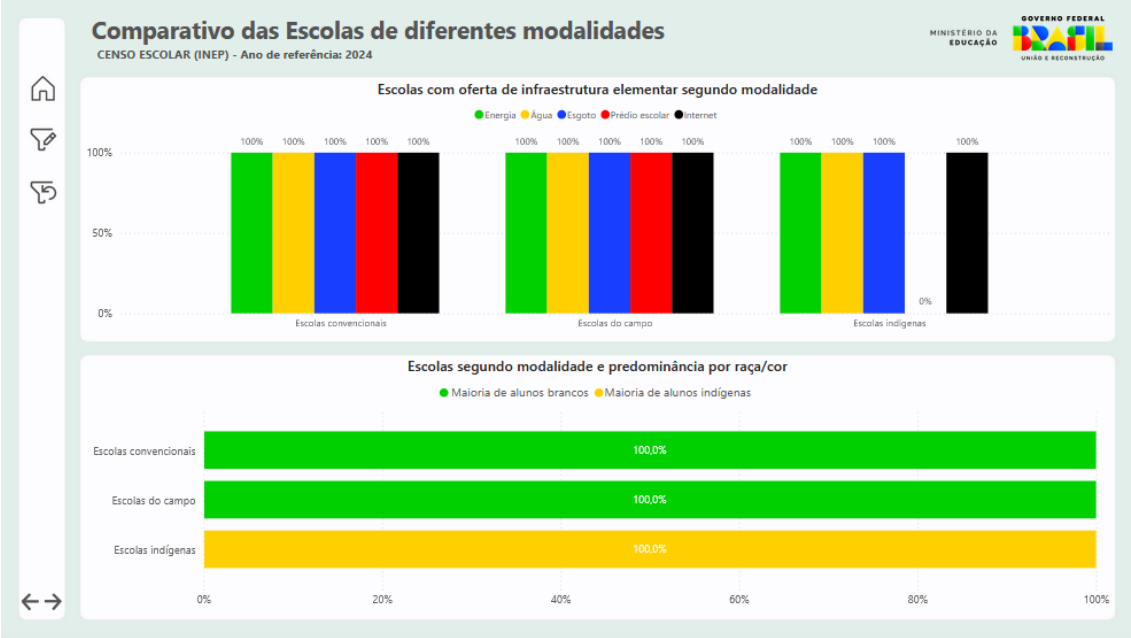
No que se refere à interação com a sociedade, há também diferenças: enquanto algumas escolas ampliam o uso de seus espaços pela comunidade e contam com maior participação de Círculos de Pais e Mestres (CPM's), outras ainda apresentam limitações nesse aspecto. Esses dados reforçam a importância de políticas públicas voltadas à equidade, uma vez que a garantia de condições adequadas de infraestrutura e participação social é fundamental para promover uma educação de qualidade para todos.



Painel de dados do Diagnóstico Equidade do MEC

Retirado:https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYWQyYzQ2NzYtYjc1Ni00ODc3LWEyYWUtYjY3NzMxN2I4ZGFmIiwidCI6ImI4YzI1OTMyLTVlNzYtNGIyYi05YzUzLWQ0MTc0NWU5YzkyZCJ9. Acessado em: 07/07/2026

O comparativo entre as escolas de diferentes modalidades no município de Estrela Velha evidencia que, de modo geral, há boa cobertura de infraestrutura básica tanto nas escolas urbanas quanto nas escolas do campo, indicando um padrão relativamente homogêneo de oferta nesses aspectos. No entanto, observa-se desigualdade específica no acesso à internet/laboratório de informática, especialmente nas escolas indígenas, onde esse recurso não está plenamente disponível, diferentemente das demais modalidades que apresentam cobertura integral. Além disso, a análise da predominância racial por modalidade revela que as escolas convencionais e do campo atendem majoritariamente estudantes brancos, enquanto as escolas indígenas concentram predominantemente alunos indígenas, evidenciando uma segmentação por perfil racial associada ao tipo de escola. Esses dados reforçam que, embora haja avanços na infraestrutura básica da rede, persistem desigualdades no acesso a recursos tecnológicos e na distribuição dos estudantes por raça/cor entre as modalidades, o que demanda atenção das políticas educacionais voltadas à equidade, especialmente no que se refere à inclusão digital e à garantia de condições equitativas de aprendizagem.

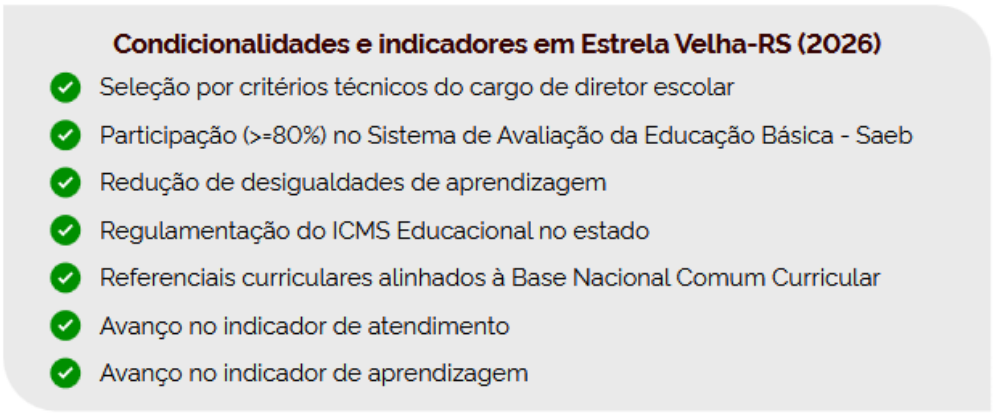


Painel de dados do Diagnóstico Equidade do MEC

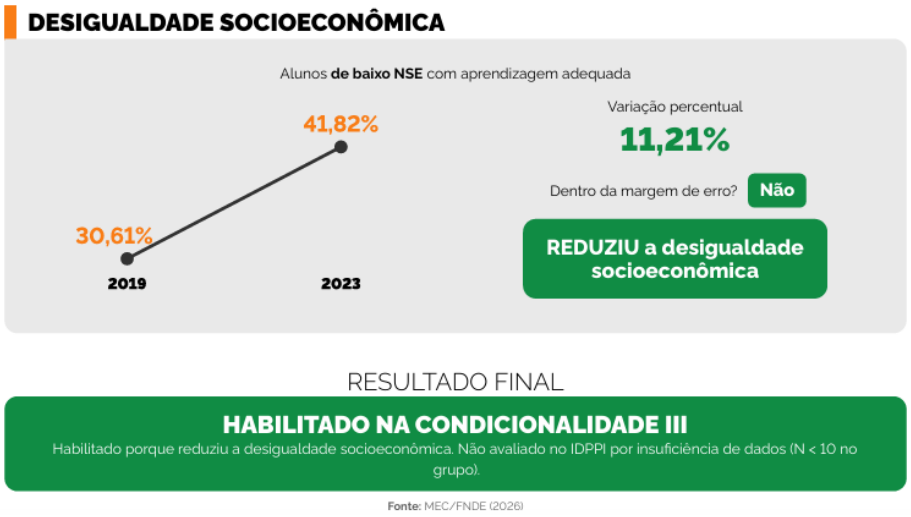
Retirado:https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYWQyYzQ2NzYtYjc1Ni00ODc3LWEyYWUtYjY3NzMxN2I4ZGFmIiwidCI6ImI4YzI1OTMyLTVlNzYtNGIyYi05YzUzLWQ0MTc0NWU5YzkyZCJ9 Acessado em: 07/07/2026

É importante ressaltar que o município foi habilitado ao VAAR (Valor Anual por Aluno Resultado) em 2024 e 2025. Essa complementação financeira da União ao FUNDEB é destinada às redes públicas de ensino que aprimoram a gestão educacional, reduzem desigualdades e avançam nos indicadores de aprendizagem e frequência escolar.

Fonte: MEC/FNDE (2026)



A avaliação da condicionalidade baseia-se em duas dimensões: o desempenho dos estudantes pretos, pardos e indígenas (PPI) e o daqueles de menor nível socioeconômico (NSE). Para cumprir os requisitos e obter a habilitação no VAAR, a rede de ensino precisa evoluir, simultaneamente, a taxa de aprendizagem adequada em ambos os grupos em relação à edição anterior do Saeb; o avanço em apenas um deles não assegura o cumprimento do critério.



Fonte: MEC/FNDE (2026)

De acordo com o relatório da 'Edição Especial Equidade Racial' do Ministério da Educação (MEC/FNDE, 2026), o município de Estrela Velha obteve resultado positivo no combate à desigualdade socioeconômica. O percentual de alunos de baixo Nível Socioeconômico (NSE) com aprendizagem adequada evoluiu de 30,61% (2019) para 41,82% (2023), registrando um aumento significativo de 11,21%. Em razão desse avanço, o município foi considerado Habilitado na Condicionalidade III do VAAR/FUNDEB.

Em relação ao indicador de Desigualdade Racial, que analisa o percentual de alunos pretos, pardos e indígenas com aprendizagem adequada, constata-se a ausência de dados suficientes no painel de monitoramento. Por essa razão, não foi possível mensurar a variação percentual nem aferir a margem de erro referente ao período analisado.

O município ainda não possui uma normativa específica para a implementação do Art. 26-A da LDBEN, porém adota como referência a normativa do Conselho Municipal de Educação: Resolução CME/EV Nº 009/2021, aprovada em 30 de julho de 2021 pelo Conselho Municipal de Educação de Estrela Velha, define as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais no município. Atualmente, o município conta também com o Plano de Ação Municipal da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), bem como com o Protocolo de Educação Antirracista da Rede Municipal de Estrela Velha/RS, documentos que orientam e fortalecem as ações da rede municipal voltadas à promoção da equidade, à valorização da diversidade étnico-racial e ao enfrentamento do racismo no ambiente educacional.

ANÁLISE CAUSAL

Embora Estrela Velha apresente avanços importantes nos indicadores educacionais, evidenciados pela habilitação ao VAAR/FUNDEB nos anos de 2024 e 2025 em razão da evolução da aprendizagem dos estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, o diagnóstico revela que ainda persistem desafios relacionados à equidade educacional. O município possui características territoriais que influenciam diretamente a oferta da educação, com aproximadamente 56,5% da população residindo na zona rural, o que amplia os desafios. Soma-se a isso a existência de desigualdades socioeconômicas, evidenciadas pelo fato de 26,8% da população ser beneficiária do Programa Bolsa Família, demonstrando que parte significativa das famílias ainda vivencia situações de vulnerabilidade social, num município que está entre os 20% de maior renda per capita do Brasil.

O Diagnóstico de Equidade do MEC também evidencia diferenças entre as escolas da rede quanto às condições de infraestrutura e aos recursos disponíveis. Embora a maioria das unidades escolares apresente atendimento aos itens básicos de funcionamento, a escola indígena ainda enfrenta limitações, especialmente no acesso à internet e aos recursos tecnológicos, comprometendo as oportunidades de inclusão digital e o desenvolvimento de práticas pedagógicas mediadas por tecnologias. Além disso, observa-se que escolas com predominância de estudantes brancos/pretos/pardos apresentam melhores condições em espaços pedagógicos, esportivos e laboratoriais quando comparadas às escolas com predominância indígena, evidenciando desigualdades estruturais que exigem políticas públicas específicas.

O perfil demográfico do município reforça a necessidade de fortalecimento das políticas de equidade. Embora a população seja majoritariamente branca, há presença de estudantes pretos, pardos e indígenas, cujas desigualdades historicamente construídas demandam ações afirmativas e estratégias pedagógicas voltadas à valorização da diversidade étnico-racial, ao combate às discriminações e à garantia de igualdade de oportunidades. Nesse contexto, a implementação das diretrizes do PNEERQ, aliada ao monitoramento permanente dos indicadores de aprendizagem, acesso, permanência e infraestrutura, torna-se fundamental para assegurar que todos os estudantes tenham condições equitativas de aprendizagem e desenvolvimento integral.

Essa análise evidencia que, apesar dos avanços alcançados pela rede de ensino, as desigualdades territoriais, socioeconômicas, tecnológicas e étnico-raciais ainda constituem fatores que

influenciam as oportunidades educacionais, justificando a definição de metas e estratégias específicas no novo Plano Municipal de Educação voltadas à promoção da equidade e da qualidade social da educação.

CAUSAS CRÍTICAS

- Persistência de desigualdades no acesso a recursos pedagógicos, tecnológicos e oportunidades educacionais entre as diferentes realidades escolares do município, comprometendo a promoção da equidade e a garantia de aprendizagem com qualidade para todos os estudantes.
- Necessidade da formação específica para a docência na Educação Escolar Indígena, assegurando a qualificação de professores bilíngues para atuar em português e nas variantes do Guarani, em consonância com a perspectiva da Educação Intercultural Bilíngue.

6.10 OBJETIVO 10 - Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos

Garantir, ao longo da vida, o acesso e a permanência na educação especial, assegurando a oferta de AEE de qualidade e a aprendizagem dos estudantes que são o público da educação especial e o público da educação bilíngue de surdos, em todos os níveis, as etapas e as modalidades.

6.10.1 DIAGNÓSTICO

PROBLEMA

A rotatividade de profissionais especializados para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), aliada à fragilidade na estruturação da política municipal de educação bilíngue de surdos, pode comprometer, caso haja demanda, a capacidade da rede de assegurar atendimento qualificado.

ANÁLISE DESCRITIVA

A Rede Pública de Ensino de Estrela Velha demonstra compromisso com a consolidação de uma educação inclusiva e equitativa, assegurando o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público da Educação Especial. Conforme os dados do Censo Escolar de 2024, constantes no diagnóstico do Programa de Ações Articuladas (PAR/MEC), todos os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação encontram-se matriculados na rede regular de ensino, evidenciando a universalização da oferta de atendimento.

NOVO PAR
Plano de Ações Articuladas

Ministério da Educação | Órgãos do Governo | Acesso à Informação | Legislação | Acessibilidade

Estrela Velha - Rio Grande do Sul

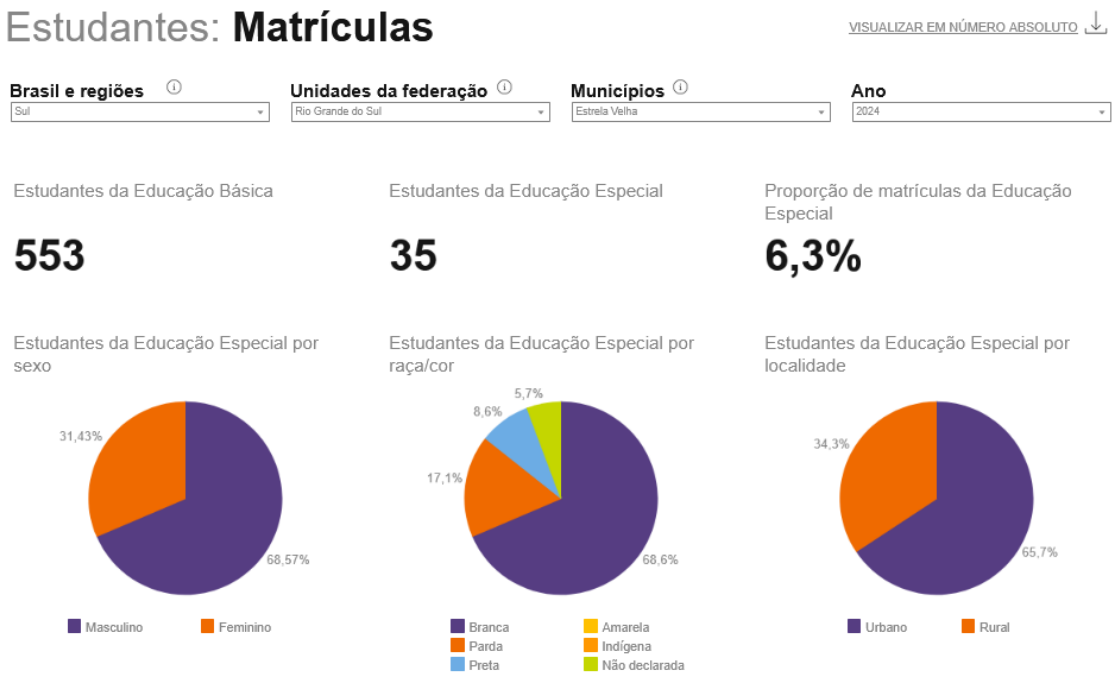
Educação Especial

Etapa | Modalidade — Dependência Administrativa: Pública

	Creche	Pré-Escola	Ens. Fund. 1º ao 5º	Ens. Fund. 6º ao 9º	Ensino Médio
Número total de Matrículas em Educação Especial	1	1	7	16	8
Matrículas de Educação Especial em Classes Comuns (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Escolas com, pelo menos, um estudante de Educação Especial	2	2	3	2	1
Escolas que ofertam Atendimento Educacional Especializado	0	0	2	2	0

Fontes: Censo Escolar 2024/INEP

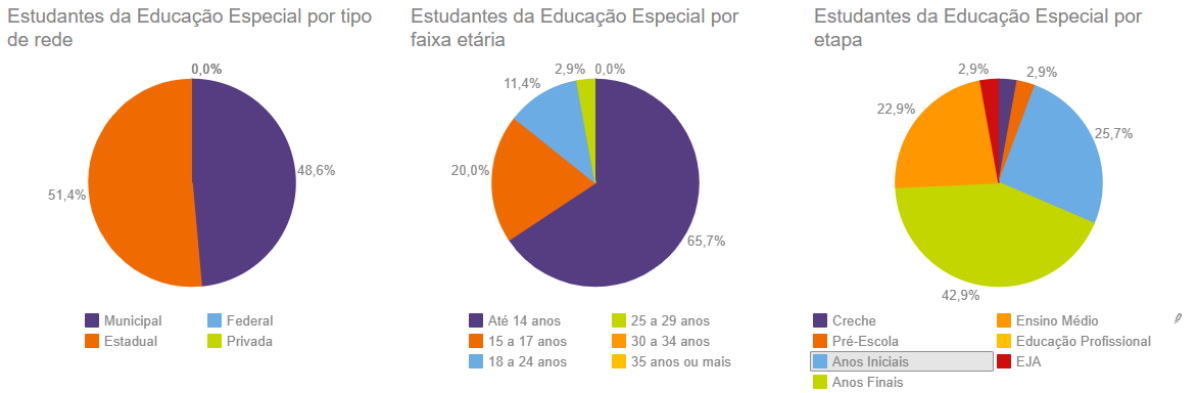
Dados do Censo Escolar 2024 (retirados do diagnóstico do Programa de Ações Articuladas – PAR , do MEC). Acessado em 14/07/2026



Retirado: https://diversa.org.br/indicadores/. Acessado em 14/07/2026

A análise das matrículas da Educação Especial no município de Estrela Velha (RS), referentes ao ano de 2024, evidencia que 35 dos 553 estudantes da Educação Básica estão matriculados nessa modalidade, correspondendo a 6,3% do total de alunos. Esse percentual demonstra a presença significativa de estudantes que demandam atendimento educacional especializado, reforçando a importância de políticas inclusivas e de investimentos em recursos pedagógicos, acessibilidade e formação continuada dos profissionais da educação. Observa-se uma predominância de estudantes do sexo masculino (68,57%). Em relação à raça/cor, verifica-se maior concentração de estudantes brancos

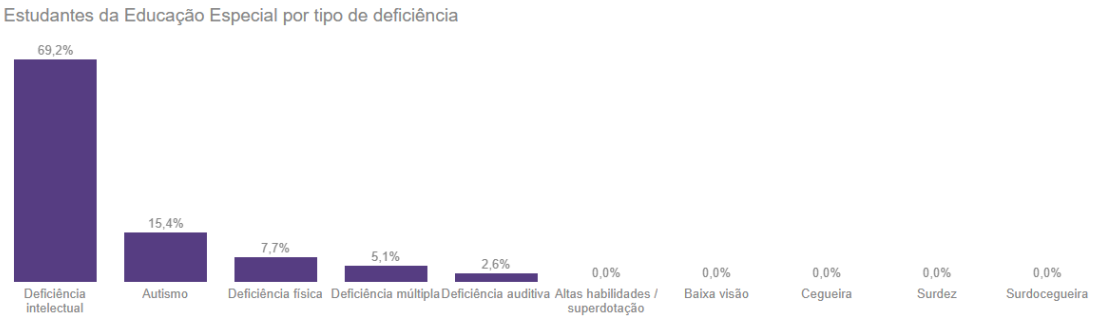
(68,6%), seguida por pardos (17,1%) e pretos (8,6%), refletindo, em parte, a composição demográfica do município. Quanto à localização das matrículas, a maior parte dos estudantes da Educação Especial está na zona urbana (65,7%), enquanto 34,3% residem ou estudam na área rural, indicando a necessidade de assegurar condições de acesso, transporte escolar e oferta de serviços especializados também às comunidades rurais. De modo geral, os dados reforçam a necessidade de planejamento educacional contínuo para garantir a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, conforme os princípios da educação inclusiva.



Retirado: https://diversa.org.br/indicadores/. Acessado em 14/07/2026.

A distribuição das matrículas da Educação Especial em Estrela Velha (RS), no ano de 2024, revela um atendimento equilibrado entre as redes de ensino, com leve predominância da rede estadual (51,4%) em relação à rede municipal (48,6%). Quanto à faixa etária, observa-se que a maioria dos estudantes atendidos possui até 14 anos (65,7%), seguida pelas faixas de 15 a 17 anos (20,0%) e de 18 a 24 anos (11,4%). A presença de estudantes com 25 a 29 anos representa 2,9%, enquanto não há registros de alunos com 30 anos ou mais, indicando que o atendimento está concentrado nas etapas regulares da educação básica.

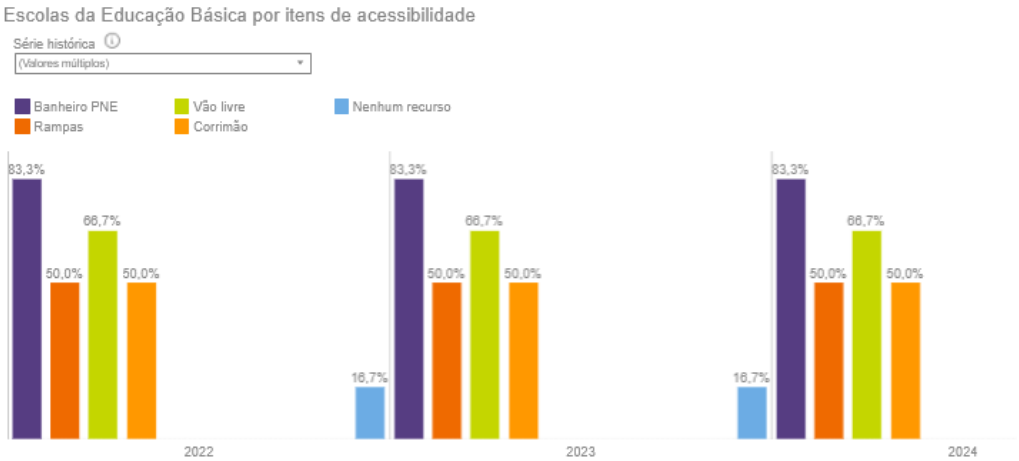
Em relação às etapas de ensino, verifica-se maior concentração das matrículas nos Anos Finais do Ensino Fundamental (42,9%), seguidos pelos Anos Iniciais (25,7%) e pelo Ensino Médio (22,9%). As matrículas na Educação Infantil (Creche e Pré-escola) e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) representam, cada uma, 2,9%. Esse cenário sugere que a maior demanda por atendimento especializado ocorre durante o Ensino Fundamental, etapa em que as dificuldades de aprendizagem e as necessidades educacionais específicas tendem a ser mais identificadas e acompanhadas.



Retirado: https://diversa.org.br/indicadores/. Acessado em 14/07/2026.

No que se refere ao tipo de deficiência, destaca-se a predominância de estudantes com deficiência intelectual (69,2%), seguida por estudantes com Transtorno do Espectro Autista (15,4%), deficiência física (7,7%), deficiência múltipla (5,1%) e deficiência auditiva (2,6%). Não foram registradas matrículas de estudantes com altas habilidades/superdotação, baixa visão, cegueira, surdez ou surdocegueira. Esses dados evidenciam a necessidade de fortalecimento das políticas de educação inclusiva, com investimentos em recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas, atendimento educacional especializado e formação continuada dos profissionais da educação, de modo a assegurar o desenvolvimento integral e a participação efetiva de todos os estudantes.





Retirado: https://diversa.org.br/indicadores/. Acessado em 14/07/2026.

Em 2024, o município possuía 6 escolas de Educação Básica, das quais 5 atendem estudantes da Educação Especial, representando 83,3% das escolas da rede. Os dados evidenciam que não houve alterações nos indicadores de acessibilidade entre 2022 e 2024, indicando estabilidade na infraestrutura das escolas da rede. Segue a análise;

- Banheiro acessível: presente em 83,3% das escolas (5 das 6 escolas) durante todo o período analisado.
- Rampas de acesso: disponíveis em 50% das escolas (3 das 6 escolas), mantendo o mesmo percentual nos três anos.
- Vão livre (largura adequada para circulação): identificado em 66,7% das escolas (4 das 6 escolas), sem variações ao longo da série histórica.
- Corrimãos: presentes em 50% das escolas (3 das 6 escolas), mantendo estabilidade entre 2022 e 2024.

Nenhum recurso de acessibilidade: 16,7% das escolas (1 das 6 escolas) não registram nenhum dos itens analisados, situação que permaneceu inalterada em 2023 e 2024.

Os resultados demonstram que as redes apresentam avanços importantes, mas precisam estar atentas e realizar ações contínuas de adequação e manutenção da infraestrutura escolar, ampliando os recursos de acessibilidade que ainda não estão presentes em todas as unidades. Essas medidas são fundamentais para garantir ambientes cada vez mais acessíveis, seguros e inclusivos, assegurando a autonomia, a mobilidade e a participação de todos os estudantes.

As escolas EMEI Alzira Nunes Ceolin e EMEF 25 de Julho (Escola Modelo FNDE) possuem características estruturais que justificam o não atendimento ou a não marcação de alguns itens de acessibilidade no Censo Escolar. A análise considerou a configuração física das edificações, as necessidades de circulação e as condições efetivamente existentes nas unidades escolares.

1. Rampas: As unidades escolares não apresentam desníveis significativos no piso térreo que exijam a instalação de rampas para garantir o acesso aos ambientes. A circulação no pavimento térreo ocorre de forma nivelada, possibilitando o deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida. Dessa forma, a acessibilidade é assegurada pela própria configuração do espaço, não havendo necessidade de rampas adicionais.
2. Corrimãos: Os corrimãos são recursos destinados principalmente ao apoio e à segurança das pessoas em situações que envolvam mudanças de nível, escadas ou circulação em locais com risco de queda. Considerando que as escolas possuem circulação em piso térreo e sem desníveis que demandem esse recurso, a ausência de corrimãos específicos não compromete a acessibilidade dos espaços. Além disso, as escolas apresentam faixas de circulação livres de obstáculos, com corredores e áreas de passagem organizados de modo a possibilitar o deslocamento com segurança, inclusive de pessoas com mobilidade reduzida.
3. Elevadores: Não há necessidade de instalação de elevadores, uma vez que as edificações das escolas não possuem andares superiores destinados à circulação dos estudantes.

4. Portas com vão livre adequado: As portas e acessos existentes possibilitam a circulação entre os ambientes escolares, considerando a configuração das edificações e as necessidades de utilização dos espaços. A organização dos ambientes permite o acesso e a circulação dos estudantes e demais usuários, inclusive daqueles que necessitam de maior espaço para deslocamento.

5. Banheiros adaptados: Os sanitários existentes atendem às necessidades de uso da demanda efetiva de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

As demais situações identificadas referem-se à EMEF Álvaro Rodrigo Leitão, à EMEI Alzira Nunes Ceolin e à EMEF 25 de Julho. No que se refere aos pisos táteis, às sinalizações sonoras e aos recursos específicos destinados à orientação e à acessibilidade de pessoas com deficiência visual ou auditiva, verifica-se que, atualmente, essas escolas não dispõem desses recursos. Ressalta-se, contudo, que essa ausência está relacionada à realidade e à demanda identificada em cada unidade escolar, uma vez que, até o momento, não houve matrícula de estudantes com deficiência visual ou auditiva que demandasse a implantação desses recursos específicos. Destaca-se que, havendo matrícula de estudantes que necessitem desses recursos, serão adotadas as medidas necessárias para garantir as condições adequadas de acessibilidade, orientação e inclusão.

Vale ressaltar que, quanto a sinalização visual nas vias de circulação interna, as escolas possuem alguns recursos de sinalização e orientação visual, destinados a facilitar a localização dos ambientes e a circulação segura no espaço escolar. Entre eles, destacam-se: setas fotoluminescentes, que permanecem visíveis em situações de baixa luminosidade e indicam as saídas de emergência; sinalização da localização de extintores; placas de identificação dos ambientes, como salas de aula, biblioteca, refeitório e demais espaços escolares. Esses recursos contribuem para a organização, segurança e orientação de todos os usuários da escola, incluindo estudantes que necessitam de referências espaciais mais claras, como aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou outras deficiências que possam demandar maior previsibilidade e organização do ambiente.

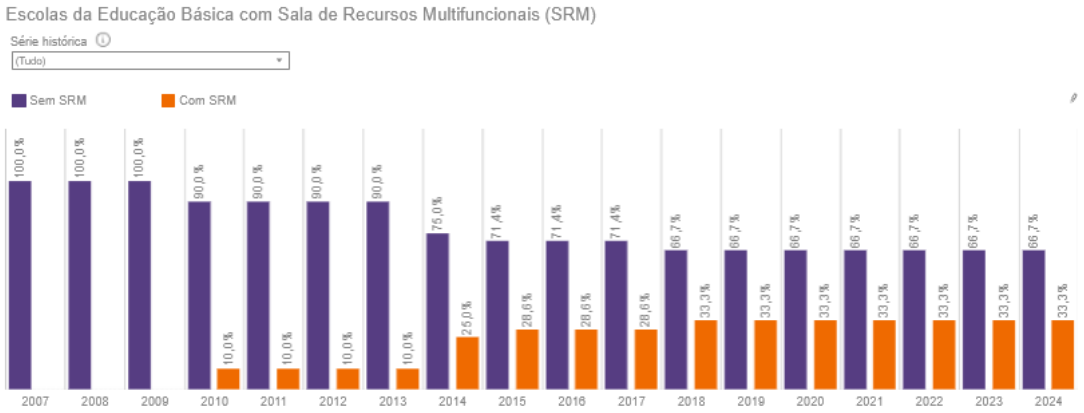
Os registros realizados no Censo Escolar refletem as condições físicas e as necessidades identificadas nas unidades escolares, considerando que determinados recursos de acessibilidade não se fazem necessários em razão da inexistência de desníveis, de pavimentos superiores ou de demanda específica de estudantes com determinadas deficiências.

Ressalta-se, entretanto, que o município reconhece a acessibilidade como um princípio permanente de garantia do direito à educação, compreendendo que a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e de orientação deve ser continuamente aprimorada. Assim, os itens atualmente inexistentes poderão ser considerados em futuras adequações das escolas, de modo a ampliar progressivamente a autonomia, a segurança e a inclusão de todos os estudantes, profissionais e visitantes.

Já a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Karai Tataendy Vera Claudio Acosta apresenta especificidades próprias relacionadas ao seu território, à cultura e às condições locais. Nesse contexto, algumas estruturas e serviços ainda não estão adequadamente adaptados às necessidades da comunidade escolar, especialmente no que se refere à acessibilidade. Essas limitações estão

relacionadas às características geográficas e às condições locais do território, que dificultam a implementação de recursos e adequações necessárias para garantir a acessibilidade plena.

Contudo, os indicadores revelam a necessidade de ampliar os investimentos em acessibilidade arquitetônica, principalmente na instalação de rampas e corrimãos, bem como na adequação da unidade escolar que ainda não dispõe de nenhum dos recursos avaliados. Essas ações contribuirão para promover ambientes escolares cada vez mais inclusivos, seguros e alinhados aos princípios da educação inclusiva e da acessibilidade universal.



Retirado: https://diversa.org.br/indicadores/ Acessado em 14/07/2026.

Os dados indicam que houve um importante movimento de expansão das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) no início da década de 2010, em consonância com as políticas nacionais de fortalecimento da educação inclusiva. Nos anos seguintes, observa-se uma estabilização no quantitativo de salas implantadas. Entretanto, esse cenário não deve ser interpretado apenas como insuficiência de expansão, mas também à luz da organização da rede municipal de ensino.

Em municípios com número reduzido de escolas e de estudantes público-alvo da Educação Especial, como o caso da rede municipal de Estrela Velha, a implantação de uma SRM em cada unidade escolar nem sempre se mostra técnica, pedagógica e financeiramente viável. Nesse contexto, a concentração do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em uma sala estrategicamente localizada pode representar uma alternativa mais eficiente. Essa otimização da SRM possibilitou a organização de espaço melhor estruturado, com mobiliário adequado, tecnologias assistivas, recursos pedagógicos diversificados e profissionais especializados, favorecendo a qualidade do atendimento. Dessa forma, mais do que ampliar o número de salas, torna-se fundamental garantir que a SRM existente disponha de condições adequadas de funcionamento, atendendo às demandas dos estudantes e articulando-se com as escolas da rede para promover uma educação inclusiva de qualidade.

Entretanto, o município compreende que a inclusão não se restringe ao acesso à matrícula, mas exige a implementação de condições que garantam a participação efetiva dos estudantes no cotidiano escolar, respeitando suas singularidades e promovendo o desenvolvimento de suas potencialidades.

Nesse contexto, a rede pública adota estratégias pedagógicas e organizacionais voltadas à eliminação de barreiras à aprendizagem, disponibilizando, sempre que necessário, Auxiliar Educacional Especializado para apoiar o estudante em suas atividades escolares e favorecer sua autonomia. Também são elaborados Currículos Adaptados, construídos de acordo com as necessidades individuais, contemplando adequações nos objetivos de aprendizagem, metodologias, recursos pedagógicos e processos avaliativos, de modo a assegurar o desenvolvimento integral e a participação em igualdade de oportunidades.

As recentes atualizações da legislação nacional da Educação Especial, em especial o Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, que alterou o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, e a Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026, impõem novos desafios para a organização da rede municipal de ensino. Entre as principais exigências está a elaboração, implementação e atualização contínua de documentos pedagógicos obrigatórios e individualizados, especialmente o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e o Plano Educacional Individualizado (PEI), fundamentados em Estudos de Caso. Embora a rede municipal já desenvolva práticas de acompanhamento dos estudantes público-alvo da Educação Especial, será necessário fortalecer os processos de planejamento pedagógico, formação dos profissionais e articulação entre os docentes do ensino regular e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a fim de assegurar o cumprimento das novas normativas e qualificar o atendimento educacional inclusivo.

Complementando essas ações, hoje, o município oferta o Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizado na Sala de Recursos Multifuncionais em turno inverso ao da classe comum. O atendimento ocorre de forma individualizada ou em pequenos grupos, conforme as necessidades identificadas nos encaminhamentos e nas avaliações pedagógicas, tendo como finalidade complementar ou suplementar a formação do estudante. O AEE constitui um espaço de apoio pedagógico especializado, destinado ao desenvolvimento de habilidades, à promoção da autonomia e ao acesso ao currículo, não se caracterizando como reforço escolar.

A política de inclusão também é fortalecida por meio da parceria estabelecida com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Arroio do Tigre, mediante termo de fomento firmado pelo município, para rede estadual e municipal. Além de garantir o transporte dos estudantes até a instituição, essa parceria amplia a oferta de atendimento especializado nas áreas educacional, clínica e assistencial. A atuação da equipe multiprofissional, composta por educador especial, fisioterapeuta, psicólogo, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional, possibilita avaliações, estudos de caso e intervenções articuladas às necessidades de cada estudante, contribuindo para seu desenvolvimento global, para a orientação às famílias e para a promoção da inclusão social.

Outro aspecto relevante refere-se à garantia do direito à educação para estudantes impossibilitados de frequentar a escola por motivos de saúde, conforme previsto na Lei nº 14.952/2024 e no Regimento Padrão das Escolas Municipais. Nesses casos, o município prevê a adoção do regime de estudos domiciliares, condicionado à apresentação de laudo médico atualizado, assegurando a continuidade do processo educativo. A escola mantém acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, registrando conteúdos, orientações, evidências de aprendizagem e demais ações

pedagógicas, garantindo que o estudante permaneça vinculado ao currículo e ao processo de escolarização.

De forma geral, as evidências demonstram que as redes buscam consolidar uma política de educação inclusiva fundamentada na garantia dos direitos, na equidade e na oferta de apoios especializados. A articulação entre atendimento na escola regular, Atendimento Educacional Especializado, parceria com a APAE e estudos domiciliares evidencia uma organização voltada à redução de barreiras e à construção de condições que favoreçam o acesso, a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

ANÁLISE CAUSAL

A consolidação de uma política de educação inclusiva depende da articulação entre recursos humanos qualificados, planejamento institucional, infraestrutura acessível, recursos pedagógicos específicos e organização dos serviços especializados. Embora no território de Estrela Velha assegure o acesso dos estudantes público da Educação Especial à escola regular, ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e às parcerias interinstitucionais, persistem desafios relacionados à sustentabilidade dessas ações ao longo do tempo. A rotatividade de profissionais especializados para o Atendimento Educacional Especializado compromete a continuidade do acompanhamento pedagógico, dificulta a construção de vínculos com os estudantes e suas famílias, reduz a efetividade do planejamento individualizado e exige constantes processos de adaptação e formação de novos profissionais. Essa descontinuidade pode impactar diretamente a qualidade do atendimento, especialmente para estudantes que necessitam de acompanhamento sistemático e de estratégias pedagógicas específicas.

Soma-se a esse cenário a necessidade de fortalecer a estruturação da política municipal de educação bilíngue de surdos. Embora o município não possua atualmente estudantes que demandem essa modalidade de ensino, a ausência de planejamento específico, de protocolos de atendimento, de profissionais com formação em Libras, de definição de fluxos de encaminhamento e de organização de recursos pedagógicos especializados pode limitar a capacidade da rede de responder de forma ágil e qualificada caso essa demanda venha a surgir. O planejamento prévio é essencial para assegurar que o direito à educação seja garantido desde o primeiro momento em que houver matrícula de estudantes surdos, evitando respostas improvisadas e garantindo o cumprimento das diretrizes nacionais da educação inclusiva e da educação bilíngue de surdos.

Além disso, a efetivação da educação inclusiva exige investimentos permanentes em formação continuada dos profissionais da educação, ampliação da oferta de tecnologias assistivas, fortalecimento e manutenção das Salas de Recursos Multifuncionais, acessibilidade física, comunicacional, pedagógica e digital, bem como o aperfeiçoamento do trabalho intersetorial entre educação, saúde e assistência social.

Também é urgente promover a estabilidade do cargo de professor da Educação Especial por meio do provimento de cargo efetivo via concurso público, garantindo a continuidade do atendimento educacional especializado e a qualidade das práticas inclusivas.

Nesse contexto, torna-se fundamental fortalecer a política municipal de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, garantindo estabilidade das equipes, qualificação permanente dos profissionais, planejamento para o atendimento de novas demandas, ampliação dos recursos de acessibilidade e consolidação de uma rede articulada de apoio. Essas ações contribuirão para assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas especificidades, tenham garantidos o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em condições de equidade, conforme os princípios constitucionais e as diretrizes do Plano Nacional de Educação.

CAUSAS CRÍTICAS

- Fragilidade na institucionalização da política de educação especial na perspectiva inclusiva e da educação bilíngue de surdos.
- Ausência de profissionais com formação específica em educação bilíngue de surdos e falta de preparação da rede de ensino para atender às necessidades linguísticas, pedagógicas e comunicacionais das crianças surdas, comprometendo a oferta de práticas inclusivas e adequadas.

6.11 OBJETIVO 11 - Educação de Jovens, Adultos e Idosos

Assegurar a alfabetização e ampliar o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica de todos os jovens, adultos e idosos.

6.11.1 DIAGNÓSTICO

PROBLEMA

Os elevados índices de analfabetismo entre a população com 45 anos ou mais, associados a barreiras sociais, culturais, ambientais e a fatores biopsicossociais, dificultam a mobilização, a adesão e a permanência desse público nas ações de alfabetização e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

ANÁLISE DESCRITIVA

Por muitos anos, o município de Estrela Velha garantiu o acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA) por meio da oferta de transporte escolar aos estudantes que frequentavam o Ensino Fundamental e o Ensino Médio em uma das escolas estaduais do município de Salto do Jacuí, que possuía essa modalidade.

Em agosto de 2014, foi implantada a primeira turma de EJA no município, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Itaúba, localizada em Vila Itaúba, conforme o Parecer CEED nº 0082/2014. A modalidade passou a ofertar o Ensino Fundamental organizado por totalidades, com carga horária de 600 horas nos anos iniciais e 1.600 horas nos anos finais. Os estudantes que concluíam essa etapa eram incentivados a dar continuidade aos estudos no Ensino Médio noturno da rede estadual.

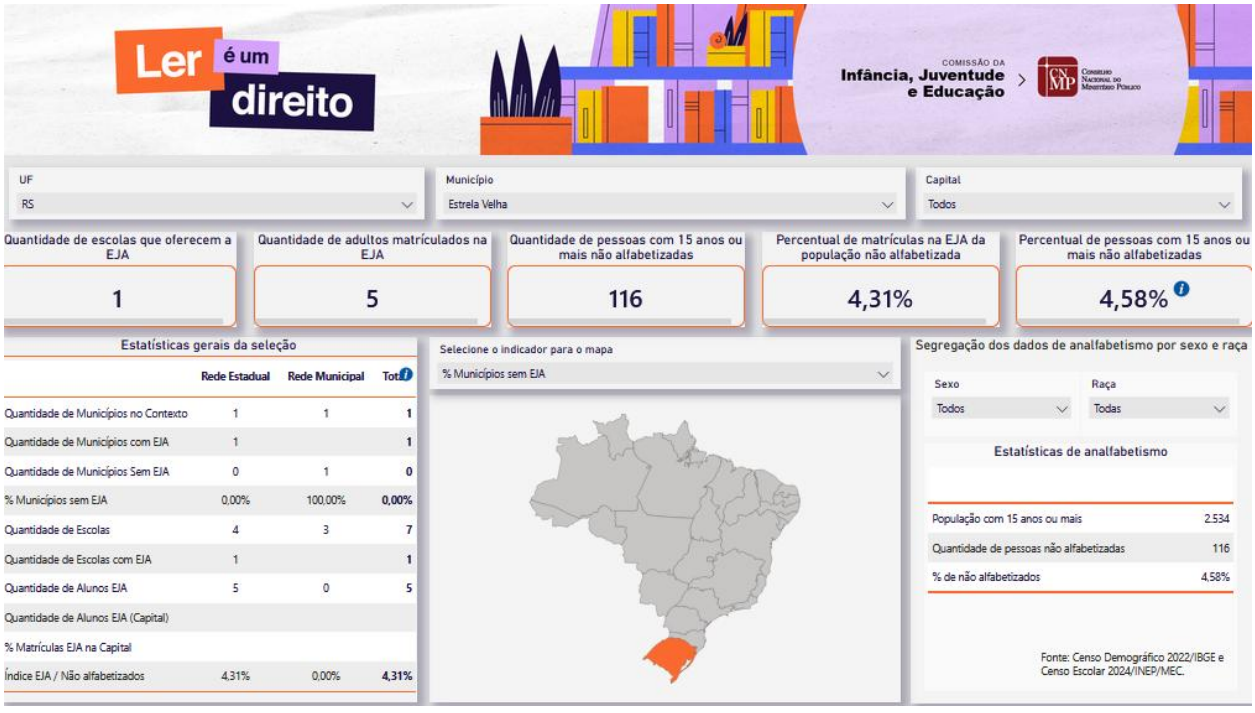
Essa iniciativa representou um importante avanço para a garantia do direito à educação de jovens e adultos, evidenciando a relevância da parceria entre o Estado e o Município, especialmente na

organização do transporte escolar e na criação de condições para o acesso, o reingresso e a permanência dos estudantes na EJA.

Entretanto, a partir de 2025, a oferta da EJA na EEEF Itaúba foi descontinuada, representando uma perda significativa para o município e para a população que depende dessa modalidade de ensino. Diante desse cenário, a comunidade escolar e o Município vêm mobilizando esforços, em conjunto com a 24ª Coordenadoria Regional de Educação (24ª CRE), visando à retomada e à manutenção da oferta da EJA. A partir de agosto de 2026, foi autorizado a abertura de novas matrículas, para criação de turmas do EJA Ensino Fundamental

Considerando os indicadores de analfabetismo e baixa escolaridade, torna-se necessário garantir a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA), assegurando a alfabetização e a continuidade dos estudos por meio da articulação entre a Secretaria Estadual da Educação, a 24ª Coordenadoria Regional de Educação (24ª CRE) e a Secretaria Municipal de Educação, de modo a efetivar o direito à educação ao longo da vida.

Nesse contexto, iniciativas nacionais fortalecem os esforços dos entes federados para ampliar o acesso à educação. Entre elas, destaca-se o projeto Ler é um Direito, lançado em dezembro de 2025 pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com o objetivo de combater o analfabetismo, incentivar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e promover a garantia do direito à alfabetização em todo o país.



https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiODQ2OGExZGEtODVjMy00OWZmLThmNDctYjVhOTNiZGVlNDc0IiwidCI6IjAyNzM3ZTQ4LWUwM2ItNDk1NS04MTExLWU2MDMzZTI2Y2EzYiJ9

O painel apresenta indicadores relacionados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ao analfabetismo no município de Estrela Velha (RS). Os dados mostram a realidade do município em 2024 que possuía 1 escola com a oferta da modalidade EJA, com 5 adultos matriculados.

O indicador de atendimento da EJA revela que apenas 4,31% das pessoas não alfabetizadas estão matriculadas na Educação de Jovens e Adultos, evidenciando que uma parcela muito pequena do público potencial está sendo atendida por essa modalidade de ensino.

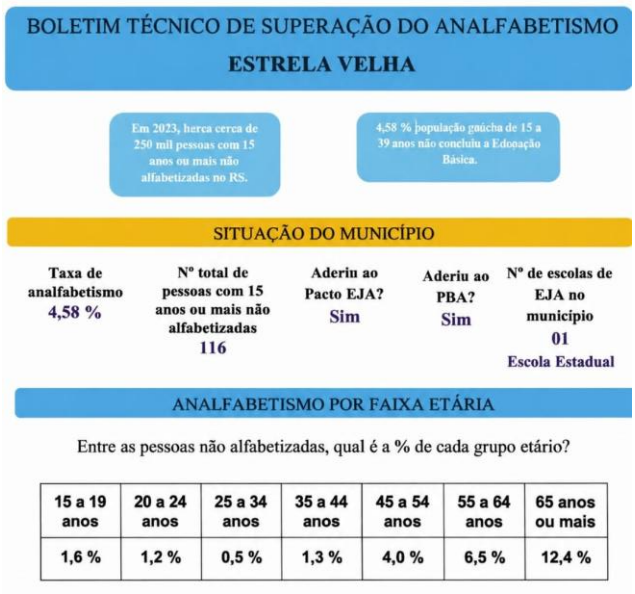
De forma geral, os dados evidenciam que, embora exista oferta de Educação de Jovens e Adultos no município, o número de matrículas é bastante reduzido quando comparado ao contingente de pessoas com 15 anos ou mais que não são alfabetizadas. Isso sugere um desafio para ampliar o acesso e a permanência da população-alvo na EJA, contribuindo para a redução dos índices de analfabetismo.

O Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos é uma política pública coordenada pelo Ministério da Educação (MEC), desenvolvida em colaboração com a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Seu objetivo é garantir o direito à educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a Educação Básica, por meio de ações voltadas à superação do analfabetismo, à elevação da escolaridade, à ampliação da oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ao fortalecimento da EJA integrada à educação profissional.

Em 2025, o município realizou a adesão ao Pacto, reafirmando seu compromisso com a ampliação do acesso à educação, a redução do analfabetismo e o fortalecimento das políticas públicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos. Em 2026, o município já está habilitado para utilizar o CadEJA – Cadastro da Educação de Jovens e Adultos, plataforma do Governo Federal destinada ao registro de pessoas interessadas em retomar os estudos. Por meio desse sistema, os cidadãos manifestam seu interesse em ingressar na EJA e recebem orientações para efetivar a matrícula, contribuindo para ampliar o acesso e a permanência na modalidade.

Quando se analisa o indicador Percentual de pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas, considera-se apenas o analfabetismo absoluto, ou seja, pessoas que não conseguem ler nem escrever um bilhete simples. No Brasil, em 2024, estima-se que 7% da população se enquadrava nessa condição. Além disso, em âmbito nacional, um contingente expressivo da população foi classificado com analfabetismo rudimentar, caracterizado pela capacidade de ler informações muito simples, mas com dificuldades para compreender e interpretar textos mais complexos.

A análise dos dados de analfabetismo, neste contexto, também se torna fundamental para compreender a realidade educacional e orientar a construção de políticas públicas mais eficazes e inclusivas. O Boletim Técnico de Superação do Analfabetismo do município de Estrela Velha (2025) apresenta um panorama importante sobre a realidade educacional local, especialmente no que se refere à alfabetização de jovens e adultos. Inserido no contexto do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o documento evidencia o compromisso do município com a garantia do direito à educação ao longo da vida. De acordo com os dados, Estrela Velha possui uma taxa de analfabetismo de 4,58% entre pessoas com 15 anos ou mais, totalizando 116 indivíduos nessa condição.



BOLETIM TÉCNICO DE SUPERAÇÃO DO ANALFABETISMO

ESTRELA VELHA

Em 2023, herca cerca de 250 mil pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas no RS.

4,58 % população gaúcha de 15 a 39 anos não concluiu a Edoeação Básica.

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO

Taxa de analfabetismo	Nº total de pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas	Aderiu ao Pacto EJA?	Aderiu ao PBA?	Nº de escolas de EJA no município
4,58 %	116	Sim	Sim	01 Escola Estadual

ANALFABETISMO POR FAIXA ETÁRIA

Entre as pessoas não alfabetizadas, qual é a % de cada grupo etário?

15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos	65 anos ou mais
1,6 %	1,2 %	0,5 %	1,3 %	4,0 %	6,5 %	12,4 %

O boletim igualmente destaca a distribuição do analfabetismo por faixa etária, revelando que os maiores índices se concentram nas faixas mais elevadas de idade, especialmente entre pessoas com 65 anos ou mais (12,4%) e entre 55 a 64 anos (6,5%). Em contrapartida, observa-se uma redução significativa entre os mais jovens, indicando avanços nas políticas educacionais ao longo dos anos. Esses dados reforçam a necessidade de continuidade e ampliação de ações voltadas à alfabetização, principalmente para a população adulta e idosa, que ainda enfrenta maiores dificuldades de acesso à escolarização e também serve como instrumento de planejamento e mobilização para o fortalecimento de estratégias que garantam inclusão, equidade e qualidade na educação.

ANÁLISE CAUSAL

A descontinuidade da oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na EEEF Itaúba, a partir de 2025, associada às dificuldades de mobilização e permanência dos estudantes, evidencia um conjunto de fatores que interferem no acesso e na continuidade da escolarização. Entre as principais causas destacam-se a ausência de uma oferta próxima à realidade dos educandos, as dificuldades de deslocamento, as barreiras sociais, culturais, ambientais e os fatores biopsicossociais que atingem principalmente a população com maior faixa etária.

Além disso, a heterogeneidade das turmas da EJA, composta por estudantes com diferentes idades, trajetórias escolares, níveis de aprendizagem e ritmos de desenvolvimento, constitui um desafio para a organização pedagógica, exigindo metodologias diferenciadas e práticas educativas que valorizem as experiências de vida dos estudantes.

A evasão escolar nesse público também é um ponto crítico pois está relacionada à necessidade de conciliar estudos com trabalho, responsabilidades familiares, condições de saúde, baixa autoestima em relação ao processo de aprendizagem e ao longo período afastado do ambiente escolar. Conforme os pressupostos de Lindeman (apud GOECKS, 2008), a educação de adultos deve partir das necessidades e dos interesses dos estudantes, valorizando as experiências de vida como base para a

aprendizagem. O autor destaca que o processo educativo precisa estar relacionado às situações do cotidiano, promover a autonomia dos educandos e reconhecer as diferenças individuais quanto aos estilos, ritmos, tempos e formas de aprender. Nesse contexto, o professor atua como mediador, construindo o conhecimento em parceria com os estudantes.

Dessa forma, a superação dos desafios da EJA depende da articulação entre poder público, comunidade escolar e instituições parceiras, com ações de busca ativa, garantia da oferta, formação continuada dos profissionais e implementação de estratégias pedagógicas inclusivas, capazes de atender às especificidades dos jovens, adultos e idosos que buscam retomar sua trajetória educacional.

Nesse contexto, é importante também ampliar a divulgação e o acesso às diferentes possibilidades de certificação, entre elas o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), avaliação gratuita ofertada pelo Governo Federal que possibilita a certificação dos conhecimentos e competências correspondentes ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio.

A articulação dessas alternativas contribui para ampliar as oportunidades de conclusão da escolarização, reconhecimento dos saberes adquiridos ao longo da vida e continuidade dos estudos, fortalecendo a EJA como política de inclusão, equidade e garantia do direito à educação.

Outro fator identificado refere-se à abertura do edital de adesão ao Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, no qual o município disponibilizou a oportunidade de participação, porém não houve procura por parte do público-alvo. Esse cenário evidencia os desafios relacionados à mobilização e à busca ativa de jovens, adultos e idosos em situação de analfabetismo, indicando a necessidade de fortalecer estratégias de divulgação, sensibilização e aproximação com a comunidade, considerando as barreiras sociais, culturais, ambientais e biopsicossociais que podem dificultar o retorno aos estudos.

CAUSAS CRÍTICAS

- Baixa adesão do público da EJA às oportunidades de alfabetização e escolarização, em razão de dificuldades de mobilização e barreiras sociais, culturais e biopsicossociais.
- Baixa adesão ao ENCCEJA, relacionada à necessidade de maior divulgação, orientação e mobilização dos potenciais participantes sobre a oportunidade de certificação e continuidade dos estudos.

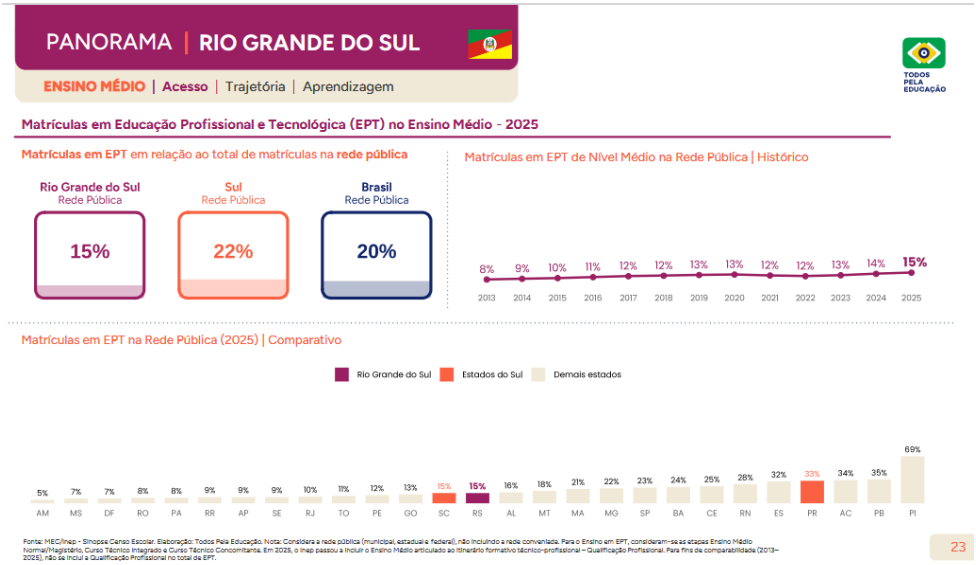
6.12.1 DIAGNÓSTICO

PROBLEMA

Necessidade de fortalecer a permanência e a conclusão dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), assegurando que a oferta de cursos esteja alinhada às especificidades, demandas e oportunidades do contexto local.

ANÁLISE DESCRITIVA

A ampliação da oferta da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na Rede Estadual do RS está alinhada às diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) e às metas estabelecidas pelo Plano Estadual de Educação (PEE-RS), especialmente as Metas 10 e 11, que já tratavam da expansão da EPT e da oferta do Ensino Médio integrado à formação técnica. Esse movimento foi fortalecido nos últimos anos por uma mobilização da rede voltada à ampliação do acesso e da oferta de cursos técnicos. Nesse contexto, o novo Plano Nacional de Educação (PNE 2026–2036) reforça essa política ao estabelecer como Objetivo 12 a promoção do acesso, da permanência e da conclusão na Educação Profissional e Tecnológica, consolidando as ações já desenvolvidas e ampliando o compromisso com uma formação técnica de qualidade para os estudantes.



[panorama-educacional-rio-grande-do-sul rede estadual.pdf](). Acessado: 05/04/2026.

Conforme os dados apresentados, em 2025, 22% das matrículas do Ensino Médio da Rede Pública Estadual do Rio Grande do Sul estão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), percentual superior à média nacional da rede pública (20%) e acima do índice registrado para o conjunto das redes públicas do estado (15%). Esse resultado evidencia o avanço da Rede Estadual na expansão da oferta de cursos técnicos e na consolidação de políticas voltadas à qualificação profissional dos estudantes.

O governo do Estado, por meio da Secretaria da Educação (Seduc), tem investido na Educação Profissional e Técnica (EPT) da Rede Estadual. Desde o início de 2026, todas as escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) passaram a oferecer cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, ampliando o acesso à formação profissional pública e gratuita em regiões que antes não contavam com essa possibilidade. O avanço levou o ensino técnico a 172 novos municípios gaúchos, permitindo que milhares de estudantes possam acessar formação profissional mais perto de casa. (https://educacao.rs.gov.br/cursos-tecnicos. Acessado em: 07/08/2026)

O processo de implantação do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) na Escola Estadual de Ensino Médio Estrela Velha teve início em 2025, por meio de reuniões de apresentação e diálogo com as famílias, realizadas em parceria com a 24ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE). Essas ações

tiveram como objetivo planejar e organizar a implantação da primeira turma da modalidade, efetivada no ano letivo de 2026.

Com essa implantação, a escola passou a integrar o conjunto de instituições da Rede Estadual que ofertam o Ensino Médio em Tempo Integral, com carga horária de 35 horas semanais e Trilha de Qualificação Técnica na área de Administração.

Entre as escolas aptas ao EMTI 2026, destaca-se a Escola Estadual de Ensino Médio Estrela Velha, que participou do processo de implantação da modalidade para o ano letivo de 2026.

24ª CRE	ESTRELA VELHA	19051	ESC EST ENS MED ESTRELA VELHA	35 horas	Administração

https://educacao.rs.gov.br/ensino-medio-em-tempo-integral . Acessado em: 07/08/2026

Na EEEM Estrela Velha, a formação é ofertada na modalidade Técnico Integrado, em que a educação profissional é desenvolvida de forma articulada ao Ensino Médio. Nessa modalidade, os estudantes ingressam após a conclusão do Ensino Fundamental e, ao final do curso, obtêm tanto o diploma de conclusão do Ensino Médio quanto a habilitação profissional de Técnico em Administração, ampliando suas possibilidades de continuidade dos estudos e de inserção no mundo do trabalho.

Conforme dados da SEDUC/RS (2026) o curso de Técnico em Administração prepara o estudante para executar operações administrativas relacionadas ao planejamento, à pesquisa, à análise e à assessoria em diferentes áreas da gestão, como recursos humanos, materiais, produção, serviços, finanças, orçamento e marketing. Também desenvolve competências para utilizar sistemas de informação, aplicar conceitos e modelos de gestão em atividades operacionais e de coordenação, elaborar orçamentos, fluxos de caixa, demonstrativos financeiros, relatórios e documentos administrativos, além de auxiliar na elaboração de pareceres e laudos que subsidiem processos de tomada de decisão.

A formação busca desenvolver profissionais com sólidos conhecimentos da área administrativa, preparados para atuar em conformidade com a legislação vigente, as normas de saúde e segurança do trabalho e os princípios éticos da profissão. Valoriza, ainda, atitudes empreendedoras e inovadoras, a capacidade de identificar oportunidades de negócio e geração de renda, bem como o compromisso com a sustentabilidade, a diversidade e a responsabilidade social.

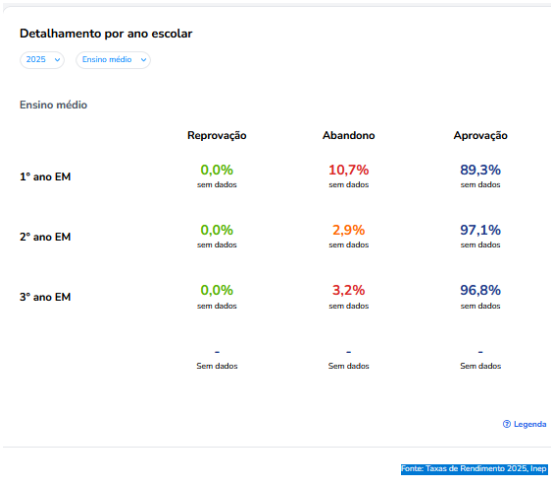
O Técnico em Administração poderá atuar em diferentes segmentos do mercado de trabalho, como indústrias, empresas comerciais, prestadoras de serviços, órgãos públicos e organizações do terceiro setor, desempenhando funções administrativas em diferentes níveis de atuação.

Além da Formação Geral Básica, o currículo contempla componentes curriculares como Projeto de Vida, Estudos Orientados, Mentoria, Eletivas, Práticas Experimentais, Pós-Médio, Projeto de Corresponsabilidade Social e Itinerários Formativos, organizados por meio das Trilhas de Aprofundamento Curricular e das Trilhas de Qualificação Técnica, de acordo com a escolha dos estudantes. No início do ano letivo, são promovidas atividades de integração destinadas aos estudantes ingressantes e às suas famílias. Ao longo do período letivo, também são realizadas ações voltadas ao acompanhamento das aprendizagens.

As escolas dessa modalidade possuem organização administrativa e pedagógica própria, contando com recursos destinados à alimentação escolar, à formação continuada das equipes e à dedicação exclusiva de parte do corpo docente, conforme a estrutura organizacional da Rede Estadual.

ANÁLISE CAUSAL

A análise dos dados de fluxo escolar da Escola Estadual de Ensino Médio de Estrela Velha evidencia que um dos principais desafios para a consolidação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) está relacionado à permanência dos estudantes ao longo do percurso formativo, especialmente no primeiro ano do Ensino Médio Integrado. Embora os índices de aprovação sejam elevados nos anos seguintes, observa-se a ocorrência de abandono escolar já no 1º ano, indicando a necessidade de ações preventivas e de acompanhamento mais intensivo nessa etapa inicial.



Detalhamento por ano escolar

2025 | Ensino médio

Ensino médio

	Reprovação	Abandono	Aprovação
1° ano EM	0,0% sem dados	10,7% sem dados	89,3% sem dados
2° ano EM	0,0% sem dados	2,9% sem dados	97,1% sem dados
3° ano EM	0,0% sem dados	3,2% sem dados	96,8% sem dados
	- Sem dados	- Sem dados	- Sem dados

Legenda

Fonte: Taxas de Rendimento 2025, Inep

https://qedu.org.br/escola/43210775-esc-est-ens-med-estrela-velha/taxas-rendimento. Acessado em 07/08/2026

O ingresso na Educação Profissional e Tecnológica representa uma mudança significativa na trajetória dos estudantes, que passam a vivenciar uma organização curricular diferenciada, com maior carga horária, componentes da formação geral e formação técnica articuladas, além de novas demandas de estudo e adaptação à rotina escolar em tempo integral. Para alguns estudantes, esse processo de transição pode gerar dificuldades de adaptação, insegurança quanto à escolha profissional, desafios de organização pessoal e necessidade de conciliar a vida escolar com outras responsabilidades. Também se destaca a importância de ações que auxiliem os estudantes na compreensão da proposta do curso técnico, das possibilidades de atuação profissional e da relevância da formação escolhida para seus projetos de vida.

Além disso, identifica-se como fator relacionado à permanência a migração de estudantes para o turno noturno, principalmente em razão da inserção no mundo do trabalho. A necessidade de conciliar a formação escolar com atividades profissionais pode levar alguns estudantes a optarem pela mudança de turno, interrompendo a trajetória inicialmente planejada no Ensino Médio Integrado em Tempo Integral e dificultando a continuidade da formação técnica.

Nesse contexto, torna-se fundamental fortalecer estratégias de acompanhamento e acolhimento dos estudantes, especialmente no primeiro ano do curso, ampliando ações de integração, orientação profissional, acompanhamento das aprendizagens e diálogo permanente com as famílias. Também se faz necessário desenvolver mecanismos que considerem a realidade dos estudantes trabalhadores, buscando alternativas que favoreçam a permanência, a conclusão do curso técnico e a garantia do direito à formação profissional de qualidade.

A oferta do Ensino Médio Integrado no município enfrenta como um dos desafios estruturais a ausência de prédio próprio para o funcionamento da instituição. Atualmente, as atividades são desenvolvidas em um bloco da EMEF Álvaro Rodrigues Leitão, cedido pelo Município. Essa condição pode limitar a autonomia na organização dos espaços e a adequação da infraestrutura às especificidades da proposta pedagógica do Ensino Médio Integrado, que articula a formação geral e a educação profissional. Entre as causas associadas a essa situação, destacam-se a dependência de espaços cedidos e a necessidade de compatibilizar o uso das instalações com a organização da escola municipal, adequada às necessidades dos estudantes e às exigências dessa modalidade de ensino.

CAUSAS CRÍTICAS

- Dificuldades de adaptação à rotina e à proposta do Ensino Médio Integrado.
- Necessidade de conciliar a formação escolar com a inserção no mundo do trabalho.
- Ausência de prédio próprio para o funcionamento da instituição, com possíveis impactos na organização dos espaços e no desenvolvimento das atividades pedagógicas.

6.13 OBJETIVO 13- Qualidade da Educação Profissional e Tecnológica

Garantir a qualidade e a adequação da formação às demandas da sociedade, do mundo do trabalho e das diversidades de populações e de seus territórios na educação profissional e tecnológica.

6.13.1 DIAGNÓSTICO

PROBLEMA

Desafio de assegurar a qualidade das condições de oferta e o desenvolvimento de aprendizagens alinhadas às transformações sociais, tecnológicas e econômicas do mundo do trabalho.

ANÁLISE DESCRITIVA

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) vem se consolidando como uma importante política pública educacional, voltada à formação integral dos estudantes, à qualificação profissional e ao desenvolvimento de competências alinhadas às transformações sociais, tecnológicas e econômicas do mundo do trabalho. Sua organização é fundamentada por um conjunto de marcos legais que orientam a oferta, a articulação entre educação básica e formação profissional e a garantia da qualidade dos cursos ofertados.

Entre os principais referenciais legais está a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), que estabelece as diretrizes da educação brasileira e reconhece a Educação

Profissional e Tecnológica como modalidade educacional integrada aos diferentes níveis e etapas de ensino. O Decreto nº 5.154/2004 regulamenta a articulação entre a Educação Básica e a Educação Profissional, fortalecendo a oferta do Ensino Médio integrado à formação técnica. Posteriormente, a Lei nº 11.741/2008 promove alterações na LDB, redimensionando e integrando a Educação Profissional e Tecnológica à estrutura da educação nacional.

A Lei nº 14.040/2020, ao estabelecer normas educacionais excepcionais durante o período de emergência sanitária, reforçou a necessidade de atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais, considerando os novos desafios e contextos educacionais. Nesse processo, a Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), trazendo avanços como a flexibilização dos percursos formativos, a certificação intermediária por etapas e a organização dos cursos em articulação com as demandas do mundo do trabalho, da inovação e do desenvolvimento tecnológico.

Mais recentemente, a Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reforça o compromisso com a qualidade da Educação Profissional Técnica e Tecnológica ao estabelecer como atribuição da União, em colaboração com os sistemas de ensino, a implementação de processos nacionais de avaliação das instituições e dos cursos ofertados.

Diante desse cenário, as redes e instituições responsáveis pela oferta da Educação Profissional e Tecnológica precisam avançar continuamente na adequação de suas propostas pedagógicas, na melhoria das condições de infraestrutura, na atualização de equipamentos e recursos tecnológicos, bem como na formação dos profissionais envolvidos. Além disso, torna-se fundamental ampliar o número de matrículas, fortalecer as estratégias de permanência e garantir a conclusão dos cursos, assegurando uma formação técnica de qualidade e alinhada às necessidades dos estudantes, dos territórios e do mundo do trabalho em constante transformação.

ANÁLISE CAUSAL

A qualidade da oferta da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) está diretamente relacionada às condições estruturais, pedagógicas e humanas necessárias para garantir uma formação técnica adequada às demandas contemporâneas. Um dos principais fatores que impactam essa oferta é a necessidade de infraestrutura física adequada, com espaços planejados para atender às especificidades da formação profissional.

Nesse contexto, destaca-se a necessidade de definição e encaminhamento, por parte do Governo do Estado, da construção de uma Escola Estadual de Ensino Médio, com ambientes apropriados para o desenvolvimento das diferentes modalidades de ensino. A ausência de um espaço próprio e estruturado pode limitar a ampliação da oferta da Educação Profissional e Tecnológica, dificultando a implantação de laboratórios, ambientes técnicos, espaços de convivência e demais recursos necessários para uma formação de qualidade.

Além da estrutura física, a EPT demanda instalações modernas, laboratórios adequados, equipamentos atualizados e recursos tecnológicos compatíveis com as áreas de formação ofertadas, garantindo que os estudantes tenham contato com práticas e ferramentas próximas às utilizadas no

mundo do trabalho. A defasagem desses recursos pode comprometer o desenvolvimento de competências técnicas e profissionais necessárias diante das rápidas transformações tecnológicas e produtivas.

Outro fator relacionado à qualidade da oferta refere-se à formação e qualificação dos professores. A constante evolução tecnológica e as novas metodologias de ensino exigem processos permanentes de formação continuada, possibilitando que os docentes acompanhem as mudanças das áreas profissionais, integrem novas tecnologias às práticas pedagógicas e desenvolvam estratégias de ensino alinhadas às necessidades dos estudantes.

Também se observa que a oferta de determinados cursos da Educação Profissional e Tecnológica nem sempre acompanha as demandas específicas dos territórios, podendo ocorrer descompasso entre os cursos disponibilizados, o perfil socioeconômico da região e as oportunidades existentes no mundo do trabalho. Essa falta de articulação pode impactar a procura pelos cursos, a permanência dos estudantes e a efetividade da formação profissional.

Dessa forma, o fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica depende de ações articuladas envolvendo a ampliação e adequação da infraestrutura, a modernização dos equipamentos, a valorização e formação continuada dos profissionais da educação e o planejamento da oferta de cursos em sintonia com as necessidades dos territórios e com as transformações do mundo do trabalho.

CAUSAS CRÍTICAS

- Ausência de espaços próprios e adequados para atender às demandas do Ensino Médio, EJA e Educação Profissional, limitando a ampliação e a qualidade da oferta.
- Necessidade de laboratórios, instalações modernas e equipamentos atualizados para garantir uma formação técnica alinhada às demandas do mundo do trabalho.
- Necessidade de garantir professores com formação específica e atualização continuada para atuação na Educação Profissional e Tecnológica, alinhando a oferta dos cursos às demandas das áreas técnicas e do mundo do trabalho.

6.14 OBJETIVO 14 - Acesso, Permanência e Conclusão na Graduação

Ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na graduação, com qualidade, inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.

6.14.1 DIAGNÓSTICO

PROBLEMA

Baixo percentual da população com graduação completa, evidenciando desigualdades no acesso, na permanência e na conclusão do ensino superior, especialmente entre diferentes áreas (rural e urbana), grupos sociais, étnico-raciais, homens e mulheres, pessoas com deficiência

ANÁLISE DESCRITIVA

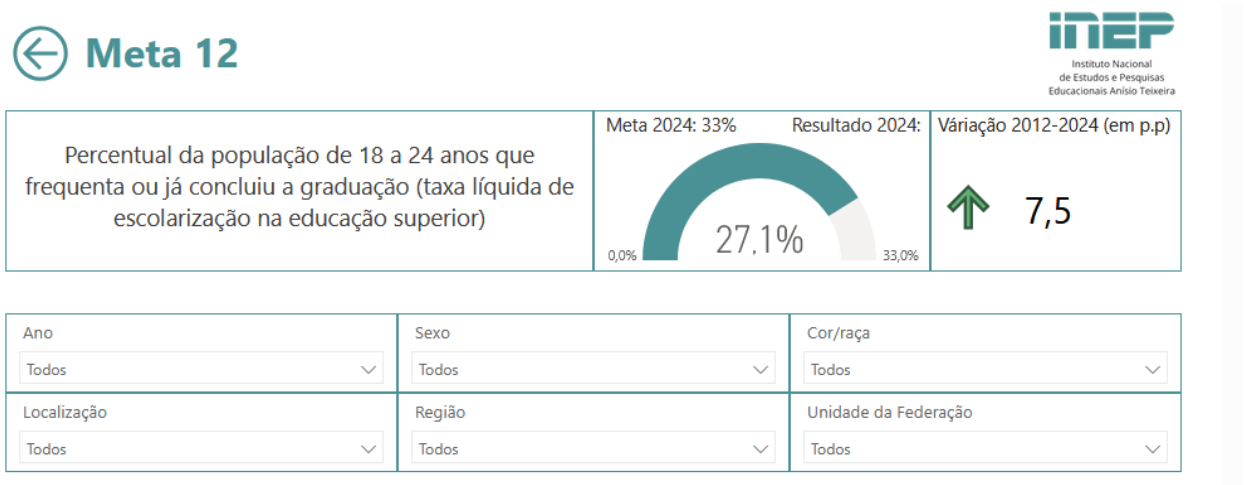
A ampliação da escolarização em nível superior tem importante papel no desenvolvimento socioeconômico dos países, no aumento da qualidade de vida da população e na redução das diversas formas de desigualdade existentes nas sociedades.

No Brasil, a Educação Superior é ofertada por universidades, centros universitários, faculdades, institutos superiores e centros de educação tecnológica. Os cursos de graduação habilitam para o bacharelado, a licenciatura ou a formação tecnológica. Já os cursos de pós-graduação são organizados em lato sensu, que compreendem as especializações e os MBAs (profissionalizantes), e stricto sensu, que abrangem os mestrados e doutorados. A oferta desses cursos ocorre nas modalidades presencial, a distância (EaD) e semipresencial.

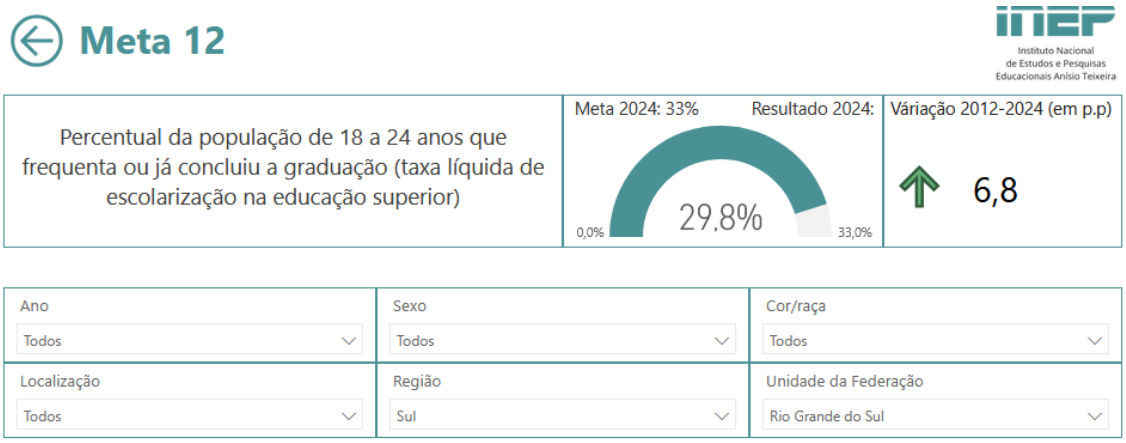
De acordo com os dados de 2024 do Observatório do PNE, a proporção de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos foi de 27,1% no Brasil e 29,8% no Rio Grande do Sul. Esses resultados indicam que o acesso à Educação Superior ainda está abaixo do percentual estabelecido como meta no Plano Nacional de Educação (PNE).

A meta (PNE 2024-2025) estabelecida previa elevar a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos. Os dados apresentados foram obtidos no Painel de Monitoramento do PNE e evidenciam a necessidade de ampliar as oportunidades de acesso e permanência da população nessa etapa de ensino.

Brasil



Rio Grande do Sul

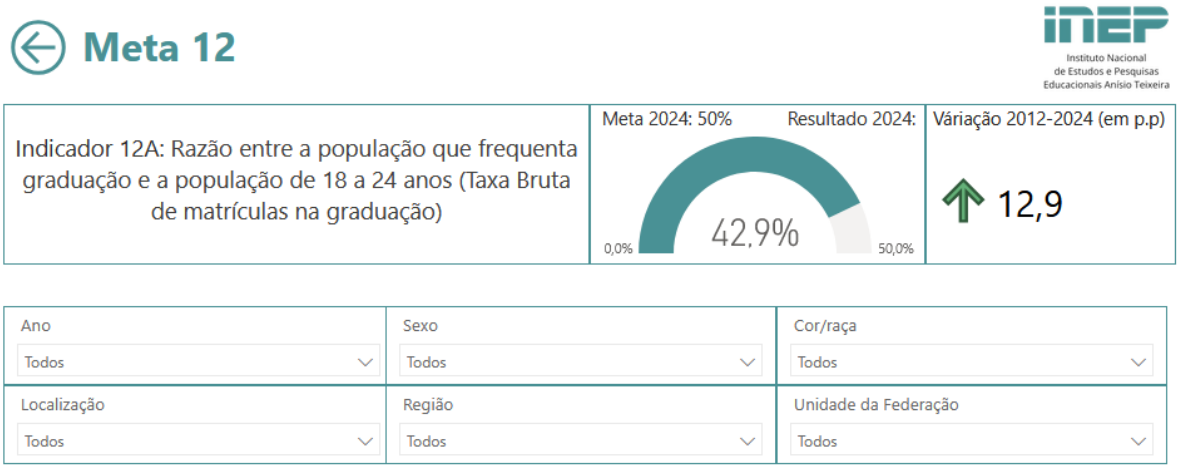


https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWVmODFmZjUtYTRjYy00ZTgzLTk4YTMtOWU5MTA0ZGJhM2I3IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Retirado em: 31/09/2026

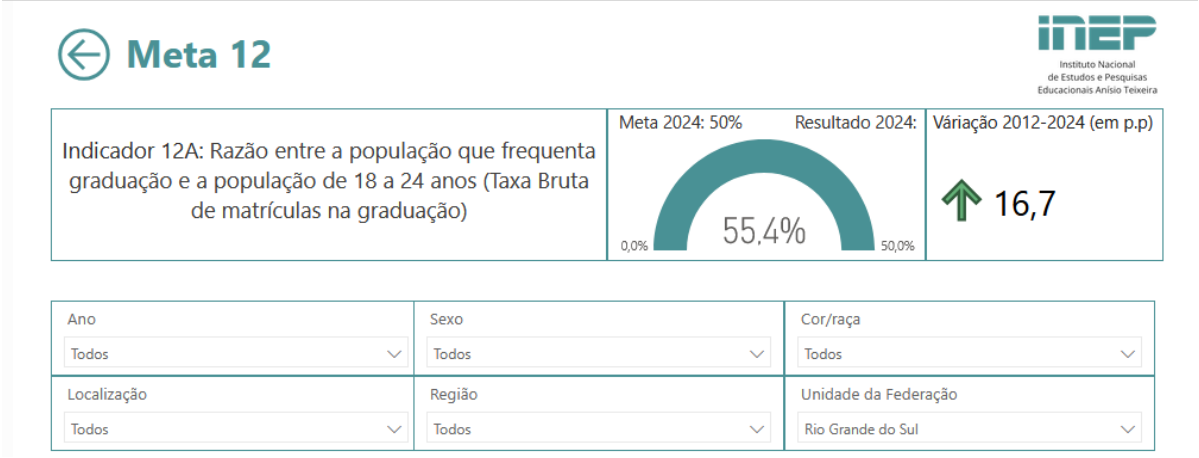
O Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2025) estabeleceu como meta elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50%. De acordo com os dados de 2024, a taxa bruta alcançou 42,9% no Brasil e 55,4% no Rio Grande do Sul.

Os dados demonstram que o Rio Grande do Sul superou a meta nacional estabelecida de 50%, enquanto o Brasil ainda se encontrava abaixo do percentual previsto. Esse cenário evidencia avanços na expansão do acesso à Educação Superior no estado, mas também aponta para a necessidade de continuidade dos esforços de ampliação do acesso, especialmente para garantir que diferentes grupos da população tenham condições de ingressar, permanecer e concluir seus estudos.

Brasil

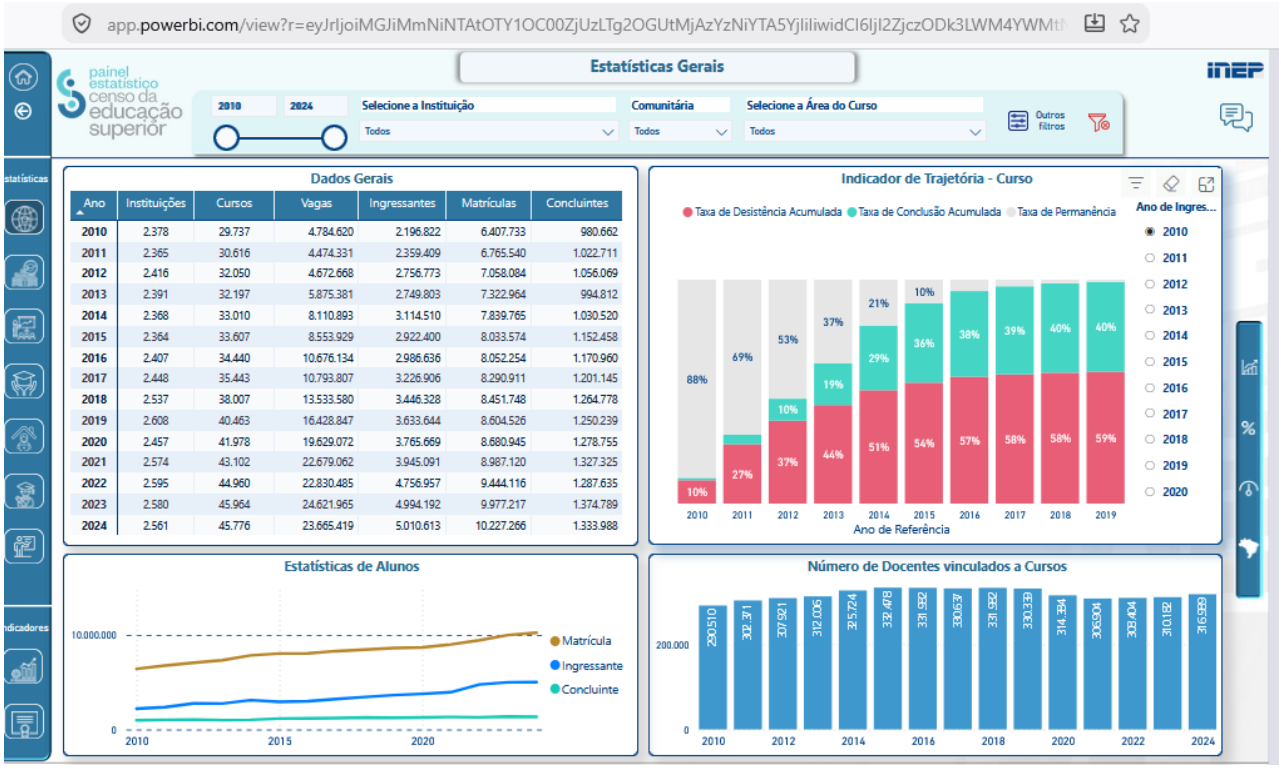


Rio Grande do Sul



https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWVmODFmZjUtYTRjYy00ZTgzLTk4YTMtOWU5MTA0ZGJhM2I3IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Retirado em: 31/09/2026

Conforme apresentado no gráfico, observa-se, em nível nacional, uma expressiva diferença entre o número de estudantes que ingressam no Ensino Superior e aqueles que conseguem concluir seus cursos.



Painel Estatístico do Censo de Ensino Superior, 2024. Retirado: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGJiMmNiNTAtOTY1OC00ZjUzLTg2OGUtMjAzYzNiYTA5YjliIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9&pageName=ReportSection4036c90b8a27b5f58f54 Acessado: 31/08/2026

Ao longo do período de 2010 a 2024, os dados evidenciam uma elevada taxa de desistência acumulada, indicando que uma parcela significativa dos estudantes não chega à conclusão da

graduação. Esse cenário demonstra desafios relacionados à permanência e à conclusão dos cursos, reforçando a necessidade de atenção às condições que influenciam a trajetória acadêmica dos estudantes.

As instituições de Ensino Superior precisam fortalecer estratégias de permanência e fidelização dos acadêmicos, considerando que o ingresso no curso não garante, por si só, a conclusão da graduação. A fidelização deve estar relacionada à construção de um vínculo positivo entre o estudante e a instituição, por meio de ações de acolhimento, acompanhamento da trajetória acadêmica, identificação precoce de dificuldades, orientação pedagógica e apoio diante de situações que possam comprometer a continuidade dos estudos. Também são importantes estratégias que favoreçam a integração dos estudantes à vida acadêmica, o sentimento de pertencimento, a participação nas atividades institucionais e a aproximação entre formação acadêmica e perspectivas profissionais.

Nesse sentido, a definição de metas e estratégias de permanência pode contribuir para o acompanhamento sistemático dos indicadores de frequência, desempenho, trancamento, abandono e conclusão, permitindo que as instituições identifiquem os principais fatores associados à evasão e atuem de forma preventiva. A oferta de apoio acadêmico, orientação para organização dos estudos, flexibilização de horários quando possível, assistência estudantil e ações de acompanhamento individualizado podem favorecer a permanência, especialmente entre estudantes que conciliam trabalho e estudos ou que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Estados e municípios, por sua vez, podem contribuir para a continuidade dos estudos por meio de mecanismos de incentivo à população, divulgação das oportunidades de formação e articulação com as instituições de Ensino Superior. A aproximação entre poder público e instituições de ensino pode favorecer a interiorização da Educação Superior, ampliando as oportunidades de acesso para a população que reside fora dos grandes centros e fortalecendo a democratização do ensino.

Apesar do município apresentar significativa atividade agrícola, é necessário ampliar a compreensão da população sobre as transformações tecnológicas e profissionais que vêm ocorrendo no meio rural. A modernização da agricultura e da pecuária tem ampliado a utilização de máquinas, equipamentos, tecnologias digitais, sistemas de gestão e novas técnicas de produção, exigindo trabalhadores cada vez mais qualificados e preparados para lidar com essas mudanças. Dessa forma, a permanência e o desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias também dependem da formação e do aperfeiçoamento contínuo dos trabalhadores.

Nesse contexto, os profissionais da educação desempenham papel fundamental na mobilização da comunidade, contribuindo para ampliar a percepção dos estudantes e das famílias sobre a importância da escolarização, da qualificação profissional e da continuidade dos estudos. A escola pode atuar como espaço de sensibilização e construção de perspectivas, demonstrando que a formação educacional está diretamente relacionada às novas demandas do mundo do trabalho, inclusive no setor agrícola, favorecendo a permanência dos jovens no município e ampliando suas possibilidades de inserção e atuação qualificada no meio rural.

O município de Estrela Velha, também ciente do papel do município na oferta do Ensino Superior e em consonância com as metas do PNE, destacou-se pelo fomento à etapa de ensino. Em 2021 o

Centro Universitário Internacional - Uninter firmou parceria com o município de Estrela Velha, com o propósito de disponibilizar acesso aos cursos superiores na comunidade, transpondo barreiras geográficas para levar ensino de qualidade para os munícipes.

A iniciativa representa um avanço na democratização do acesso ao Ensino Superior, ao ampliar as possibilidades de ingresso na graduação sem a necessidade de deslocamento para outros municípios. Além do acesso, a permanência e a conclusão dos cursos dependem de condições que favoreçam a continuidade dos estudos, como a conciliação entre formação acadêmica, trabalho e responsabilidades familiares, bem como o acesso à internet e aos recursos tecnológicos necessários. Nesse contexto, cabe ao município, continuar fomentando parcerias com instituições de Ensino Superior e divulgando as oportunidades de formação disponíveis, contribuindo para ampliar as perspectivas de qualificação profissional e desenvolvimento pessoal da população.

ANÁLISE CAUSAL

As dificuldades de acesso, permanência e conclusão do ensino superior estão relacionadas a fatores que se acumulam ao longo da trajetória escolar dos estudantes. As barreiras para concluir a educação básica podem limitar o ingresso na graduação, enquanto as defasagens de aprendizagem dificultam o acompanhamento dos conteúdos e comprometem o desempenho acadêmico.

Outro fator importante é a necessidade de conciliar trabalho e estudos. Para muitos estudantes, a inserção no mercado de trabalho reduz o tempo disponível para as atividades acadêmicas, podendo provocar baixo rendimento, reprovações, interrupções e, em alguns casos, a evasão.

Também é necessário considerar as dificuldades de adaptação às exigências do ensino superior. A graduação demanda maior autonomia, organização, iniciativa, capacidade de estudo e participação na construção do conhecimento. Estudantes que não desenvolveram essas competências ao longo da educação básica podem apresentar dificuldades para acompanhar a rotina acadêmica e alcançar um desempenho satisfatório.

Somam-se a isso as defasagens de aprendizagem acumuladas durante a educação básica. Quando os estudantes chegam ao ensino superior sem domínio suficiente de conhecimentos e habilidades essenciais, podem apresentar maiores dificuldades para acompanhar os conteúdos, o que afeta seu desempenho, sua permanência e suas possibilidades de conclusão.

Nota-se, nesse caso, que a evasão decorre ou das dificuldades de estudantes que acumularam defasagens de aprendizagem ao longo da educação básica, ou em adaptarem-se à rotina de estudos e à postura científica exigida na graduação, o que, frequentemente, compromete o seu rendimento acadêmico, ou ainda da incapacidade em lidar com as mudanças exigidas na graduação em relação ao que era exigido no ensino médio, no que se refere à autonomia, à iniciativa, entre outras (Schwarz; Dias; Camargo, 2021).

Acrescido a esses fatores, pode-se citar aspectos relacionados à eficiência do sistema de educação superior e à qualidade dos cursos, que podem interferir nas condições de aprendizagem, no acompanhamento acadêmico, na permanência e na conclusão da graduação.

CAUSAS CRÍTICAS

- Dificuldades dos estudantes para concluir a educação básica, o que limita o acesso ao ensino superior.
- Necessidade de muitos estudantes ingressarem no mercado de trabalho, dificultando a conciliação entre trabalho e estudos e aumentando o risco de abandono do curso.
- Defasagens de aprendizagem trazidas da educação básica, que podem dificultar o acompanhamento dos conteúdos e o bom desempenho no ensino superior.
- Falta de qualidade dos cursos de Ensino Superior.

OBJETIVO 15 - Qualidade da Graduação

Garantir a qualidade de cursos de graduação e instituições de ensino superior.

6.14.1 DIAGNÓSTICO

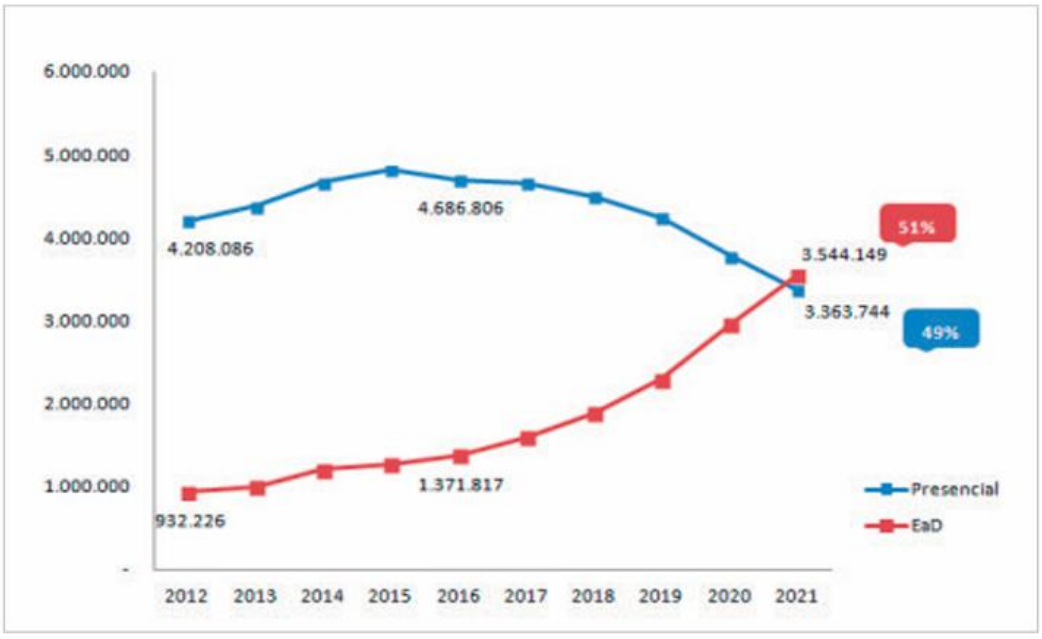
PROBLEMA

Aspectos relacionados à eficiência do sistema de educação superior e à qualidade dos cursos, que podem interferir nas condições de aprendizagem, no acompanhamento acadêmico, na permanência e na conclusão da graduação.

ANÁLISE DESCRITIVA

A expansão e a diversificação da oferta do Ensino Superior, especialmente com o crescimento da Educação a Distância (EaD), evidenciam a necessidade de atenção à qualidade dos cursos e às condições oferecidas aos estudantes. Esse contexto exige não apenas ampliar o acesso, mas assegurar condições adequadas de aprendizagem, acompanhamento acadêmico, permanência e conclusão da graduação.

Matrículas em Cursos Presenciais e EaD na rede privada



Assim como ocorre na Educação Básica, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em articulação com o Ministério da Educação (MEC), utiliza mecanismos e instrumentos específicos para avaliar a situação e a qualidade dos cursos e das instituições de Educação Superior.

Entre os principais aspectos considerados nos processos de avaliação, destacam-se as dimensões relacionadas à Organização Didático-Pedagógica, ao Corpo Docente e Tutorial e à Infraestrutura. Essas dimensões permitem analisar diferentes elementos que interferem na qualidade da formação ofertada, considerando a organização dos cursos, as práticas pedagógicas, a atuação e a qualificação dos profissionais, o acompanhamento dos estudantes e as condições físicas e tecnológicas disponibilizadas pelas instituições.

O Decreto nº 9.235/2017 estabelece as atribuições de regulação, supervisão e avaliação das Instituições de Educação Superior (IES) e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, no âmbito do sistema federal de ensino. A normativa considera a composição do corpo docente como um dos critérios dos processos de autorização, prevendo sua constituição por professores e tutores, sem, contudo, definir uma proporção específica entre esses profissionais e o número de estudantes. O Decreto também regulamenta as funções e os indicadores utilizados nos processos de avaliação conduzidos pelo Sinaes. Entretanto, diante das atuais características e demandas da Educação Superior, os critérios tradicionalmente adotados mostram-se limitados para contemplar, de forma abrangente, a qualidade dos cursos de graduação.

Para o ciclo vigente em 2026, o MEC e o Inep atualizaram os instrumentos e as diretrizes de avaliação da Educação Superior, com foco em uma nova metodologia de avaliação de cursos e instituições no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

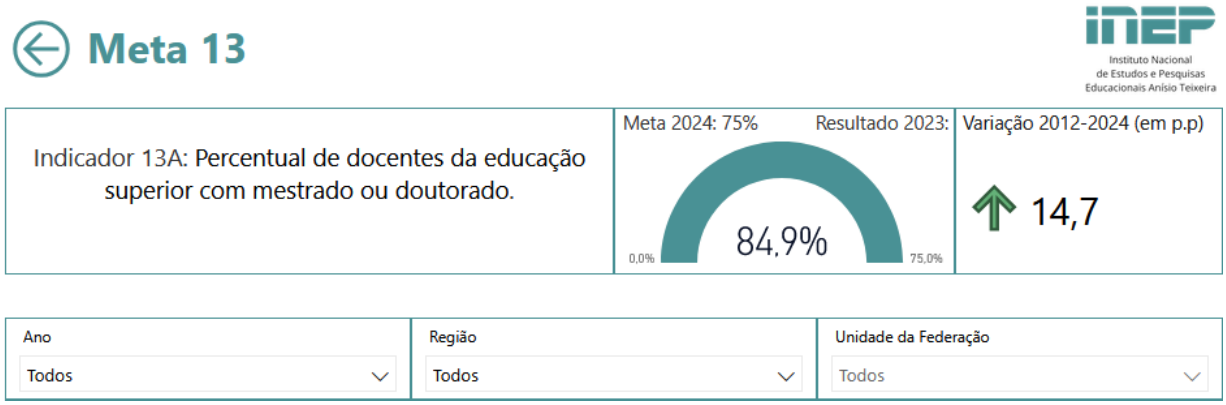
Entre as mudanças, destacam-se novos eixos de avaliação, com instrumentos institucionais e de cursos que incorporam aspectos relacionados à responsabilidade social, à conexão com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à governança, considerando também evidências práticas.

A avaliação do corpo docente e dos processos realizados in loco foi simplificada e reestruturada, segundo especialistas, para maior objetividade e reforçando a necessidade de melhoria contínua.

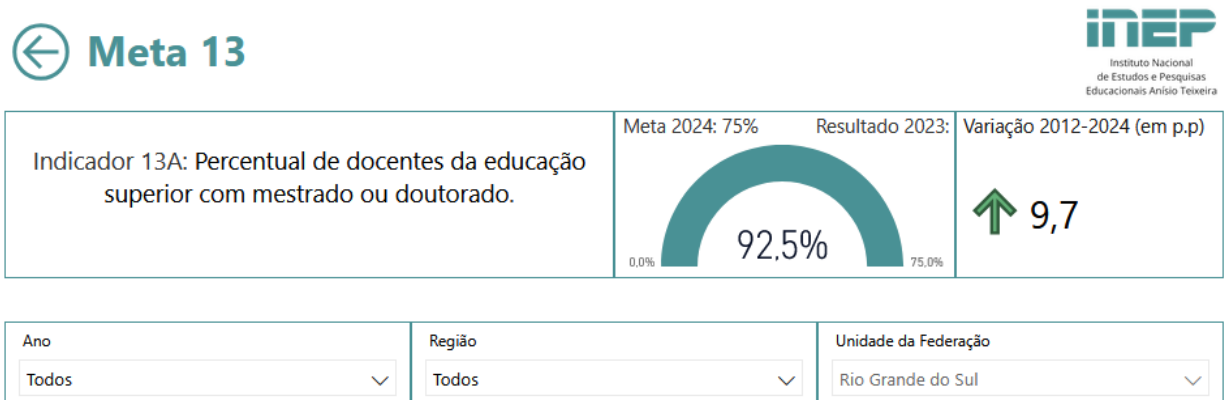
No processo de atualização dos instrumentos, o Inep realizou consultas públicas, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento dos indicadores, buscando maior clareza, segurança regulatória e aplicabilidade dos processos de avaliação.(https://revistaensinosuperior.com.br/2025/12/16/novo-processo-de-avaliacao-in-loco-do-inep/)

No que se refere à qualificação do corpo docente, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2025) estabeleceu, em sua Meta 13, o objetivo de elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício para 75%.

Brasil



Rio Grande do Sul

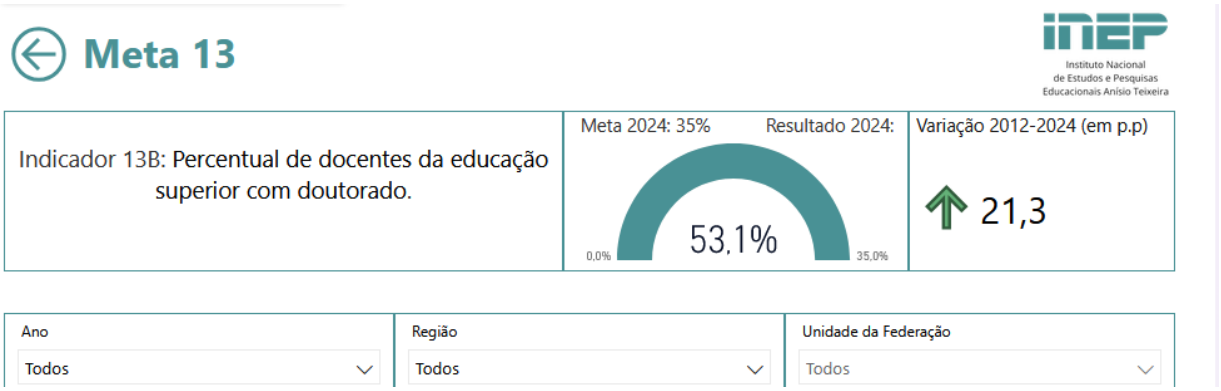


https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWVmODFmZjUtYTRjYy00ZTgzLTk4YTMtOWU5MTA0ZGJhM2I3IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Retirado em: 31/09/2026

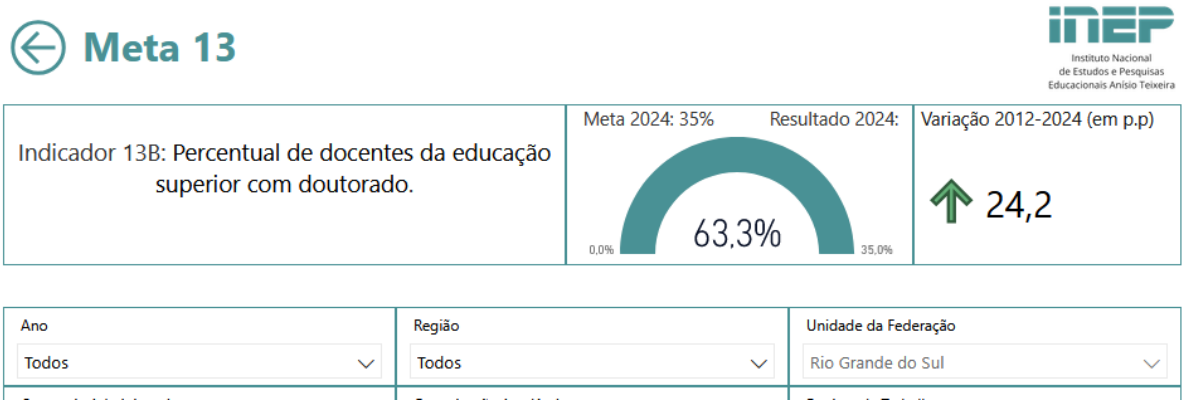
Os dados indicam avanços expressivos no alcance dessa meta. Em 2024, a proporção de mestres e doutores no conjunto do sistema de Educação Superior atingiu 84,9% no Brasil e 92,5% no Rio Grande do Sul, ambos os resultados acima do percentual de 75% estabelecido pelo PNE. O desempenho do estado evidencia um índice ainda mais elevado de qualificação do corpo docente, indicando a ampliação da formação acadêmica dos profissionais que atuam na Educação Superior.

No Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2025), além da meta de alcançar 75% de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício na Educação Superior, foi estabelecido que, desse percentual, no mínimo 35% deveriam ser doutores.

Brasil



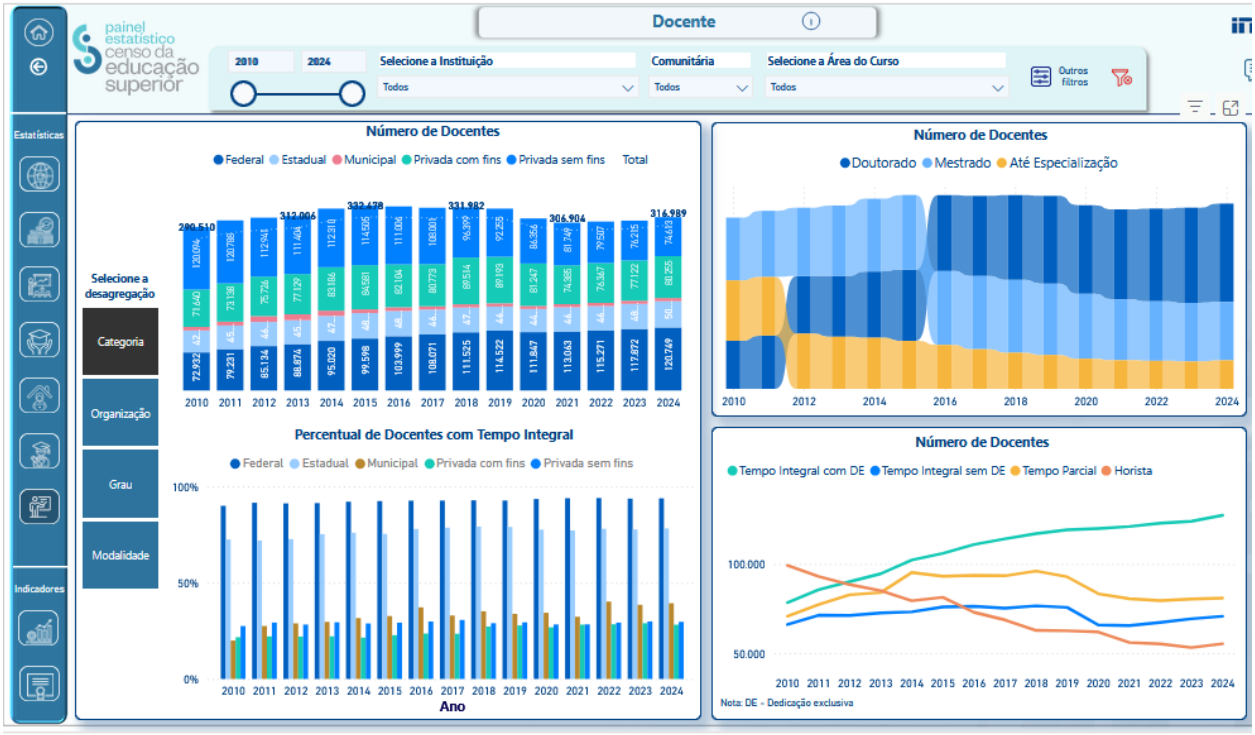
Rio Grande do Sul



https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWVmODFmZjUtYTRjYy00ZTgzLTk4YTMtOWU5MTA0ZGJhM2I3IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Retirado em: 31/09/2026

Os dados demonstram um resultado superior ao percentual estabelecido. A proporção de doutores no corpo docente alcançou 53,1% no Brasil e 63,3% no Rio Grande do Sul, superando a meta de 35% prevista no PNE. O resultado evidencia o avanço na qualificação acadêmica do corpo docente da Educação Superior, com destaque para o desempenho do Rio Grande do Sul, que apresenta percentual de doutores superior à média nacional.

Conforme evidenciado no gráfico, observa-se, ao longo do período analisado, aumento da proporção de docentes que atuam em regime de tempo integral e com dedicação exclusiva, acompanhado pela redução da participação de professores com apenas especialização.



Painel Estatístico do Censo de Ensino Superior, 2024. Retirado: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGJiMmNiNTAtOTY1OC00ZjUzLTg2OGUtMjAzYzNiYTA5YjliIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9&pageName=ReportSection4036c90b8a27b5f58f54

Acessado: 31/08/2026

Esse movimento indica uma tendência de maior qualificação e dedicação do corpo docente à atividade acadêmica, o que pode contribuir para o fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão e para a melhoria das condições de acompanhamento e formação dos estudantes, especialmente diante do aumento do número de docentes com titulação de mestrado e doutorado. Contudo, é necessário também verificar a qualidade e a pertinência dessa formação, considerando não apenas a elevação quantitativa dos níveis de titulação, mas também a qualidade das instituições e dos programas de pós-graduação, a aderência da formação às áreas de atuação docente e sua efetiva contribuição para a qualificação das práticas acadêmicas.

No entanto, para assegurar a efetiva qualidade da graduação e das instituições de Educação Superior, faz-se necessária a adoção de um conjunto abrangente de parâmetros que contemplem, de forma articulada, aspectos de qualidade e equidade, considerando as diferentes condições de acesso, permanência, aprendizagem e conclusão dos estudantes.

ANÁLISE CAUSAL

A Educação Superior brasileira vem passando por importantes transformações em sua estrutura de oferta, caracterizadas pela expansão do número de matrículas, pela diversificação das instituições e pela crescente participação da modalidade de Educação a Distância. Esse processo, embora tenha contribuído para ampliar as possibilidades de acesso à graduação, ocorre de forma diferenciada entre os

segmentos público e privado, produzindo desafios relacionados à capacidade de financiamento, às condições de oferta e à garantia de qualidade da formação acadêmica.

No segmento público, verifica-se limitação dos investimentos na Educação Superior, especialmente nas instituições federais e estaduais, pode restringir a ampliação da oferta e a manutenção de condições adequadas para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A limitação de recursos pode repercutir na infraestrutura, na atualização tecnológica, na composição e qualificação do quadro de profissionais e na capacidade institucional de atender às demandas crescentes por formação superior.

Simultaneamente, a rede privada tem intensificado a substituição de cursos presenciais pela modalidade EaD, impulsionada pela possibilidade de ampliar o alcance territorial da oferta, flexibilizar os formatos de estudo e atender a diferentes perfis de estudantes. Esse movimento modifica significativamente a configuração da Educação Superior e exige que as condições de qualidade sejam analisadas considerando as especificidades pedagógicas, tecnológicas e institucionais próprias da educação a distância.

Nesse cenário, surge uma dificuldade adicional: os referenciais utilizados para avaliação precisam acompanhar a diversidade e a complexidade das atuais formas de oferta. A utilização de parâmetros predominantemente associados às características do ensino presencial pode não captar adequadamente elementos essenciais da EaD, como a qualidade da mediação pedagógica, a atuação dos tutores, a interação entre estudantes e docentes, o acompanhamento da trajetória acadêmica, os ambientes virtuais de aprendizagem, os recursos tecnológicos e as condições efetivas de suporte ao estudante.

Essa situação pode produzir um descompasso entre a expansão quantitativa da oferta e a capacidade de aferir sua qualidade, uma vez que o aumento do número de vagas e matrículas não representa, isoladamente, garantia de aprendizagem, permanência e conclusão com qualidade. A ausência ou insuficiência de parâmetros capazes de considerar as especificidades de cada modalidade também pode dificultar a identificação de desigualdades nas condições de formação oferecidas aos estudantes.

Dessa forma, a combinação entre restrições de investimento na Educação Superior pública, expansão acelerada da EaD no setor privado e necessidade de atualização dos referenciais de avaliação constitui um conjunto de fatores interdependentes que influencia a capacidade do sistema de assegurar qualidade e equidade na graduação. O desafio não está apenas em ampliar o acesso, mas em garantir que a expansão da Educação Superior seja acompanhada por condições adequadas de formação, acompanhamento acadêmico e avaliação da qualidade, independentemente da instituição ou da modalidade de ensino.

CAUSAS CRÍTICAS

- Limitação dos investimentos na Educação Superior pública, comprometendo a ampliação e a qualificação da oferta.

- Expansão acelerada da graduação na modalidade EaD na rede privada, com substituição crescente da oferta presencial.
- Limitações dos parâmetros de avaliação diante das especificidades da EaD, dificultando a aferição da qualidade e da equidade na oferta.

OBJETIVO 16 - Pós-Graduação stricto sensu

Ampliar a formação de mestres e doutores, de maneira equitativa e inclusiva, com melhoria contínua da qualidade dos programas de pós graduação e foco na prospecção e na solução dos problemas da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, econômico, social e ambiental do País.

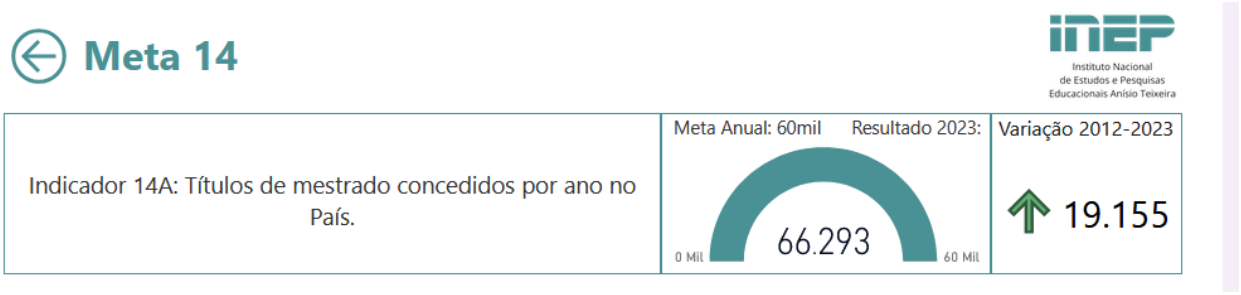
6.14.1 DIAGNÓSTICO

PROBLEMA

Necessidade de ampliar as matrículas na pós-graduação stricto sensu, visando à elevação do número de mestres e doutores na população, diante das desigualdades regionais, sociais, étnico-raciais e de sexo no acesso, na permanência e na conclusão dessa etapa de formação.

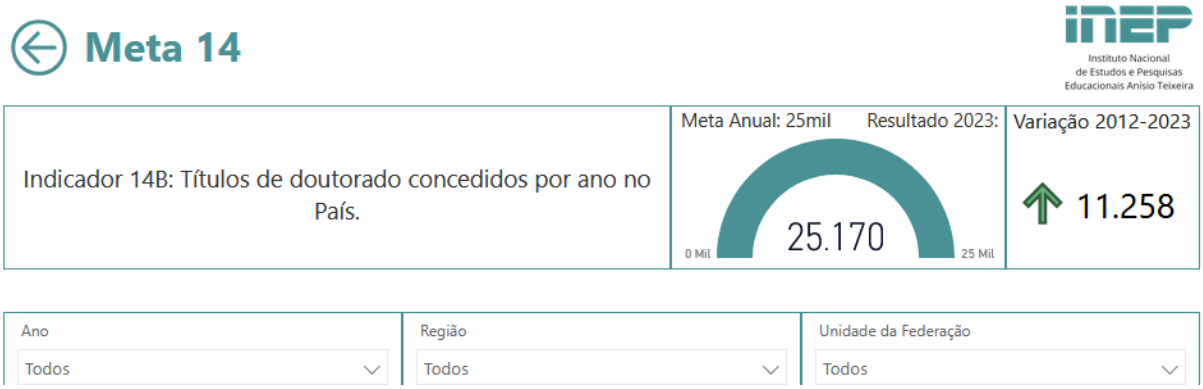
ANÁLISE DESCRITIVA

A Meta 14 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2025) estabeleceu como objetivo elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a alcançar a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. Nesse contexto, o gráfico evidencia que:



https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWVmODFmZjUtYTRjYy00ZTgzLTk4YTMtOWU5MTA0ZGJhM2I3IiwidCI6IjI2Zjcz ODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Retirado em: 31/09/2026

Os dados apresentados para 2023 demonstram que a meta de titulação de mestres foi superada, com 66.293 títulos de mestrado concedidos. Em relação a 2012, observa-se também um crescimento de 19.155 títulos, evidenciando uma expansão significativa da formação em nível de mestrado.



https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWVmODFmZjUtYTRjYy00ZTgzLTk4YTMtOWU5MTA0ZGJhM2I3IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Retirado em: 31/09/2026

Quanto ao doutorado, foram concedidos 25.170 títulos em 2023, resultado que também supera a meta anual de 25 mil doutores. Em comparação com 2012, houve aumento de 11.258 títulos de doutorado, indicando crescimento da formação de pesquisadores e profissionais com maior nível de qualificação acadêmica.

Os resultados evidenciam, portanto, avanços na expansão da pós-graduação stricto sensu no país, com o alcance das metas previstas tanto para o mestrado quanto para o doutorado. Entretanto, a ampliação quantitativa das titulações deve ser analisada conjuntamente às condições de acesso, permanência e conclusão dos estudantes, bem como à distribuição regional e às desigualdades existentes na oferta de oportunidades de formação em nível de pós-graduação.

ANÁLISE CAUSAL

A necessidade de elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu está relacionada a um conjunto de fatores que interferem no acesso, na permanência e na conclusão dos cursos de mestrado e doutorado. Entre esses fatores, destacam-se as desigualdades na oferta de cursos e vagas, que concentram as oportunidades de formação em determinadas regiões e instituições, dificultando o acesso de estudantes de localidades com menor disponibilidade de programas.

As condições do mercado de trabalho também influenciam a trajetória acadêmica, uma vez que muitos estudantes precisam conciliar a formação com atividades profissionais e responsabilidades financeiras, o que pode comprometer a disponibilidade de tempo para estudos, pesquisas e atividades acadêmicas.

Outro aspecto refere-se à diversidade na pós-graduação, considerando que existem diferenças de acesso e permanência entre grupos sociais, regionais, étnico-raciais e de sexo. Essas desigualdades podem contribuir para uma participação ainda limitada de determinados segmentos da população nos cursos de mestrado e doutorado.

Somam-se a esses fatores as limitações de parte das instituições e dos programas de pós-graduação, relacionadas à capacidade de oferta, infraestrutura, orientação acadêmica, acompanhamento dos estudantes e condições para ampliação das vagas. Essas limitações podem restringir a expansão da pós-graduação e afetar a qualidade da trajetória formativa.

Por fim, as dificuldades de acesso, permanência e conclusão resultam da interação desses diferentes fatores. A concentração da oferta, as condições socioeconômicas e profissionais dos estudantes, as desigualdades entre diferentes grupos da população e as limitações institucionais podem contribuir para a interrupção da trajetória acadêmica. Dessa forma, esses fatores estão interligados e ajudam a explicar a necessidade de ampliar as oportunidades de formação stricto sensu e, consequentemente, o número de mestres e doutores na população.

A diminuição da procura por cursos de mestrado e doutorado no Brasil pode ser explicada por diversos fatores financeiros e sociais. Um dos principais é o baixo valor das bolsas de pesquisa, que muitas vezes não é suficiente para garantir uma boa qualidade de vida ao estudante durante os anos de dedicação à pós-graduação. Além disso, a trajetória até o doutorado é longa: são aproximadamente 12 anos de educação básica, cerca de 4 anos de graduação e mais 4 a 6 anos de mestrado e doutorado. Dessa forma, o estudante passa muitos anos se preparando profissionalmente, mas nem sempre encontra uma recompensa financeira compatível com sua qualificação (TREVISOL, 2025).

Outro fator é a dificuldade de inserção dos doutores no mercado de trabalho, especialmente nas indústrias brasileiras. Quando as empresas não absorvem esses profissionais, diminui a perspectiva de carreira após anos de estudo e pesquisa. Como consequência, muitos estudantes podem optar por não seguir na pós-graduação, buscando profissões que ofereçam retorno financeiro mais rápido e maior estabilidade (TREVISOL, 2025).

Assim, o desestímulo financeiro e social é resultado da combinação entre bolsas insuficientes, longo período de formação e poucas oportunidades profissionais para pesquisadores altamente qualificados. Esses fatores podem contribuir para a redução da procura pelos cursos de pós-graduação e representar um obstáculo para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

CAUSAS CRÍTICAS

- Desestímulo à formação stricto sensu decorrente da combinação entre baixo retorno financeiro, longa trajetória formativa, desigualdades de acesso e permanência e limitada inserção de mestres e doutores no mercado de trabalho.

6.15 OBJETIVO 17 - Formação e Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Garantir formação, valorização e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica, de modo a elevar a qualidade da educação.

6.15.1 DIAGNÓSTICO

PROBLEMA

Fragilidades na valorização, profissionalização e fortalecimento da carreira dos profissionais do magistério da educação básica.

ANÁLISE DESCRITIVA

A preocupação com os profissionais que atuam na educação constitui uma pauta construída ao longo de décadas, marcada por diferentes momentos históricos. Inicialmente, as políticas educacionais estiveram mais direcionadas à formação e qualificação dos profissionais da educação; posteriormente, ampliaram o olhar para a valorização da carreira, condições de trabalho e reconhecimento profissional. Atualmente, a compreensão sobre o papel dos profissionais da educação assume uma perspectiva mais ampla, considerando não apenas a formação e a carreira, mas também aspectos relacionados ao bem-estar, à saúde, à qualidade de vida no trabalho e à valorização integral dos sujeitos que atuam no processo educativo.

Nesse sentido, torna-se fundamental compreender a trajetória das políticas voltadas aos profissionais da educação e suas transformações, evidenciando os avanços alcançados e os desafios que permanecem para garantir uma carreira atrativa, condições adequadas de trabalho e a permanência dos profissionais na rede de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB nº 9.394/1996, em seu artigo 67, estabeleceu princípios fundamentais para a valorização dos profissionais da educação, prevendo a formação continuada, a elaboração de planos de carreira, o ingresso por concurso público e a garantia de condições adequadas de trabalho. Esses princípios orientaram a formulação de políticas públicas posteriores voltadas ao fortalecimento da profissão docente.

O Plano Municipal de Educação (2014–2025) reafirmou a valorização dos profissionais da educação como uma de suas diretrizes, contemplando a temática nas metas 15, 16, 17 e 18 e em suas respectivas estratégias, com foco na formação inicial e continuada, valorização da carreira, melhoria das condições de trabalho e fortalecimento da gestão democrática.

No âmbito nacional, o Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, que instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, reforçou a necessidade de políticas permanentes voltadas à profissionalização, ao desenvolvimento da carreira, à melhoria da remuneração e à garantia de condições dignas de atuação.

Mais recentemente, a Lei nº 14.681, de 18 de setembro de 2023, ampliou essa concepção ao instituir a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação, reconhecendo que a valorização profissional envolve aspectos relacionados às condições de trabalho, relações socioprofissionais, saúde integral, reconhecimento e realização profissional.

Complementando esse movimento, a Lei nº 14.817, de 16 de janeiro de 2024, estabeleceu diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública, destacando a importância de ambientes de trabalho que favoreçam o desenvolvimento profissional, o respeito à dignidade dos educadores e a qualidade do processo educativo.

No município de Estrela Velha, rede municipal, a valorização dos profissionais da educação também está prevista na Lei Municipal nº 630, de 20 de dezembro de 2005, que instituiu o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, estabelecendo o quadro de cargos e funções. Entretanto, considerando as transformações ocorridas na educação nas últimas décadas, observa-se a necessidade

de atualização e adequação do plano de carreira às novas demandas da profissão docente, especialmente no que se refere à valorização, desenvolvimento profissional e condições de trabalho.

A Secretaria Municipal de Educação de Estrela Velha sempre demonstrou preocupação com a formação continuada, a qualificação e o aperfeiçoamento dos profissionais da educação, reconhecendo a importância desses processos para o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade do ensino. Nesse sentido, realizou anualmente o Projeto de Qualificação e Atualização Contínua dos Profissionais da Educação, que, além de contemplar ações formativas, já incorporava iniciativas voltadas ao bem-estar, à saúde e à qualidade de vida no trabalho, evidenciando o compromisso do município com a valorização e o desenvolvimento integral dos profissionais da rede municipal.

Com a atualização da legislação, essa perspectiva foi ampliada e reorganizada no Plano de Ação “Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação de Estrela Velha/RS”, com o objetivo de fortalecer e ampliar as ações já desenvolvidas, promovendo melhores condições de trabalho e qualidade de vida para todos os profissionais envolvidos no sistema educacional. Dessa forma, o novo plano dá continuidade às iniciativas existentes e reforça a atenção do município à saúde, ao bem-estar e à valorização dos profissionais da educação, consolidando essas dimensões como parte integrante das políticas de desenvolvimento e qualificação da rede municipal.

Apesar dos avanços normativos e das ações desenvolvidas, permanecem desafios relacionados à estabilidade e à permanência dos profissionais nas redes de ensino. A ausência de professores concursados e estáveis pode comprometer a construção de vínculos com os estudantes e as famílias, o fortalecimento do sentimento de pertencimento à instituição e a continuidade do trabalho pedagógico.

Nesse contexto, torna-se fundamental fortalecer políticas de valorização profissional, oferecer condições adequadas de trabalho e promover estratégias que favoreçam a permanência dos profissionais na rede municipal, contribuindo para a formação de equipes estáveis, o planejamento coletivo e a continuidade das ações pedagógicas, com reflexos positivos na qualidade e na equidade da educação.

O vínculo estável de trabalho nas redes de ensino é outro aspecto fundamental do direito dos profissionais do magistério da educação básica. A Constituição Federal, art. 206, inciso V, preconiza o “[...] ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos (profissionais) das redes públicas.” (Brasil, 1988). Também a LDB, art. 67, inciso I, estabelece que os sistemas de ensino devem garantir o “[...] ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos” (Brasil, 1996).

Na rede municipal, o último concurso público que havia sido realizado foi por meio do Concurso Público nº 01/2018, homologado pelo Edital nº 18/2019 (Resultado Final), apresentou número reduzido de profissionais aprovados para algumas áreas. Foram classificados quatro professores de Educação Infantil, dois professores dos Anos Iniciais, dois professores de Ciências e um professor de Matemática. Esse cenário evidenciou a necessidade de novo processo de provimento efetivo para fortalecer a composição do quadro docente.

Esse cenário também dialoga com o Documento Diagnóstico da Educação Nacional (MEC, 2025), que aponta desafios relacionados à qualidade da formação inicial dos professores, especialmente em razão da expansão de cursos de licenciatura sem a devida garantia de qualidade, com destaque para

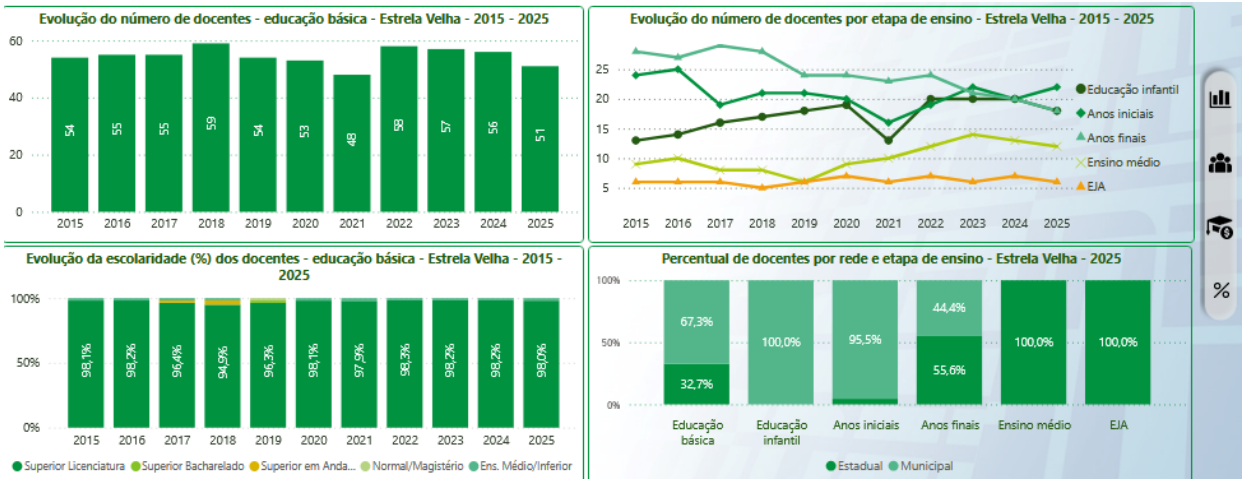
a oferta na modalidade de Educação a Distância (EaD). Esse contexto pode refletir tanto na preparação dos candidatos para os concursos públicos quanto na disponibilidade de profissionais qualificados para atuar na educação básica.

Nesse sentido, o novo Concurso Público nº 01/2026, Edital nº 01/2026 de Estrela Velha (homologado através de Edital nº 23/2026, de 29 de setembro de 2026) representa uma expectativa de ampliação do quadro permanente de professores, contribuindo para maior estabilidade, continuidade das ações pedagógicas e fortalecimento do vínculo dos profissionais com a rede municipal de ensino.

Na rede estadual do Rio Grande do Sul, os concursos públicos recentes têm priorizado principalmente professores de áreas específicas dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O Concurso Público nº 01/2025, regulamentado pelo Edital nº 86/2026 – Resultado, Classificação Pós-Recursos e Homologação, contemplou diversas áreas de conhecimento, com vagas específicas para os Anos Iniciais destinadas aos componentes de Língua Kaingang e Língua Guarani. Da mesma forma, o Concurso Público nº 01/2023 já seguiu essa tendência de organização por áreas de conhecimento.

Dessa forma, observa-se que a valorização dos profissionais da educação envolve um conjunto articulado de ações: formação continuada, atualização dos planos de carreira, ingresso por concurso público, melhoria das condições de trabalho, promoção do bem-estar e fortalecimento do sentimento de pertencimento dos profissionais às redes de ensino. Esses elementos são essenciais para garantir a qualidade da educação e a continuidade das políticas educacionais.

A seguir os dados apresentados demostram a evolução e perfil dos docentes da Educação Básica em Estrela Velha (2015–2025);



https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9 Acessado em: 12/08/2026

A análise da evolução da escolaridade dos docentes da rede pública demonstra uma trajetória de crescimento e posterior estabilidade na formação em nível superior. A partir de 2020, observa-se uma consolidação dos percentuais, mantendo-se a maior parte do quadro docente com formação em licenciatura, assegurando patamares elevados ao longo dos anos.

Conforme os dados apresentados no painel Inep/Censo Escolar, referentes ao ano de 2025, a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Karai Tataendy Vera Claudio Acosta, localizada na comunidade indígena Flor da Mata, Estrela Velha, possui um docente que não apresenta formação em nível superior com licenciatura.

Essa informação evidencia a necessidade de atenção específica à formação e qualificação do profissional que atua na unidade escolar, considerando as particularidades da educação escolar indígena e a importância de assegurar aos estudantes uma educação de qualidade, ministrada por profissionais devidamente habilitados. Ressalta-se, entretanto, que o docente pertence à própria comunidade indígena Flor da Mata, aspecto de relevante importância para o fortalecimento da educação escolar indígena, por contribuir para a valorização da identidade, da cultura, dos conhecimentos tradicionais e da língua da comunidade. Dessa forma, a situação apresentada deve ser compreendida não apenas como uma questão de escolaridade do profissional, mas também no contexto das especificidades e dos princípios da educação escolar indígena.

Em 2026, de acordo com dados registrados no Censo Escolar (Recibo de fechamento do Censo Escolar/2026), o cenário se consolida, com 100% dos professores possuindo formação em nível superior, com licenciatura. Esse resultado inclui também o professor que atua na escola indígena, demonstrando que a qualificação profissional está presente em toda a rede, inclusive no atendimento à educação escolar indígena. Dessa forma, a evolução apresentada evidencia a manutenção de um quadro docente qualificado com a formação em licenciatura constituindo uma característica consolidada das redes em 2026, alcançando 100% dos professores.

Já o Indicador de Esforço Docente (IED) é uma métrica desenvolvida pelo Inep para mensurar as condições de trabalho e o nível de esforço a que estão submetidos os professores da educação básica brasileira. O indicador considera diferentes aspectos da atuação docente e permite identificar situações que podem representar maior carga de trabalho e complexidade no exercício da profissão.

Conforme os dados coletados do INEP DATA e Censo Escolar, de 2024 e 2025 (Painéis Estatísticos), segue o panorama de Estrela Velha:

Percentual de docentes por níveis do indicador

do esforço docente — Rede Pública | Ensino Fundamental

Níveis	2024	2025
Nível 1	13,9%	16,7%
Nível 2	11,1%	2,8%
Nível 3	30,6%	33,3%
Nível 4	22,2%	27,8%
Nível 5	8,3%	11,1%
Nível 6	13,9%	8,3%

https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9 Acessado em: 12/08/2026

Percentual de docentes por níveis do indicador do esforço docente da Rede Pública		
Ensino Médio		
NÍVEIS	2024	2025
1 NÍVEL 1	-	-
2 NÍVEL 2	7,7	8,3
3 NÍVEL 3	15,4	16,7
4 NÍVEL 4	23,1	33,3
5 NÍVEL 5	15,4	33,3
6 NÍVEL 6	38,5	8,3

https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9 Acessado em: 12/08/2026

Tabela 5 – Descrição dos níveis de esforço docente

Níveis	Descrição[1]
Nível 1	Docente que tem até 25 alunos e atua em um único turno, escola e etapa.
Nível 2	Docente que tem entre 25 e 150 alunos e atua em um único turno, escola e etapa.
Nível 3	Docente que tem entre 25 e 300 alunos e atua em um ou dois turnos em uma única escola e etapa.
Nível 4	Docentes que tem entre 50 e 400 alunos e atua em dois turnos, em uma ou duas escolas e em duas etapas.
Nível 5	Docente que tem mais de 300 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.
Nível 6	Docente que tem mais de 400 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.

[1] Características apresentadas por pelo menos dois terços dos docentes.

A tabela acima, extraída da Nota Técnica nº 039/2014 do Inep, apresenta os critérios utilizados para a classificação do Indicador de Esforço Docente (IED) e permite compreender os diferentes níveis de esforço associados às condições de trabalho dos professores. (https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/esforco-docente . Acessada em 12/08/2026)

No Ensino Fundamental, o dado mais relevante é o comportamento do Nível 6, que caiu de 13,9% para 8,3%. Como esse é o nível de maior esforço, associado, em geral, a mais de 400 alunos, atuação nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas ou três etapas, essa redução representa um aspecto positivo em relação à concentração dos docentes na situação mais extrema de sobrecarga.

Entretanto, isso não significa necessariamente uma redução geral da sobrecarga. Os níveis 4, 5 e 6, que representam situações de esforço mais elevado, somavam 44,4% dos docentes em 2024 e passaram para 47,2% em 2025, um aumento de 2,8 pontos percentuais. Assim, o Ensino Fundamental apresenta uma situação que merece atenção: diminuiu a proporção de docentes no nível máximo de esforço, mas aumentou a participação nos níveis 4 e 5. Isso sugere uma migração de parte dos docentes que estavam na condição mais extrema para situações ainda consideradas de elevado esforço.

Já o Ensino Médio apresenta uma mudança muito mais acentuada entre 2024 e 2025. O principal destaque é a redução expressiva do Nível 6, que passou de 38,5% para 8,3%, uma queda de 30,2 pontos percentuais. Por outro lado, houve forte aumento nos níveis 4 e 5. O Nível 4 passou de 23,1% para 33,3%, enquanto o Nível 5 aumentou de 15,4% para 33,3%. Isso é importante porque, segundo o descritor, os níveis 4 e 5 ainda correspondem a condições elevadas de esforço docente, envolvendo atuação em mais de um turno, maior quantidade de alunos, possibilidade de atuação em mais de uma escola e em diferentes etapas.

Portanto, embora tenha ocorrido uma forte redução da situação extrema do Nível 6, o problema da sobrecarga não desapareceu. O que se observa é principalmente uma mudança na distribuição do esforço, com deslocamento dos docentes do nível máximo para os níveis 4 e 5.

Para a Educação Infantil, não foram identificadas informações referentes ao Indicador de Esforço Docente no Painel Estatístico do Censo Escolar utilizado na análise. Dessa forma, não é possível estabelecer comparação entre 2024 e 2025 para essa etapa, nem inferir a distribuição dos docentes entre os níveis de esforço.

A trajetória dos dados apresentada a seguir reúne a média de alunos por turma da rede pública de Estrela Velha, no período de 2014 a 2025, contemplando as etapas da Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais, Ensino Médio e EJA. O mapeamento possibilita observar a evolução e as oscilações no tamanho médio das turmas ao longo dos últimos doze anos, contribuindo para compreender a organização da oferta educacional no município e subsidiar o planejamento de ações voltadas à qualidade do ensino, às condições de trabalho dos profissionais da educação e ao acompanhamento das necessidades de cada etapa e modalidade.

Média de alunos por turma – Rede Pública					
Ano	Educação Infantil	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	EJA
2014	14,6	11,9	15,8	19,2	-
2015	14,3	11,9	16,0	18,3	18
2016	15,6	11,9	16,3	19,0	22,5
2017	16,1	12,3	17,3	15,3	18,5
2018	14,4	11,4	14,2	16,8	19,5
2019	10,8	12,1	16,2	17,2	16,0
2020	11,9	10,9	15,9	17,5	6,0
2021	12,9	11,2	16,1	21,5	10,0
2022	11,6	9,9	15,5	19,5	12,3
2023	12,6	10,6	15,8	16,5	2,5
2024	13,2	13,3	15,4	16,2	5,0
2025	13,8	11,3	16,6	15,5	4,0

Tabela: Elaboração Própria pela SME, através de dados retirados do: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acessado em 11/08/2026

A série histórica revela, de modo geral, turmas de tamanho moderado na rede pública de Estrela Velha, com comportamentos distintos entre as etapas. A análise é importante não apenas pela dimensão quantitativa, mas também porque o tamanho das turmas interfere nas condições de trabalho docente, na possibilidade de acompanhamento individualizado dos estudantes e na organização pedagógica.

Na Educação Infantil a média passou de 14,6 alunos por turma em 2014 para 13,8 em 2025, apresentando pequena redução no período. Observa-se, contudo, uma trajetória oscilante, com queda mais acentuada em 2019, quando chegou a 10,8, seguida de recuperação gradual até 2025. Esse comportamento está diretamente relacionado às oscilações no número de matrículas e à organização das turmas ao longo dos anos.

Os Anos Iniciais apresentam uma das menores médias da série, variando entre 9,9 e 13,3 alunos por turma. Em 2025, a média foi de 11,3 alunos, próxima ao patamar observado no início da série. O dado pode representar uma condição favorável para o acompanhamento pedagógico mais próximo, especialmente no processo de alfabetização e consolidação das aprendizagens

Nos Anos Finais apresentam relativa estabilidade, embora com algumas oscilações. A média passou de 15,8 alunos em 2014 para 16,6 em 2025, com o maior valor registrado em 2017, de 17,3 alunos. Trata-se da etapa com comportamento mais regular ao longo da série, permanecendo predominantemente na faixa de 15 a 17 alunos por turma.

O Ensino Médio é a etapa que apresenta a redução mais expressiva no período. A média passou de 19,2 alunos em 2014 para 15,5 em 2025, uma redução de aproximadamente 19%. O maior valor ocorreu em 2021, com 21,5 alunos, seguido de uma tendência de queda nos anos posteriores. Essa

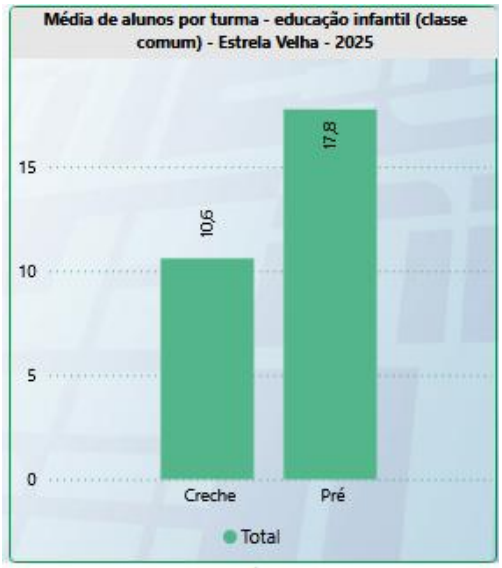
redução merece acompanhamento, pois pode estar associada à dinâmica das matrículas, ao fluxo escolar e à composição das turmas.

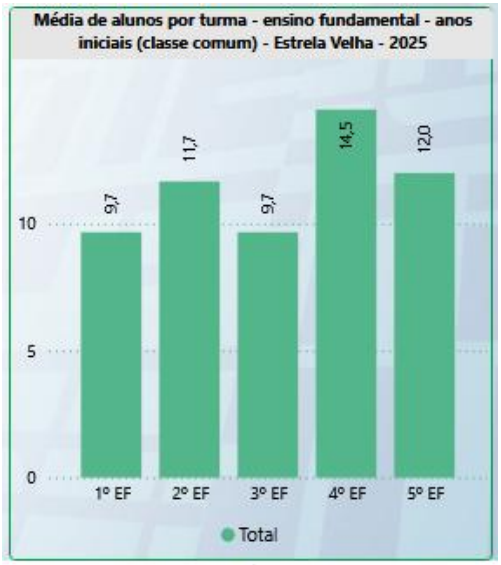
Já o EJA apresenta a maior instabilidade da série histórica. A média foi de 18 alunos em 2015 e chegou a 22,5 em 2016, mas posteriormente apresentou forte redução, chegando a 4 alunos por turma em 2025. A redução dialoga com os desafios de manutenção e ampliação da oferta dessa modalidade no município.

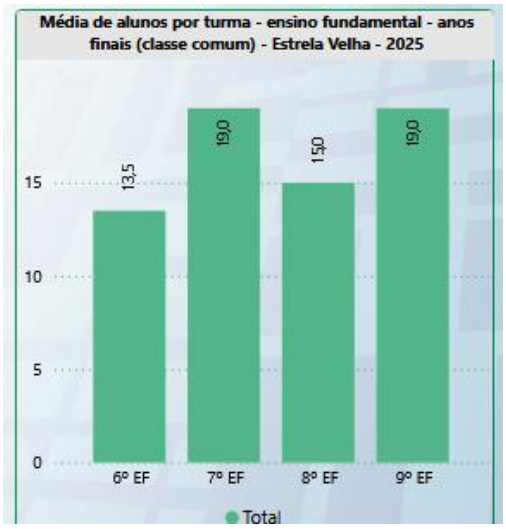
Em síntese, os dados apontam que a Educação Infantil, os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental apresentam relativa consistência no número de matrículas por turma. A manutenção de turmas menores favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais individualizadas, possibilitando maior acompanhamento dos estudantes e contribuindo para a qualidade e a equidade do processo de aprendizagem, além de favorecer a adequada utilização dos recursos financeiros e estruturais disponíveis.

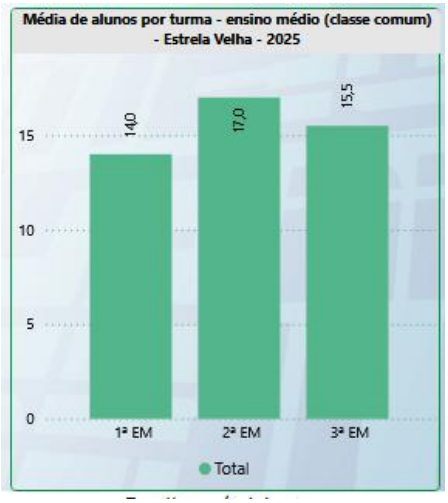
No Ensino Médio, observa-se uma redução no número de estudantes por turma, porém permanece uma disparidade entre os turnos, com turmas do período noturno apresentando menor número de estudantes em comparação às turmas do período diurno, que concentram um número mais expressivo de matrículas. Diante desse cenário, destaca-se a importância do acompanhamento contínuo do tamanho das turmas, buscando assegurar o equilíbrio entre qualidade pedagógica, equidade no atendimento aos estudantes e sustentabilidade da oferta educacional no município.

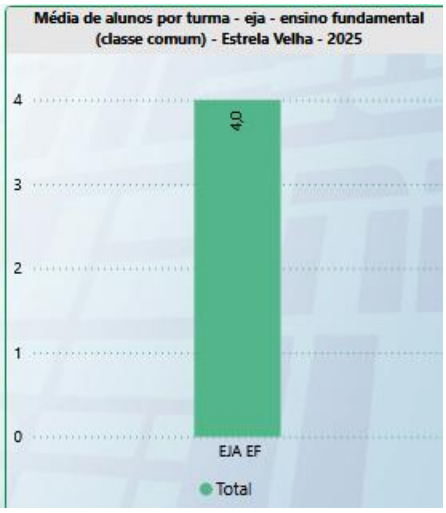
Segue, na sequência, o detalhamento dos dados referentes ao número de estudantes por turma em 2025, permitindo uma análise mais específica da distribuição das matrículas entre as diferentes etapas e turnos de ensino.











https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acessado em: 12/08/2026

A Regularidade do Corpo Docente, calculada pelo Inep, é um indicador que mede a continuidade da atuação dos professores em uma mesma escola ao longo dos últimos cinco anos. Para sua composição, são considerados o total de anos trabalhados na mesma escola, a atuação em anos mais recentes e a permanência em anos consecutivos. Dessa forma, o indicador não representa necessariamente a efetividade dos professores, mas evidencia a continuidade e a permanência dos profissionais na escola ao longo do período analisado.

Regularidade do corpo docente nas escolas de educação básica		
Níveis	**2024**	**2025**
Regularidade Baixa	0%	0%
Regularidade Média	16,7%	16,7%
Regularidade Média-Alta	50%	66,7%
Regularidade Alta	33,3%	16,7%

https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acessado em: 12/08/2026

Os dados referentes à regularidade do corpo docente na rede pública de Estrela Velha evidenciam, entre 2024 e 2025, um cenário de relativa estabilidade, com avanços importantes na permanência dos professores nas escolas. Conforme a nota técnica, o Indicador de Regularidade do Docente (IRD) considera o tempo de atuação na mesma escola nos últimos cinco anos, a atuação em períodos mais recentes e a continuidade do vínculo, variando de 0 a 5. Assim, quanto mais próximo de 5, maior a regularidade do vínculo do docente com a escola.

Em 2024, 33,3% das escolas apresentavam alta regularidade, percentual que passou para 16,7% em 2025. Em contrapartida, houve crescimento significativo da regularidade média-alta, que passou de 50% para 66,7%. A regularidade média permaneceu estável em 16,7% nos dois anos, enquanto não foram registradas escolas na faixa de baixa regularidade em nenhum dos períodos.

Embora tenha ocorrido redução no percentual de escolas classificadas com alta regularidade, o aumento da faixa média-alta indica que a maior parte das escolas da rede mantém relativa continuidade em seu corpo docente ao longo dos anos.

Esse resultado não significa, necessariamente, que todos os professores sejam efetivos. Na rede estadual, a continuidade pode estar relacionada à renovação dos contratos dos docentes que já atuam nas escolas. Já na rede municipal, observa-se a permanência de muitos profissionais que,

posteriormente, assumem novos contratos e continuam atuando nas mesmas escolas. Dessa forma, o indicador evidencia a continuidade dos mesmos profissionais no ambiente escolar, contribuindo para a manutenção dos vínculos com os estudantes, a comunidade e o trabalho pedagógico.

Os dados indicam uma situação favorável quanto à estabilidade do corpo docente, mas também apontam para a necessidade de manter políticas de valorização, formação continuada e condições adequadas de trabalho, buscando ampliar a permanência dos profissionais nas mesmas unidades escolares e, consequentemente, fortalecer a qualidade e a continuidade das ações educacionais da rede.

No que se refere à valorização dos profissionais da educação, destaca-se a observância do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) do magistério público da educação básica:

Evolução do Valor Anual por Aluno e Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN)

Ano	Valor anual por aluno considerado para o reajuste do Piso (VAAF Min)	Variação %	PSPN	Variação % PSPN	Mês/Ano	Variação INPC (%)
2019	R$ 3.440,29	12,84%	**R$ 2.557,74**	4,17%	dez/18	3,43%
2020	R$ 3.349,56	-2,64%	**R$ 2.886,24**	12,84%	dez/19	4,48%
2021	R$ 4.462,83	33,24%	**R$ 2.886,24**	0,00%	dez/20	5,45%
2022	R$ 5.129,80	14,95%	**R$ 3.845,63**	33,24%	dez/21	10,16%
2023	R$ 5.315,72	3,62%	**R$ 4.420,36**	14,95%	dez/22	5,93%
2024	R$ 5.648,91	6,27%	**R$ 4.580,57**	3,62%	dez/23	3,71%
2025			***R$ 4.867,68***	*6,27%*	*dez/24*	*4,86%*
Acumulado 2019 a *2025*				**98,23%**		**44,61%**

https://cpers.com.br/reajuste-salarial-do-magisterio-devera-ser-de-627-em-2025/ Acessado: 11/08/2026

Com a publicação da Portaria Interministerial MEC/MF n.º 13/2025, no Diário Oficial da União, o reajuste do Piso Salarial do Magistério para 2025 teve o indicativo de 6,27%. O reajuste elevou o valor nominal do piso do magistério de R$ 4.580,57 para R$ 4.867,68, considerando a jornada de 40 horas semanais. Para a rede municipal, considerando a jornada de 22 horas semanais, o valor proporcional do piso em 2025 corresponde a R$ 2.677,22. Já para a rede estadual, cuja jornada considerada é de 20 horas semanais, o valor proporcional corresponde à metade do piso de 40 horas, totalizando R$ 2.433,84.

Para o exercício de 2026, o Ministério da Educação publicou a Portaria MEC nº 82 em 30 de janeiro de 2026, fixando o novo Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) do magistério público da educação básica em R$ 5.130,63 (40 horas), com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro.

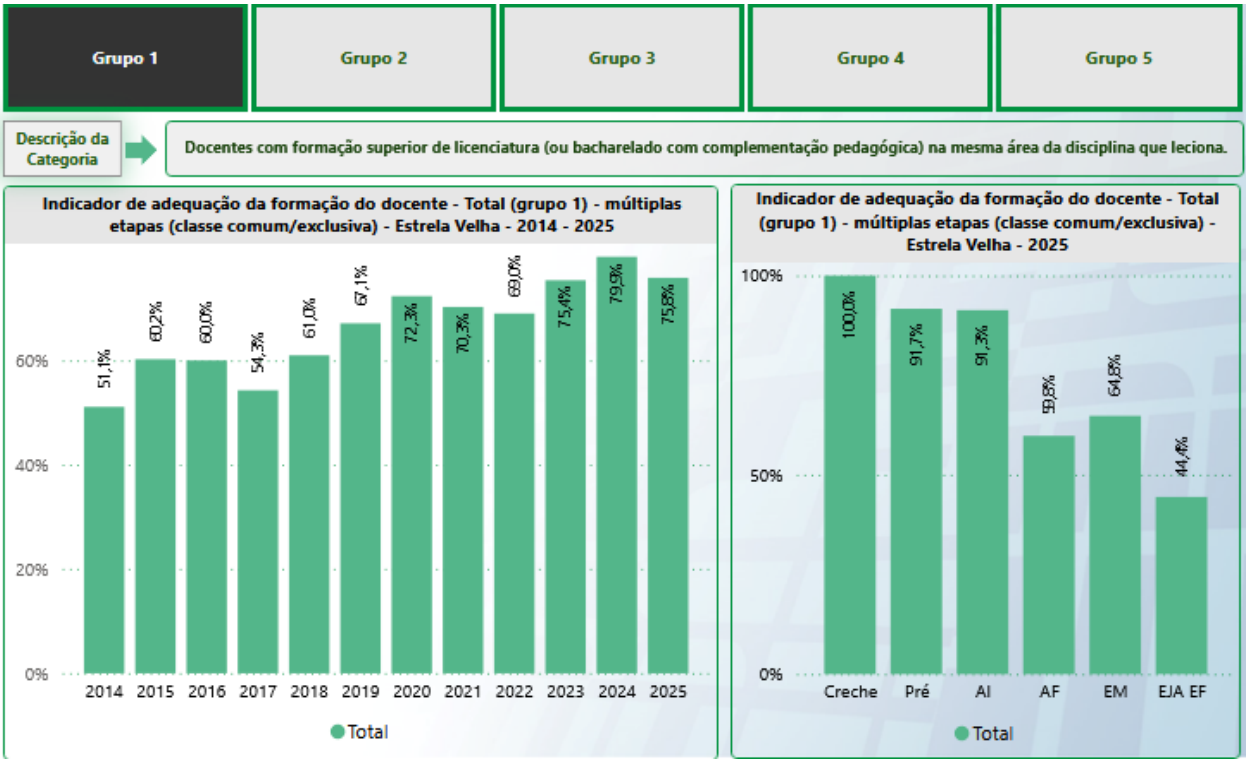
No entanto, a principal discussão jurídica e administrativa no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Congresso Nacional envolve definir se o piso atua apenas como vencimento inicial da carreira ou se seus reajustes devem repercutir de forma escalonada em todos os níveis, classes e padrões da categoria.

Nesse contexto, aguarda-se o desfecho das discussões e as respectivas decisões, que poderão definir os impactos dos reajustes do piso sobre os demais níveis da carreira do magistério. Ressalta-se, contudo, a importância de que quaisquer medidas adotadas assegurem integralmente os direitos dos professores, preservando a valorização da carreira, a isonomia entre os profissionais e as garantias já estabelecidas na legislação e no plano de carreira do magistério.

A valorização salarial de docentes, além de estar prevista na Lei do Piso (Lei n.º 11.738/2008), também é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (art. 67, § 2º) e pelo Plano Nacional de Educação (PNE, Lei n.º 13.005/2014 – Meta 18). Essas legislações, fruto de ampla participação popular, formam o alicerce da política educacional brasileira e têm como objetivo impulsionar o país a um novo e melhor patamar de desenvolvimento.

Historicamente, as(os) professoras(es) recebem salários nominais inferiores aos de outras carreiras que igualmente exigem formação superior. Para corrigir essa distorção, as legislações voltadas à valorização da carreira docente foram concebidas com o objetivo de assegurar reajustes superiores à reposição inflacionária, promovendo a gradual valorização da remuneração dos profissionais da educação. Nesse sentido, espera-se que os mecanismos de valorização previstos na legislação contribuam efetivamente para a redução dessa defasagem salarial e para o fortalecimento da carreira do magistério.

O indicador apresentado abaixo mede o percentual de docentes com formação superior em licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica na mesma área da disciplina que lecionam da rede pública. Portanto, quanto maior o percentual, maior é a correspondência entre a formação do professor e a disciplina ministrada.



https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acessado em: 12/08/2026

Em Estrela Velha, observa-se uma evolução bastante positiva do indicador ao longo do período analisado. Entre 2014 e 2025, houve um aumento de 24,7 pontos percentuais, passando de 51,1% para 75,8%. Isso representa uma melhora expressiva na adequação da formação dos docentes às disciplinas que ministram.

A situação por etapa de ensino em 2025 revela diferenças importantes:

Os melhores resultados estão na Educação Infantil e nos Anos Iniciais, com 100% na Creche, 91,7% na Pré-escola e 91,3% nos Anos Iniciais. Esses números indicam uma elevada correspondência entre a formação dos docentes e as áreas em que atuam. Os índices não alcançam 100%, o que pode ser explicado pela atuação de professores com formação específica em determinadas áreas, como Educação Física, cuja formação nem sempre corresponde à área de Pedagogia. Além disso, há situações pontuais em que profissionais da equipe gestora, mesmo não possuindo formação específica em Pedagogia, assumem temporariamente uma turma para atender às necessidades da escola e garantir a continuidade do atendimento aos estudantes. Dessa forma, os percentuais refletem a composição e as particularidades do quadro de profissionais que atuam na rede.

O principal ponto de atenção está nos Anos Finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e, sobretudo, na EJA/Ensino Fundamental. Na EJA, apenas 44,4% dos docentes apresentam formação adequada à disciplina ministrada, o que significa que mais da metade não se enquadra nesse critério de adequação. Nos Anos Finais, o percentual de 59,8%. Esses resultados podem estar relacionados, entre outros fatores, ao número reduzido do número de matrículas e de turmas, que limita a possibilidade de organização da carga horária exclusivamente de acordo com a área de formação do professor. Além disso, a otimização da carga horária docente, especialmente em componentes curriculares com menor número de horas semanais (exemplo: componente de Arte e Ensino Religioso), pode exigir a distribuição de diferentes disciplinas entre os profissionais disponíveis, contribuindo para a redução do percentual de adequação observado.

De modo geral, o município apresenta uma trajetória positiva de adequação da formação docente, com crescimento de 51,1% para 75,8% entre 2014 e 2025. O resultado demonstra avanço na profissionalização e na compatibilidade entre a formação dos professores e as disciplinas ministradas. Nesse sentido, o mapeamento periódico das demandas da rede, aliado ao acompanhamento da formação e da distribuição dos profissionais, poderá contribuir para ampliar a adequação entre a formação do professor e o componente curricular ministrado. Essas ações são importantes para reduzir as diferenças observadas entre as etapas de ensino e fortalecer a qualidade do atendimento educacional, especialmente nos segmentos que apresentam menores índices de adequação.

ANÁLISE CAUSAL

A valorização dos profissionais do magistério constitui um dos principais fatores para a garantia da qualidade da educação. Entretanto, alguns aspectos ainda representam desafios para o fortalecimento da carreira docente no município.

Destaca-se a necessidade de atualização do Plano de Carreira do Magistério, de forma a adequá-lo às legislações vigentes, às mudanças nas políticas educacionais e às atuais demandas da profissão docente. A modernização da carreira pode contribuir para ampliar a valorização profissional, fortalecer as perspectivas de desenvolvimento na carreira e tornar o magistério mais atrativo.

Outro aspecto refere-se à valorização remuneratória, especialmente quanto ao cumprimento e à atualização do Piso Salarial Profissional Nacional e à evolução do rendimento médio mensal dos profissionais do magistério. A garantia de remuneração compatível com a importância da função docente é fundamental para a valorização da carreira, a permanência dos profissionais na rede e a atração de novos professores.

Também se observa a necessidade de ampliar o número de professores efetivos, reduzindo a dependência de contratos temporários. A ampliação do quadro permanente favorece a continuidade das ações pedagógicas, fortalece o vínculo dos profissionais com as escolas, promove maior estabilidade das equipes e contribui para o desenvolvimento de uma identidade profissional comprometida com a rede de ensino.

Dessa forma, o fortalecimento da carreira do magistério demanda ações articuladas de atualização do plano de carreira, valorização salarial, realização periódica de concursos públicos, ampliação do quadro efetivo e investimento permanente na formação continuada e nas condições de trabalho. Essas medidas são essenciais para consolidar uma carreira mais atrativa, promover a permanência dos profissionais na educação básica e assegurar maior qualidade e continuidade ao processo educativo.

CAUSAS CRÍTICAS

- Necessidade de atualização do plano de carreira, ampliando mecanismos de valorização, reconhecimento e desenvolvimento profissional dos docentes.
- Aprimoramento das políticas de remuneração e condições de trabalho, garantindo maior atratividade e permanência dos profissionais do magistério.
- Ampliação e qualificação das ações de formação continuada, incentivando a profissionalização e o crescimento na carreira docente.

6.16 OBJETIVO 18 - Participação e Controle Social e Gestão Democrática na Educação Pública

Assegurar a participação e o controle social no planejamento, na gestão democrática na educação pública, no monitoramento e na avaliação das políticas educacionais, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

6.16.1 DIAGNÓSTICO

PROBLEMA

Fragilidade na participação social e no engajamento dos segmentos da comunidade escolar na gestão democrática, evidenciando a necessidade de ampliar a formação continuada, fortalecer os espaços participativos e consolidar a corresponsabilidade nas decisões educacionais

ANÁLISE DESCRITIVA

A participação social constitui um princípio fundamental para a consolidação de uma educação democrática, inclusiva e comprometida com a promoção da equidade. A presença de diferentes segmentos da sociedade nos espaços de decisão, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais possibilita que as ações desenvolvidas pelo poder público estejam mais alinhadas às necessidades, às características culturais e às demandas da população atendida.

Além disso, é necessário ampliar e qualificar os espaços de participação da comunidade escolar, envolvendo estudantes, famílias, profissionais da educação, equipes gestoras, funcionários, conselhos escolares e representantes da sociedade civil. A escuta desses diferentes sujeitos favorece a identificação de necessidades, o planejamento de ações mais adequadas à realidade local e o fortalecimento do compromisso coletivo com a educação municipal.

Dessa forma, a participação democrática constitui um elemento fundamental para a construção de políticas educacionais mais equitativas, inclusivas e sensíveis à diversidade. O fortalecimento dos espaços de diálogo e controle social contribui para a valorização das diferentes identidades, o enfrentamento das desigualdades e a garantia de uma educação baseada no respeito, na inclusão e nos direitos humanos.

Os órgãos colegiados na escola são fundamentais para uma a gestão democrática, pois esses asseguram a participação dos diferentes segmentos na escola, compartilhar soluções e decisões, privilegiando uma educação de qualidade. Uma gestão considerada democrática investe na autonomia dos sujeitos na tomada de decisões, promovendo um trabalho coletivo na construção da cidadania e efetivação do processo democrático.

Por tais motivos é necessário o fortalecimento dos conselhos municipais, do CME, do FUNDEB e do CAE como instrumento de participação e fiscalização na gestão escolar educacional. Torna-se fundamental fortalecer os mecanismos de participação social, assegurando a representatividade dos diferentes territórios nos espaços de controle social e nos Conselhos de Educação, de modo a incorporar suas perspectivas, demandas e contribuições na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece a gestão democrática como um dos princípios do ensino público e, com a promulgação da Lei nº 14.644, de 2 de agosto de 2023, passou a prever expressamente a instituição dos Conselhos Escolares e dos Fóruns dos Conselhos Escolares em todas as redes públicas de educação básica. Essa alteração reforçou a importância desses colegiados como instrumentos permanentes de participação, acompanhamento e deliberação sobre as ações da escola.

Nesse contexto, o Conselho Escolar configura-se como um órgão colegiado de caráter deliberativo, constituído pelo diretor da escola e por representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar e local, eleitos por seus pares.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024, especialmente por meio da Meta 19 e de suas estratégias, impulsionou a consolidação da gestão democrática como política pública, estimulando estados e municípios a instituírem mecanismos de participação, transparência e controle social, bem como a regulamentarem a atuação dos Conselhos Escolares e demais instâncias colegiadas.

Em consonância com essas diretrizes nacionais, o município de Estrela Velha instituiu a Lei Municipal nº 1.616, de 19 de novembro de 2024, que dispõe sobre a implantação e a organização dos Conselhos Escolares nas escolas públicas municipais, fortalecendo a participação da comunidade escolar nos processos de planejamento, acompanhamento e tomada de decisões.

No âmbito da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul, a gestão democrática também passou por um processo de atualização normativa. A legislação teve como marco inicial a Lei Estadual nº 9.232/1991, posteriormente complementada pela Lei nº 10.576/1995, que regulamentou a autonomia escolar e a gestão democrática por quase três décadas. Em 2024, essa legislação foi substituída pela Lei Estadual nº 16.088, de 10 de janeiro de 2024, regulamentada pelo Decreto nº 58.466/2025, que redefiniu os princípios da gestão democrática, ampliou os mecanismos de participação da comunidade escolar e instituiu novos critérios para a escolha das equipes diretivas, conciliando a participação da comunidade com requisitos de mérito e desempenho.

Além dos conselhos educacionais, as redes dispõem de outras instâncias que fortalecem a gestão democrática e ampliam a participação da comunidade escolar. As Associações de Pais e Mestres (CPMs), presentes em todas as escolas da rede municipal e estadual, com exceção da escola indígena, constituem importantes espaços de integração entre famílias, professores e equipes gestoras, colaborando na definição de prioridades, no apoio às ações pedagógicas e na melhoria das condições de funcionamento das unidades escolares.

Outro mecanismo relevante de participação é o Fórum Municipal de Educação (FME), instituído para acompanhar e avaliar a execução das metas do Plano Municipal de Educação, além de coordenar e articular a realização das conferências municipais ou intermunicipais de educação. Essas conferências, incentivadas pelo Plano Nacional de Educação (2014–2025), consolidaram-se como importantes espaços de diálogo entre representantes do poder público, profissionais da educação, estudantes, famílias e sociedade civil, contribuindo para a construção coletiva e o aprimoramento das políticas públicas educacionais.

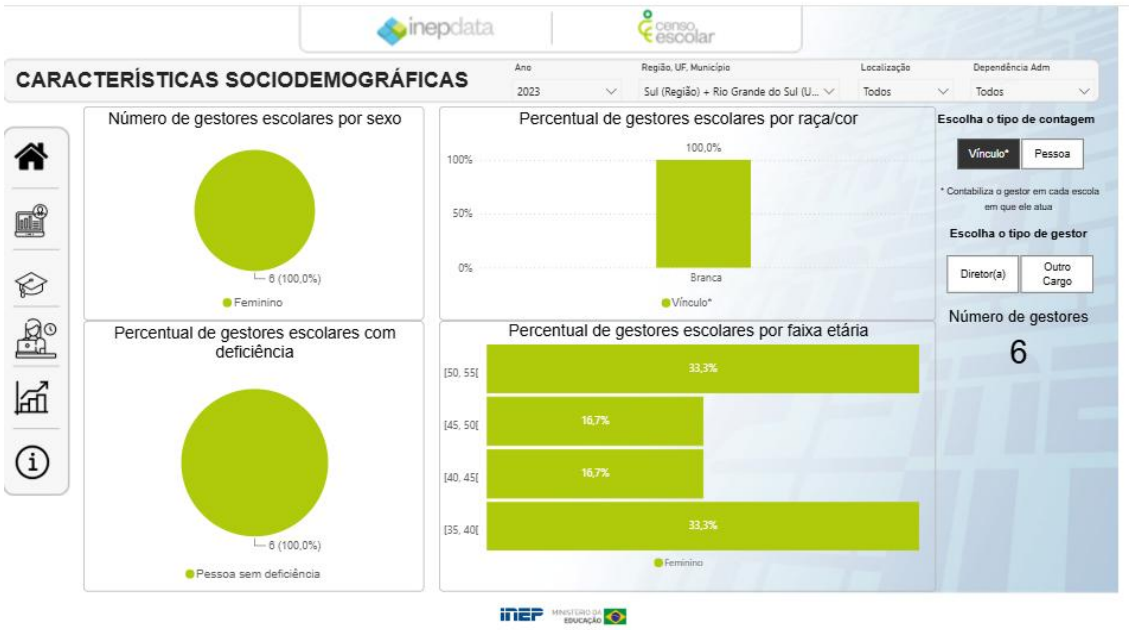
No âmbito da participação estudantil, embora não haja grêmios estudantis nas escolas municipais e estaduais do município, a escola municipal que atendem aos anos finais do Ensino Fundamental desenvolve a Cooperativa Escolar como estratégia de protagonismo juvenil. Fundamentadas nos princípios da adesão voluntária, da gestão democrática, da cooperação e do empreendedorismo, essas cooperativas promovem o desenvolvimento de competências relacionadas à liderança, à criatividade, à responsabilidade, à cidadania e ao trabalho colaborativo, enriquecendo a formação integral dos estudantes e fortalecendo sua participação na vida escolar.

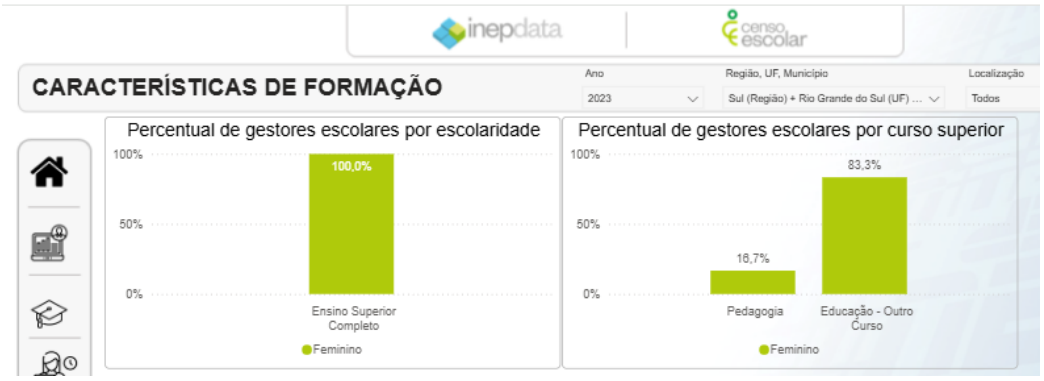
Outra estratégia que fortalece a gestão democrática, presente tanto na rede municipal quanto na rede estadual de ensino, é a promoção de processos participativos e integrados envolvendo profissionais da educação, estudantes e famílias na elaboração, implementação e avaliação dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), dos currículos escolares, da avaliação institucional, dos planos de gestão escolar e dos regimentos escolares. Da mesma forma, os processos de formação de diretores e gestores escolares têm buscado valorizar práticas colaborativas, o diálogo e a corresponsabilidade entre os diferentes segmentos da comunidade escolar, consolidando uma cultura de participação na gestão das instituições de ensino.

Essas iniciativas, somadas aos conselhos, fóruns, associações e demais instâncias de participação, constituem estratégias que viabilizam a efetivação da gestão democrática nas escolas. Esse princípio encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, que estabelece, em seu artigo 206, inciso VI, que "o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei". Assim, a participação coletiva na definição dos rumos da educação fortalece a autonomia das instituições escolares, amplia a transparência dos processos decisórios e contribui para a construção de uma educação pública mais inclusiva, participativa e comprometida com a formação cidadã.

A partir de 2023 a designação para a função de Diretor nas escolas da rede municipal do município de Estrela Velha deu-se através de critérios técnicos de mérito e desempenho para provimento da função de diretor nas Escolas Municipais de Estrela Velha, assegurando a observância do disposto no Decreto Municipal nº 2.350, de 09 de setembro de 2022 e, alinhado a nova Lei do FUNDEB (A Lei nº 14.113/2020). A escolha não pode ser apenas por indicação política; são exigidos critérios como formação acadêmica, experiência em gestão, tempo de serviço e planos de gestão, para assim aprimorar a gestão escolar e, consequentemente, a qualidade da educação básica. Ao garantir que os gestores escolares sejam escolhidos com base em critérios técnicos e de desempenho e que possam ser selecionados pela comunidade escolar, busca-se assegurar que as escolas sejam lideradas por profissionais qualificados e com representatividade na comunidade.

A principal norma que regulamenta a gestão democrática do ensino nas escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul é a Lei Estadual nº 16.088, de 10 de janeiro de 2024, que revogou e substituiu a Lei nº 10.576/1995. A nova legislação estabelece diretrizes para a autonomia das unidades escolares, fortalece os instrumentos de gestão democrática e redefine o processo de escolha das equipes diretivas. Com a entrada em vigor da Lei nº 16.088/2024, o processo de escolha dos diretores das escolas estaduais deixou de basear-se exclusivamente na eleição direta pela comunidade escolar e passou a adotar um modelo híbrido, que combina a participação da comunidade por meio de votação com critérios técnicos de mérito e desempenho. Entre esses critérios estão a participação em programas de formação, a aprovação em etapas avaliativas e o atendimento aos requisitos previstos na legislação. Essa mudança busca alinhar a gestão escolar às diretrizes nacionais de valorização da gestão por mérito, conforme previsto no Plano Nacional de Educação e em normativas federais relacionadas à melhoria da qualidade da educação básica.





https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiODllOTcyOGEtZTJkMi00MjU5LWI1YzgtNDNlNGZlMTYxZTg1IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acessado em: 14/06/2026

De acordo com as Estatísticas do Gestores Escolares de 2023 evidenciam que as equipes gestoras das escolas estaduais e municipais do município apresentam um perfil relativamente homogêneo quanto às características sociodemográficas e à formação profissional.

Em relação ao perfil dos gestores, observa-se que 100% são do sexo feminino, demonstrando a predominância histórica das mulheres nos cargos de gestão da educação básica, realidade também verificada em âmbito nacional. Quanto à raça/cor, 100% dos gestores se autodeclaram brancos, refletindo as características demográficas da população local.

O perfil etário dos gestores escolares evidencia predominância de profissionais entre 35 e 40 anos (33,3%) e entre 50 e 55 anos (33,3%), representando, juntos, dois terços do total. As faixas de 40 a 45 anos e 45 a 50 anos correspondem, cada uma, a 16,7% dos gestores. Os dados indicam uma equipe gestora composta por profissionais com significativa experiência, ao mesmo tempo em que apresenta

equilíbrio entre diferentes momentos da trajetória profissional, favorecendo a continuidade e a renovação da gestão educacional.

Quanto à formação acadêmica, os indicadores demonstram elevado nível de escolarização. Todos os gestores possuem ensino superior completo (100%) e licenciatura (100%), atendendo às exigências legais para o exercício da função. Além disso, enquanto 16,7% possuem graduação em pedagogia, 83,3% possuem outro curso na área de educação, evidenciando um quadro de gestores com qualificação acadêmica consistente.

De forma geral, os indicadores demonstram que as redes municipal e estadual contam com gestores experientes e com elevada formação acadêmica. Ao mesmo tempo, evidenciam a necessidade de ampliar políticas permanentes de formação continuada voltadas à gestão escolar, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas de liderança, da gestão democrática, da administração escolar e da melhoria da qualidade da educação oferecida aos estudantes.

Pacheco e Pacheco (2015, p. 28) o grande diferencial da escola [...] é a gestão participativa e democrática da vida escolar. Uma verdadeira vivência política, o direito ao diálogo, à livre expressão de sentimentos e ideias, à dignidade, elementos que configuram a prática cidadã. O autor (2015) destaca que a gestão democrática vai muito além de um modelo administrativo ou da simples participação em processos de eleição. Ela compreende a construção de um ambiente escolar em que todos os integrantes da comunidade educativa, estudantes, professores, gestores, funcionários e famílias, têm oportunidades reais de participar das decisões, expressar opiniões e contribuir para a organização da vida escolar.

Essa perspectiva também reforça que a gestão democrática não se limita ao cumprimento de normas legais, mas representa uma prática cotidiana baseada na escuta, na participação e na construção coletiva das decisões. Dessa forma, a comunidade escolar deixa de ser apenas receptora das ações da gestão e passa a atuar como protagonista na definição dos rumos da escola, contribuindo para uma educação mais inclusiva, transparente e comprometida com a formação integral dos estudantes.

No município, identifica-se a ausência de movimentos organizados e de conselhos representativos específicos da população negra e dos povos indígenas, o que representa um desafio para a garantia de espaços permanentes de diálogo e participação desses grupos na construção das políticas educacionais. Essa realidade reforça a necessidade de fortalecer estratégias que ampliem a representatividade, assegurando que diferentes vozes, trajetórias e conhecimentos sejam considerados nos processos de planejamento e implementação das ações educacionais.

ANÁLISE CAUSAL

Embora a gestão democrática esteja assegurada pelos marcos legais e por diferentes mecanismos institucionais de participação, ainda são identificados desafios relacionados ao envolvimento efetivo dos diferentes segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios. A participação social, em alguns contextos, pode ser ampliada, pois concentrando-se mais no

acompanhamento de ações já definidas do que na construção coletiva das políticas, projetos e estratégias da escola.

Destaca-se a necessidade de ampliar os processos de formação continuada voltados aos membros dos conselhos escolares, associações, equipes gestoras, professores, estudantes e famílias, de modo a fortalecer o conhecimento sobre suas atribuições, direitos e possibilidades de atuação. Os momentos formativos possibilitam uma participação mais qualificada, consciente e propositiva, expandindo o potencial desses espaços como instrumentos de transformação da realidade escolar.

Outro fator relacionado refere-se aos desafios para garantir maior engajamento dos diferentes segmentos. Questões como a disponibilidade de tempo, a falta de compreensão sobre a importância dos espaços colegiados e a necessidade de fortalecer uma cultura de corresponsabilidade podem limitar a presença ativa da comunidade na tomada de decisões.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de investir em estratégias permanentes de mobilização, escuta e formação, promovendo espaços democráticos de diálogo e valorizando a contribuição de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. O fortalecimento dos segmentos escolares, aliado à ampliação da participação social, constitui condição essencial para consolidar uma gestão verdadeiramente democrática, participativa e comprometida com a qualidade e a equidade da educação.

CAUSAS CRÍTICAS

- Necessidade de ampliar as ações de formação e orientação sobre a importância da participação democrática, fortalecendo a atuação dos diferentes segmentos da comunidade escolar.
- Necessidade de tornar mais efetiva a participação de famílias, estudantes e profissionais da educação nos espaços de gestão democrática, como conselhos e reuniões escolares.
- Possibilidade de fortalecer os espaços coletivos de diálogo e decisão, incentivando maior colaboração e corresponsabilidade na construção das ações educacionais.

6.17 OBJETIVO 19 - Financiamento e Infraestrutura da Educação

Assegurar a qualidade e a equidade nas condições de oferta e permanência da educação básica e da educação superior.

6.17.1 DIAGNÓSTICO

PROBLEMA

Desafios para assegurar qualidade e equidade na educação básica, potencializando os investimentos e fortalecendo as condições de ensino e aprendizagem.

ANÁLISE DESCRITIVA

Para garantir o direito à educação, não basta assegurar o acesso à escola. É necessário criar e manter um conjunto de condições adequadas para que todos os estudantes possam aprender,

permanecer e desenvolver-se plenamente. Isso envolve professores qualificados e valorizados, equipes de apoio pedagógico e administrativo, escolas estruturadas e equipadas, acesso à água, energia elétrica e internet, transporte escolar, alimentação escolar, materiais didáticos e pedagógicos, além de outros recursos indispensáveis ao funcionamento da rede de ensino e à oferta de uma educação pública de qualidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) estabelece quais despesas são consideradas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), compreendendo o conjunto de ações e gastos públicos destinados a manter, organizar, desenvolver e qualificar o sistema educacional. Nesse contexto, recursos provenientes de diferentes fontes e programas contribuem para o financiamento da educação, como o Fundeb, o Salário-Educação, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), entre outros, observadas as regras específicas de aplicação de cada recurso.

A Constituição Federal, em seu art. 212, determina que os Municípios devem aplicar, anualmente, no mínimo 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Dessa forma, constitui obrigação do gestor municipal assegurar a aplicação desse percentual mínimo constitucional na educação, especialmente nas etapas sob responsabilidade do Município, que abrangem a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Esses recursos são essenciais para garantir o funcionamento e a qualidade da rede municipal de ensino, contemplando despesas como a valorização dos profissionais da educação, manutenção das escolas, aquisição de materiais e equipamentos, transporte escolar, formação continuada e demais ações previstas na legislação como despesas de MDE.

Os dados apresentados a seguir correspondem ao histórico de investimentos do Município de Estrela Velha, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), conforme informações disponibilizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), na plataforma Controle Social(Educação). Esses dados tratam, exclusivamente, da rede municipal de ensino.

Órgão: PM DE ESTRELA VELHA

Exercício	Aplicação em MDE	Receita Líquida de Impostos e Transferências (Ajustada)	Total da Aplicação em MDE(%)
2012	2.850.415,53	9.113.137,72	31,28
2013	2.836.023,40	9.793.745,40	28,96
2014	3.156.044,62	10.597.497,23	29,78
2015	3.469.851,43	11.395.734,81	30,45
2016	3.805.277,72	13.291.847,93	28,63
2017	3.837.709,40	13.356.043,59	28,73
2018	4.343.111,32	14.407.564,69	30,14
2019	4.767.900,09	15.507.286,72	30,75
2020	4.650.640,36	15.605.931,58	29,80
2021	5.376.642,02	20.552.428,58	26,16
2022	6.709.063,02	22.430.310,09	29,91
2023	7.210.156,05	24.078.493,31	29,94
2024	8.037.375,53	27.667.687,19	29,05
2025	8.697.023,60	29.066.535,36	29,92

https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=20001:69:::NO:RP,69:P69_ORGAO,P69_NOME:84200,PM%20DE%20ESTRELA%20VELHA . Acessado em:14/09/2026

No período de 2012 a 2025, o Município aplicou anualmente percentual superior ao mínimo constitucional de 25% da receita líquida de impostos e transferências em MDE. Os percentuais variaram de 26,16% em 2021 a 31,28% em 2012, demonstrando a manutenção do investimento municipal em educação acima do limite constitucional ao longo de todo o período analisado.

Observa-se, ainda, uma evolução expressiva nos valores aplicados em MDE, que passaram de R$ 2.850.415,53 em 2012 para R$ 8.697.023,60 em 2025. No mesmo período, a receita líquida de impostos e transferências ajustada aumentou de R$ 9.113.137,72 para R$ 29.066.535,36.

Em 2025, o Município destinou 29,92% da receita líquida de impostos e transferências à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, totalizando R$ 8.697.023,60. O resultado evidencia o compromisso do Município com o financiamento da educação e com a garantia das condições necessárias para a manutenção e o desenvolvimento da rede municipal de ensino. Segue elencado os projetos/atividades investidos em 2025, conforme o TCE:

Ano: 2021 Município: ESTRELA VELHA Subfunção: Todos Consultar

Ir Ações

Projeto/Atividade	Código	Valor Liquidado	%
Manutenção das Atividades dos Laboratórios de Informática	1061	15.952,40	0,18
Plano de Ações Articuladas - PAC Seleções FNDE	1115	412.000,00	4,67
Manutencao das Atividades da Sec Educacao	2047	2.263.248,17	25,66
Manutencao e Conservacao do Transporte Escolar	2049	552.996,42	6,27
Aquisicao de Merenda Escolar	2051	226.999,55	2,57
Manutencao das Atividades da Educacao Infantil	2053	589.236,33	6,68
Manutencao e Conservacao Transporte Escolar	2055	182.983,36	2,07
Manutencao e Conservacao de Predios Escolares	2056	116.016,16	1,32
Educacao Compensatoria a Alunos Excepcionais	2059	96.517,80	1,09
Qualificacao de Professores da Rede Mun de Ensino	2060	10.170,27	0,12
Manutencao e Conservacao de Transporte Escolar	2061	305.467,57	3,46
Manutencao e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	2062	2.281.666,53	25,87
Manutenção das Atividades da Educação Infantil	2063	1.029.385,35	11,67
Aquisição de merenda escolar para educação especial	2101	2.417,72	0,03
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2123	145.601,20	1,65
Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	2160	463.013,30	5,25
Aquisição de Merenda Escolar para Creche	2161	14.840,09	0,17
Aquisição de Merenda Escolar para Pré Escola	2162	16.277,60	0,18
Aquisição de Merenda Escolar para Ensino Fundamental	2163	29.515,56	0,33
Programa Escola em Tempo Integral	2168	1.583,78	0,02
Manutenção do Saldo Não Aplicado em Fundeb - Exercício Anterior	2176	64.148,82	0,73
		8.820.037,98	**100,00**

A análise evidencia que os recursos da educação estão direcionados, principalmente, para a manutenção e o funcionamento contínuo da rede de ensino. Isso é coerente com a natureza das atividades, que envolvem ações permanentes e indispensáveis para garantir a oferta regular da educação.

Observa-se a presença de despesas relacionadas à manutenção das escolas, transporte escolar, alimentação, educação infantil, ensino fundamental, laboratórios de informática e demais serviços necessários ao funcionamento da rede. Esse conjunto demonstra que o orçamento não se limita às ações pedagógicas, mas contempla também toda a estrutura que sustenta o direito à educação.

Embora o Município de Estrela Velha receba recursos provenientes de transferências federais destinadas à educação, tais como FUNDEB, PNAE, PNATE, Salário-Educação e demais programas de apoio do FNDE, esses recursos não representam a totalidade dos investimentos realizados pela rede

municipal. O Município também emprega recursos próprios e de livre aplicação para complementar o financiamento da educação e atender demandas que extrapolam os valores e as finalidades das transferências vinculadas, possibilitando investimentos em materiais pedagógicos, tecnologia, mobiliário, manutenção, infraestrutura, transporte, alimentação e demais ações necessárias à qualificação do ensino.

Entre as ações previstas, também aparecem iniciativas com caráter de aperfeiçoamento e expansão, como o Plano de Ações Articuladas (PAR), a qualificação dos professores e o Programa Escola em Tempo Integral (que a partir de 2026 está vinculado ao FUNDEB). Essas ações representam investimentos que podem contribuir para a melhoria das condições de oferta e para o fortalecimento das políticas educacionais.

De modo geral, demonstra uma forte responsabilidade com a continuidade dos serviços educacionais, garantindo recursos para que as escolas funcionem adequadamente e os estudantes tenham acesso a transporte, alimentação, infraestrutura e atendimento pedagógico. Ao mesmo tempo, evidencia a importância de manter espaço no planejamento para ações de qualificação, inovação e ampliação da oferta, de modo que o orçamento não apenas assegure a manutenção da rede, mas também possibilite sua melhoria contínua. Assim, o desafio não está apenas em ampliar o investimento, mas em assegurar que os recursos destinados à manutenção da educação também estejam articulados a ações que promovam qualidade, equidade e avanço nas condições de aprendizagem.

Programas como o PNAE, o PNATE e o PDDE têm grande contribuição para o desenvolvimento e a manutenção da educação pública, oferecendo importante suporte às redes municipais nas áreas de alimentação escolar, transporte e atendimento às necessidades das escolas. Em Estrela Velha, esses recursos são potencializados pela aplicação de recursos próprios do Município, ampliando seu alcance e permitindo uma resposta mais efetiva às demandas da comunidade escolar.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) desempenha papel fundamental na garantia do direito à alimentação adequada e na permanência dos estudantes na escola. Em Estrela Velha, os recursos transferidos pelo programa são importantes para a oferta regular da alimentação escolar, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional dos alunos e para melhores condições de aprendizagem.

No transporte escolar, o Município de Estrela Velha mantém uma frota totalmente própria, o que representa um importante investimento de recursos municipais e proporciona maior autonomia na organização do serviço. A manutenção de uma frota própria permite maior controle sobre rotas e horários, reduz a dependência de serviços terceirizados e contribui para assegurar o acesso e a permanência dos estudantes, especialmente daqueles que residem em áreas rurais e dependem diariamente do transporte para frequentar a escola.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) constitui importante instrumento de descentralização de recursos, proporcionando às unidades escolares maior autonomia para atender necessidades imediatas e realizar pequenas aquisições e melhorias. Esses recursos permitem que as escolas tenham condições de responder com maior agilidade às demandas do cotidiano escolar, adquirindo materiais e realizando ações de manutenção e apoio às atividades pedagógicas. Essa

atuação fortalece a autonomia das unidades escolares e assegura condições adequadas de funcionamento.

O PNE que vigorou entre 2014 e 2025 previa o investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na Educação, mas o patamar só chegou a 5,5%. O novo PNE propõe que em 7 anos o Brasil invista 7,5% do PIB em Educação e alcance 10% até 2036. Serão priorizados Estados e municípios que não atingirem um padrão mínimo de investimento por aluno, de acordo com o CAQ (Custo Aluno-Qualidade).

O indicador estipula quanto deve ser investido por estudante para garantir condições adequadas de oferta educacional. Para promover a equidade educacional e contribuir para o combate às desigualdades regionais, a nova lei estabelece que os recursos devem priorizar estados e municípios que ainda não alcançam o padrão mínimo de investimento por aluno definido pelo CAQ. A medida busca reduzir as desigualdades nas condições de oferta e assegurar que estudantes, independentemente de raça, renda ou território, tenham acesso a oportunidades educacionais com padrões mínimos de qualidade. Para acompanhar o cumprimento do plano, será realizado um monitoramento a cada dois anos, considerando esses diferentes contextos e desigualdades. Os dados permitirão identificar disparidades e orientar políticas e investimentos de forma mais justa e equitativa. Acessado em 17/08/2026: (https://educacaointegral.org.br/reportagens/com-tempo-integral-e-10-do-pib-novo-plano-nacional-de-educacao-pne-e-sancionado/)

No Novo PAR, encontra-se dados muito significativos da rede pública quanto ao número de matrículas pode etapa e modalidade, distribuição dos estudantes por raça/cor/sexo/etapa e número de beneficiários de programas socias matriculados por modalidade. Abaixo,

Número de Matrículas por Etapa e Modalidade

Selecione Tipo Matrícula: Total | Dependência Administrativa: Pública

	Creche	Pré-Escola	Ens. Fund. 1º ao 5º	Ens. Fund. 6º ao 9º	Ensino Médio	Total
Urbana	47	38	127	84	93	389
Campo	6	33	60	49	0	148
Indígena	0	5	3	0	0	8
Quilombola	0	0	0	0	0	0
Total	53	76	190	133	93	545

Fonte: Censo Escolar 2025/INEP

Distribuição dos Estudantes por Raça/Cor/Sexo e Etapa

Sexo	Raça	Creche	Pré-Escola	Ens. Fund. 1º ao 5º	Ensino Fund. 6º ao 9º	Ensino Médio	Total
Masculino	Brancos	28	33	81	57	45	244
	Pretos e Pardos	1	2	17	9	3	32
	Amarelos e/ou Indígenas	0	2	3	2	1	8
	Raça não declarada	0	0	0	0	1	1
Feminino	Brancas	19	30	79	57	36	221
	Pretas e Pardas	5	6	10	5	6	32
	Amarelas e/ou Indígenas	0	3	0	3	1	7
	Raça não declarada	0	0	0	0	0	0
	Total	53	76	190	133	93	545

Fonte: Censo Escolar 2025/INEP

Número de beneficiários de programas sociais matriculados na educação pública por Modalidade

Dependência Administrativa: Pública

	Urbana	Campo	Indígena	Quilombola	Sem Marcação	Total
Beneficiários do Bolsa Família	129	100	9	0	--	238
Beneficiários Pé-de-Meia	55	0	0	0	0	55

Fontes: Beneficiários do Bolsa Família 2025/ CadÚnico; Beneficiários do Pé-de-Meia 2025/Sistema Gestão Presente

https://novopar.mec.gov.br/cadastro/diagnostico/municipal/4307815 . Acessado em 10/08/2026

Os dados estatísticos apresentados constituem uma importante ferramenta para compreender a realidade educacional do município e identificar desigualdades que, muitas vezes, não são percebidas no cotidiano. Informações sobre número de matrículas, raça/cor, gênero, território, programas sociais, e estudantes negros, pardos e indígena permitem conhecer melhor o perfil dos estudantes atendidos pela rede pública e identificar grupos que podem estar em situação de maior vulnerabilidade.

A análise desses dados é fundamental para o planejamento das políticas educacionais, pois possibilita que as decisões sejam baseadas em evidências e nas necessidades concretas da população. Dessa forma, os dados podem revelar desigualdades de acesso, permanência e condições de aprendizagem, contribuindo para definir prioridades, direcionar recursos e planejar ações específicas.

Nesse sentido, o uso sistemático das informações fortalece a equidade educacional, uma vez que permite reconhecer que diferentes estudantes e territórios podem apresentar necessidades diferentes. A igualdade não significa oferecer exatamente as mesmas condições para todos, mas garantir os apoios e recursos necessários para que cada grupo tenha condições efetivas de acesso, permanência e aprendizagem.

ANÁLISE CAUSAL

O Novo Fundeb (BRASIL, 2020) criou três indicadores para definir como a União distribui os recursos complementares de apoio à educação básica no Brasil; VAAF, o VAAT e o VAAR.

O VAAF (Valor Anual por Aluno) é o modelo mais antigo de complementação. Ele garante um valor mínimo por estudante com base exclusivamente nos recursos que entram no próprio fundo de cada estado e município. Na prática, cada estado possui um valor anual por aluno. Quando esse valor não atinge o mínimo nacional estabelecido, a União entra com uma complementação financeira.

O VAAT (Valor Anual Total por Aluno), é uma abordagem que permite identificar com mais precisão quais redes realmente dispõem de menos recursos por aluno, independentemente da origem desses recursos. Assim, a complementação da União passa a ser direcionada de forma mais justa, alcançando inclusive municípios dentro de estados que, em média, não seriam contemplados pelo VAAF. O VAAT, portanto, corrige distorções históricas e contribui para uma redistribuição mais equitativa, com foco nas realidades locais.

O VAAR (Valor Aluno Ano por Resultados) introduz uma lógica de gestão e resultados educacionais. O repasse depende de condicionalidades, como melhoria de aprendizagem, redução de desigualdades, critérios técnicos para escolher diretores e participação em avaliações nacionais.

O Município de Estrela Velha vem sendo contemplado, nos últimos anos, com a complementação-VAAR (Valor Aluno-Ano por Resultados) do Fundeb, demonstrando o cumprimento das condicionalidades estabelecidas pela legislação e o atendimento aos requisitos relacionados à gestão e aos resultados educacionais.

É fundamental que o financiamento da educação esteja articulado a parâmetros nacionais claros de qualidade e de condições mínimas de oferta. Os recursos destinados à educação devem ser suficientes não apenas para garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola, mas também para assegurar condições adequadas de funcionamento e aprendizagem. Para isso, é necessário considerar as especificidades das diferentes etapas e modalidades de ensino, as jornadas escolares, as características dos territórios e as necessidades dos estudantes, de modo a promover uma oferta educacional com qualidade, equidade e condições adequadas para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Nesse cenário, a infraestrutura escolar constitui um elemento fundamental da qualidade da educação, abrangendo aspectos como conservação dos prédios, salas de aula, espaços pedagógicos, bibliotecas, laboratórios, áreas de convivência, equipamentos tecnológicos, acessibilidade, abastecimento de água, saneamento, higiene e condições adequadas para a oferta de jornada ampliada.

É justamente nesse sentido que a Lei nº 15.360, de 25 de março de 2026, representa um avanço importante. Ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para tratar das condições mínimas das escolas públicas de educação básica, a legislação sinaliza um movimento de fortalecimento da definição de referências nacionais para aquilo que deve ser assegurado nas unidades escolares. A existência desses parâmetros contribui para tornar mais objetiva a discussão sobre qualidade da oferta educacional, permitindo que as necessidades de infraestrutura, mobiliário, equipamentos, acessibilidade

e demais condições de funcionamento sejam consideradas no planejamento e na definição das prioridades de investimento.

Assim, a nova legislação representa um movimento importante no sentido de superar a ausência de referências nacionais mais claras sobre as condições mínimas de funcionamento das escolas. Embora a existência de parâmetros, por si só, não elimine as desigualdades de financiamento entre os entes federados, ela estabelece uma referência fundamental para orientar políticas públicas, planejamento e investimentos, fortalecendo a busca por maior equidade na oferta educacional.

Dessa forma, financiamento adequado e parâmetros mínimos de qualidade devem caminhar juntos. Quanto maior for a distância entre os recursos disponíveis e os custos efetivos necessários para garantir as condições mínimas de funcionamento, maior será o desafio enfrentado pelas redes. Por outro lado, a definição de padrões nacionais permite identificar com maior clareza as necessidades de investimento e reforça a responsabilidade dos diferentes níveis de governo na garantia de condições dignas, seguras e adequadas para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça.

CAUSAS CRÍTICAS

- Limitações e desigualdades na capacidade de financiamento da educação básica, associadas à insuficiência dos recursos vinculados para atender integralmente às crescentes necessidades de infraestrutura, equipamentos, tecnologia, materiais pedagógicos, manutenção e valorização das condições de ensino, exigindo dos municípios maior esforço com recursos próprios para garantir padrões adequados de qualidade e equidade.

7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

O levantamento e o acompanhamento dos indicadores educacionais devem fazer parte de um processo contínuo de diagnóstico, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. A experiência do plano anterior demonstrou que algumas metas e estratégias não foram plenamente cumpridas, mas também evidenciou desafios e avanços que deverão orientar a elaboração e a execução do próximo plano.

Nesse sentido, o monitoramento sistemático das metas é fundamental para identificar prioridades, acompanhar resultados e realizar os ajustes necessários ao longo do período de vigência. O novo PNE prevê o monitoramento das metas a cada dois anos, com ampla divulgação dos indicadores e integração de bases de dados nacionais. Também estabelece a elaboração de planos bienais de ações educacionais, permitindo a revisão periódica das estratégias e maior controle sobre a execução das metas.

Um plano educacional precisa, portanto, prever mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação que assegurem a continuidade das ações diante das diferentes circunstâncias que possam surgir ao longo de sua implementação. Nesse processo, é fundamental a participação da comunidade escolar, dos trabalhadores da educação, dos estudantes, das famílias e de suas entidades

representativas, garantindo um olhar crítico e atento às dimensões legais, sociais e educacionais presentes na realidade do município.

A Comissão Gestora Municipal, que participou de forma próxima da construção do Plano, também terá papel fundamental no acompanhamento de sua execução durante todo o período de vigência. Seu trabalho deverá contribuir para analisar os indicadores, verificar o cumprimento das metas e estratégias, identificar dificuldades e propor os encaminhamentos necessários para superar os desafios encontrados.

Os objetivos e as metas do Plano somente poderão ser alcançados se ele for compreendido como um plano do município e um compromisso coletivo da sociedade. O acompanhamento sistemático, a avaliação dos resultados e a participação social na cobrança pelo cumprimento das metas e estratégias são decisivos para que o planejamento se transforme em ações concretas e contribua para a melhoria da qualidade da educação, a inclusão social, a valorização dos profissionais da educação, a universalização da alfabetização e a ampliação da escolaridade.

Dessa forma, a efetivação do Plano depende de um esforço integrado e compartilhado, em regime de colaboração entre os entes federados, gestores, profissionais da educação, estudantes, famílias e sociedade. A corresponsabilidade de todos os envolvidos é essencial para garantir que os dados produzidos pelo monitoramento sejam efetivamente utilizados no planejamento, na tomada de decisões e na correção de rumos, fortalecendo uma política educacional comprometida com a equidade, a redução das desigualdades e a garantia do direito à educação de qualidade para todos.

REFERENCIAS

ALMA PRETA. **Retratos da população negra no Brasil:** população alfabetizada e não alfabetizada, por Brasil e UF. [S. l.]: Alma Preta. Disponível em: https://almapreta.com.br/dados/retratos/populacao-alfabetizada-e-nao-alfabetizada-por-brasil-e-uf/. Acesso em: 07/07/2026).

ARROYO, Miguel G. O direito a tempos-espaços de um justo e digno viver. In: MOLL, Jaqueline (org.) et al. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 32-45.

BARBOSA, Maria Carmen. **Práticas cotidianas da Educação Infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025**. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. Brasília, DF: CNE/CEB, 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 2 de fevereiro de 2026**. Altera o artigo 28 da Resolução CNE/CEB nº 7/2025, que trata das Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. Brasília, DF: CNE/CEB, 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026**. Altera a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que instituiu as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. Brasília, DF: CNE/CEB, 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026**. Institui os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral no Brasil. Brasília, DF: CNE/CEB, 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 out. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm Acesso em: 27 de junho 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025**. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12773.htm. Acesso em: 27 de junho de 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Recibo de Fechamento do Censo Escolar 2026: EMEF 25 de Julho,** Código Inep: 43016871. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2026. Documento eletrônico gerado via Sistema Educacenso. Disponível em: inep.gov.br. Acesso em: 14/08/2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Recibo de Fechamento do Censo Escolar 2026: EMEF Álvaro Rodrigues Leitão,** Código Inep: 43016537. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2026. Documento eletrônico gerado via Sistema Educacenso. Disponível em: inep.gov.br. Acesso em: 14/08/2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Recibo de Fechamento do Censo Escolar 2026: EMEI Alzira Nunes Ceolin,** Código Inep: 43007350. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2026. Documento eletrônico gerado via Sistema Educacenso. Disponível em: inep.gov.br. Acesso em: 14/08/2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Recibo de Fechamento do Censo Escolar 2026: E E Ind Ens Fun Karai Tataendy Vera Claudio Acosta,** Código Inep: 43207871. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2026. Documento eletrônico gerado via Sistema Educacenso. Disponível em: inep.gov.br. Acesso em: 14/08/2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Recibo de Fechamento do Censo Escolar 2026: Escola Estadual de Ensino Médio Estrela Velha,** Código Inep: 43210775. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2026. Documento eletrônico gerado via Sistema Educacenso. Disponível em: inep.gov.br. Acesso em: 14/08/2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Recibo de Fechamento do Censo Escolar 2026: EEEF Itaúba,** Código Inep: 43016928. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2026. Documento eletrônico gerado via Sistema Educacenso. Disponível em: inep.gov.br. Acesso em: 14/08/2026.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 29 de maio. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023**. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

BRASIL. **Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025**. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, política pública voltada à cooperação entre União, estados e municípios para garantir o

direito à alfabetização. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15247.htm. Acesso em: 30 de jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.360, de 25 de março de 2026**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre condições mínimas das escolas públicas de educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15360.htm. Acesso em: 10 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2026-2036. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 28 out. 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 de junho de 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **AVAMEC: Autodiagnóstico de Saberes Digitais Docentes**. Brasília, DF: MEC. Disponível em: https://avamec.mec.gov.br/#/autodiagnostico/resultados. Acesso em: 29 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005_09.pdf. Acesso em: 28 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 29 de junho de 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 29 de junho de 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026**. Dispõe sobre a operacionalização da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) e sobre a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva (Reneei). Brasília, DF: MEC, 2026. Disponível em: https://mecnormas.mec.gov.br/pesquisa/detalhar/11240. Acesso em: 27 junho de 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 9 de outubro de 2018**. Define Diretrizes Operacionais nacionais para a matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: mec.gov.br. 29 de junho de 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: mec.gov.br. 29 de junho de 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação Intersetorial com os Sistemas de Ensino. **Documento diagnóstico da educação nacional: Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: MEC; Fundação Joaquim Nabuco; Editora Anpae, 2025. Livro digital. Disponível em: https://www.gov.br/mec/. Acesso em: 5 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia de apoio técnico ao Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral**. Brasília, DF: MEC, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/arquivos/guia-de-apoio-tecnico-ao-plano-expansao-eti.pdf. Acesso em: 31 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia de recomendações curriculares e pedagógicas**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-das-adolescencias/arquivos/guia-de-recomendacoes-curriculares-e-pedagogicas.pdf. Acesso em: 24 jun. 2026.

BRASIL. **Portaria nº 2.036, de 23 de novembro de 2023**. Define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.036-de-23-de-novembro-de-2023-525531892. Acesso em: 6 ago. 2024.

ESTRELA VELHA. **Edital nº 18 – Homologação do Resultado Final – Concurso Público**. Estrela Velha, 2019. Disponível em: https://estrelavelha.rs.gov.br/portal/wp-content/uploads/2019/01/Edital_n%C2%BA_18_-_Homologa%C3%A7%C3%A3o_do_Resultado_Final_-_Concurso_P%C3%BAblico_-_Estrela_Velha-ok-.pdf. Acesso em: 9 out. 2026.

ESTRELA VELHA. **Plano de Ação da Política de Educação em Tempo Integral**. Estrela Velha: Secretaria Municipal de Educação, 2025.

ESTRELA VELHA. **Plano de Ação de Expansão da Política de Educação em Tempo Integral**. Estrela Velha: Secretaria Municipal de Educação, 2026.

ESTRELA VELHA. **Plano de Ação e Expansão da Educação Infantil**. Estrela Velha: Secretaria Municipal de Educação, 2026.

ESTRELA VELHA. **Projeto Político-Pedagógico da EMEF 25 de Julho**. Estrela Velha: Secretaria Municipal de Educação, 2025.

ESTRELA VELHA. **Projeto Político-Pedagógico da EMEF Álvaro Rodrigues Leitão**. Estrela Velha: Secretaria Municipal de Educação, 2025.

ESTRELA VELHA. **Projeto Político-Pedagógico da EMEI Alzira Nunes Ceolin – Vó Alzira**. Estrela Velha: Secretaria Municipal de Educação, 2025.

ESTRELA VELHA. Secretaria Municipal da Educação. **Plano Decenal de Educação (2014-2025)**. Estrela Velha, 2014.

ESTRELA VELHA. Secretaria Municipal da Educação. **Regimento Escolar Padrão do Município de Estrela Velha**. Estrela Velha, 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2025: [nome do relatório ou página consultada]**. Brasília, DF: Inep, 2025-2026. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acesso em: 29 de junho de 2026.

MOLL, Jaqueline. Introdução. In: MOLL, Jaqueline (org.) et al. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

PACHECO, José; PACHECO, Maria de. **Uma escola pública em debate**. São Paulo: Cortez, 2015.

PARO, Vítor Henrique. Administração escolar e qualidade do ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso? In: BASTOS, João Baptista (org.). **Gestão democrática**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A; SEPE, 2002.

QEDU. **Aprendizado adequado**. [S. l.]: QEdu, 2025. Disponível em: https://qedu.org.br/brasil/aprendizado. Acesso em: 16 de junho de 2026

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 57.519, de 25 de março de 2024**. Regulamenta a Lei nº 16.048, de 30 de novembro de 2023, que institui o Programa Estadual de Apoio à Alfabetização - Alfabetiza Tchê. Porto Alegre, RS: Governadoria do Estado, 2024. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/rs/decreto-n-57519-2024-rio-grande-do-sul. Acesso em: 30 de jun. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 16.048, de 30 de novembro de 2023**. Institui o Programa Estadual de Apoio à Alfabetização - Alfabetiza Tchê. Porto Alegre, RS: Assembleia Legislativa do Estado do Rio

Grande do Sul, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/arquivos/lei-ordinaria-n-16048-2023-rs.pdf. Acesso em: 30 de jun. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular Gaúcho**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Porto Alegre: SEDUC/RS, 2018. Disponível em: https://educacao.rs.gov.br. Acesso em: 30 de jun. 2026.

TREVISOL, Marcio Giusti. Novo Plano Nacional de Pós-Graduação (2024–2028): desafios, emergências e limitações no contexto brasileiro. *SciELO Preprints*, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12022. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/12022. Acesso em: 4 set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Práticas inclusivas em alfabetização e letramento**. Elaboração: Adriana Lia Friszman de Laplane et al.; organização: Francisca Geny Lustosa, Francisca Sueli Farias Nunes e Maria Simone da Silva. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 10).